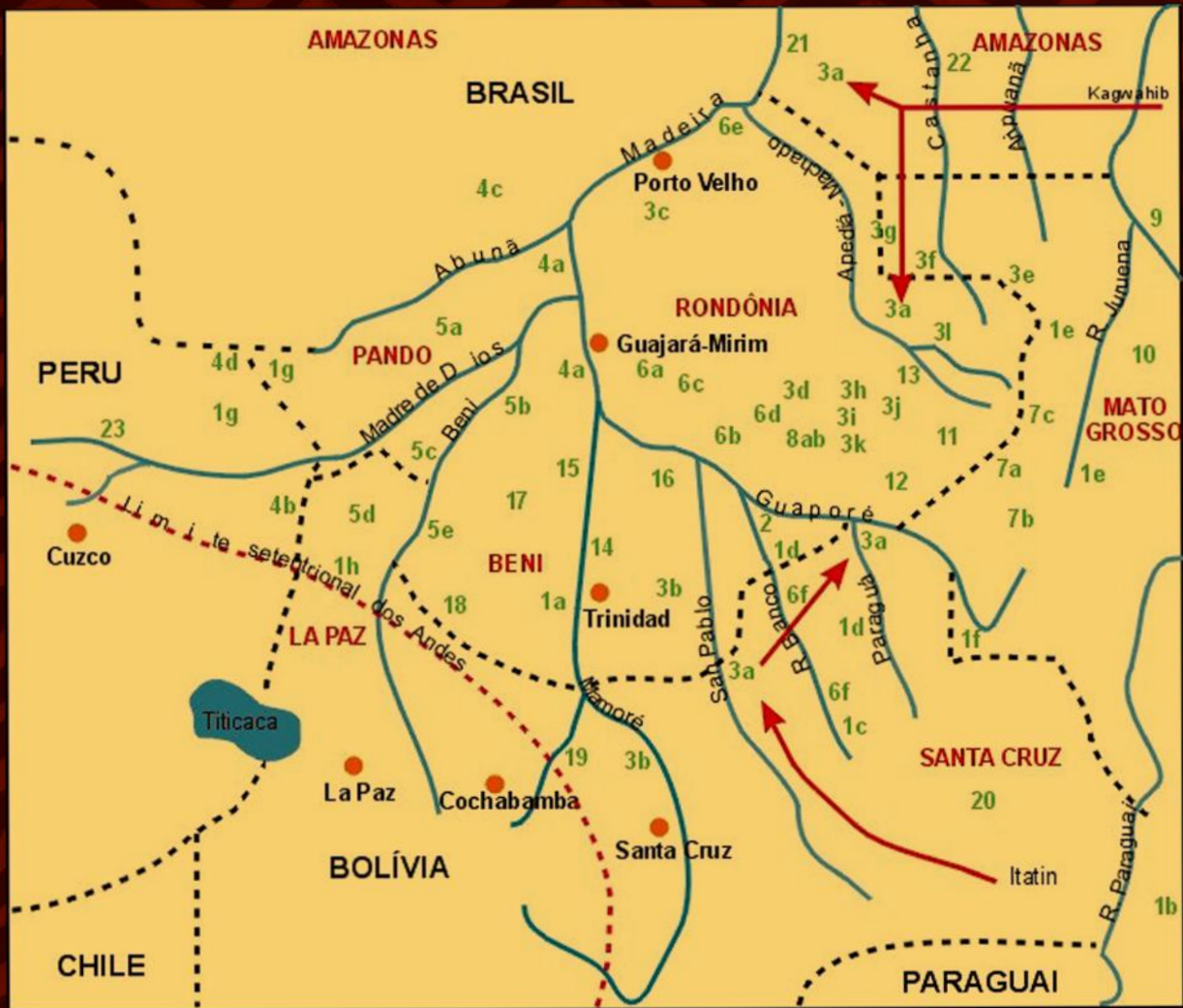


As línguas Tupi faladas dentro e fora da Amazônia



Marci Fileti Martins
(Organização)

Rio de Janeiro
Museu Nacional
2017

Série Livros Digital 12



As línguas
TUPI
faladas dentro e fora
da Amazônia

Marci Fileti Martins
(*Organização*)

Rio de Janeiro
Museu Nacional
2017

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor

Roberto Leher

Museu Nacional

Diretora

Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho

Editor

Ulisses Caramaschi

Editores de Área

Adriano Brilhante Kury, Ciro Alexandre Ávila, Claudia Petean Bove, Débora de Oliveira Pires, Guilherme Ramos da Silva Muricy, Izabel Cristina Alves Dias, João Alves de Oliveira, João Wagner de Alencar Castro, Marcela Laura Monné Freire, Marcelo de Araújo Carvalho, Marcos Raposo, Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira, Marília Lopes da Costa Facó Soares, Rita Scheel Ybert, Vânia Gonçalves Lourenço Esteves

Normalização

Leandra de Oliveira

Diagramação e Arte-final

Lia Ribeiro

Produção e Secretaria

Antonio Carlos Moreira

Capa, projeto gráfico e diagramação desta edição: *Rodrigo Dias Pereira* (Mapa da capa extraído do artigo de *Henri Ramirez*, "As línguas indígenas do Alto Madeira: estatuto atual e bibliografia básica", 2006).

Revisão: *Claudia Leal Estevão*

As línguas Tupi faladas dentro e fora da Amazônia / Marci Fileti Martins (Organização). -- Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

Dados eletrônicos : il. color., mapas. – (Série Livros Digital, 12)

Inclui bibliografia.

ISBN 9788574270692

1. Língua tupi-guarani. I. Martins, Marci Fileti. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Museu Nacional (Brasil). IV. Série.

CDD - 498 TUPI

2017

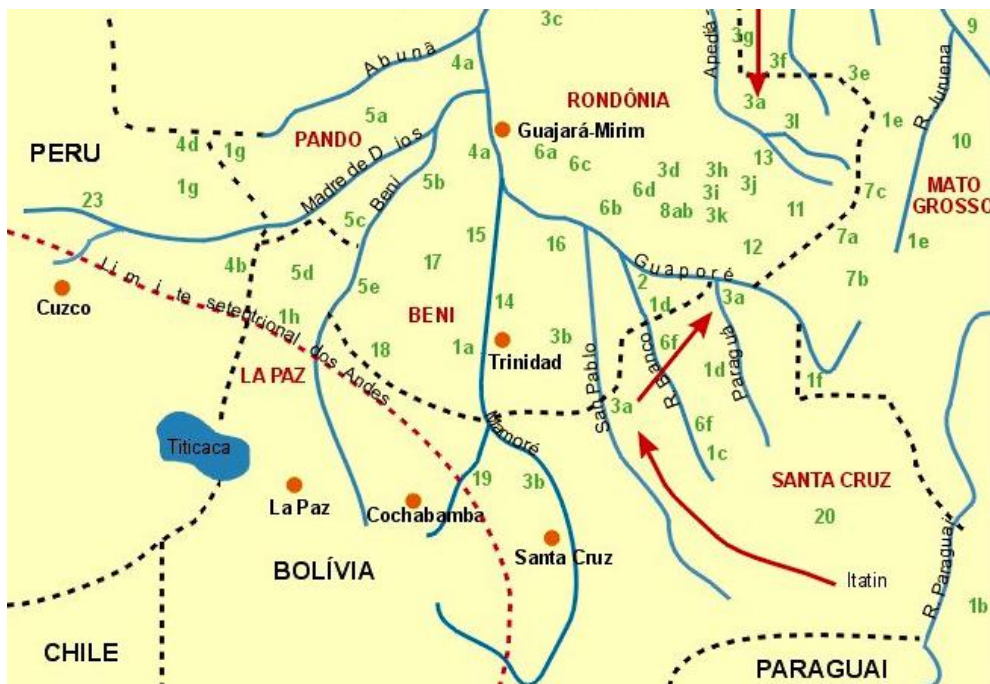
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Museu Nacional

A Jean-Pierre Angenot (*in memoriam*).



“O Alto Madeira

No seu alto curso, o Madeira é formado por quatro cursos de igual importância: o Beni que desce dos Andes de Cochabamba, o Madre de Dios que vem dos Andes de Cuzco, o Mamoré que junta os rios Chapare-Ichilo e Guapay (Rio Grande), e o Guaporé que nasce no Mato Grosso. Na confluência dos rios Beni e Mamoré, abaixo da cidade de Guajará-Mirim, o rio formado recebe o nome de Madeira. No seu curso médio, o Madeira recebe grandes afluentes, como o rio Apediá, rebatizado no século XVIII com o nome de Machado ou Ji-Paraná, e o rio Aripuanã com seu afluente o rio Castanha, também rebatizado no século XX com o nome americano de Roosevelt!



Ao norte da linha tracejada em vermelho no mapa, limite setentrional dos Andes, começa o reino das terras baixas e cobertas de florestas densas e úmidas de clima tropical, com um pequeno maciço montanhoso (500-1.000 m) no interior de Rondônia. Na Bolívia, a floresta amazônica domina a quase totalidade do departamento de Pando e os yungas (escarpas setentrionais dos Andes). No entanto, as savanas e os campos ocupam a maior parte do departamento de Beni. São formações herbáceas sem mata, ou com árvores esparsas, que ficam inundadas quatro meses por ano e têm hoje um papel destacado na pecuária. Também há florestas de transição na parte norte do departamento de Santa Cruz (do rio San Pablo ao rio Paraguá, passando pelo curso médio do rio Blanco) e matas semidecíduais e mais secas no Mato Grosso e na Chiquitania (centro de Santa Cruz)”. (RAMIREZ 2006, p. 1-3)



Sumário

Prefácio	7
O morfema <i>-et</i> “determinativo” na família linguística Tuparí, com foco especial em sua função na língua Tuparí	13
<i>Ana Suelly Arruda Câmara Cabral</i> <i>Edineia Aparecida Isidoro</i> <i>Isaias Tuparí</i> <i>Raul Tuparí</i>	
Considerações sobre o sistema de alinhamento em Tenetehára	36
<i>Fábio Bonfim Duarte</i>	
Palavras sintáticas em Tenetehára (Tupí-Guaraní).....	68
<i>Ricardo Campos Castro</i>	
A ordem de constituintes no Português Mbyá Guaraní	92
<i>Jaqueline dos Santos Peixoto</i>	
O estatuto do complexo [V1 V2] em Asurini do Trocará e Guaraní (Mbyá)	122
<i>Marcia Damaso Vieira</i>	
Marcadores de pessoa e caso na língua Uru Eu Wau Wau	161
<i>Marci Fileti Martins</i> <i>Antônia de Fátima Galdino da Silva Vezaro</i>	
Experiências de formação de professores indígenas no Estado de Rondônia: avanços e desafios na área de Linguagem.....	194
<i>Edineia Aparecida Isidoro</i>	
Língua Guaraní: políticas linguísticas e pluricentrismo	223
<i>Rosângela Morello</i>	



Prefácio

Esta publicação tem por objetivo contribuir para o conhecimento sobre as línguas do tronco Tupi. Reúne oito artigos que examinam nove línguas indígenas, a saber: Tuparí, Makuráp e Akuntsú (família Tuparí), Tenetehára, Uru Eu Wau Wau, Guarani (Mbya, Guarani (Boliviano), Guarani Paraguaio), Asurini do Trocará (família T(upi)-G(uarani) e uma variedade do português: o português Mbya Guarani. As diferentes análises sustentam-se em distintos, porém complementares, quadros teóricos e dividem a publicação em dois conjuntos. O primeiro inclui os artigos orientados para a descrição e análise linguísticas, enquanto o segundo contém trabalhos que abordam temas relacionados à política linguística e à Educação Escolar Indígena.

Do primeiro conjunto, tomando como base o quadro teórico da Sintaxe Gerativa, os artigos de Duarte e Castro examinam aspectos da sintaxe da língua Tenetehára, enquanto o artigo de Vieira desenvolve um estudo comparativo sobre aspectos da sintaxe da língua Asurini do Trocará e do Guarani Mbya. O artigo de Duarte trata do sistema de cisão de Caso no Tenetehára, buscando determinar a fonte de valoração do Caso absoluto em predicados intransitivos e estativos na língua. Na hipótese apresentada pelo autor, é o rótulo absoluto correspondente ao Caso acusativo, que é valorado uniformemente pelo núcleo v^o a sujeitos de verbos intransitivos e a objetos diretos. Nesta linha de investigação, o Caso absoluto equivale a um rótulo descritivo, pois não difere substancialmente do Caso acusativo. Uma consequência imediata dessa proposta é que o sistema de Caso do Tenetehára viola a generalização de Burzio (1986).

O artigo de Castro analisa o sufixo $\{-har\}$ Tenetehára e os processos de formação de palavras na língua. A partir da análise de contextos morfossintáticos em que o referido sufixo ocorre, o autor propõe que o comportamento desse morfema nos fornece evidências de que processos de formação de palavras se dá no nível sintático na língua, apresentando, assim, sustentação à Hipótese Lexicalista Fraca de Chomsky (1970).

O artigo de Vieira discute o estatuto de um tipo específico de complexo encontrado nas línguas Asurini do Trocará e Guarani Mbya. Nesse tipo de construção,



V1 pertence à classe aberta dos verbos lexicais, ao passo que V2 é constituído por classes mais fechadas, englobando os verbos posturais, os de movimento e os de estado. A análise traz evidências de que V2 não exhibe propriedades de verbos auxiliares, leves, coordenados ou subordinados, o que permite à autora argumentar em favor da hipótese de que a sequência [V1 V2], nas duas línguas investigadas, corresponde a manifestação de serialização verbal.

Também com a análise sustentada pelo quadro teórico gerativista, o artigo de Peixoto investiga a influência das características configuracionais do Guarani Mbya na ordem de palavras do português. Para tanto, a autora analisa a ordem de palavras do português Mbya Guarani levando em consideração a interferência, na estrutura informacional da sentença, de propriedades semântico-pragmáticas de fenômenos estilisticamente motivados como operação de scrambling, topicalização e focalização. Os resultados obtidos apontam semelhanças e não diferenças entre o PB (português brasileiro) e a variedade do português falado pelos Mbya.

Ainda, compondo o primeiro conjunto, o artigo de Martins & Vezaro e o artigo de Cabral (*et al*) examinam, a partir dos pressupostos teóricos da Linguística Tipológico-Funcional, o Uru Eu Wau Wau e três línguas da família Tupari: Makuráp, Tupari e Akuntsú, respectivamente. O artigo de Martins & Vezaro aborda a marcação de pessoa e caso no Uru Eu Wau Wau, mostrando que os marcadores de pessoa, notadamente, os prefixos verbais, estão se diferenciando do sistema de codificação pessoal da maioria das línguas TG. Segundo as autoras, esses prefixos estariam passando por um processo de neutralização, o que trouxe como consequência a reestruturação do sistema de pessoa e caso na língua. O artigo de Cabral (*et al*) trata do morfema *-et* na família Tupari, principalmente da sua função na língua Tupari e tem por objetivo mostrar que a análise de Caspar e Rodrigues (1957) desse morfema é a mais adequada por identificar seus componentes semânticos mais salientes: “determinado” e “específico”. Além disso, busca correlacionar o sufixo *-et* da família Tupari com morfemas cognatos em outras línguas Tupi.

Do segundo conjunto, fazem parte os artigos de Morello e Isidoro, os quais articulam os temas referentes à educação (escolar indígena), à política e à linguagem. O artigo de Isidoro propõe uma reflexão sobre os avanços e desafios



enfrentados na formação inicial dos professores indígenas do estado de Rondônia, estado este, reconhecidamente, plurilíngue e multicultural. A autora destaca, nesse contexto, o Projeto IAMÁ - Instituto de Antropologia e Meio Ambiente – uma organização não-governamental que atuou no estado na década de 90 e inspirou a criação pela Secretaria de Educação do Estado, em 1998, do Magistério Indígena, denominado Projeto Açaí. Um dos desmembramentos desse Projeto foi a criação do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, iniciado em 2009, pela Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Ji-Paraná. O curso proporcionou a consolidação de políticas públicas em prol da formação de professores indígenas em nível universitário e, conseqüentemente, foi propulsor de avanços da Educação Escolar Indígena no estado. Não obstante, a autora enfatiza o papel do movimento indígena como decisivo no sentido de negociar e convencer as instituições governamentais sobre a necessidade e a importância desse tipo de programa para os povos indígenas de Rondônia.

O artigo de Morello traz para a discussão a política linguística entendida como princípio epistemológico e metodológico de uma “ótica de pesquisa”, a qual estabelece relações entre conceitos e teorias permitindo compreender, de modo mais satisfatório, um campo de questões. A partir dessa perspectiva, a autora destaca a presença da língua Guarani em vários países sul-americanos, assim como propõe estabelecer um panorama das principais ações político-linguísticas desenvolvidas por estados nacionais (Brasil, Paraguai e Bolívia) para institucionalização e promoção dessa língua. A discussão proposta indaga, ainda, sobre o lugar do Guarani na construção de uma nova gestão das políticas públicas, que leve em conta o seu caráter transnacional e pluricêntrico.

Isso posto, faz-se necessário destacar que esta publicação representa um dos resultados do projeto de pesquisa “*As línguas Tupi faladas dentro e fora da Amazônia: do Vale do Guaporé à Bacia Platina*”, aprovado no âmbito do Edital Universal 14/2011-CNPq. O Projeto coordenado por mim, foi desenvolvido no período de 2011 a 2014 pela Linha de Pesquisa Etnolinguística Indigenista, do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Ciências da Linguagem (PPGMCL), da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Guajará-Mirim.



O principal escopo desse projeto foi fornecer subsídios para descrição, análise e documentação de línguas Tupi distribuídas (i) na bacia do Madeira, que compreende os vales do Guaporé e Mamoré, no estado de Rondônia (famílias Tuparí, Mondé, Ramaráma, Puruborá, Arikem, TG); (ii) nos Departamentos de Beni, Santa Cruz, Chuquisaca e Tarija, na Bolívia (família TG), assim como (iii) nas terras baixas da América do Sul (família TG, especificamente, as variedades modernas da língua Guarani faladas tanto no Brasil (MS, SC, PR, RS, RJ e ES) quanto no Paraguai e na Argentina.

Essa área geográfica sobressai-se, dentro do panorama dos estudos das línguas indígenas sul-americanas, por ser considerada o centro de origem (alto Madeira) da expansão dos povos Tupi. De fato, a quantidade e a diversidade de famílias do tronco Tupi existentes no sudoeste amazônico, especificamente, no alto curso do rio Madeira, é um dos fundamentos da hipótese, segundo a qual o centro de diversificação dos povos Tupi pode ter ocorrido em algum lugar próximo a essa região (RODRIGUES 1958a, 1964; URBAN 1992; RODRIGUES & CABRAL 2012). Dados arqueológicos encontrados nessa área, também, corroboram essa hipótese (CRUZ 2008; MILLER 2009; ZIMPEL NETO 2009; ALMEIDA & NEVES 2015).

Enquanto o sudoeste amazônico, notadamente, a região do alto rio Madeira é apontada como a terra natal dos povos do tronco Tupi, o leste amazônico apresenta-se como a região com a maior diversidade de línguas TG (MELLO & KNEIP 2006/2013). Junte-se a isso, o fato de a etnografia, a etno-história e a arqueologia (com extensa cronologia com datas próximas ao início da era cristã) atestarem a existência de um grande número de povos TG no sudeste da Amazônia (ALMEIDA & NEVES 2015). A conjunção desses fatores permitiria considerar a hipótese de ser o leste (MELLO & KNEIP 2006/2013) ou o sudeste amazônicos (médios e baixos Xingu e Tocantins/ALMEIDA & NEVES 2015; baixo Tocantins/RAMIREZ 2017) o centro de diversificação dos povos da família TG. Outra hipótese considera a região entre o Alto Juruena e Teles Pires o centro a partir do qual o Proto-Tupi-Guarani teria começado a se dividir e a se separar (RODRIGUES, 2007).

Dos povos Tupi, somente aqueles pertencentes à família TG afastaram-se



da Amazônia. Caso exemplar da característica migratória TG envolve os povos Guarani, que perfizeram grande deslocamento territorial, transitando do leste ou sudeste amazônico para o alto rio Paraguai (RODRIGUES 2000b) ou para o rio Paraná (RAMIREZ 2017), daí até a porção meridional do continente sul-americano (a bacia Platina), chegando, finalmente ao litoral brasileiro.

Os artigos que compõe esta publicação ilustram de forma exemplar esse cenário de ocupação territorial dos povos de línguas Tupi. As línguas da família Tuparí analisadas no artigo *“O morfema -et “determinativo” na família linguística Tuparí, com foco especial em sua função na língua Tuparí”*, assinalam a terra natal dos povos Tupi, que é a região do alto Madeira, dentro dos limites do estado de Rondônia. O artigo *“Experiências de formação de professores indígenas no estado de Rondônia: avanços e desafios na área de linguagem”*, ao caracterizar a diversidade dos cursos de formação de professores, que reúnem falantes de, aproximadamente, 26 línguas diferentes, sendo algumas delas não Tupi, dimensiona a diversidade do alto rio Madeira para muito além do tronco linguístico Tupi (RAMIREZ 2006).

A família TG aparece evidenciada por sua singular mobilidade e distribuição territorial. A língua Tenetehára examinada nos artigos *“Considerações sobre o sistema de alinhamento em Tenetehára”* e *“Palavras sintáticas em Tenetehára (Tupi-Guarani)”* demarca um dos possíveis pontos de ocupação milenar dos TG, já que o povo que fala esta língua habita as regiões dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutiua (sudeste amazônico). Já a língua Uru Eu Wau Wau, falada pelo povo de mesmo nome que vive, hoje, o Vale do Jamari, na região central de Rondônia, estudada no artigo *“Marcadores de pessoa e caso na língua Uru Eu Wau Wau”*, delimita um dos movimentos migratórios TG que ocorreu no período colonial. Esta migração se deu da bacia do Tapajós (leste amazônico) para a região de maciços montanhosos do centro de Rondônia (NIMUENDAJÚ 1948, MENÉNDEZ 1981/82; RODRIGUES 2007; RAMIREZ 2006).

As línguas Asurini do Trocará e Guarani Mbya analisadas no artigo *“O estatuto do complexo [V1 V2] em Asurini do Trocará e Guarani (Mbyá)”* caracterizam também diferentes deslocamentos TG. Por um lado, a língua Asurini ilustra uma das mais recentes migrações TG (primeiras décadas do século XX)



dentro dos limites de um dos possíveis centros de diversificação, ou seja, o rio Xingu (sua região de ocupação ancestral) e o rio Tocantins (sua localização atual). Por outro lado, a língua Guarani Mbya, sendo a mais meridional do conjunto TG, evidencia uma das mais longas e antigas migrações dos povos dessa família.

O Guarani é caracterizado, também, no artigo *“Língua guarani: políticas linguísticas e pluricentrismo”*, a partir de sua ampla distribuição territorial, que o distingue como o idioma TG falado no maior número de países sul-americanos. Essa característica atestaria seu estatuto transnacional e pluricêntrico. Já o artigo *“A ordem de constituintes no português Mbyá Guarani”*, de forma transversal, evidencia a posição político-linguística da língua Guarani no Brasil que, além de ser uma das línguas indígenas mais bem documentadas, é no referido trabalho a língua de contato determinante para a constituição de uma variedade do português (português Mbya Guarani), variedade esta que ganha visibilidade ao ser estudada e sistematizada.

Em suma, esta obra procura responder ao apelo lançado pelo professor Aryon Rodrigues em seu artigo intitulado *“Tarefas da Linguística no Brasil”*, publicado em 1966. Neste artigo, Rodrigues chamava atenção dos linguistas brasileiros para a importância do trabalho de documentação, descrição e a análise das línguas indígenas brasileiras. Enfatizava ser esta uma tarefa urgentíssima, visto que muitas dessas línguas correm sério risco de desaparecer em tempo recorde por apresentarem número bastante reduzido de falantes. Retomando, assim, as palavras de Rodrigues (1966, p. 5), podemos afirmar com segurança que *“as línguas indígenas constituem, pois, um dos pontos para os quais os linguistas brasileiros deverão voltar sua atenção. Tem-se aí, sem dúvida, a maior tarefa da linguística no Brasil”*

Rio de Janeiro, dezembro de 2017.

Marci Fileti Martins
(Organizadora)



O morfema *-et* “determinativo” na família linguística tuparí, com foco especial em sua função na língua Tuparí

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral¹

Edineia Aparecida Isidoro²

Isaias Tuparí³

Raul Tuparí⁴

Resumo

Este artigo trata do morfema *-et* na família Tuparí, principalmente da sua função na língua Tuparí, analisado em dois textos escritos por alunos Tuparí, da Terra Indígena Rio Branco, localizada no estado de Rondônia. Objetiva-se mostrar que a análise de Caspar e Rodrigues (1957) desse morfema é a mais adequada por identificar seus componentes semânticos mais salientes: ‘determinado’ e ‘específico’. Procura-se também correlacionar o sufixo *-et* da família Tuparí com morfemas cognatos em outras línguas Tupí, uma vez que compartilham formas análogas e os traços semânticos ‘pertencimento’ e ‘determinado’.

Palavras-chave: Língua Tuparí. Tronco Tupí. Caso Determinativo. Morfossintaxe. Função Discursiva.

Abstract

This article deals with the morpheme *-et* found in the languages of the Tuparí family. Its function in the Tuparí language is considered, taking into account its occurrence in two texts written by Tuparí students from the TI Rio Branco, located in the state of Rondônia. We argue that Caspar and Rodrigues’s (1957) analysis of this morpheme is the

1 Laboratório de Línguas Indígenas LALI/Universidade de Brasília (UnB).

2 Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Campus de Ji-Paraná.

3 Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Campus de Ji-Paraná.

4 Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Campus de Ji-Paraná.



most adequate, as it identifies the most salient semantic components of this morpheme as ‘determined’, ‘specific’, and ‘belonging’. We further argue that the Tuparí suffix *-et* is cognate to certain morphemes found in other Tupian languages, as suggested by their phonological structure and similar semantics (‘sense of belonging’ and ‘determined’).

Keywords: Tuparí language. Tupian stock. Determinative Case. Morphosyntax. Discursive function.

1 Introdução

Este artigo trata do morfema *-et* reportado para três línguas da família Tuparí (tronco Tupí)⁵: Makuráp (BRAGA, 2005, 2007), Akuntsú (ARAGÓN, 2014) e Tuparí (CASPAR; RODRIGUES, 1957; SEKI, 2002; ALVES, 2004), embora um foco especial seja dado às suas funções na língua Tuparí.

As demais línguas pertencentes a essa família são Mekéns (Sakirabiat), falada nas Terra Indígena Rio Mequéns; Wajoró, falada por poucos indivíduos na TI Guaporé; Kampé, falada na TI Alta Floresta por dois indivíduos e por outros que vivem em algumas cidades do estado; Akuntsú, falada na TI Rio Omerê; e Makuráp, falada nas TIs Rio Guaporé e Alta Floresta.

De todas as línguas da família Tuparí, a língua Tuparí é a única que continua sendo transmitida sistematicamente para novas gerações no seio de um número significativo de famílias das aldeias Tuparí, tanto da TI Guaporé quanto da TI Alta Floresta, mas é nesta última que os Tuparí são maioria e que a maior parte de suas aldeias são constituídas apenas de famílias Tuparí, integradas por poucos indígenas de outras etnias. Já na TI Guaporé, os Tuparí são minoria, e a situação social que tem prevalecido desde a época do contato⁶

5 Adota-se neste estudo a hipótese de um tronco Tupí proposta por Rodrigues (1985, 1986, 2005, 2007) e por Rodrigues e Cabral (2012).

6 Os Tuparí, assim como os Makuráp, os Djeoromitxi, os Wajoró e outros povos, foram divididos, de forma que parte deles foram sediados no que hoje é a TI Guaporé e parte sediada na atual TI Rio Branco, tendo sido esse fato um dos principais desencadeadores do enfraquecimento político, linguístico e cultural desses povos (TUPARÍ, 2015).



tem sido caracterizada por um grande número de casamentos interétnicos, presentemente entre pessoas de nove povos – Makuráp, Jabutí, Kanoé, Wayoró (Ajuru), Tuparí, Arikapô, Aruá, Massaká e Cujubim. Esse fato, somado à ausência de políticas e de planejamentos linguísticos adequados, tem contribuído para que as línguas nativas originárias desses povos tenham se enfraquecido progressivamente, caminhando para a obsolescência (BRAGA, 1992; BRAGA et al., 2011; DJEOROMITXI, 2015; TUPARÍ, 2015).

O Akuntsú é a única língua, das aqui contempladas, que é falada atualmente por cinco pessoas monolíngues; uma dessas pessoas é um menino, filho de Txiramantu Kanoê e de Pupák Akuntsú que, por ter acesso aos Akuntsú e ter crescido em casa próxima ao posto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na TI Omerê, tornou-se trilingue em Português, Kanoê e Akuntsú. Entretanto, mesmo com esse novo falante, a língua Akuntsú tem difíceis chances de se perpetuar.

A língua Kampé, também da família Tuparí, é falada por menos de meia dúzia de indivíduos que, por viverem distantes uns dos outros, mal encontram situações para exercitarem a comunicação na língua nativa. A situação das línguas Mekéns e Makuráp é calamitosa, pois elas não têm sido transmitidas sistematicamente para as novas gerações.

O sufixo *-et*, foco deste estudo, é encontrado apenas nas línguas Akuntsú, Makuráp e Tuparí. Considerando que há uma maior proximidade genética da Akuntsú com a Mekéns e com a Kampé, muito provavelmente os cognatos do morfema *-et* desapareceram também dessas duas últimas línguas.

A investigação do funcionamento do morfema *-et* em Akuntsú, Makuráp e Tuparí é importante para os estudos descritivos e histórico-comparativos da família Tuparí e do tronco Tupí, em geral, pelas suas propriedades funcionais não reportadas, até o presente, para outras famílias Tupí, embora possa ser correlacionado a morfemas encontrados em outras famílias desse agrupamento genético, a exemplo do Mawé, do Awetí e de línguas Tupí-Guaraní, como propõe-se adiante.



Este artigo está assim organizado: na segunda seção, retoma-se as descrições feitas do morfema *-et* no Tuparí por Caspar e Rodrigues (1957), por Alves (2002, 2004) e por Seki (2002); no Makurap, por Braga (2005, 2007); e no Akuntsú, por Aragon (2014). Na terceira seção, discute-se o funcionamento do morfema Tuparí no interior de textos escritos por alunos Tuparí e associa-se os traços semânticos que o morfema do Tuparí compartilha com os morfemas cognatos do Akuntsú e do Makuráp. Na quarta seção, propõe-se uma correlação entre a semântica do morfema Tuparí *-et* e os morfemas encontrados em Sateré Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní, os quais também se caracterizam semanticamente como marcadores de ‘procedência’, de algo ‘preciso’, ‘determinado’ e de ‘pertencimento’. Por fim, nas considerações finais, conclui-se que a noção de determinativo lançada por Caspar e Rodrigues (1957) é a mais adequada para descrever a natureza desse sufixo na família Tuparí.

Com este estudo, rende-se uma singela homenagem a Aryon Dall’Igna Rodrigues, o primeiro a propor uma descrição para o sufixo *-et*, em seu trabalho sobre a língua Tuparí desenvolvido a partir dos dados colhidos dos Tuparí, da TI Guaporé, por Franz Caspar, em 1945.

2 O Sufixo *-et* em Tuparí, Makuráp e Akuntsú

O morfema *-et* (*-et* ~ *-t* ~ *-en* ~ *-n*), encontrado na família Tuparí, foi descrito pela primeira vez por Caspar e Rodrigues (1957), que o analisaram como uma expressão casual primária e flexional, nomeada ‘determinativo’; segundo esses autores, as demais expressões casuais dessa língua são o ablativo *-ere* (*-ere* ~ *-re* ∞ *-ne*), o inessivo *-pe* e o instrumental alativo’ *-m* (*-m* ~ *-o*).

O morfema *-et* é mutuamente exclusivo com os demais morfemas casuais da língua, o que constituiu um dos critérios usados por Caspar e Rodrigues (1957) para analisá-lo como morfema casual.



Para Rodrigues (2001), em comunicação pessoal a Cabral⁷, o sufixo determinativo associa-se a um nome conferindo ao referente deste o *status* de determinado e de especificado. Alguns exemplos extraídos de Caspar e Rodrigues (1957) ilustrativos do morfema ‘determinativo’ são:

/waet/ waep ‘rede’+ *-et* ‘determinativo’ = ‘a rede’; /hat opaet/ hat ‘este aqui’, opa ‘milho’ + *-et* ‘determinativo’ = ‘isto aqui é milho’; /hat ipoet / hat ‘este aqui’, i- relacional + poa ‘lugar’ + *-et* ‘determinativo’ ‘este aqui é seu lugar’.

Um fato a ser observado no exemplo /waet/ waep ‘rede’+ *-et* ‘determinativo’ = ‘a rede’ é a queda do /p/ final a raiz waep ao se combinar com o sufixo *-et*. Caspar e Rodrigues (1957, p. 16), ao tratarem de “Fenômenos em juntas fechadas” em Tuparí, explicam que, morfemas terminados em /p/ perdem esse fonema antes de junta fechada. Um dos exemplos dados pelos autores, mostra a perda de /p/ em final e raiz nominal na combinação com o morfema *-et*: epiet ‘a banana’ (epip ‘banana’ + /+ / + *-et*).

Como descrito por Rodrigues e Caspar ([1957] 2017), o morfema *-et*, tem os seguintes alomorfes: *-t* e *-n* se combinam respectivamente com temas terminados em vogal oral e nasal; *-et* e *-en* se combinam respectivamente com temas orais e nasais terminados por consoante. No caso de temas terminados por /p/, como explicamos no parágrafo precedente, este cai em fronteira de morfema, de forma que o alomorfe *-et* é acionado.

Seki (2002) propõe uma análise distinta do morfema *-et* do Tuparí, atribuindo-lhe a função de definir o referente de um nome em qualquer função argumental (A, S e O) e rotulando-o de ‘Nominativo’ (Nom). Exemplos dados por Seki (2002, p. 305–307) para ilustrar essas funções do sufixo *-et* são:

- (16)⁸ a. amêko-t kur-et õpop na (cf. kut ‘menino, criança’)
onça-nom menino-nom
matar ‘a onça matou o menino’

7 Comunicação pessoal realizada durante oficina sobre línguas Tupí, no Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas, em maio de 2013.

8 Mantém-se neste artigo a numeração original dos exemplos.



- b. aramirã-n o-mêr-en to-a
mulher-nom 1sg-marido-nom ver-t
'a mulher viu meu marido'
- c. opa-et kaa 'õn (cf. opap 'milho')
milho-nom comer eu
'eu comi milho'

A autora ressalta que “[...] dado que as funções de **A** e **O** recebem a mesma marca morfológica, a distinção entre elas é marcada pela ordem, de forma que, nas construções transitivas independentes, a ordem é **AOV**.” (SEKI, 2002, p. 305–307)

- (17) a. kur-et aramirã-n top nãã
menino-nom mulher -nom ver aux
'o menino viu a mulher'
- b. aramirã-n kur-et top nãã
mulher -nom menino-nom ver aux
'a mulher viu o menino'

Seki (2002) faz uma observação importante que é válida independentemente da sua análise de um *-et* ‘Nominativo’, a de que o sufixo “[...] acrescenta-se ao sintagma nominal em sua totalidade, no caso de sintagma genitivo e de sintagma com modificador qualificador.”, exemplificado por

- (10) a. opsi'a apee
ovo casca
'casca do ovo'
- b. opsi'a apee-t asik
ovo casca-nom lisa
'a casca do ovo é lisa'
- (11) a. arimẽ
macaco
'macaco'
- b. arimẽ-n sa 'õn
macaco-NOM flecha eu
'eu flechei macaco'



- (12) a. arime sik'e
 macaco preto
 'macaco preto'
- b. arimẽ sik'e-t sa 'õn
 macaco preto-NOM flechar eu
 'eu flechei macaco preto'
- (13) a. arime s ik'e oay tããn
 macaco preto rabo comprido
 'macaco preto do rabo comprido'
- b. arimẽ sik'e oay tããr-en sa 'õn
 macaco preto rabo comprido-nomf lechar eu
 'eu flechei macaco preto do rabo comprido'

Embora Caspar e Rodrigues (1957) não tenham explicitamente feito menção a essa propriedade distribucional do sufixo, dão exemplos em que fica claro que o marcador *-et* flexiona o último elemento de um sintagma nominal.

Seki (2001, p. 306) observa ainda que, “[...] no caso de sintagmas que contêm como modificador preposto um demonstrativo ou um nome em função de determinante, o sufixo aplica-se também a estes.”, o que é exemplificado por:

- (14) ho'o-et ku-et tããn
 este-nom pau-nom comprido
 'este pau é comprido'
- (15) profesora-t Lucy-t terap'a te-'a eret
 professora-nom Lucy-nom viajar 3-estar.aux amanhã
 'a professora Lucy vai viajar amanhã'

2.1 O Sufixo *-et* em Makuráp

O morfema *-et* do Makuráp é descrito por Braga (2005) como um morfema genitivo que acumula também a função de dar ao nome determinado um caráter específico e definido, seguindo Caspar e Rodrigues (1957).



Braga (2007, p. 24) mostra que o contraste de duas construções genitivas, uma com *-et* e outra sem esse sufixo, deixa claro que a construção sem *-et* torna o nome genérico e indefinido, enquanto a sua presença faz o contrário.

(20) Ki mēxap
ki+mēxap
1pl.incl + jenipapo
'jenipapo para nós!'

(21) Ki me
ki+me xa(p)-et
1pl.incl+jenipapo-gen
'nosso jenipapo.'

Braga (2007) ressalta que essa oposição entre genérico/específico e indefinido/definido feita pela ausência/presença do morfema *-et* só se verifica nesse tipo de construção.

Ainda segundo Braga (2007), o morfema *-et* ocorre em qualquer construção genitiva quando se quer precisá-la ou defini-la seja ela direta, como nos exemplos apresentados, seja indireta ou mediada. A indireta se faz por meio do sufixo *-ep* afixado ao tema determinado, já a construção genitiva mediada se faz por meio dos nomes *-ao* ‘animal de criação’ e *-aro* ‘coisa’. Os exemplos dados por Braga (2007, p. 25) são:

Construção genitiva indireta

(24) a. o xepiat
o+x-ep-pia-t
1sg+prc -med-fígado-
gen 'meu fígado'

b. tepiat
∅-t-ep-pia-t
3sg-prnc -fígado-gen
'fígado dele'

(25) a. o xepxaut
o+x-ep-xau-t
1sg-prc-med -farinha-gen
'minha farinha'

b. tepxaut
∅-t-ep-xau-t
3sg-prnc -farinha-gen
'farinha dele'



e identificadas as motivações para o seu uso na língua Tuparí. As ocorrências do morfema *-et* são constatadas à medida que as expressões nominais por ele marcadas aparecem nos textos.

Os exemplos a seguir foram extraídos do texto “O-ma’ã ‘minha fala’”, de Regiane Ep’iri Tuparí.

- 1a. *mõket* domingo-pe pu’ukut’a-m,
faz.tempo domingo-iness final.da.tarde-instr-all
- 1b. *manga* kot’o-a o-tero’ao’a s-oro-a o-ter-a-t ’on iku-m
manga querer-t 1-ter.vontade r²-procurar-T 1-ir-t per f 1 pau-instr-all
‘faz tempo, em final de tarde de domingo, eu tive vontade de comer manga e fui procurar no pé da mangueira (pau)’

Nos exemplos de 1(a-b), dos cinco nomes expressos, apenas o nome “manga” não é marcado para nenhum caso. Trata-se de um nome em função de objeto direto, usado com significado genérico. Assim, quando o autor do texto diz ‘minha vontade de comer manga’, manga é qualquer fruta manga. A ausência do morfema *-et* nos demais nominais que se vê no texto da aluna confirma que, nesses casos, o referente dos nomes tem conotação genérica e, na maioria dos exemplos, estão na qualidade de objetos de verbos transitivos, contíguos ou não a estes.

- 2a. *nempe* s-ik-a-t ’on, huru no’om, s-ik’pe
depois r² -tirar-t -PERF 1 três mais.um r² -tirar
- 2b. *o-sat* ’on w-ek-o,
1-vir 1 1-casa-instr-all
- 2c. *pokae-re* i-ká w-epsik serõ’a-re,
porta-rel r²-comer 1-sentar sentado-rel
- 2d. ***takam’a-n*** Ø-toa-t ’on ***hapo*** *osire* ***manga***
cotia-det r¹- ver-T 1 ingá debaixo manga
- 2e. *puroa-psit’* ***ape*** Ø-ka ye’rõa-re
jogar-pac casca r¹ -comer sentado/deitado-rel

‘quando eu tirei três (mangas), eu vim para casa e sentei na porta da casa para comer as mangas e vi debaixo do ingá uma cotia comendo sentada a casca jogada’



Nos exemplos 2(a-e), tanto “casca” como “manga” não recebem marcas casuais e ambas expressam noções genéricas. É importante notar que o nome manga já é informação velha, conhecida do falante e do ouvinte, mas não é marcado por *-et*, o que descarta a possibilidade desse morfema ser uma marca de ‘definido’ ou de ‘definitude’, simplesmente. Outro fato é que “manga” vem sintaticamente separado do verbo *-ka* ‘comer’.

3a. *i-top* *pe* *wararowararo-ka-sit* *w=ãran*
 r²-ver lá rápido.rápido-verb- pac 1=aproximar
 'on \emptyset -*ek-si-m* *tarupa* \emptyset -***pen*** \emptyset -*ara*,
 1 R¹-casa-interior-inst .all branco R¹-arma R¹-pegar
 ‘rápido eu fui dentro de casa ver e pegar a arma de branco’

3b. ***per-en*** \emptyset -*ar-a* *opoap* *pe* ***i-por-et***
 arma-det r¹-pegar- t apalpar lá r²- conteúdo-det
 ‘peguei a arma e o cartucho dela’

No exemplo 3a, a palavra ***tarupa pen*** “arma de branco”, contém sentido genérico, logo não recebe *-et*. Já no exemplo 3b, a palavra “arma” vem marcada pelo sufixo *-et*, pois sinaliza que o falante agora põe em evidência a arma que não é mais genérica, mas a que o falante pegou (trata-se de uma espingarda), assim como a bala dessa arma que também recebe o sufixo *-et*.

4a. *at'pe* *yõkoan* 'on,
 depois.de pegar 1

4b. *yõkõum-pe* *w-aor-a-t* *on* *ek-pe*
 colocar-iness 1-sair-t -PERF 1 casa-instr-all

4c. *he-re* ***takama-n*** *hẽ-'om* *na* *to-a-t* *on*,
 esse-rel cotia-det esse-NEG n.ATES ver-t-perf 1
 ‘depois de pegar, eu saí de casa e não (nada)vi essa cotia’

4d. *nam'ea*, ***kora kora*** \emptyset -***kur-et*** *ek-pe* *te-tep'nam*, *hè-t*
 exclamação, galinha r¹- **filhote-DET** casa-iness 3-estar esse-det

4e. *pean* *tawa-t* *on*
 primeiro espantar-perf 1
 ‘dentro da casa estava o filhote de galinha, eu logo o espantei’



Nos exemplos 4(a-e), o demonstrativo traduzido por “esse”, referente à “cotia”, vem necessariamente marcado por *-et*, pois tem um referente ‘determinado’, ‘específico’. O nome filhote de galinha é uma informação nova, conhecida apenas do falante, mas vem marcada por *-et*, pois se trata de elemento em torno do qual o discurso vai temporariamente se desenvolver. O falante então se refere ao filhote como algo específico, preciso e determinado. Não é qualquer filhote de galinha, mas o que estava dentro da casa quando ele entrou para pegar a arma.

- 5a. *here* *simarã* *te-aora-re,* *na-pe* *tepòp’a*
então fazer.barulho 3-sair-rel daí-iness medo
- 5b. *takam’a-n* *te-pen’ãrẽ* *kup* \emptyset -*aek’a-sim*
cotia-DET 3- pular pau r¹-moita-dentro
‘então fiz barulho e fiquei com medo da cotia ter pulado na moita’

A cotia vem marcada por *-et* no exemplo 5(a-b) por ser a cotia específica, a que é umas das personagens centrais da trama discursiva.

- 5c. *here* *s-orowa,* *o-ter-a* *ero’a-re,* *te-paora* *tèynarẽ,*
então r²-procurar 1-ir-t assim-rel 3-aparecer novamente
- 5d. *o=toa-re,* *nem’pe* *te-psika-re*
1=ver-rel quando 3-sentar-abl
‘então eu fui procurá-la e quando me viu novamente sentou’
- 6a. *here* ***he e’por-et*** *o’aerem* *o=tom’ëkat* *’on*
então esse conteúdo-det mesmo.lugar 1-em.pé 1
- 6b. *nempe* ***per-en*** \emptyset -*atamam* *pe* *w=ekup* *wak’ karat* *on*
quando espingarda-det R¹-mirar lá 1=arma barulho 1
- ‘então esse conteúdo no mesmo lugar, e eu em pé, quando mirei a espingarda, minha arma disparou’

No exemplo 6a, a expressão para conteúdo tem como referente a cotia, personagem central do discurso, e, portanto, conhecida, determinada e específica, logo é marcada pelo morfema *-et*, pois o falante chama atenção



sobre ela. Já no exemplo 6b, a palavra ‘arma’ agora surge marcada por *-en*, uma vez que é retomada pelo autor do texto, pois é aquela arma que ele foi buscar dentro de casa e que agora passa a ser foco do discurso.

7a. *here, i-toa o-waran on, chumbò-t i-sito-re,*
esserel r²-ver 1-ir 1 chumbo-det r²-pé-abl
‘então fui ver e o chumbo, estava no pé dela’

7b. *i-patak’ge-re ke, te’-at*
r²- barriga-abl am 3-pegar
‘pegou nela, na barriga dela’

8a. *wan’om ero’a-re te-sot’ay-to’om ka-re, ero’a-re*
mesmo assim-rel 3-morrer-neg aux-rel assim-rel
‘mesmo assim ela não morreu’

8b. *te-sot’ay-to’om ka-re.*
3-morrer-neg aux-rel
‘não morreu’

No exemplo em 7a, a palavra *chumbo*, empréstimo do Português, vem marcada por *-et*, pois é o *chumbo* da já referida arma que continua a ser referência no discurso. A ocorrência de *-et* em empréstimos como *chumbo* prova que esse sufixo é produtivo na língua.

Os exemplos a seguir foram extraídos do texto de Gian Nare’e Tupari, escrito para um curso realizado em 2011, no qual descreve o dia a dia do aluno na aldeia Tucumã.

1a. *w=er-et Gian Nare’e Tupari,*
1=nome-det Gian Nare’e Tuparí

1b. *aldeia colorado-re na o=tet’e,*
aldeia.Colorado-rel AUX 1=AUX.EXIST
‘meu nome é Gian Nare’e Tuparí e eu vivo na aldeia Colorado’

2a. *here, ũrō-rē estuda-na o=sao’ap teka,*
então lá-rel estudar-TRANS 1=vir aux

2b. *moto-pe, o=sao’ap teka aldeia tucuma-m,*
motor-iness 1=vir aux andeiaTucumã-all
‘então eu vim para aldeia Tucumã de motor para estudar’



- 3a. here, o-si'aut'a ha-ere, carro-pe, o=sao'ap teka
então 1-tia lugar-rel carro-iness 1=vir aux
- 3b. urõ-re área to-a teap teka, mo'ã Ø-mõrã,
lá-rel área ver-t todos aux bola r¹-jogar
'depois, eu vim de carro para o lugar da minha tia e lá eu vi todos jogando bola'

Até aqui todos os nomes estão marcados por um dos casos existentes na língua, mas o nome bola, no exemplo 3b, vem sem marca casual. E novamente trata-se de significado ‘genérico’ de um nome, no caso bola, formando com o verbo uma unidade semântica, ‘jogar bola’.

- 4a. nempe, ote=arop Ø-õ-kay-ap
depois 1excl =alimento r¹-caus -comer-nom
teka, are-re, pot'à-re
AUX comida-rel porção-rel,
- 4b. pok'a-re, wao-re, pok'aum'eran
jaboti/tracajá-rel, jacaré-rel, jaboti.da.terra
'depois houve a nossa comida, porção, tracajá, jacaré e jaboti'

Em 4a, “nosso alimento” não recebe *-et*, pois *-arop* é um termo genérico, embora seja especificado adiante (exemplo 4b) pelos nomes dos alimentos (porção, tracajá, jacaré e jaboti).

- 5a. he-re professora-ear-et te-y'aorsa-sap
esse-rel professora-col-det 3-chegar-nom
teka, nempe tet' ana teka hãp cajui-m,
aux daí ir lugar aux morada Cajuí-all
'então as professoras chegam e vão para aldeia Cajuí'
- 6a. here kie-pe, ote=ip'a-na oteap teka aldeia trindadyi-m
então depois-iness 1 excl=vir-trans sempre aux aldeia Trindade-all
- 6b. kaho-pe, estuda-na.
carro-iness estudar-trans
'então, depois, viemos todos os dias para a aldeia Trindade para estudar'
7. nempe sexta-pe, o=tek-o,
depois sexta-iness 1=casa-all
ote=tet 'a-na, ote=ap teka.



1excl =ir-trans 1excl =procurar AUX
'depois, sexta-feira, nós fomos procurar ir para minha casa'

8. here w=ek-o, w=ao
então 1=casa-all 1=chegar
w=arop Ø-kao-'ap teka nempe
1=comida r¹-comer-nom aux depois
'então, quando cheguei na minha casa, comi minha comida e cochilei um pouco'

Em 8, novamente “minha comida” não recebe *-et*, por se tratar de um termo genérico.

9a. nempe hurum o'=erao'ap teka,
depois pouco 1=cochilar aux

9b. pu'um, ipot Ø-arop mōra 'o=ap teka, wāypa Ø-ara.
tarde peixe r¹-comida r¹-dar 1=buscar aux pintado r¹-pegar
'depois de eu cochilar um pouco, mais tarde, eu joguei isca para pegar pintado'

Em 9b, “pintado”, embora seja uma espécie específica de peixe, vem sem a marca *-et*, pois o autor do texto o usou em sentido genérico, qualquer peixe pintado.

10. here sim'e-m, televisão to-a-o-ap teka,
então noite-instr-all televisão ver-t-ver-NOM aux
'de noite eu vi televisão'

Da mesma forma, em 10, o nome “televisão” é usado com sentido genérico.

11. nempe suk'am, o'=erao'-ap teka.
quando depois 1=dormir-NOM aux
'daí, depois eu fui dormir'

12. keo'ap teka pagerem pagerem-ka
assim aux dia-a-dia-VERB
'e assim foi meu dia-a-dia'



Os dois textos apresentados aqui mostram que os nomes em Tuparí que não recebem o morfema *-et* são nomes de referentes genéricos como *-arop* “comida”, *tarupa pen* “arma de branco”, *mo’ã* ‘bola’, *wãypa* “pintado”, entre outros, ou nomes usados com sentido genérico. Os textos revelam também que os dêiticos demonstrativos usados como pronomes podem ser marcados pelo morfema *-et* quando seu referente já tenha sido mencionado no discurso e o falante o põe em foco. Os dados mostram ainda que nomes em função de argumento podem ou não receber o morfema *-et*, mas quando se combinam com esse morfema, têm conotação específica, precisa e determinada.

4 Traços Semânticos Compartilhados pelo Morfema *-et* em Tuparí e Makuráp e por Cognatos em outras Línguas Tupí

O morfema *-et* do Tuparí ocorre em nomes em função argumentativa de agente/sujeito e de objeto, mas não quando nomes funcionam como complemento de posposição. Contudo, os mesmos nomes, nas mesmas funções de agente/sujeito e de objeto, podem, em princípio, ocorrer sem a marca *-et* quando usados em sentido genérico. Esse fato exclui a possibilidade de que o morfema *-et* seja uma marca de nomes em função de argumento, como propõe Seki (2002). Por outro lado, todo nome flexionado por *-et* é ‘determinado’, ‘específico e ‘preciso’. E como há ocorrências de nomes com *-et* que constituem informação nova, conhecida apenas pelo falante, essa marca não pode ser associada ao significado de definitude pois marcas dessa natureza pressupõem que o referente de um nome seja conhecido tanto pelo falante quanto pelo ouvinte e tenha sido referida anteriormente no discurso. Este é um ponto importante que consideramos no presente estudo. Nos dois textos analisados, o uso da marca *-et*, dá-se a partir de uma escolha pessoal dos autores, pondo em foco expressões nominais em seus respectivos discursos.

Em Makuráp, o morfema *-et* ocorre apenas em construções possessivas,



acentuando a relação de posse estabelecida entre um nome e seu determinante, como “(a que é) minha casa” ou “(a que é) casa de mim”. Mas, como ocorre em Tuparí, nomes podem não ser marcados pelo morfema *-et* (BRAGA, 2005), nessas construções.

Uma das questões que se coloca quanto ao morfema *-et* da família Tuparí diz respeito à sua origem, pois nenhum morfema com essa exata função foi descrito até agora para outras línguas da família, nem para línguas de outras famílias do tronco Tupí. Entretanto, ao se considerar morfemas como *-wat* ‘posse’, do Sateré Mawé (FRANCESCHINI, 1999); *-iwar* ‘procedência’, do Tupinambá (RODRIGUES, 2010); *-iwat*, *-iwar* ou *-iwan* ‘procedência’, de outras línguas Tupí-Guaraní, como o Kamaiurá e o Zo’é; assim como *-wat* ‘procedência’, do Awetí, verifica-se que há estreitas aproximações semânticas e de forma entre eles. Exemplos desses morfemas são dados a seguir:

Sateré Mawé	<i>-wat</i> ‘posse’
uru-wat	‘o que é nosso (Exclusivo)’
e-wat	‘o que é teu’
ko-wa(t)-ria	weita
dem-gen-coll	pássaro
	‘esses são pássaros’ (FRANCESCHINI, 1999, p. 75)
Tupinambá	<i>-iwár</i> , <i>-iwán</i> ‘nome de procedência’
íβítír ‘serra’ + <i>-iwár</i>	→ íβítíriwár ‘o serrano’
kaʔá ‘mato’ + <i>-iwán</i>	→ kaʔáiwán ‘o silvestre’
yū ‘campo’ + <i>-iwán</i>	→ yūiwán ‘o campestre’
pakatá ‘Porto Seguro’ + <i>-iwár</i>	→ pakatáiwár ‘o natural de Porto Seguro’
Kamayurá	<i>-wat</i> ‘procedente/pertencente’
je ∅-ope-wat	
1 r 1-dat-proc	
	‘o que é para mim’
aʔe-pe-wat	
esse-loc-proc	
	‘o que está nesse’
Zo’é	<i>-wat</i> ‘procedente/pertencente’



puʔã-pe-wat
dedo-lp-proc
'o que é do dedo (anel)'

iʔ-pe-wat
água-lp-proc
'o que é da água'

keña-wán-a
Keñã-procedência-arg
'os de keñã

Awetý *-wat* 'procedente'/'pertencente'

i-pi-wat
1-pé-proc
'o que é do meu pé'

e-owa-wat
2-face-proc
'o que é da tua face'

i-ni-wat
1-rede-proc
'o que é/está na rede'

i-wat
água-proc
'o que é ou o que vive na água (peixe, por exemplo)'

ko-ipe-wat
lá-lp-proc
'o que é de lá'

i-iʔp-wat
1-tronco-proc
'o que é do tronco'

kuitan-ipe-wat
alí-lp-proc
'o que é dali'

Esses morfemas têm em comum com os morfemas do Tuparí e do Makuráp os significados de ‘determinado’, ‘específico e ‘preciso’. Compartilham com o Makurap os significados de ‘procedência’ e de ‘pertencimento’. Os dados analisados mostram também que, em Tuparí o morfema *-et* consiste em uma marca enfática de posse determinada, precisa e específica



Quanto à forma do morfema *-et* da família Tuparí, pode-se conjecturar que tenha historicamente perdido o *w* inicial ao mudar o seu *status* gramatical para sufixo flexional, enquanto nas outras línguas seu *status* é de morfema derivacional.

Um fato a se observar é o de que em línguas Tupí-Guaraní, o morfema *-iwat*, *-iwar* só se combina com sintagmas posposicionais ou com nomes marcados por caso morfológico. Já no Awetí, o sufixo *-wat* pode combinar-se tanto com nomes flexionados para caso locativo quanto com nomes sem marcas casuais. Em Sateré Mawé, o morfema *-wat* combina-se apenas com nomes sem morfema casual; já em Tuparí, o morfema *-et* é um morfema casual.

Considerações Finais

Neste artigo, apresenta-se uma descrição do uso do morfema *-et* da língua Tuparí, considerando sua ocorrência em dois textos escritos por alunos Tuparí da TI Alta Floresta, onde essa língua continua a ser transmitida com regularidade para as próximas gerações. Os resultados da análise substanciam uma comparação do morfema Tuparí com morfemas cognatos de outras línguas da família Tuparí, o Makuráp e o Akuntsú. A apreensão dos significados compartilhados pelos morfemas cognatos nessas línguas leva à postulação de um morfema Proto-Tuparí **-et* comparável a possíveis morfemas cognatos encontrados em línguas das famílias Tupí-Guaraní – **-iwar*, Sateré Mawé *-wat* e Awetí *-wat* –, o que permite traçar para esses morfemas uma origem comum, cuja semântica reuniria os traços ‘determinado’ e de ‘pertencimento’.

Voltando ao termo determinativo, proposto por Caspar e Rodrigues (1957) para nomear o sufixo do Tuparí, observa-se que se trata de um traço mais geral que abarcaria tanto o significado de determinativo quanto o de específico, definido e preciso, mas com a particularidade de que o referente do nome com o qual se combina pode ser conhecido apenas do falante, não podendo, assim, ser confundido com um marcador de definitude, simplesmente.



Um fato muito importante acerca desse morfema em Makuráp e em Tuparí é que o seu uso é controlado pelo falante. Nos dois fragmentos de textos em Tuparí aqui apresentados, há expressões nominais concebidas como definidas, pois uma vez apresentadas, se tornam conhecidas do ouvinte/leitor, mas que não apresentam o sufixo *-et*. As expressões nominais que apresentam este morfema são aquelas que os autores focalizam ao longo de seus respectivos textos. São aquelas retomadas no discurso e que são de importância absoluta para a compreensão, pelo ouvinte ou leitor, da informação transmitida. Nesse sentido, as noções de determinado, específico e definido em Tuparí, além de se tornarem concretas no nível do discurso, são atribuídas a expressões nominais pelo narrador, que as põe em foco para sinalizar sobre o que trata o seu discurso.

Por fim, ressalta-se a relevante análise de Caspar e Rodrigues (1957), que confere ao morfema *-et* da família Tuparí o estatuto gramatical de sufixo flexional com a função casual de ‘determinativo’.

Abreviaturas das Funções Gramaticais

1 ou 1sg	primeira pessoa singular
2 ou 2sg	segunda pessoa singular
3 ou 3sg	terceira pessoa singular
1incl	primeira pessoa plural inclusiva
1excl	primeira pessoa plural exclusiva
2pl.	segunda pessoa plural
3	terceira pessoa
Abl	ablativo
All	alativo
AM	aspecto-modalidade
Aux	auxiliar
Aux.est	auxiliar
Caus	causativo
Col	coletivizador’
Det	determinativo
Dat	dativo
Int	intensivo
Gen	genérico
Med	mediador de posse



Neg	negativo
Nom	nominativo
PROC	procedência
PRC	prefixo relacional de contiguidade
prnc	prefixo relacional de não contiguidade
rel	relativo
tr	transitivo
iness	inessivo
r ¹	prefixo relacional 1, de contiguidade
r ²	prefixo relacional 2, de não-contiguidade
instr-all	instrumentivo-alativo
loc	locativo
LP	locativo pontual
pac	paciente
TRANS	translativo
VER	verbalizador

Referências

ALVES, Poliana Maria. **Flexão relacional em Tuparí e em Tupí-Guaraní.** *In:* RODRIGUES, A. D.; CABRAL Ana. Suelly. A. C. (Org.). *Línguas Indígenas Brasileiras: fonologia, gramática e história.* ATAS do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Belém: EDUFPA, p. 269–273. Tomo I. 2002.

ALVES, Poliana Maria. **O léxico do Tuparí: proposta de um dicionário bilíngüe.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

ARAGON, Carolina Coelho. **A Grammar of Akuntsú, a Tupían Language.** Tese (Doutorado) – University of Hawai’i, Mānoa, 2014.

BRAGA, Alzerinda de Oliveira. **Aspects morphosyntaxiques de la langue Makurap/Tupi.** Tese (Doutorado) – Université de Toulouse – Le Mirail, Toulouse, 2005.

BRAGA, Alzerinda de Oliveira. **A fonologia segmental e aspectos morfofonológicos da língua Makurap (Tupi).** Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL-UNICAMP, 1 Campinas, 1992.



BRAGA, Alzerinda de Oliveira. **As construções genitivas em Makurap.** In: CABRAL, Ana Suelly. Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon D. (Org.) **Línguas e Culturas Tupi.** Campinas-SP: Editora Curt Nimuendaju, 2007.

BRAGA, Alzerinda; CABRAL, A. S. A. C. ; RODRIGUES, A. D. ; Mindlin, Betty . **Línguas Entrelaçadas: uma situação sui generis de línguas em contato.** *Papia*, Brasília, DF, v. 21, p. 221–2230, 2011.

CASPAR, Franz.; RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Versuch einer Grammatik der Tuparí-Sprache.**[S.l.]: [s.n], 1957.

DJEOROMITXI, Andr Kodjowoi. **O Fortalecimento da Língua e Cultura Djeromitxi a partir da Formação dos Professores.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural) – Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), JI-Paraná, 2015.

FRANCESCHINI, Dulce. **La langue Sateré Mawé, Description et Analyse Morphosyntaxique.** Tese (Doutorado em Linguística) – Université de Paris VII Denis Diderot, Paris, 1999.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **As consoantes do Proto-Tupí.** In: CABRAL, Ana Suelly Arruda Cmara; RODRIGUES, Aryon Dall’Igna (Org.) **Línguas e Culturas Tupí.** Campinas: Ed. Curt Nimuendajú; Brasília, DF: LALI, p. 167–203. 2007.

_____. **As vogais orais do Proto-Tupí.** In: RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara (Org.) **Novos estudos sobre línguas indígenas.** Brasília, DF: Editora UnB. p. 35–46. 2005.

_____. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **Estrutura do Tupinambá.** In: CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall’Igna (Org.). **Línguas e Culturas Tupí 2.** Campinas, SP: Curt Nimuendajú; Brasília, DF: LALI/UnB, p. 167–203. 2010.

_____. **Relações internas na família Tupí-Guaraní.** *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 27, p. 33–53. 1985.



RODRIGUES, A. D; CASPAR, F. **Esboço da Gramática da Língua Tuparí**. In: CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara; SILVA, Aiel Pheula do Couto; LOPES, Jorge Domingues (Org.) *Esboços da Gramática da Língua Tuparí*. Brasília: LALLI, p. 11-100. [1957] 2017.

_____; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara. **Tupían**. In: CAMPBELL, Lyle; GRONDONA, Verónica (Org.). **The Indigenous Languages of South America**. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, v. 2, p. 495–574. 2012.

SEKI, L. **Aspectos Morfosintáticos do Nome em Tupari**. In: CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon D. (Org). ATAS DO I ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL. 1. ed. Par. Editora Universitria UFPA, v. 1, p. 298-308. 2002.

TUPARI, Raul Pat’ Aware. **OTE MA’Ë - Reflexões Sobre a Escrita da Língua Tupari**. 2015. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural) – Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), JI-Paraná, 2015.



Considerações sobre o sistema de alinhamento em Tenetehára

*Fábio Bonfim Duart*¹

Resumo

Este artigo examina o sistema de cisão de Caso na língua Tenetehára, no intuito de determinar a fonte de valoração do Caso absolutivo em predicados intransitivos e estativos. A proposta advogada é que o rótulo absolutivo corresponde ao Caso acusativo, que é valorado uniformemente pelo núcleo *v*º a sujeitos de verbos intransitivos e a objetos diretos. Em conformidade a essa hipótese, absolutivo serve apenas como um rótulo descritivo, pois não difere substancialmente do Caso acusativo na língua Tenetehára. Em suma, propõe-se que o parâmetro sintático que distingue o Tenetehára de línguas acusativas e ergativas está relacionado ao fato de haver dois Casos estruturais ativos: o nominativo e o acusativo. Isso significa dizer que os núcleos *T*º e *v*º podem ser atribuidores de Caso estrutural (i.e. nominativo e acusativo, respectivamente) em construções inacusativas e estativas. A consequência imediata dessa análise é que o sistema de Caso do Tenetehára viola a generalização de Burzio (1986). Faz-se importante observar que a identificação do Caso absolutivo com o acusativo se dá apenas em línguas com sistema de Caso cindido, como é a situação proposta para o Tenetehára. Por sua vez, há muitas línguas ergativas em que o Caso absolutivo é uniformemente valorado pelo núcleo *T*º, equivalendo a nominativo.

Palavras-chave: Caso Abstrato. Ergatividade. Caso Absolutivo. Tupi-Guarani. Tupi.

Abstract

This paper examines the Tenetehára split-S system in order to determine the source of the absolutive Case in intransitive and transitive predicates. The proposal is that the

¹ Professor Associado III da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 2. Página na internet: www.lettras.ufmg.br/fbonfim. Este trabalho é resultado de uma pesquisa em andamento, intitulada *Ergatividade em Línguas Indígenas Brasileiras* e suas consequências para a teoria de caso, o qual integra um projeto maior, apoiado pelo CNPq (Processo 302674/2009-8). Esse projeto conta ainda com apoio de uma bolsa de pesquisa, financiada pela FAPEMIG (projeto número 19901) e com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPq/UFMG). Parte da produção alcançada por este projeto pode ser acessada nos seguintes portais www.lettras.ufmg.br/portal_lali e www.lettras.ufmg.br/fbonfim.



label absolutive corresponds to the structural accusative Case that is uniformly assigned by the head v° to intransitive subjects and objects. According to this hypothesis, these arguments always move to Spec-vP. In line with this analysis, I contend that absolutive Case is just a descriptive label, inasmuch as it does not differ from accusative Case. The proposal advocated in this paper is that the syntactic parameter that distinguishes Tenetehára from accusative and ergative languages has to do with the fact that the heads T° and v° can be potential case assigners in intransitive and stative predicates. This property explains why the structural Case of intransitive subjects can be, in principle, either the nominative or the accusative in Tenetehára grammar. In sum, one is led to claim that Tenetehára Case system violates Burzio's generalization (1986). It is important to point that absolutive only corresponds to accusative in Split-S languages like Tenetehára. However, there are ergative languages in which absolutive Case is uniformly valued by the head T° .

Keywords: Abstract Case. Ergativity. Absolutive Case. Tupi-Guarani. Tupi.

1 Introdução

Este artigo objetiva a análise do sistema de realização de Caso abstrato na língua Tenetehára. Para tal, será avaliado o sistema de atribuição de Caso (i) em orações principais cujo objeto vem realizado por meio de pronomes de primeira [+ego] e segunda pessoa [+tu]; (ii) em orações intransitivas cujo núcleo do predicado possui verbos monoargumentais de várias subclasses semânticas (estativos/descritivos, (in)acusativos e inergativos); e, por fim, (iii) em orações encaixadas temporais que, em geral, exibem o complementizador *mehe* em posição posposta aos constituintes nucleares do predicado, situações em que emerge a ordem [SOV [mehe]]. Outro propósito é averiguar se o núcleo atribuidor do Caso estrutural aos argumentos nucleares (O) e (S), em sentenças transitivas e intransitivas, é o mesmo ou se esse Caso é atribuído por núcleos funcionais distintos. Um terceiro intuito é mostrar que o argumento nuclear dos “ditos” verbos inacusativos podem sim receber Caso acusativo do núcleo v° , diferentemente do que ocorre em línguas nom/acc, em que os predicados inacusativos são incapazes de licenciar esse Caso a seu argumento nuclear.



Evidências a favor dessa análise advêm da distribuição morfossintática que se observa entre duas séries de marcadores pronominais. Há uma série que só codifica sujeitos de verbos transitivos e de verbos intransitivos eventivos em orações raízes, os quais serão aqui identificados, doravante, como Série 1. Existe ainda outra série que só codifica sujeitos de verbos estativos e objetos de verbos transitivos em orações principais e subordinadas, os quais serão, doravante, rotulados de Série 2, conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1 – Prefixos Nominativos

Série 1: Prefixos Nominativos		
	Singular	Plural
Primeira Pessoa	<i>a-</i>	<i>xi-/za-</i> _{inclusivo} <i>uru-</i> _{exclusivo}
Segunda Pessoa	<i>(e)re</i>	<i>pe-</i>
Terceira Pessoa	<i>u- ∞ w- ∞ o-</i>	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Quadro 2 – Clíticos Pronominais Absolutivos

Série 2: Clíticos Pronominais Absolutivos		
	Singular	Plural
Primeira Pessoa	<i>he</i>	<i>zane</i> _{inclusivo} <i>ure</i> _{exclusivo}
Segunda Pessoa	<i>ne</i>	<i>pe</i>
Série 2: Prefixos Absolutivos		
Terceira Pessoa	<i>h- ∞ i-</i>	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

A proposta teórica desenvolvida na seção cinco é a de que a distribuição sintática da série 2 está diretamente correlacionada com os *slots* em que ocorre a valoração de Caso absoluto (acusativo) durante a computação sintática de sentenças transitivas e intransitivas. Mais precisamente, a teoria que se



desenvolve neste estudo é a de que os marcadores absolutivos (os clíticos pronominais e os prefixos), quando figuram no domínio do vP, entram na derivação sintática com o traço ininterpretável de Caso absolutivo (=acusativo) a ser valorado pelo núcleo v^o . Note que esta proposta não assume que Caso absolutivo seja valorado no domínio C-TP em Tenetehára, mas, ao contrário, propõe-se que esse caso seja licenciado no domínio de vP. A razão advém do fato de os marcadores absolutivos nunca ocuparem posições sintáticas no domínio C-TP, situação que explica a razão por que os marcadores absolutivos estão sempre em distribuição complementar em relação aos prefixos pessoais (nominativos) da Série 1, o quais podem ocorrer em verbos auxiliares.

O artigo está organizado em cinco seções, a saber: na segunda seção, apresenta-se o aporte teórico que ancorará a análise; na terceira seção, apresentam-se os dados linguísticos relevantes do sistema nominativo; na quarta seção, retomam-se os dados do sistema de alinhamento absolutivo em orações subordinadas temporais; na quinta seção, detalha-se a proposta teórica. Por fim, na última seção, tecem-se as considerações finais

2 Aporte Teórico

No âmbito da literatura linguística, assume-se que as línguas permitem várias estratégias morfossintáticas para a indicação do Caso dos argumentos nucleares. Essa marcação pode dar-se de diversas maneiras, a saber:

- (i) por meio da realização de afixos na morfologia verbal para codificar tanto o D/NP sujeito quanto o D/NP objeto;
- (ii) pela realização de afixo casuais nos D/NPs em função de sujeito e de objeto;
- (iii) por intermédio do estabelecimento de uma ordem sintática fixa entre esses argumentos.

Nas próximas subseções, ancorando-se em pressupostos da teoria de Caso, retomam-se algumas propostas teóricas, assumidas no âmbito da



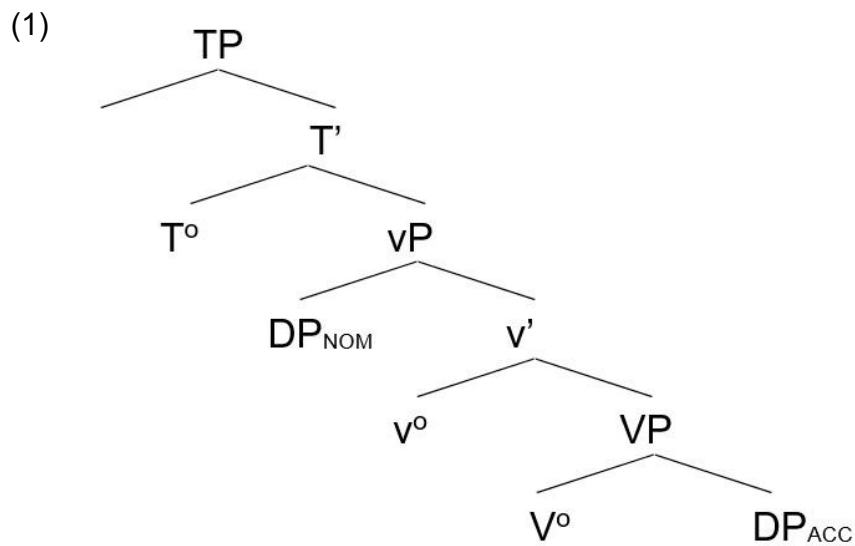
gramática gerativa, de como se dá o mecanismo de valoração do Caso abstrato do sujeito e do objeto em línguas que exibem construções acusativas, ergativas e dativas. Este estudo inicia, então, com a análise do sistema de valoração de Caso abstrato em línguas acusativas.

2.1 Sistema de Valoração de Caso em Línguas Nominativo/Acusativo

Em relação a sistemas que apresentam o alinhamento de Caso nominativo-acusativo, a hipótese que vem sendo adotada, no âmbito do programa minimalista, é a de que o Caso ativo é, via de regra, o nominativo. Esse Caso é atribuído ao sujeito (A)² de verbos transitivos e ao sujeito (S) de verbos monoargumentais. Estar ativo significa que o argumento (S) do verbo intransitivo receberá o Caso nominativo do núcleo funcional T^o, e não o Caso estrutural atribuído pelo núcleo v^o, como é a situação de muitas línguas que exibem o sistema ergativo-absolutivo. Que o Caso ativo³ é mesmo o nominativo pode ser notado pela estrutura arbórea apresentada em (1) em que o sujeito do verbo transitivo recebe o Caso nominativo do núcleo T^o e não o acusativo:

2 Dixon (1979, 1994) propõe o índice (A) para referir-se a DPs que ocupam a posição sintática de sujeito de verbos transitivos, em geral os de ação; o rótulo (S) para indicar DPs sujeitos dos verbos intransitivos, independentemente do fato de este DP ser ou não o sujeito de verbos inergativos e inacusativos; e o termo (O) a DPs que exercem a função de objeto direto a verbos transitivos.

3 Conforme Otsuka (2006, p. 84–86), “[...] the difference between accusative and ergative systems reduces to the choice of “active” Case, i.e., the Case that is activated in intransitive constructions: T-Case in accusative languages and V-Case in ergative languages. [...] In accusative languages, [...] the sole argument of an intransitive verb bears T-Case, the active Case in the system. In contrast, in ergative languages, it is T-Case that becomes inert. Consequently, the subject of an intransitive verb receives V-Case [...]”. Note que essa assunção serve apenas para línguas ergativas em que T^o não está ativo. Há, todavia, línguas ergativas como o Kuikuro e o Dyirbal em que o núcleo T^o está sim ativo, enquanto o núcleo v^o não está ativo a valorar Caso estrutural.



A hipótese que vem sendo formulada na literatura recente (OTSUKA, 2006, p. 85) é a de que, nos sistemas nominativos, o Caso ativo é o nominativo. Assim sendo, esse Caso fica disponível tanto ao sujeito (A) de verbos transitivos quanto ao sujeito (S) de verbos monoargumentais, conforme mostra a representação a seguir:

LÍNGUAS NOMINATIVAS

Se $C1_{\text{nominativo}}$ estiver ativo

(a) $V_{\text{transitivo}}$ ($C1_{\text{nom}}$, $C2_{\text{acc}}$)

(b) $V_{\text{intransitivo}}$ ($C1_{\text{nom}}$)

Estar ativado, neste estudo, significa que o único argumento (S) do verbo intransitivo, independentemente do fato de esse argumento ser o DP com a propriedade semântica de [+afetado] ou o DP com a propriedade de [+agente], terá seu traço de Caso nominativo valorado pelo núcleo funcional T° , e não pelo núcleo v° . Assume-se, no decorrer deste texto, a intuição de que a valoração de Caso ocorre por uma operação agree que se dá entre o núcleo

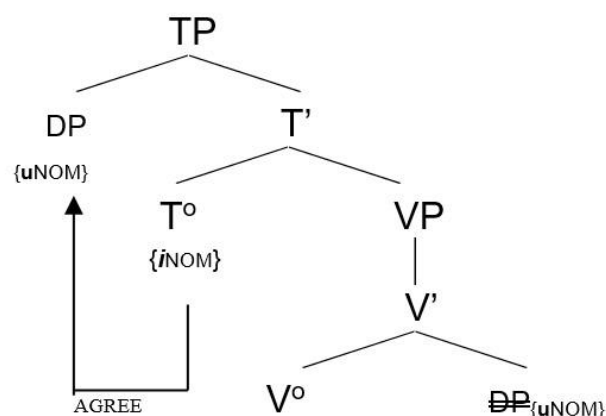


de uma categoria funcional e um alvo que contenha um traço ininterpretável. Esse núcleo pode equivaler às categorias T^o ou v^o e o traço ininterpretável em jogo corresponde ao traço de Caso ininterpretável que os DPs carregam. Essa ideia está em consonância com o que propõe o programa minimalista⁴. Conforme Chomsky (1998, p. 53–57, tradução nossa), a

[...] importância da distinção entre traços formais interpretáveis e ininterpretáveis não foi reconhecida até muito recentemente, no curso da atividade do programa minimalista. Ela parece ser central à configuração geral da linguagem. [...] traços formais ininterpretáveis são de fato o mecanismo que implementa a propriedade de deslocamento. [...] são exigidos como um mecanismo para satisfazer as condições de legibilidade impostas pela arquitetura geral da mente/cérebro, pelas propriedades do aparato de processamento e pelos sistemas do pensamento.

Que o Caso ativo em línguas acusativas é mesmo o nominativo pode ser notado pela derivação sintática apresentada na estrutura arbórea em (2). Nessa configuração, o único argumento (nuclear) do verbo intransitivo tem seu traço de Caso (=nominativo) valorado pela operação *agree* que se dá entre o núcleo T^o e o DP que, em geral, pode ou não mover-se para a posição de sujeito:

(2)



4 Para mais detalhes sobre essa proposta, remeto o leitor a Chomsky (1995, 1998, 1999) (2001), Adger (2003), Aldridge (2008), dentre outros.



Nas propostas mais recentes, no âmbito da teoria de Caso, argumenta-se que a diferença entre sistemas nominativo-acusativos, por um lado, e sistemas ergativos, por outro, reduz-se à escolha de qual Caso que vai estar “ativo⁵”. Mais precisamente, depende do Caso que é ativado nas construções intransitivas. Essa hipótese tem como consequência o fato de o núcleo v^o não ser projetado nas construções inacusativas para valorar o Caso do argumento interno, de modo que este argumento tem seu Caso valorado pelo núcleo T^o nas línguas nominativo-acusativas. Segundo esta análise, os verbos inacusativos são defectivos pelo fato de não projetarem o nível vP. Note que este nível vP deverá ser sempre projetado nas construções intransitivas em que o Caso acusativo é valorado em sistemas de Caso como o do Tenetehára, qualquer que sejam as propriedades semânticas de S nesse sistema. Será, portanto, justamente essa a propriedade que consiste na violação à generalização de Burzio.

Ademais, a designação “inacusativo” decorre justamente do fato de os verbos inacusativos, embora c-selecionarem um DP argumento interno, são inaptos quanto a poderem ter o Caso desse DP valorado internamente à primeira fase, mais precisamente na posição de Spec de vP. Em consonância com Chomsky (2004), o nível lexical VP, em que são gerados os verbos inacusativos, não constitui uma fase forte, uma vez que o núcleo V^o não valoriza Caso estrutural nem apresenta estrutura argumental plena. Nesse sentido, o que as línguas nominativas fazem em contextos em que vP não participa da valoração do Caso ao argumento de inacusativos⁶ é selecionar o Caso não

5 Conforme Otsuka (2006, p. 85), “[...] the difference between accusative and ergative systems reduces to the choice of “active” Case, i.e., the Case that is activated in intransitive constructions: T-Case in accusative languages and V-Case in ergative languages. [...] In accusative languages, [...] the sole argument of an intransitive verb bears T-Case, the active Case in the system. In contrast, in ergative languages, it is T-Case that becomes inert. Consequently, the subject of an intransitive verb receives V-Case [...]”

6 Observa-se o que afirma Chomsky (1998, p. 9) sobre essa hipótese: “[...] v* is the functional head associated with full argument structure, transitive and experiencer constructions, and is one of several choices for v, which may furthermore be the element determining that the selected root is verbal”.



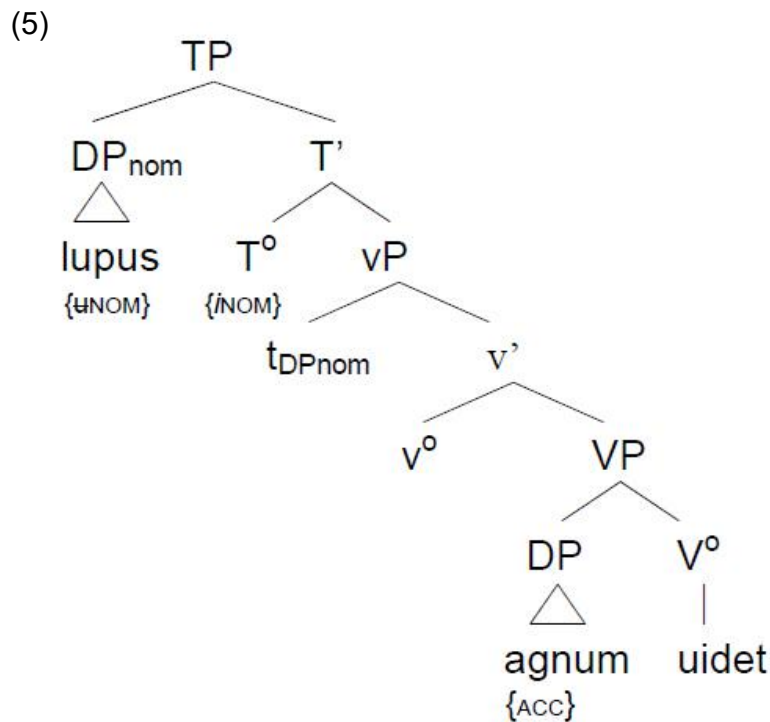
marcado, o qual equivale ao nominativo. A intuição é que o Caso nominativo, sempre que possível, tem prioridade em relação ao Caso acusativo⁷. Os dados a seguir ilustram tal situação, já que os sufixos de Caso nominativo {-us} figura no sujeito (A) e no sujeito (S). Alinhar aqui significa que os referidos argumentos são marcados morfologicamente por meio do mesmo morfema de Caso, conforme se vê pelos exemplos a seguir:

<u>Latim</u>		
(3)	<i>lup-us</i>	<i>agn-um</i> <i>uide-t</i>
	lobo-nom ⁸	codeiro-ACC ver-3
	“O lobo vê o cordeiro”.	
(4)	<i>lup-us</i>	<i>veni-t</i>
	lobo-nom	vir-3
	“O lobo vem”.	

A proposta, amplamente assumida no âmbito da literatura sobre teoria de Caso, é a de que a derivação das sentenças transitivas e intransitivas em línguas nominativo-acusativas dá-se por meio do movimento do sujeito para a posição de SPEC-TP, enquanto o objeto recebe Caso estrutural interno a VP. Durante a derivação, o objeto pode permanecer *in situ* ou pode mover-se para a borda do vP. Assim sendo, a derivação completa da sentença (3) pode dar-se com o objeto recebendo Caso acusativo *in situ*, conforme demonstra a derivação em (5):

7 Woolford (2003a, p. 307) postula o seguinte: “[...] some principle causes nominative Case to be selected instead of accusative, when either Case could be licensed on an object”. [...] “The intuitive idea of this proposal is simple: if an object can be licensed for nominative or accusative, it will surface with nominative, because the grammar prefers a less marked Case over a more marked Case [...]”.

8 Os seguintes símbolos e seus respectivos significados são utilizados nas glosas dos dados das línguas: ABS: Caso absolutivo; ACC: Caso acusativo; ANT: morfema de antipassiva; COMP: complementizador; CONT: aspecto progressivo; DAT: Caso dativo; DESID: morfema de modo desiderativo; ERG: Caso ergativo; EVID-DPASS: evidencialidade em passado distante; FUT: futuro; INTENS: intensificador; NEG: negação; NONFUT: morfema de tempo não futuro; NOM: Caso nominativo; OBLIQ: Caso oblíquo; PASS: morfema de passado; PL: plural; PONT: aspecto pontual; PSP: posposição; POSS: possessivo; REFLEX: reflexivo; REL: prefixo relacional.



Já nas construções intransitivas, o único argumento nuclear pode também se mover para SPEC-TP, posição sintática em que recebe Caso nominativo do núcleo T^o, razão pela qual se diz que há alinhamento entre o sujeito (S) de intransitivo e o sujeito (A) de transitivos. Ou seja, esses dois argumentos recebem Caso nominativo em uma mesma posição sintática estrutural, mais precisamente em SPEC-TP. Na próxima seção, apresenta-se o sistema de valoração de Caso em línguas ergativas.

2.2 Sistema de Valoração de Caso em Línguas Ergativo/Absolutivo

Já no padrão ergativo-absolutivo, a valoração de Caso abstrato se dá de maneira um pouco distinta quando se compara com o mecanismo de valoração de Caso que ocorre no padrão nominativo/acusativo, já que o alinhamento dá-se entre o objeto (O) e o sujeito (S) do intransitivo. Por



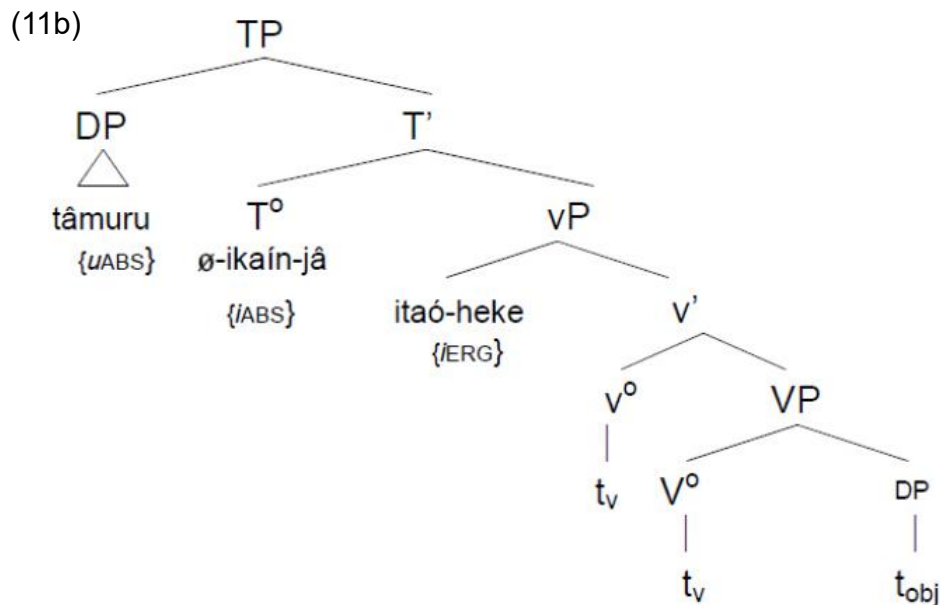
Tendo em conta esses dados, a hipótese que tem sido aventada nas pesquisas recentes é que, em línguas ergativas como o Dyirbal, o caso estrutural (ativo) é o absolutivo. O ergativo, por sua vez, corresponde a Caso inerente e só figura no sujeito (A) de verbos transitivos. Com base nessa assunção e nos dados apresentados, assume-se, neste trabalho, que o Caso absolutivo no Kuikuro e no Dyirbal equivale ao nominativo, visto que esse é o Caso atribuído ao sujeito dos verbos intransitivos em sentenças finitas. Já o ergativo equivalerá ao Caso inerente e será valorado internamente a vP, no ponto da derivação sintática em que o DP argumento externo recebe o papel temático do núcleo *v*. Em síntese, em consonância com essa teoria, o Caso absolutivo equivale a caso estrutural atribuído pelo núcleo T^o, enquanto o ergativo⁹ corresponde ao Caso não estrutural, atribuído inerentemente pelo núcleo *v*^o. Esse fato explica por que nessas línguas o DP que recebe o Caso ergativo costuma ocupar uma posição mais baixa na estrutura, sendo, em geral, c-comandado pelo DP objeto, já que este se move para a posição de SPEC-TP. Por essa razão, na derivação da sentença (8), repetida a seguir como (11a), o DP objeto, que carrega o Caso absolutivo (=nominativo), é movido de sua posição de base para a posição de SPEC-TP, de modo a que o Caso absolutivo (=nominativo) seja valorado pelo núcleo T^o. Já o DP com o Caso ergativo, por ocupar uma posição mais baixa na estrutura, permanecerá na posição em que é gerado, ou seja, em SPEC-vP. O leitor atento deve estar se perguntando como pode ser possível que o DP objeto se move por cima do argumento externo sem violar a condição de minimalidade relativizada. Uma solução para esta questão pode ser encontrada se assumirmos que as posições sintáticas ocupadas por DPs, que já receberam Caso abstrato, não contam como barreiras para movimento de DPs mais baixos na estrutura sintática do complexo v-VP. Ademais, o fato de o DP argumento externo não

9 Woolford (2006, p. 113) defende a proposta de que o ergativo seja o Caso atribuído inerentemente pelo núcleo *v*^o. Ela formula essa teoria da seguinte maneira: “Inherent Case may occur on external arguments and on (shifted) DP goal arguments, but not on themes/internal arguments”.



possuir traços de Caso abstrato a valorar não o torna candidato a mover-se para Spec-TP. Assim sendo, o fato de o DP argumento externo já receber Caso inerente o torna invisível ao núcleo T° , situação que explica a razão por que o DP argumento interno deve mover-se para o domínio da sonda T° para ter seu Caso abstrato valorado como nominativo. Segundo essa abordagem, o Caso absolutivo equivalerá a nominativo, uma vez que o núcleo T° , sendo [+finit o,+tense], estará apto a valorar Caso nominativo ao DP_{objeto} , que se move para a posição de sujeito da sentença. Uma evidência a favor dessa análise conecta-se com o fato de o verbo, no Kuikuro, trazer morfemas de tempo/aspecto/modo, sinalizando, assim, que o núcleo T° está apto a valorar Caso. Acompanhando esse raciocínio, propõe-se que a derivação completa da sentença (11a) dá-se conforme delineado em (11b):

- (11a) *tâ-murú* *ø-ikaín-jâ* *itaó-heke*
REFLEX-FILHO abs-levantar-pont mulher-erg
"A mulher levantou seu (próprio) filho". (FRANCHETTO, 1990, p. 58–59)





Na próxima subseção, discute-se o sistema de valoração de Caso dos argumentos nucleares (A) e (O) em construções transitivas cujo padrão é dativo/nominativo. Dados do espanhol e do islandês serão apresentados.

2.3 Padrão Dativo/Nominativo

Além dos alinhamentos apresentados, há outro tipo em que o sujeito (A) recebe o Caso dativo; e o objeto (O), o Caso nominativo. Nesse sentido, a diferença desse sistema de Caso com o sistema nominativo/acusativo reside no fato de ser o argumento interno (=objeto), e não o argumento externo, que receberá o Caso nominativo. A forte evidência que se tem para afirmar que o objeto realmente recebe o Caso nominativo do núcleo T^o em línguas desse tipo advém do fato de esse argumento engatilhar a concordância com o verbo. O curioso é que esse tipo de concordância reversa ocorre mais frequentemente com predicados que possuem verbos psicológicos¹⁰, como é demonstrado pelos dados do islandês e do espanhol a seguir:

DADOS DO ISLANDÊS (BOBALJIK, 2008, p. 4)

(12) *Jóni líkuðu þessir sokkar*
Jon-dat gostar-pl essas meias-nom
“Jon gosta destas meias”.

DADOS DO ESPANHOL (BOBALJIK, 2008, p. 4)

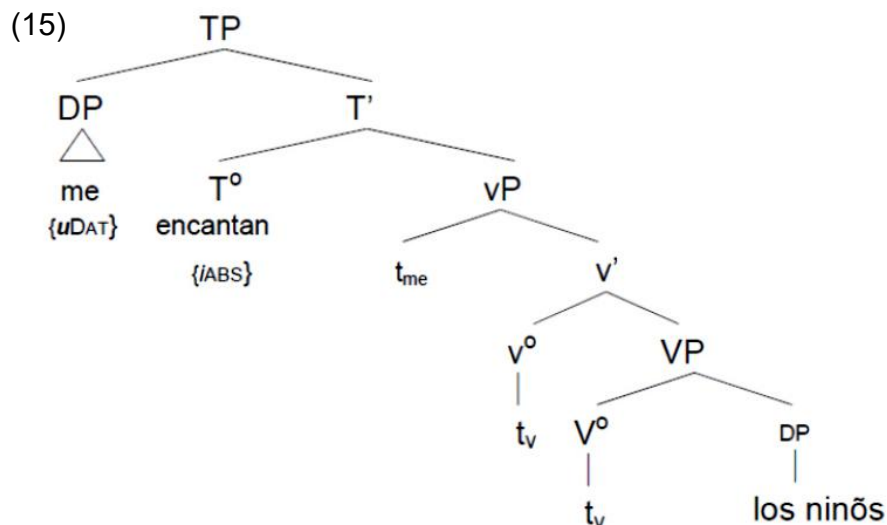
(13) *me encantan los niños.*
me-dat encantam os meninos-nom
“Eu me encanto com os meninos”.

(14) *a ti te encantan los perros?*
te-dat encantam os cachorros-nom
“Quanto a ti, tu se encanta com os cachorros”.

¹⁰ Por limitações de espaço e tempo, não explorarei a razão por que esse sistema só se aplica a certo grupo de verbos. Nesse caso, parece haver uma propriedade semântica, que está envolvida na cisão do sistema de Caso, visto que o sistema é nominativo-acusativo para a maioria dos verbos e dativo-nominativo para um grupo específico de predicados.



O sistema dativo/nominativo que emerge nos predicados psicológicos do Islandês e do Espanhol tem em comum com o sistema nominativo/acusativo o fato de o nominativo ser o Caso estrutural ativo. Contudo, a diferença está no fato de que a atribuição do Caso nominativo se dá à distância por meio de uma operação agree que se estabelece entre o núcleo T^0 e o argumento interno, sem que este se mova para a posição de SPEC-TP. Por outro lado, o sistema dativo-nominativo tem em comum com o sistema ergativo-absolutivo do Kuikuro o fato de o Caso dativo do sujeito dos verbos psicológicos ser atribuído inerentemente pelo núcleo v^0 . De maneira semelhante à derivação sintática que ocorre para valorar o traço de Caso do DP argumento interno em Kuikuro, podemos assumir que, nas construções acima, a sonda T^0 pula o DP argumento externo e valora somente o Caso abstrato do argumento interno, por já ter sido o Caso do DP argumento externo valorado como dativo pelo núcleo v^0 . Tal fato justifica o porquê que esse argumento se torna invisível à operação de valoração de Caso estrutural pela sonda T^0 , não emergindo, portanto, violação à condição de minimalidade. Por fim, a ordem linear acima é obtida, se assumirmos que Caso nominativo é valorado à distância entre a sonda T^0 e o DP alvo, com o subsequente movimento apenas do argumento externo para Spec-TP, de modo que o traço EPP da sentença seja valorado. O produto final dessa derivação sintática pode ser mais bem percebido pela estrutura arbórea delineada em (15):





2.4 Resumo da Seção

Em suma, o que se observa nos três sistemas de alinhamentos discutidos até aqui é que há apenas um Caso estrutural sendo ativado: o nominativo, que equivale ao que a tipologia sintática tem rotulado de absoluto em línguas como o Kuikuro e o Dyirbal. O fato curioso que se observa nesses sistemas é que parece haver a seguinte correlação: (i) se o sujeito receber Caso inerente, o objeto apanhará o Caso estrutural nominativo (=absolutivo) e, inversamente, (ii) se o objeto receber Caso acusativo, o sujeito, então, é o que terá o Caso nominativo. O Quadro 3 apresenta um resumo da proposta teórica delineada até aqui:

Quadro 3 – Tipos de Casos acionados

Sistemas de Caso	Caso estrutural ativado	Núcleo funcional atribuidor do Caso estrutural	Caso inerente atribuído pelo núcleo v ^o
NOM/ACC	NOM	T ^o	-
ERG/ABS	NOM (=ABS)	T ^o	ERGATIVO
DAT/NOM	NOM	T ^o	DATIVO

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Além dos padrões previstos no Quadro 3, há ainda outro que é muito recorrente em línguas indígenas brasileiras, particularmente em línguas pertencentes à família linguística Tupí-Guaraní. Trata-se do sistema cindido que, em geral, engatilha cisão na codificação dos argumentos na função de sujeito dos verbos intransitivos. Acompanhando Dixon (1994), a hipótese que se pretende desenvolver neste artigo é que o sujeito de verbos ativos (Sa) recebe o Caso nominativo, enquanto o sujeito de verbos estativos (So) é marcado com Caso absoluto, o qual, ao final de contas, corresponde a Caso acusativo. Por essa razão, a questão que se coloca para a análise é saber exatamente em que medida esse sistema difere, por exemplo, dos sistemas ergativos e



nominativos apresentados no Quadro 3. No intuito de buscar uma explicação para essa questão, formula-se a seguinte hipótese preliminar: a diferença do sistema cindido, que é muito recorrente em línguas da família linguística Tupí-guaraní, em relação aos sistemas ergativos está diretamente relacionada ao número de Casos estruturais que são ativados nas sentenças intransitivas. A hipótese que se propõe é que haverá dois Casos estruturais ativados em relação aos sujeitos de verbos intransitivos: o nominativo e o acusativo. O nominativo é o Caso valorado pelo núcleo T^o ao sujeito (A) de transitivos e ao sujeito (Sa) de intransitivos eventivos em orações independentes e matrizes. Já o acusativo é o Caso valorado pelo núcleo v^o a sujeitos (So) de verbos intransitivos estativos e a objetos de verbos transitivos em orações raízes e subordinadas. Conforme veremos o objetivo é trazer a representação a seguir mostra os Casos ativos:

Sistema de Caso cindido

(16) C1_{nominativo} e C2_{acusativo} são Casos ativos

(a) V _{transitivo}	(C1 _{nom'})	C2 _{acc})
(b) V _{intransitivo}	(C1 _{nom})	
(c) V _{intransitivo}		(C1 _{nom})

No intuito de avaliar o alcance e a validade dessa hipótese, apresentam-se, na próxima seção, os dados da língua Tenetehára¹¹ em que esse sistema ocorre. O objetivo é fornecer evidências empíricas a favor da proposta acima. Conforme veremos, o que determina a escolha de um ou outro Caso estrutural são fatores puramente estruturais, tais como o fato de a sentença ser subordinada ou não. Nesse sistema, fatores semânticos parecem não estar envolvidos na ativação do sistema de valoração do Caso abstrato dos argumentos nucleares. Começamos com a análise dos contextos em que o Caso ativo é o nominativo.

11 Remeto o leitor aos trabalhos de Duarte (1997), (2003), (2006a), (2006b) e (2007), em que se adianta parte da análise a ser desenvolvida nas próximas seções.



3 Apresentação dos Dados do Sistema Nominativo em Tenetehára

O sistema de Caso nominativo emerge nas orações raízes e principais, particularmente quando o objeto vem realizado por sintagmas nominais plenos. Nesses contextos, o objeto, via de regra, segue o verbo na ordem linear, podendo surgir as ordens sintáticas VSO e SVO, conforme mostram os dados a seguir:

VERBOS TRANSITIVOS

ORDEM VSO

- (17) *w_i-ekar* *teko_i* *wakari* *ita* *r-ehe* *a'e_i*
3-procurar a gente acari pedra obliq- em ele
“A gente procura acari na pedra”.

ORDEM SVO

- (18) *he-hi_i* *u_i-m-ur* *maʔe* *r-oʔo-kwer* *ha-we* *a'e_i*
1-mãe 3-fazer-uir coisa poss- carne-PASS 1-dat ela
“Minha mãe deu carne para mim”.

Vê-se que, nos exemplos (17) e (18), o verbo aciona o prefixo {u- ~ w-}, cuja função é codificar o argumento na função sintática de sujeito (A). Esse mesmo prefixo pode ainda codificar o sujeito (Sa) de verbos intransitivos eventivos, independentemente do fato de esses verbos selecionarem ou não um DP com o papel temático de [+agente] ou de [+afetado/+tema/+paciente], conforme mostram os dados a seguir:

VERBOS INTRANSITIVOS

- (19) *w-iko_i* *Purutu_i* *aʔe* *pe* [inacusativo]
3-estar Purutu lá em
“Purutu está/vive lá”.

- (20) *iwira_i* *u_i-mano* [inacusativo]
madeira 3-morrer
“A madeira morreu (=secou)”.



- (21) *u_i-hiz* *kwehe* *sibir* *ziwir* *aʔe_i* [inergativo]
 3-correr dpass tibir beira ele
 “Ele correu para a beira do igarapé tibir”.

Em síntese, o acionamento do prefixo nominativo {u- ~ w-}, para codificar tanto o sujeito (A) de transitivos como o sujeito do intransitivo (Sa), nos dados anteriores, sugere o alinhamento típico do sistema de Caso nominativo. Por essa razão, o paradigma flexional de concordância sujeito-verbo sugere que o núcleo funcional T^o é dotado de traço de [+finitude], o que, portanto, mostra que esse núcleo é capaz de atribuir Caso nominativo ao sujeito nas orações principais. Forte evidência de que o núcleo T^o realmente atribui Caso estrutural nominativo ao argumento externo de verbo transitivo e intransitivo advém de contextos em que o núcleo T^o pode vir realizado por meio de auxiliares que carregam traços-φ. Tal fato sinaliza que há sim compartilhamento de traços de concordância entre esse núcleo e o sujeito, sinalizando que ocorre a valoração de Caso abstrato desse argumento por meio de uma operação agree de compartilhamento de traços a distância entre o núcleo T^o e o sujeito que permanece *in situ* em Spec-vP. Vejam-se os dados a seguir:

- (22) *u_i-haw* *zekaipo* *i-h_i* *amo* *ma'epuʔr* *-ho*
 3-colher evid-dpASS 3-mãe uma flor 3-ir
 “(Eles dizem que) sua mãe foi colher flores”.

- (23) *awa_i* *w_i-ekar* *tapi'ir* *w_i-iko*
 homem 3-procurar anta 3-estar
 “O homem está caçando anta”.

Notem que tanto o verbo auxiliar como o verbo lexical recebem o prefixo nominativo da Série 1 {o- ∞ w-}, situação que comprova, portanto, a tese segundo a qual há sim as condições sintáticas necessárias para que Caso nominativo seja atribuído ao sujeito nas orações anteriores.

Outro fato digno de nota diz respeito à impossibilidade de ocorrência



dos prefixos absolutivos de terceira pessoa {i- ~ h-} para codificar o objeto, quando esse último vem em uma posição à direita do verbo e não é alto na hierarquia de pessoa. Ou seja, não carrega um dos traços de pessoa [+participante, +/-ouvinte]. É essa restrição que explica a agramaticalidade do exemplo (24) a seguir:

- (24) **h_i-ekar* *teko* *wakari_i* *ita* *r-ehe*
 3-procurar a gente acari pedra obliq- em
 “A gente procura acari na pedra”.

Apresenta-se, na próxima seção, como se realiza o sistema de alinhamento absoluto. Nesse contexto, o objeto (O) vem à esquerda do verbo [OV], de sorte que os únicos marcadores pessoais possíveis são os da Série 2.

3.1 Apresentação dos Dados do Sistema Absolutivo em Orações Principais

No padrão absoluto, observa-se que o sujeito de verbos estativos e o objeto de verbos transitivos devem sempre vir codificados no verbo por meio dos marcadores absolutivos da Série 2 e devem figurar à esquerda do verbo na ordem linear. Nesta proposta, esses itens, quando entram na derivação sintática, carregam intrinsecamente o traço de Caso absoluto, o qual precisa ser valorado pelo núcleo v^0 no domínio do v -VP. Adicionalmente, quando o DP na função sintática de objeto ou de sujeito contiver os traços-phi [(pessoa), +ego, +tu], a sintaxe da língua obriga a co-ocorrência dos clíticos pronominais com o prefixo relacional { - ∞ Ø-}, conforme ilustram os dados a seguir:

TEMA VERBAL DA CLASSE I

- (25) *he-hi* *he* *ø-pihk-rəm* *a'e*
 minha-mãe me abs-pegar-fut ela
 “Minha mãe me pegará”.



- (26) *he-h_t* *ne* *ø-p_ih_ik-rəm* *a'e*
 minha-mãe te abs-pegar-fut ela
 “Minha mãe te pegará”.

Tema VERBAL DA CLASSE II

- (27) *Purutu* *he_i* *r_i-əro-rəm*
 Purutu me abs-esperar-fut
 “Purutu me esperará”.

- (28) *Purutu* *ne* *r-əro-rəm*
 Purutu te abs-esperar-fut
 “Purutu te esperará”.

Mesmo padrão morfossintático se observa na codificação de sujeitos de verbos intransitivos¹² e transitivos estativos, pois são sempre codificados por meio da Série 2. Se esses marcadores corresponderem a DPs com os traços semânticos [+participante, +/-ouvinte], o prefixo relacional {Ø- ~ r-} é obrigatoriamente acionado, conforme mostram os dados a seguir:

TEMA VERBAL DA CLASSE I

- (29a) *he.r-ah_t*
 1sg .rel -sentir dor
 “Eu sinto dor”.
- (29b) *ne.r-ah_t*
 2sg .rel -sentir dor
 “Tu sentes dor”.
- (29c) *h-ah_t*
 3sg -sentir dor
 “Ele sente dor”.
- (30a) *he.r-upeh_{iz}*
 1sg .rel -sentir sono
 “Eu sinto sono”.

¹² Outros verbos estativos coletados durante o trabalho de campo são *-azu* “estar maduro/amerelo”; *-apuŋa* “estar estragado”; *-azahy* “ser azedo”; *-aiha* “ser alto”; *-puràg* “ser bonito”; *-amyw* “ter febre”; *-ahy* “ter dor”; *-agaiw* “ser magro/esbelto”; *-aku* “estar quente”; *-ezun* “estar inchado”; *-ànàgatu* “ser denso, grosso”; *-àkwèn* “ser rápido”; *-ehaite* “ser agressivo”; *-kàn* “ser forte” etc.



(30b) *ne. r-upehɨz*
2sg.rel -sentir sono
“Tu sentes sono”.

(30c) *h-upehɨz*
3sg -sentir sono
“Ele sente sono”.

TEMA VERBAL DA CLASSE II

(31a) *he.∅-kɨrakatu*
1sg-rel -estar gordo
“Eu estou/sou gordo”.

(31b) *ne.∅-kɨrakatu*
2sg-rel -estar gordo
“Tu estás/és gordo”.

(31c) *i-kɨrakatu*
3sg-estar gordo
“Ele está/é gordo”.

(32a) *he-∅-maʔenukwaw* *awa* *r-ehe*
1sg-rel- pensar homem rel- em
“Eu lembro do homem”.

(32b) *i-maʔenukwaw* *awa* *r-ehe*
3sg-pensar homem rel- em
“Ele lembra do/pensa no homem”.

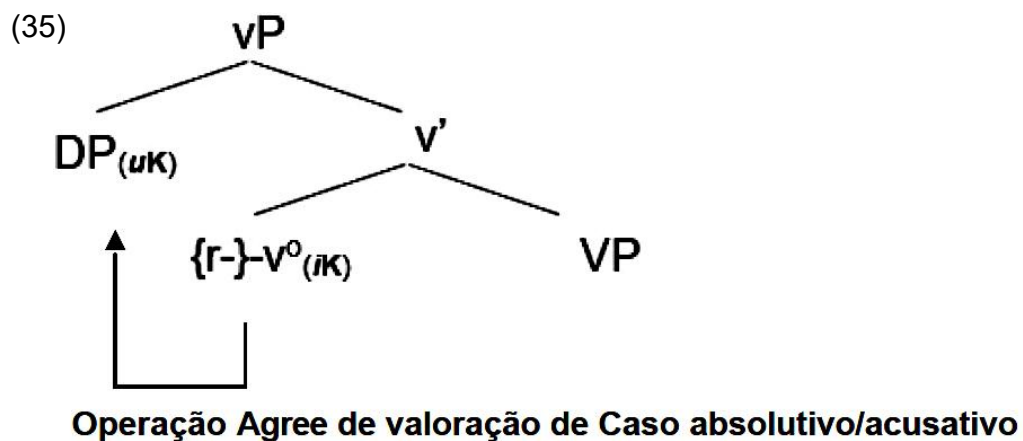
(33) *he-∅-puru-exak-wer* *ne-r-ehe* *ihe*
1sg-rel -ant -ver-DESID tu-rel-PSP eu
“Eu tenho saudades de ti”. [=Eu desejo te ver]

(34) *na-he-∅-akatuaw-ahɨ-kwaw* *h-ehe*
neg-1sg-rel- gostar-itens-neg 3-psp
“Eu não gosto dele”.

Tendo em conta que, em todos os exemplos anteriores, o prefixo relacional {∅- ~ r-} deve figurar na raiz verbal toda vez que os clíticos pronominais absolutivos são acionados, a hipótese que se lança neste trabalho é a de que



esse prefixo não é engatilhado apenas por uma questão morfofonêmica como alguns autores costumam assumir, mas é, ao contrário, o reflexo do mecanismo de valoração de Caso absoluto ao argumento que está imediatamente adjacente ao núcleo que lhe atribui Caso abstrato. Ou seja, a ocorrência desse prefixo sinaliza que há uma operação agree que ocorre entre o núcleo de vP e o argumento dos verbos estativos. Em suma, o engatilhamento do prefixo relacional {r- ∞ Ø-} pode ser mais bem compreendido se assumirmos que sua ocorrência é o Spell-Out na morfologia da operação de valoração do traço de Caso dos DPs que figuram na posição de Spec de vP. Essa relação sintática abstrata pode ser mais bem formalizada da seguinte maneira:



3.2 Resumo da Seção

Em suma, conclui-se que, em orações independentes, a gramática Tenetehára opera com um tipo de concordância ativo-estativa. Por essa razão, é possível propor que é o sistema ativo-estativo que regula a seguinte distribuição dos marcadores de pessoas: (i) os clíticos pronominais e os prefixos {h- ~ i} codificam sujeitos (S) de intransitivos estativos e objetos (O) de verbos transitivos; e (ii) os prefixos nominativos da Série 1 codificam apenas o sujeito



de predicados eventivos (A) e (Sa). Nessa linha de investigação, uma maneira de captar a distribuição complementar, que há entre esses marcadores pessoais, é assumir que os marcadores da Série 2 só ocupam *slots* sintáticos em que o núcleo *v*^o seja capaz de valorar o Caso acusativo. Se essa proposta estiver mesmo correta, o Tenetehára apresenta um tipo de cisão em relação ao Caso abstrato de (S), o qual não se encontra em línguas ergativas nem em línguas nominativas, já que sujeitos de verbos estativos recebem Caso absolutivo/acusativo e sujeitos de verbos intransitivos eventivos recebem Caso nominativo. A próxima seção busca trazer mais evidências a favor dessa hipótese. Para tal, serão examinadas a distribuição gramatical dos marcadores de pessoas das Séries 1 e 2 e a codificação dos argumentos nucleares (A), (S) e (O) em orações subordinadas.

4 Distribuição dos Marcadores Pessoais em Orações Subordinadas

O sistema de alinhamento absolutivo ocorre também em orações encaixadas. Contudo, há uma importante diferença em relação às orações principais e independentes, já que os prefixos nominativos da Série 1 não são acionados nessas construções. Curiosamente, o uso dos marcadores absolutivo da Série 2 é estendido para codificar não só (So) e (O) como também os argumentos (Sa) que figuram na posição de sujeito de predicados eventivos. Consequentemente, (Sa) e (So) são uniformemente codificados pelos marcadores absolutivos, conforme se vê pelos contrastes a seguir:

PREDICADOS EVENTIVOS

(36) *a-zən* *kwez*
1sg -correr ipass
“(Eu) já corri”.

(37) *he.Ø-zən* *mehe*
1sg -rel- correr comp
“Quando (eu) correr”.



PREDICADOS ESTATIVOS

- (38) *he.r-ah_t*
1sg .rel -ter dor
“Eu tenho dor”.
- (39) *he.r-ah_t* *mehe*
1sg .rel -ter dor comp
“...quando eu tiver dor”.
- (40) *he.r-up_th_tz* *mehe*
1sg.rel -ter sono comp
“Quando tiver sono (...)”.
- (41) *w-exak* *h(e).Ø-eixe* *mehe* *tapuz* *me* *a?e*
3-ver 1sg-rel. entrar COMP casa em ele
“Ele viu que entrei na casa”.
- (42) *ne.Ø-ap_tk* *mehe*
2sg.rel- sentar comp
“... quando você sentar”.
- (43) *he.Ø-?ar* *mehe*
1sg-rel -cair comp
“... quando eu cair”.

Em contraste com o sistema de alinhamento dos sujeitos (Sa) e (So) mostrado, os sujeitos de transitivos eventivos não engatilham quaisquer marcadores de pessoa no verbo da oração encaixada. Já o objeto pode ser referido no verbo pelos marcadores absolutivos, assim como ocorre nas orações raízes. Adicionalmente, vê-se que os marcadores absolutivos não são estendidos para codificar sujeitos (A) de verbos transitivos eventivos, padrão que se opõe radicalmente ao sistema cindido descrito para as orações raízes. Conseqüentemente, no exemplo (44), o prefixo absolutivo {h-} pode se referir somente ao objeto *tapi'ir* “anta”.

- (44) *Joao* *i-ma?enukwaw* *awa* *r-ehe*
Joao 3sg- pensa homem rel- em
Quesler *tapi?ir_i* *h_i-ekar* *mehe* *iko* *ka?a* *pe*
Quesler tapir b3-hunt COMP be forest in
“João pensa/lembra no/do homem, enquanto Quesler está procurando anta na floresta”.



Por fim, observa-se que nenhum constituinte XP pode quebrar a adjacência que há entre os argumentos nucleares (O) e (S) e o verbo nesses dados. Tais fatos confirmam, por conseguinte, a hipótese lançada na seção anterior de que há dois Casos ativos em Tenetehára: o nominativo e o acusativo. Ocorre que nas orações encaixadas o caso ativo é apenas o absolutivo, haja vista que é atribuído uniformemente a sujeitos de verbos intransitivos, independentemente de o predicado ser eventivo ou estativo. Isso se deve ao fato de que o sistema ativo-estativo em Tenetehára se neutraliza nas orações encaixadas. Em suma, a representação (45) mostra o alinhamento entre (O) e (S) nas orações temporais:

(45)
Sistema de codificação dos argumentos nucleares em orações temporais

O
} Sistema Absolutivo
S

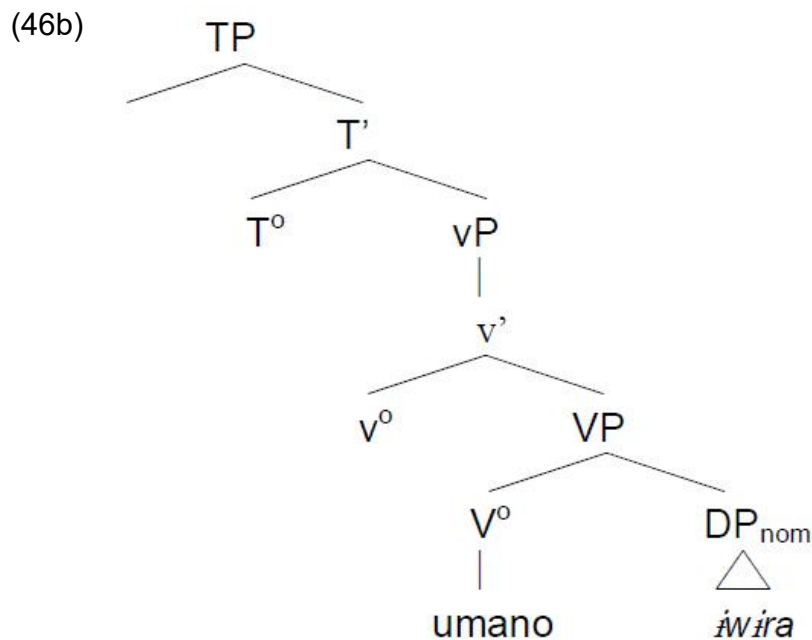
5 Proposta Teórica

Uma maneira de fornecer um tratamento teórico unificado ao sistema cindido do Tenetehára é assumir que esse padrão emerge porque há dois Casos estruturais ativos: o nominativo e o absolutivo (=acusativo). Nessa linha de raciocínio, o Caso acusativo é atribuído pelo núcleo v^o a sujeito estativo (So) em orações principais e é estendido a sujeitos de verbos eventivos ativos (Sa) em orações temporais encaixadas. Em outros termos, podemos postular que, em orações raízes, há sim um sistema cindido, enquanto, em orações encaixadas, o sistema não é cindido. Tal sistema se explica simplesmente por razões estruturais. Já o nominativo é atribuído pelo núcleo T^o aos sujeitos de verbos intransitivos ativos (Sa) em orações raízes e principais. Evidentemente que a atribuição de um ou de outro Caso dependerá de a oração ser encaixada ou principal. Tendo em conta essa proposta teórica, será postulado que a



derivação de uma sentença intransitiva raiz, como em (46a), dar-se-á como delineada em (46b):

(46a) *iwira_i* *u_i-mano* [inacusativo]
madeira 3-morrer
“A madeira morreu”. [=secou]

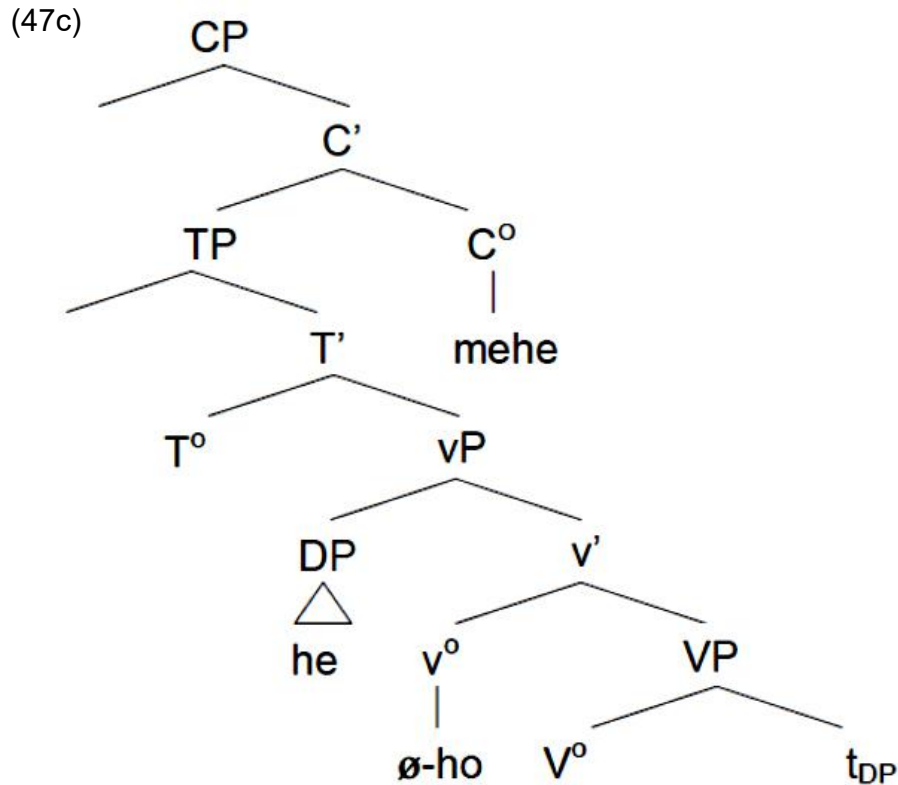


Em relação à atribuição do Caso absolutivo (=acusativo), a proposta é a de que o sujeito dos verbos intransitivos e o objeto de verbos transitivos recebem o mesmo Caso durante a derivação sintática. Mais precisamente assume-se que o objeto (O) e o sujeito (S) sempre se movem para a posição de SPEC-vP para receber Caso acusativo do núcleo v^o . Tomando por base essa proposta, a derivação da oração intransitiva temporal em (47b) ocorre como indicado em (47c):

(47a) *Sérgio* *w-esak* *ka?i*
Sérgio 3-ver macaco
“Sérgio viu o macaco...”



(47b) *he* *∅-ho* *mehe*
1sg ABS-ir COMP
“...quando eu ia”.



A consequência teórica que essa análise traz é que os verbos inacusativos em Tenetehára, contrariamente ao que prediz a hipótese inacusativa, podem sim atribuir Caso acusativo, sinalizando com isso que a generalização de Burzio (1986) não se aplica integralmente em línguas como o Tenetehára. Nessa linha de investigação, como pode ser que verbos intransitivos inacusativos podem atribuir Caso absolutivo, conforme se nota na derivação mostrada em (47c), tendo em vista a generalização de Burzio (1986), segundo a qual:

[...] um verbo somente pode atribuir Caso ao seu complemento se ele atribui papel theta ao seu agente. Em termos de relações



estruturais, isso implica que um verbo somente pode atribuir Caso ao seu complemento se ele atribui um papel theta ao seu especificador¹³. (HOLMER, 2001, p. 9, tradução nossa).

Portanto, o leitor atento pode ser levado a assumir que a generalização de Burzio (1986) será válida apenas para línguas nominativas e absolutivas não cindidas. Essa opção paramétrica permite, por sua vez, que se proponha que as línguas, dependendo de qual Caso estiver acionado, possam ser agrupadas em pelo menos dois subtipos, a saber:

(48) TIPO 1

Sistemas NOM/ACC, ERG/ABS e DAT/nom
Generalização de Burzio se aplica
O nominativo é o Caso acionado ao sujeito do verbo intransitivo
O núcleo funcional T^o pode valorar o Caso do sujeito de verbos intransitivos
O núcleo v^o valora apenas o Caso estrutural do objeto e o Caso inerente dos argumentos externos.

(49) TIPO 2

Sistemas cindidos
Generalização de Burzio não se aplica
O nominativo e absolutivo (=acusativo) são os Casos ativos
O núcleo funcional T^o valora o Caso do sujeito de verbos intransitivos eventivos somente em orações raízes
O núcleo v^o valora o Caso do sujeito de verbos intransitivos (inacusativos e inergativos) em orações raízes e encaixadas

Em síntese, nota-se que o sujeito intransitivo de orações raízes pode ter seu traço de Caso abstrato valorado por T e por v. O acionamento de uma ou outra situação é regulado meramente por fatores estruturais. Ou seja, v valora Caso do sujeito em estruturas com verbos estativos, enquanto T valora o Caso do sujeito nos demais contextos.

13 “[...] a verb may only assign object Case to its complement if it assigns a theta-role to its agent. Expressed in terms of structural relations, this implies that a verb can only assign Case to its complement if it assigns a theta-role to its specifier [...]” (HOLMER, 2001, p. 9).



6 Considerações Finais

Este artigo propõe que línguas como o Tenetehára possuem um sistema de caso cindido, assumindo que há dois Casos estruturais ativos a serem atribuídos ao sujeito (S) do verbo intransitivo. A ocorrência de um ou de outro Caso dependerá de qual núcleo funcional estiver ativo na estrutura. Nesse aspecto, o sistema cindido do Tenetehára difere radicalmente dos sistemas nom/acc, erg/ abs, nom/dat, visto que os últimos citados admitem apenas um Caso (estrutural) ativo a ser atribuído ao sujeito dos verbos intransitivos: o nominativo ou o acusativo. Adicionalmente, encontra-se evidências para questionar a validade da generalização de Burzio (1986), uma vez que os “ditos” verbos inacusativos podem sim atribuir Caso estrutural ao seu único argumento. Nesse aspecto, os verbos inacusativos se assemelham muito aos verbos transitivos, uma vez que ambos podem valorar o Caso estrutural do argumento interno.

Referências

ADGER, D. **Core Syntax: A Minimalist Approach**. OUP: Oxford, 2003.

ALDRIDGE, E. **Phase theory account of absolutive extraction in Tagalog** In: MCGINNIS, Martha; RICHARD, Norvin (Org.) **Perspectives on Phases** MITPWL, [s.l.], n. 49, 2005.

ALDRIDGE, E. **Ergativity and word order in Austronesian Languages**. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia), – Faculty of the Graduate School . Cornell University, EUA, 2004.

ALDRIDGE, E. **Generative approaches to ergativity**. **Language and Linguistics Compass**. London: United Kingdom, n. 2, p. 966–995, 2008.

BOBALJIK, J. D. **Ergativity and ergative unergatives**. In: PHILLIPS, C.; BOBALJIK J. D. (Org.). **Papers on Case and agreement 2, MIT working papers in linguistics**, Cambridge, n. 19, p. 45–88, 1993., MA: MITWPL.



BOBALJIK, J. D.; BRANIGAN, P. **Eccentric Agreement and Multiple Case Checking**. In: JOHNS, Alana; MASSAM, Diane; NDAYIRAGIJE, Juvenal (Org.). **Ergativity: emerging issues**. London: Springer, 2006.

BOBALJIK, J. D. **Where's Phi: Agreement as a Post-Syntactic Operation**. In Harbour, Daniel; Adger, David and Béjar, Susana (Org.). **Phi-Theory: Phi features across interfaces and modules**. Oxford: Oxford University Press, p. 295-328, 2008.

BURZIO, L. **Italian Syntax: A Government-Binding Approach**. Dordrecht: Reidel, 1986.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. **The minimalist program**. Cambridge: MIT Press, 1995.

DIXON, R. Ergativity. **Language**, Dordrecht: springer, v. 55, p. 59–138, 1979.

_____. **Ergativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DUARTE, F. B. **Análise gramatical das orações da língua Tembé**. 1997. 95 f. Dissertação (Mestrado) em Estudos Linguísticos – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1997.

_____. **Ordem de constituintes e movimento em Tembé: minimalismo e anti-simetria**. 2003. 198 f. Tese (Doutorado) em Estudos Linguísticos – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

_____. **Codificação de argumentos e ergatividade (cindida) em Tenetehará. Liames**, Campinas, n. 4, p. 113–145, 2006a.

_____. **Estudos de morfossintaxe Tenetehára**. Belo Horizonte: Editora da Fale UFMG, 2007. 220 p.

_____. GARCIA, Mário Alexandre. **Ergatividade cindida, papel temático e causativização na língua Ka'apor**. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte: UFMG, v. 14, n. 2, p. 277–315, jun./dez., 2006b.

FRANCHETTO, B. **Ergativity and nominativity in Kuikuro and other Carib languages**. In Doris Payne (ed) *Amazonian Linguistics*, 1990.



HOLMER, Arthur **The ergativity parameter. Working papers**, Lund: Lund University, n. 48, p.101–113, 2001.

LEGATE, J. A. **Morphological and abstract case. Linguistic Inquiry**, v. 39, p. 55–101, 2008.

_____. **Split Absolutive. In: JOHNS, Alana; MASSAM, Diane; NDAYIRAGIJE, Juvenal (Ed.). Ergativity: Emerging Issues. London: Springer, 2006, p. 143–172.**

OTSUKA, Yuko. **Syntactic Ergativity in Tongan. In: JOHNS, A.; MASSAM, D.; NDAYIRAGIJE, J. Ergativity, Dordrecht: springer, 2006.**

URA, H. **Case. In: Martin Baltin and Chris Collins (Org.) The Handbook of Contemporary Syntactic Theory, p. 334–373. Oxford: Blackwell, 2001**

WOOLFORD, Ellen. **Lexical case, inherent case, and argument structure. MIT Linguistic Inquiry, [S.l.], v. 37, n. 1, verão, 2006.**



Palavras sintáticas em Tenetehára (Tupí-Guaraní)

Ricardo Campos Castro¹

Resumo

Este artigo² tem por finalidade a análise de alguns contextos morfossintáticos em que o sufixo {-*har*} pode figurar em Tenetehára³. O que se observa é que esse afixo, além de criar nominalizações a partir de bases simples, pode juntar-se a estruturas complexas como os sintagmas posposicionais. Uma questão teórica que o comportamento do sufixo {-*har*} traz para a presente análise diz respeito à Hipótese Lexicalista Fraca de Chomsky (1970), segundo a qual os processos de formação de palavras podem se dar tanto no nível lexical quanto no nível sintático. Porém, como resultado desta investigação, propõe-se, acompanhando Castro (2007), que há formação de palavras sintáticas em Tenetehára. Por isso, os dados relevantes da língua Tenetehára dão sustentação à Hipótese Lexicalista Fraca.

Palavras-chave: Gerativismo. Lexicalismo. Derivação. Nominalização.

Abstract

This article has as its purpose the analysis of some morphosyntactic contexts in which the suffix {-*har*} can occur in Tenetehára. What is observed is that this affix, besides creating nominalizations starting with simple bases, can join complex structures, such as postpositional phrases. One theoretical question which the behavior of the suffix {-*har*}

1 É bolsista de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo 2017/09615-9. O autor desenvolve suas pesquisas no Instituto de Estudos da Linguagem – IEL. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. E-mail para contato: ricardorrico@uol.com.br.

2 Eu gostaria de registrar meus agradecimentos aos pareceristas anônimos da Comissão de Publicações do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujas críticas contribuíram para o aperfeiçoamento deste artigo. Os erros e as inconsistências que persistem são de minha inteira responsabilidade. Parte desta investigação (incluindo os exemplos apresentados neste artigo) foi desenvolvida durante trabalho a campo realizado na Terra Indígena Araribóia (nas aldeias Lagoa Quieta e Barreirinha) entre os anos 2010 a 2017. Adicionalmente, gostaria de agradecer o importante apoio do povo indígena Tenetehára que tem me ajudado no levantamento dos dados linguísticos que compõem esta pesquisa, em especial à Cíntia Maria Santana da Silva (Haizumor Guajajára), Pedro Paulino Guajajára e Raimundo Alves de Lima Guajajára.

3 A Língua Tenetehára faz parte, consoante Rodrigues (1984, 1985), do Ramo IV da Família Tupí-Guaraní e pertence ao tronco linguístico Tupí.



brings to the present analysis has to do with the Weak Lexicalist Hypothesis of Chomsky (1970), according to which the word formation processes can occur both in the component and in the syntactic component. However, as a result of this investigation, it is proposed that there is formation of syntactic words in Tenetehára. Therefore, the relevant data from the Tenetehára language give support to the Weak Lexicalist Hypothesis.

Keywords: Generativism. Lexicalism. Derivation. Nominalization.

1 Introdução

O fato de a língua Tenetehára permitir nominalizações tanto de bases simples quanto de sintagmas posposicionais é uma forte evidência de que a formação de palavras nas línguas naturais não é um fenômeno restrito morfologia. Nessa linha de investigação, postula-se que tais nominalizações vão a favor da Hipótese Lexicalista Fraca de Chomsky (1970) e contra a Hipótese Lexicalista Forte assumida por Halle (1973), Di Sciullo e Williams (1987), entre outros.

Este trabalho está organizado em seções. Na segunda seção, apresenta-se, descritivamente, o processo de nominalização, no qual a língua Tenetehára disponibiliza o sufixo {-har}, cuja função é nominalizar verbos, advérbios e sintagmas posposicionais. Na terceira seção, examinam-se as nominalizações, principalmente dos sintagmas complexos, a fim de demonstrar que há, de fato, formação de palavras no nível sintático e não apenas no nível morfológico. Por fim, na quarta seção, são tecidas as considerações finais.

2 Prefixos Nominativos e Absolutivos

Conforme Duarte (2007, 2012) e Duarte, Camargos e Castro (2013), em Tenetehára, assim como ocorre nas demais línguas da família linguística Tupí-Guaraní, os sintagmas nominais não exibem morfologia casual como estratégia de distinguir os DPs nas funções sintáticas de sujeito e de objeto. Tais funções



sintáticas são codificadas por meio de dois paradigmas de concordância nos predicados verbais. O primeiro paradigma para o sistema nominativo e o segundo paradigma para o sistema absolutivo. O primeiro paradigma abrange os prefixos de concordância e os pronomes clíticos, enquanto o segundo paradigma é constituído por prefixos relacionais, de acordo com o que se pode observar por meio dos seguintes quadros.

QUADRO 1
Primeiro paradigma de concordância:
pronomes pessoais e prefixos de concordância

Pessoas	Pronomes independentes	Prefixos de concordância	Pronomes clíticos
eu	ihe	a-	he
nós _{INCLUSIVO}	zane	xi- ~ za-	zane
nós _{EXCLUSIVO}	ure	uru- ~ oro-	ure
tu	ne	re-	ne
vós	pe	pe-	pe
ele	-	u- ~ o- ~ w-	-

FONTE: Duarte, 2007, p. 44

QUADRO 2
Segundo paradigma de concordância:
prefixos relacionais

Pessoas gramaticais	Raiz iniciada em consoante	Raiz iniciada em vogal	Traço distintivo
1 ^a /2 ^a	∅-	r-	[+PESSOA]
3 ^a	i-	h-	[-PESSOA]

FONTE: Camargos, 2010, p. 27

2 Apresentação dos Dados

Nesta seção, o intuito é o de exibir contextos em que o sufixo nominalizador {-har} figura. Além disso, observar-se-á que tanto o tempo



nominal quanto a negação nominal nas construções nominalizadas podem ser tomados como evidências de que, de fato, essas construções são nomes.

2.1 Sufixo Nominalizado {-har}

De acordo com Castro (2007), nota-se que, via de regra, a língua Tenetehára disponibiliza o sufixo nominalizador {-har}, o qual, de modo geral, afixa-se a verbos transitivos. Essa nominalização resultará em um sintagma nominal que denota o agente da predicação não nominalizada.

No exemplo (1a), figura o verbo transitivo *zapo* “fazer”, que seleciona dois argumentos nucleares, a saber: o DP sujeito *awa* “o homem” e o DP objeto *wyrapar* “o arco”. Após a sufixação do morfema {-har} em (1b), o verbo transitivo passa a se comportar como sintagma nominal, o qual semanticamente se refere ao sujeito agente do predicado transitivo inicial. Curiosamente, o DP objeto *wyrapar* passa a exercer a função de complemento da predicação nominalizada, conforme segue:

- (1a) *u-zapo* *awa* *wyrapar*
3-fazer homem arco
“O homem fez o arco”
- (1b) *wyrapar* *i-zapo-har*
arco 3-fazer-noml⁴
“Aquele que faz arco” (= O fabricante de arco)

No dado em (2a), ocorre o predicado transitivo *zapi* “atirar” que seleciona dois argumentos nucleares: o DP sujeito *awa* “o homem” e o DP objeto *zàwàruhu* “onça”. Já em (2b), esse predicado recebe o morfema {-har}, cuja função é a de nominalizar o predicado verbal. Nessa linha de

4 Abreviaturas utilizadas neste trabalho: ABS: caso absolutivo; ARG: argumento; C: prefixo que marca adjacência ao complemento CAUS: morfema causativo; CIRC: modo circunstancial; EP: epentético; FUT: futuro; INTS: intensificador; LOC: caso locativo; N: nominalizador de argumento nuclear; NC: prefixo que marca não adjacência ao complemento; NEG: negação; NOML: nominalizador; NPR: nome próprio; PAST: passado.



investigação, o novo sintagma nominal, semanticamente, refere-se ao sujeito agente do verbo transitivo original. Finalmente, o DP objeto *zàwàruhu*, em (2b), passa a exercer a função de complemento da predicação nominalizada, como pode ser visto a seguir:

- (2a) *u-zapi* *awa* *zàwàruhu*
3-atirar homem onça
“O homem atirou na onça”
- (2b) *zàwàruhu* *i-zapi-har*
onça 3-atirar-noml
“Aquele que atira na onça” (= O atirador de onça)

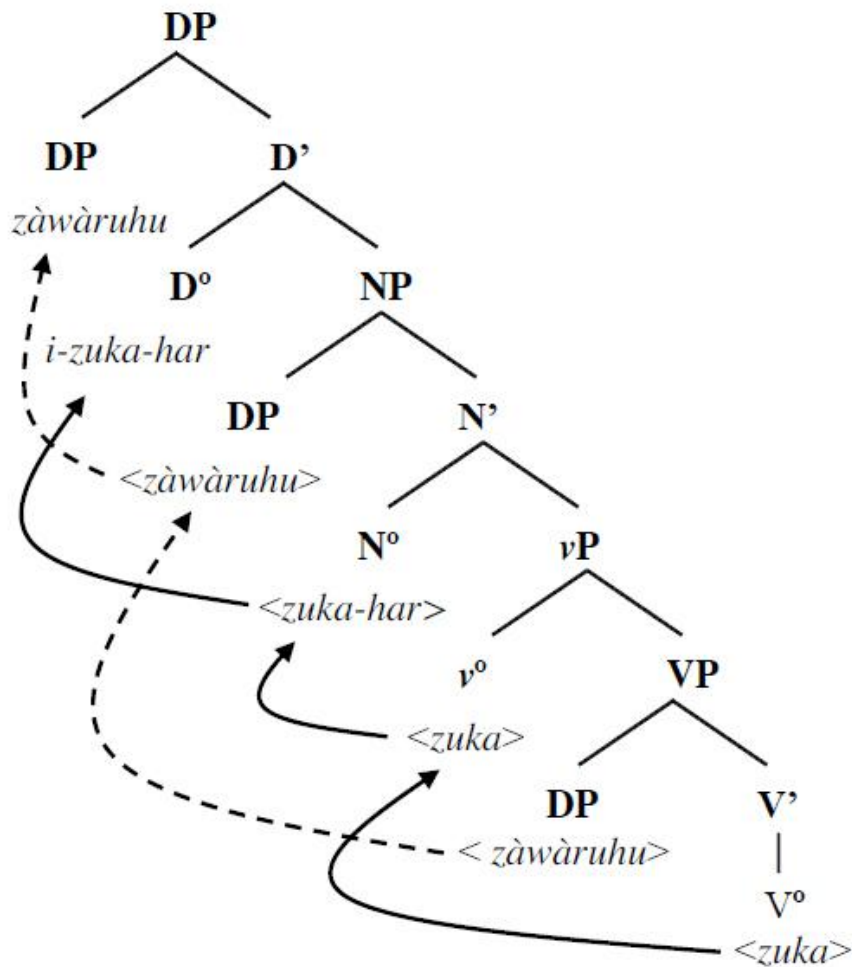
Com o intuito de confirmar a análise acima, é fornecido mais um dado. Em (3a), ocorre o verbo transitivo *zuka* “matar”, o qual seleciona dois argumentos nucleares: o DP sujeito *awa* “o homem” e o DP objeto *zàwàruhu* “onça”. Depois da sufixação do nominalizador {-*har*} em (3b), o verbo transitivo passa a exibir comportamento de um sintagma nominal, que semanticamente se refere ao sujeito agente do predicado transitivo inicial. Adicionalmente, o DP objeto *zàwàruhu*, em (3b), exerce a função de complemento da predicação nominalizada, como indicam os seguintes dados:

- (3a) *u-zuka* *awa* *zàwàruhu*
3-matar homem onça
“O homem matou a onça”
- (3b) *zàwàruhu* *i-zuka-har*
onça 3-matar-noml
“Aquele que mata onça” (= O matador de onça)

A fim de ilustrar o processo de derivação da nominalização do verbo *zuka* “matar” em (3b), observa-se a estrutura configuracional em (3c) logo a seguir.



(3c)



Nota-se que, na configuração (3c), o verbo *zuka* “matar”, que é gerado no núcleo V^0 “matar”, inicialmente se move para o núcleo v^0 , o qual corresponde ao núcleo causativo⁵. Posteriormente, esse verbo se desloca para o núcleo de NP com a finalidade de receber o sufixo nominalizador $\{-har\}$. Em seguida, ele se move para o núcleo D^0 para codificar a definitude do sintagma nominal. Observa-se ainda que o DP argumento *zàwàruhu* “a onça” é gerado como

⁵ O núcleo causativo v^0 , nessas construções, é motivado, uma vez que esse núcleo pode ser preenchido pelo morfema $\{mu-\}$, conforme o seguinte exemplo:

kwarer i-mu-zân-har
 menino 3-CAUS-correr-NOML
 “Aquele que faz o menino correr”



argumento interno da estrutura verbal com a função semântica de afetado. A seguir, esse argumento se move ciclicamente para os especificadores de NP e de DP, respectivamente. Tais movimentos têm como finalidade estabelecer concordância com o núcleo da estrutura nominalizada, o que é evidenciado pelo acionamento do prefixo {*i-*} no núcleo D°. Assumo que os especificadores se movem devido ao traço EPP, enquanto os núcleos por razões fonológicas.

Portanto, os verbos transitivos podem ser nominalizados por meio do sufixo {-*har*}. Caso um verbo intransitivo, por sua vez, seja submetido à sufixação do morfema {-*har*}, o resultado será uma construção agramatical, conforme os exemplos arrolados a seguir. Nos exemplos em (4a) e (5a), figuram os verbos intransitivos *pok* “explodir” e *katu* “ser bom”, nessa ordem, que selecionam os DPs sujeitos *awaxi* “o milho” e *màg* “a manga”, respectivamente. Já os exemplos (4b) e (5b) são agramaticais porque o morfema {-*har*} não possui a propriedade morfossintática de nominalizar verbos intransitivos, de acordo com estes exemplos:

- (4a) *o-pok* *awaxi*
3-explodir milho
“O milho explodiu”
- (4b) **awaxi* *i-pok-(h)ar*
milho 3explodir-noml
“O milho, aquilo que explode”
- (5a) *i-katu* *màg*
3-bom manga
“A manga é boa”
- (5b) **màg* *i-katu-har*
manga 3-bom-noml
“A manga, aquela que é boa”

Para que os predicados intransitivos sejam nominalizados, a língua em análise disponibiliza outro morfema, a saber: o sufixo nominalizador {-*ma'e*}. Assim sendo, a função desse morfema é nominalizar verbos intransitivos. O



sintagma nominal resultante dessa nominalização tem como função se referir ao único argumento da predicação intransitiva, conforme os exemplos a seguir. Vê-se que, após a sufixação do morfema $\{-ma'e\}$, em (4c) e (5c), os verbos intransitivos passam a se comportar como sintagma nominal. Descritivamente, esse sintagma refere-se ao sujeito afetado do predicado inicial.

(4c) *awaxi* *o-pok-ma'e*
milho 3-explodir-noml
"O milho, aquilo que explode"

(5c) *màg* *i-katu-ma'e*
manga 3-bom-noml
"A manga, aquela que é boa"

Em suma, analisando os exemplos apresentados até o presente momento, propõe-se neste estudo que o morfema $\{-har\}$ necessariamente introduz uma acepção agentiva, uma vez que apenas os predicados verbais cujos sujeitos sejam agentes podem receber esse sufixo. Caso o predicado tenha um sujeito com a função semântica de afetado, como (4), ou de objeto estativo, como (5), outro morfema nominalizador deve ser acionado, a saber: $\{-ma'e\}$.

O morfema $\{-har\}$, além de nominalizar verbos, ainda afixa-se a advérbios. Em termos descritivos, o resultado desse processo introduz a entidade pertencente ao lugar, como em (6), ou ao indivíduo que porta determinada característica, como em (7), ou ainda ao tempo como em (8). Adicionalmente, nessas construções de nominalização de advérbios, diferente do que ocorre nos verbos, não há uma acepção agentiva relacionada com o sintagma nominal resultante, conforme os exemplos a seguir:

(6a) *ywate*
alto
"lá em cima"

(6b) *ywate-har*
alto-noml
"Aquilo que é do alto" (= O celeste)



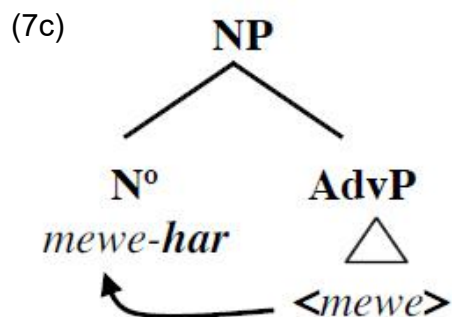
(7a) *mewe*
devagar
“devagar”

(7b) *mewe-har*
devagar-noml
“Aquele que (anda) devagar” (= O lerdo)

(8a) *kwehe*
passado
“Faz tempo”

(8b) *kwehe-har*
passado-noml
“Aquele que é do passado” (= Os antigos)

A fim de evidenciar a derivação da nominalização do advérbio *mewe* devagar em (7b), exibe-se a estrutura configuracional em (7c) em que o sintagma AdvP se move para o núcleo N^o por razões fonológicas.



O curioso é que esse morfema ainda é capaz de nominalizar estruturas complexas, a saber: os sintagmas posposicionais. O resultado desse processo é uma estrutura mais articulada que se comporta como um nome. Vê-se que, no exemplo (9a), figura o sintagma posposicional *he py rehe* “do meu pé”. Adicionalmente, em (9b), o morfema {-har} é adjungido a essa estrutura, resultando no sintagma nominal *he py rehehar* “aquilo que é do meu pé”. A estrutura sintagmática final é um complexo nominalizado que se refere à

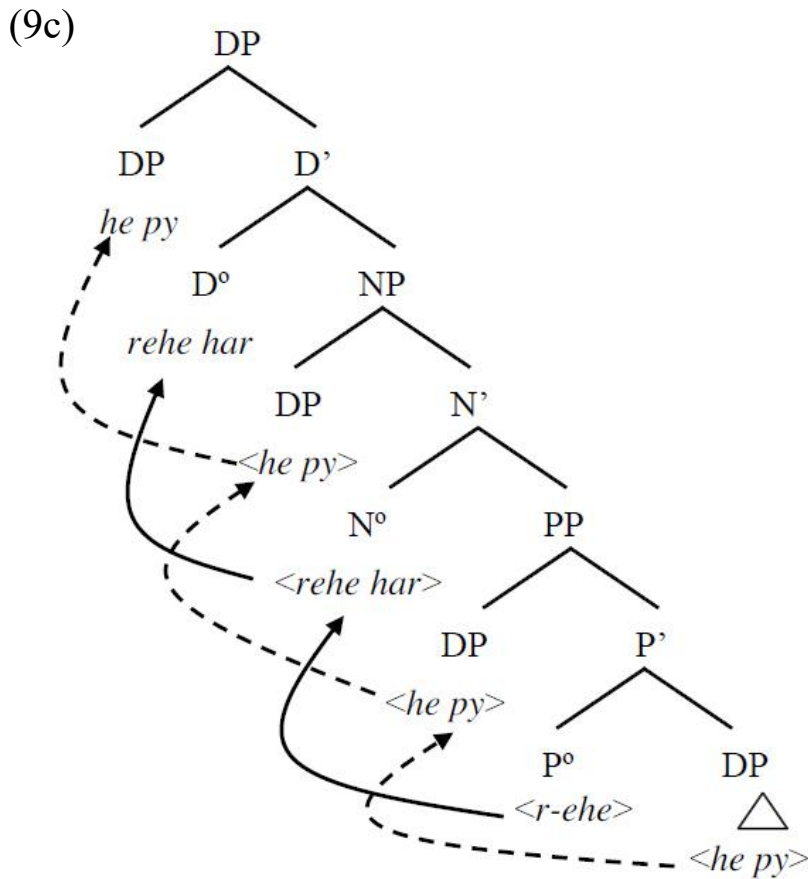


entidade relacionada ao lugar indicado pelo sintagma posposicional inicial, de acordo com os seguintes exemplos:

(9a)	<i>he</i>	\emptyset - <i>py</i>	<i>r-ehe</i>
	meu	c-pé	c-de
	"Do meu pé"		

(9b)	<i>he</i>	\emptyset - <i>py</i>	<i>r-ehe-har</i>
	meu	c-pé	c-de-noml
	"Aquilo que é do meu pé" (= Meu calçado)		

Com o intuito de ilustrar o processo de derivação da nominalização do sintagma posposicional *he py rehehar* "aquilo que é do meu pé" em (9b), apresenta-se a estrutura configuracional em (9c) a seguir.





Tomando por base a teoria de checagem (cf. Chomsky, 1995), assumo que a construção de sintagmas posposicionais na língua Tenetehára possui um traço-N forte, o qual obriga o complemento a se mover, em sintaxe visível, para checar Caso oblíquo em Spec de PP. A concordância entre o DP movido *he py* “meu pé” e o núcleo P^o é evidenciada pelo acionamento do prefixo {*r-*} no núcleo do sintagma posposicional.

Mais uma vez, defendo a hipótese de que os especificadores são submetidos a movimento motivados pelo traço EPP, já os movimentos dos núcleos são requeridos tendo em vista o componente fonológico.

Note que no exemplo (10a), ocorre o sintagma posposicional *ywy r-upi* “pela terra”. Por outro lado, em (10b), o sintagma posposicional recebe o morfema {-*har*}, cuja função é a de nominalizar a estrutura, resultando no sintagma nominal *ywy r-upi-har* “aquilo que (anda) pela terra”. Finalmente, a estrutura sintagmática final passa a ser um complexo nominalizado que se refere à entidade relacionada ao lugar indicado pelo sintagma posposicional inicial, conforme se pode notar por meio dos seguintes dados:

(10a) *ywy* *r-upi*
terra c-por
“Pela terra”

(10b) *ywy* *r-upi-har*
terra c-por-noml
“Aquilo que (anda) pela terra” (= O terrestre)

Vê-se que, no exemplo (11a), figura o sintagma posposicional *ka'a ø-pe* “para o mato”. Adicionalmente, em (11b), o morfema {-*har*} é adjungido a essa estrutura, resultando no sintagma nominal *ka'a ø-pe-har* “aquilo que (vai) para o mato”. A estrutura sintagmática final é um complexo nominalizado que se refere à entidade relacionada ao lugar indicado pelo sintagma posposicional inicial, conforme estes exemplos:



- (11a) *ka'a* *ø-pe*
mato c-para
“Para o mato”
- (11b) *ka'a* *ø-pe-har*
mato c-para-noml
“Aquilo que (vai) para o mato” (= Selvagem)

De modo geral, em termos semânticos, a nova estrutura denota uma unidade linguística que pertence ao lugar indicado pelo sintagma posposicional não nominalizado. Observa-se ainda que esse processo morfossintático e semântico é paralelo nominalização de advérbios. O fato inusitado é que, nos exemplos de (9) a (11), há a possibilidade de o sufixo *{-har}* nominalizar constituintes complexos (i.e. sintagmas posposicionais), diferentemente do que ocorre nos exemplos de (1) a (8), em que a nominalização se dá a partir de lexemas simples.

2.2 Comparação com Outras Línguas Tupí-Guaraní

Nesta seção, o intuito é estabelecer correlação do fenômeno observado na língua Tenetehára com o registrado em outras três línguas da família Tupí-Guaraní, a saber: o Asurini do Xingu (Ramo V), o Kamaiurá (Ramo VII) e o Parakanã (Ramo IV). Tal como feito para a língua Tenetehára, exibirei uma nominalização de verbo transitivo, uma adverbial e uma locativa. Ressalto que na literatura pertinente, via de regra, não se faz distinção entre os morfemas nominalizadores que atuam em sintagmas adverbiais e locativos. A razão desta uniformização é que a “nominalização adverbial” parece cobrir os dois casos.

A comparação entre as línguas proposta acima tem como finalidade responder à seguinte pergunta: o morfema nominalizador *{-har}* se constitui em um ou dois morfemas? A motivação a esta pergunta está calcada no seguinte fato: em muitas línguas da família Tupí-Guaraní existem dois morfemas distintos para efetuar o que em Tenetehára apenas uma unidade gramatical



realiza. Mais especificamente, um nominalizador desempenha a função de nominalizar predicados transitivos, gerando nomes agentivos, e outro que tem como propriedade derivar nomes a partir de sintagmas adverbiais.

2.2.1 Kamaiurá

De acordo com Seki (2000), em Kamaiurá, o nominalizador {-tat} coocorre com radicais verbais transitivos. Conforme mostra o exemplo (12a) abaixo, o predicado transitivo *juka* “matar”, seleciona o sujeito de terceira pessoa representado pelo prefixo {o-} e o DP objeto *jáwar* “onça”. Por sua vez, em (12b), há um processo morfossintático de nominalização em que o morfema {-tat} é adjungido ao verbo *juka* “matar”. A consequência é que o nome derivado adquire o traço semântico [+agentivo].

(12a) *jawár(-a)* *o-juka*
onça-n 3-matar
“Ele matou a onça” (SEKI, 2000, p. 109)

(12b) *juka-tat*
matar-noml
“O que mata, matador” (SEKI, 2000, p. 121)

Ainda, de acordo com Seki (2000), as nominalizações circunstância são realizadas por meio do nominalizador *wat*. Em (13a), observamos o advérbio *ikue* “ontem”, já em (13b), o nominalizador de circunstância *wat* é juntado ao advérbio formando a estrutura nominalizada *ikue war* “o que é de ontem”.

(13a) *ikue*
ontem
“Ontem”

(13b) *ikue* *wat*
ontem noml
“O que é de ontem” (SEKI, 2000, p. 76)



Conforme os estudos de Seki (2000), na língua Kamaiurá, os sintagmas locativos são nominalizados por meio do nominalizador de circunstância *wat*. Veja que em (14a), temos o sintagma locativo *ka 'a-p* “na mata”. Já no dado em (14b), a estrutura recebe o nominalizador de circunstância *wat*, o que resulta no sintagma nominal *ka 'a-p-e wat* “o que é da mata, o que fica na mata”. Ao final desse processo, o complexo nominalizado faz referência à entidade relacionada ao lugar apontado no sintagma locativo inicial.

(14a) *ka 'a-p*⁶ *i-ko-w*
mata-loc 3-estar-circ
“Ele está na mata” (SEKI, 2000, p. 110)

(14b) *ka 'a-p-e* ***wat***
mata-loc -ep noml
“O que é da mata, o que fica na mata” (SEKI, 2000, p. 123)

2.2.2 Asurini do Xingu

Conforme Pereira (2010), na língua Asurini do Xingu, o sufixo nominalizador {-*tat*} se junta a radicais verbais transitivos e fornece a acepção agentiva ao nome gerado do processo. Observe, no dado em (15) a seguir, que o predicado transitivo *mabak* “jogar” recebeu o morfema nominalizador {-*tat*}⁷ derivando o nome *mabak-ar-a* “jogador”.

(15) *ga* *bola* *mabak-ar-a*
3sg.mas bola jogar-noml -n
“Ele é jogador de bola” (PEREIRA, 2010, p. 103)

Em Asurini do Xingu, as nominalizações de circunstância são obtidas

⁶ De acordo com Seki (2000), o sufixo de caso “locativo” {-*ip*}, representado em (14a) e (14b) pelo alomorfe /-p/, uma vez que o radical termina em uma vogal, exprime locação espacial, temporal e de direção.

⁷ Conforme Pereira (2010, p. 102), neste caso é comum a queda da consoante coronal inicial e a mudança de mudança de *t* para *r* em contextos em que o *t* vier antes do morfema {-*a*}.



ao se adjungir o nominalizador *wat* aos adverbiais. No dado em (16b) abaixo, observa-se que o advérbio de tempo *kare* “hoje” recebeu a unidade gramatical nominalizadora *wat*, gerando, assim, o nome *kare wara* “o que é de hoje”.

(16a) *kare*
hoje
“Hoje” (PEREIRA, 2009, p. 163)

(16b) *kare war-a*
hoje noml -n
“O que é de hoje” (PEREIRA, 2009, p. 216)

Nesta língua, de acordo com Pereira (2010), os sintagmas locativos também se tornam nomes ao receberem o nominalizador de circunstância *wat*. Note-se que no exemplo de (17a) abaixo, figura o sintagma locativo *kave* “da roça”. Por seu turno, em (17b), ao adjungir-se o nominalizador *wat* à estrutura, o novo nome *kave wara* “o que é da roça” faz referência ao tempo apontado pelo advérbio inicial, conforme se pode notar a seguir.

(17a) *kwa'i ka-ve*
npr roça-psp
“Kwa'i está na roça” (PEREIRA, 2009, p. 269)

(17b) *ka-ve war-a*
roça-loc nom-n
“O que é da roça” (PEREIRA, 2009, p. 216)

2.2.3 Parakanã

Os estudos acerca da língua Parakanã realizados por Silva (2003), revelam que o sufixo nominalizador agentivo {-tar}, ao ser adjungido a predicados verbais fornece a acepção agentiva à estrutura nominalizada resultante. Como um exemplo, veja os dados em (18) a seguir. Note que, em (18a), o predicado *xoka* “matar” seleciona os DPs *Marara* e



taxa'o'ia “porco do mato” como sujeito e objeto, respectivamente. Por outro lado, em (18b) este mesmo predicado verbal coocorre com o morfema {-*tar*}, nominalizando o verbo transitivo e estabelecendo referência ao sujeito agente.

(18a) *Marara o-xoka taxa'o'-i-a*
Marara 3-matar porco.do.mato-dim-arg
“Marara matou um porco do mato” (SILVA, 2003, p. 167)

(18b) *a'e tapi'ir-a xoka-tar-ete*
ele anta-arg matar-noml-int
“Ele é um matador de anta” (SILVA, 2003, p. 56)

Além disso, Silva (2003) esclarece que para se nominalizar sintagmas adverbiais, a língua Parakanã se utiliza da estratégia morfossintática que consiste em adicionar o morfema {-*war*}. Observe, em (19a), o sintagma adverbial *ywate* “para cima”, já em (19b), o nominalizador {-*war*} é adjungido à estrutura e deriva a estrutura nominalizada *ywatewara* “aquilo que é do alto, o avião”.

(19a) *ywate*
para cima
“Para cima, em cima” (SILVA, 2003, p. 167)

(19b) *ywate-war-a*
alto-noml -arg
“Avião” (= Aquilo que é do alto) (SILVA, 2003, p. 167)

Processo semelhante pode ser visualizado em relação à nominalização de sintagmas posposicionais. Vê-se que, no dado (20a), figura o sintagma posposicional *ka'ape* “no mato”. Além disso, em (20b), o morfema {-*war*} é adjungido a essa estrutura, resultando no sintagma nominal *ka'apewar* “morador da selva”. Assim, a estrutura sintagmática resultante deste processo morfossintático é um complexo nominalizado que faz referência à entidade relacionada ao lugar indicado pelo sintagma posposicional inicial, como se pode notar abaixo.



(20a) *ka'a-pe*
mato-em
"No mato" (SILVA, 2003, p. 83)

(20b) *ka'a-pe-war*
mato-em-noml
"Morador da selva" (SILVA, 2003, p. 105)

A análise feita a partir das línguas Parakanã, Asurini do Xingu e Kamaiurá demonstrou que nestas línguas figura um morfema nominalizador de agente e outro de circunstância (que inclui as posposições). Já na língua Tenetehára, o morfema *{-har}* cobre estas duas funções. Uma forma de explicar sincronicamente esta abrangência é assumir que o nominalizador *{-har}* seja constituído por duas unidades gramaticais cujas formas gráfica e fonética são as mesmas, mas que têm significados dierentes, ou seja, são homônimas. De fato, como se pôde ver, o nominalizador de agente em Parakanã e Kamaiurá é *{-tat}*, em Asurini do Xingu é *{-tar}* e em Tenetehára, *{-har}*. Para os nominalizadores de circunstância, temos em Parakanã e Asurini do Xingu o nominalizador *{-war}*, em Kamaiurá, *{-war}* e em Tenetehára, *{-har}*. Observe o seguinte quadro sinóptico em que exibio dois sintagmas, a saber: um locativo posposicional, que corresponde à "*ka'a pe har*" "aquele que é da mata" e um verbal, que equivale à *zuka har* "o matador". Note que os nominalizadores de circunstância em Parakanã, Asurini do Xingu e Kamiurá são muito parecidos. Esta semelhança também se dá no que se refere aos nominalizadores de agente. Já para o Tenetehára, só temos o morfema *{-har}*, tanto para estruturas nominalizadas agentivas, quanto para nomes de circunstância.



QUADRO 3 Nominalizadores de circunstância e agente em quatro línguas da família Tupí-Guaraní			
<i>Língua</i>	<i>√ mato</i>	<i>posposição</i>	<i>nominalizador de circunstância</i>
Tenetehára	<i>ka'a</i>	<i>pe</i>	<i>har</i>
Parakaná	<i>ka'a</i>	<i>pe</i>	<i>war</i>
Asurini do Xingu	<i>ka</i>	<i>ve</i>	<i>war</i>
Kamaiurá	<i>ka'a</i>	<i>pe</i>	<i>wat</i>
<i>Língua</i>	<i>√ matar</i>		<i>nominalizador de agente</i>
Tenetehára	<i>zuka</i>		<i>har</i>
Parakaná	<i>xoka</i>		<i>tat</i>
Asurini do Xingu	<i>djuka</i>		<i>tar</i>
Kamaiurá	<i>juka</i>		<i>tat</i>

Tendo em mente todas as informações e dados desta seção, a resposta à seguinte pergunta: “o nominalizador {-har} se constitui em um ou dois morfemas?” é que, de fato, são duas unidades gramaticais distintas.

2.3 Tempo Nominal nas Construções Nominalizadas

Como podem ser vistos na literatura descritiva de línguas Tupí-Guaraní (SEKI, 2000; JENSEN, 1990), os sintagmas nominais, assim como as construções verbais, permitem que marcas temporais emerjam a fim de localizar o evento descrito pelo nome no eixo temporal passado ou futuro. A língua Tenetehára não é uma exceção, uma vez que disponibiliza dois sufixos de tempo nominal, mais especificamente o morfema {-kwer}, o qual indica tempo passado; e o morfema {-rà̃m}, cuja acepção é a de tempo futuro, conforme indicam os seguintes dados linguísticos:



- (21a) *a-exak h-àpuz ihe*
 1-ver nc-casa eu
 “Eu vi a casa (dele)”
- (21b) *a-exak h-àpuz-kwer ihe*
 1-ver nc-casa-past eu
 “Eu vi a antiga casa (dele)” (= Eu vi a casa abandonada dele)
- (21c) *a-exak h-àpuz-ràm ihe*
 1-ver nc-casa-fut eu
 “Eu vi a futura casa (dele)” (= Eu vi a casa inacabada dele)

Nota-se que, nos exemplos anteriores, o sintagma nominal simples *hàpuz* “casa (dele)” pode receber os sufixos temporais {-*kwer*} e {-*ràm*}, os quais codificam respectivamente o tempo nominal passado e futuro. Visto que o morfema {-*har*} nominaliza verbos, advérbios e posposições, a expectativa é que essas novas estruturas se comportem como sintagmas nominais, podendo receber os sufixos de tempo nominal, como ocorre com as bases nominais simples apresentadas. Uma vez que tal expectativa será confirmada nos exemplos de (22) a (24), toma-se esse comportamento morfossintático como sustentação adicional à hipótese de que os sintagmas posposicionais derivados pelo sufixo {-*har*} são, de fato, sintagmas nominais na língua em análise.

No exemplo em (22), o predicado transitivo *pyhyk* “pegar” seleciona dois argumentos nucleares, o DP sujeito *ko awa* “este homem” e o DP objeto *pira* “peixe”. Depois da sufixação do morfema {-*har*}, em (22b-c), o verbo transitivo passa a se comportar como sintagma nominal. Adicionalmente, essas construções se referem ao sujeito agente do predicado inicial. Finalmente, nota-se que, tanto em (22b) quanto em (22c), os sufixos que codificam o tempo nominal {-*kwer*} e {-*ràm*} podem ser adjungidos ao sintagma nominal.

VERBO TRANSITIVO

- (22a) *u-pyhyk ko awa pira a'e*
 3-pegar este homem peixe ele
 “Este homem pegou o peixe”



NOMINALIZAÇÃO DE VERBO TRANSITIVO

- (22b) *a-exak* [*pira* \emptyset -*pyhyk-har-kwer*] *iko ihe*
 1-ver peixe C-pegar-NOML-PAST estar ele
 “Eu estou vendo aquele que pegou o peixe”
- (22c) *a-exak* [*pira* \emptyset -*pyhyk-har-ràm*] *iko ihe*
 1-ver peixe C-pegar-NOML-FUT estar ele
 “Eu estou vendo aquele que pegará o peixe”

Como pode ser notado, tanto sintagmas nominais simples, como em (21), quanto sintagmas nominais complexos, como em (22), podem receber as marcas de tempo nominal, o que demonstra que o sufixo $\{-har\}$, de fato, transforma predicções verbais em predicados nominais.

As nominalizações de advérbios e de posições também permitem a marcação de tempo nominal passado e futuro. Nos exemplos (23a) e (23b), figuram os nomes *xe-har-kwer* “aquele que foi daqui” e *xe-har-ràm* “aquele que será daqui” advindos do advérbio de lugar *xe* “aqui”. Já nos dados em (24) ocorrem os nomes *he* \emptyset -*py* *r-ehe-har-kwer* “aquilo que era do meu pé” e *he* \emptyset -*py* *r-ehe-har-ràm* “aquilo que será do meu pé” derivados do sintagma posposicional *he* \emptyset -*py* *r-ehe* “do meu pé”. Nos dois processos de nominalização, podem ser vistas as marcas de tempo nominal, conforme fora exposto anteriormente.

- (23a) *xe-har-kwer*
 aqui-noml-p ast
 “Aquele que foi daqui” (= Ex-morador daqui)
- (23b) *xe-har-ràm*
 aqui-noml-fut
 “Aquele que será daqui” (= Futuro morador daqui)
- (24a) *he* \emptyset -*py* *r-ehe-har-kwer*
 meu c-pé c-de-noml-p ast
 “Aquilo que era do meu pé” (= Meu ex-calçado)
- (24b) *he* \emptyset -*py* *r-ehe-har-ràm*
 meu c-pé c-de-noml-fut
 “Aquilo que será do meu pé” (= Meu futuro calçado)



2.4 Negação Nominal nas Construções Nominalizadas

De acordo com Duarte (2002, 2007), diferentemente das línguas indo-europeias, em que a negação geralmente é assinalada por meio de um lexema independente, a língua Tenetehára engatilha a negação de predicados verbais e predicados nominais por meio de morfemas. No caso da negação de sentenças, a língua em análise disponibiliza como estratégia o circunfixo $\{n(a)\dots kwaw\}$, conforme os exemplos dados a seguir:

- (25a) *n-u-pyhyk-kwaw* *awa* *pira* *a'e*
 neg -3-pegar-neg homem peixe ela
 “O homem não pegou o peixe”
- (25b) *n-u-kwaw-kwaw* *awa* *ma'e* *a'e*
 neg -3-saber-neg homem coisa ele
 “O homem não sabe de nada”

No entanto, quando esses verbos são submetidos à nominalização por meio de $\{-har\}$, por exemplo, a língua disponibiliza outro morfema de negação, a saber: o sufixo $\{-'ym\}$, conforme os exemplos (26). Nota-se que o fato de a língua Tenetehára apresentar o morfema de negação $\{-'ym\}$ nas estruturas em (26) corrobora a hipótese de que essas construções são distintas dos predicados verbais, como em (25).

- (26a) *pira* *i-pyhyk-har-'ym*
 peixe 3-pegar-noml -neg
 “Aquele que não pega peixe”
- (26b) *ma'e* *i-kwaw-har-'ym*
 coisa 3-saber-noml -neg
 “Aquele que não sabe de nada”

Adicionalmente, o fato de o morfema de negação $\{-'ym\}$ poder figurar juntamente com um nome não derivado de verbo na estrutura em (27) abaixo



corroborar a hipótese de que os dados em (26) são, de fato, nomes. Em exemplos tais como em (27), o sentido da tradução corresponde à palavra “sem” denotando ausência, como se pode notar a seguir.

- (27) *a-'u* *pira* *taz-'ym* *ihe*
1-comer peixe pimenta-NEG eu
“Eu comi peixe sem pimenta”

3 Proposta Teórica

A teoria que se assume neste estudo, a partir da constatação de que sintagmas posposicionais podem se transformar em sintagmas nominais complexos por meio do acréscimo do sufixo {-*har*}, é a de que a derivação morfológica de nomes não é um processo que se dá exclusivamente no componente morfológico da gramática. Everett (1999)⁸, por exemplo, apresenta um processo de verbalização de frases inteiras na língua Wari, semelhante ao processo de nominalização de PPs do Tenetehára, mostrado anteriormente. Chomsky (1970) defendeu a Hipótese Lexicalista Fraca, segundo a qual algumas palavras podem ser formadas na sintaxe.

Depois disso, Halle (1973), Di Sciullo e Williams (1987) e outros autores postularam que todas as palavras são formadas no léxico, sendo eles o componente gerativo das palavras, não importando se são flexionadas ou derivadas. A literatura pertinente refere-se a essa visão como Hipótese Lexicalista Forte. Em suma, tendo em conta os dados de nominalizações de PPs em Tenetehára, a hipótese que se defende neste trabalho é a de que o lugar da morfologia não é antes, nem tão pouco depois da sintaxe, mas se coloca com a sintaxe, ao longo da derivação.

8 Conforme Everett (1999, p. 26), “[...] existem três posições teóricas em vista da controvérsia sobre a relação entre morfologia e sintaxe: (i) todas as palavras são formadas no léxico (um componente pré-sintático); (ii) uma parte da formação de palavras é lexical e o restante é sintático; (iii) toda formação de palavras é sintática”.



4 Considerações Finais

Dada a circunstância de que existem línguas como o Wari, que verbaliza toda a oração; e como o Tenetehára, que permite nominalizar sintagmas posposicionais, propõe-se que a formação de palavras em Tenetehára não parece ser um fenômeno restrito à morfologia. Por essa razão, as nominalizações de constituintes complexos em Tenetehára e as orações verbalizadas em Wari são evidências necessárias que se possui para sustentar a Hipótese Lexicalista Fraca. A busca de respostas mais sólidas para essa investigação constitui um importante objetivo para o desenvolvimento de pesquisas futuras. Contudo, temporariamente, a resposta a essa questão é que há formação de palavras no componente sintático da gramática. Como resultado da análise, propõe-se, acompanhando Castro (2007), que há palavras sintáticas em Tenetehára. Em suma, nessa linha de investigação, a Hipótese Lexicalista Fraca de Chomsky (1970) pode ser corroborada, uma vez que os dados do Tenetehára evidenciam a formação de palavras também no nível sintático.

Referências

CAMARGOS, Quesler Fagundes; CASTRO, Ricardo Campos. **Paralelismo entre DP e CP a partir das nominalizações na língua Tenetehára**. *Revista da Anpoll*, [S.l.], v. 1, n. 34, p. 393–434, 2013.

_____. **Para onde foram os adjetivos em Tenetehára?** 2010. 60f. Monografia (Bacharel em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

CASTRO, Ricardo Campos. **Interface morfologia e sintaxe em Tenetehára**. 81 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

CHOMSKY, Noam. **Remarks on nominalization**. *In: JACOBS, Roderick.; ROSENBAUM, Peter (Org.) Readings in English transformational grammar*. Waltham: Braisdell P, p. 184–221, 1970.



_____. **The Minimalist Program**. Cambridge: The MIT Press, 1995.

DI SCIULLO, Anna Maria; WILLIAMS, Edwin. **On the Definition of Word**. Cambridge: The MIT Press, 1987.

DUARTE, Fábio Bonfim. **Negação e movimento do verbo na língua Tembé**. In: **ATAS do 1º Encontro Internacional sobre Línguas Indígenas da Anpoll**. Belem: Universidade Federal do Pará, p. 374–384, 2002.

_____. **Estudos de morfossintaxe Tenetehára**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007.

_____. **O que difere uma língua ergativa de uma língua nominativa?** Revista estudos da linguagem, volume 20, número 2, p. 269-308, 2012a.

DUARTE, Fábio Bonfim; CAMARGOS, Quesler Fagundes; CASTRO, Ricardo Campos. **Estruturas antipassivas em Tenetehára**. Revista **Veredas** (UFJF. Online), volume 18, p. 318-341, 2014.

EVERETT, Daniel Leonard. **Formação sintática de palavras em Wari**. Revista **Palavra**, Rio de Janeiro, número 5, p. 18–28, 1999.

HALLE, Morris. **Prolegomena to a theory of word formation**. **Linguistic Inquiry**, número 4, p. 451-464, 1973.

JENSEN, Cheryl. **O desenvolvimento histórico da língua Waiampi**. Ed. Unicamp. Campinas, 1989.

_____. **Cross-Reerencing Changes in Some Tupí-Guaraní Languages**. In.: PAYNE, D. L. **Amazonian Linguistics: studies in lowland south american languages**. Austin: University o Texas Press (Texas Linguistics Series), p. 117–158, 1990.

PEREIRA, Antônia Alves. **A nominalização e as orações relativas no Asurini do Xingu (Tupi-Guarani)**. Revista **Liames**, Campinas, v. 10, p. 101-113, 2010.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **A teoria da gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

RODRIGUES, Aryon D. **Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní**. In: **Revista de Antropologia**. Vols. 27/28, p. 33-53, 1985.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.



A ordem de constituintes no Português Mbyá Guarani

Jaqueline dos Santos Peixoto¹

Resumo

Este trabalho investiga a interferência das características configuracionais do Mbyá Guarani (variedade linguística Guarani, família Tupi-Guarani) na ordem de palavras do português através do contato linguístico. A influência do contato linguístico na ordem de palavras do português Mbyá Guarani leva em consideração as variações na ordem de constituintes provocadas pela estrutura informacional da sentença. As propriedades semântico-pragmáticas dos constituintes interferem na configuracionalidade da sentença, revelando as posições estruturais em que ocorrem determinadas interpretações. Fenômenos estilisticamente motivados como a operação de *scrambling*, a topicalização e a focalização têm relação com a distribuição da informação na estrutura oracional. Para investigar a interferência das características configuracionais do Mbyá Guarani sobre a estrutura informacional da sentença do português Mbyá foram realizadas gravações de fala espontânea com o registro de depoimentos de três consultores. A gravação de depoimentos limitou bastante as estratégias discursivas e a variação das estruturas gramaticais utilizadas pelos consultores da amostra. Consequentemente, os resultados alcançados mostram semelhanças e não diferenças entre o português Mbyá Guarani e o português do Brasil.

Palavras-chave: Português do Brasil. Mbyá Guarani. Contato Linguístico. Morfosintaxe. Ordem de Constituintes.

Abstract

This work has the purpose to investigate the interference of configurational characteristics of Mbyá Guarani (linguistic variety Guarani, Tupi-Guarani family) in the order of words in Portuguese language through linguistic contact. The influence of language contact on the order of words of the Portuguese Mbyá Guarani words takes into consideration variations in the order of constituents caused by the information structure of the sentence. The semantic-pragmatic properties of constituents interfere with the sentence

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: jaquepeixoto@yahoo.com.br



configurationality, revealing the structural positions in which certain interpretations occur. Stylistically motivated phenomena as scrambling operation, topicalization and focus are related to the distribution of information in the clause structure. In order to investigate the interference of configurational features of the Mbyá Guarani on the information structure of the Portuguese Mbyá sentence, spontaneous speech recordings were made with the registration of personal statements of three consultants. The recording testimonials have limited the discursive strategies and the variation of grammatical structures used by the consultants of the sample. Consequently, the results achieved show similarities and not differences between the Portuguese Mbyá Guarani and the Portuguese of Brazil.

Keywords: Portuguese of Brazil. Mbyá Guarani. Language Contact. Morphosyntax. Order of Constituents.

1 Introdução

Este trabalho está voltado para a investigação da ordem de constituintes no português indígena, isto é, o português falado por indígenas brasileiros, particularmente os falantes do Mbyá Guarani, variedade linguística Guarani (família Tupi-Guarani). Para tanto, são utilizados dados de natureza primária, coletados em aldeias Guarani localizadas no estado do Rio de Janeiro. Entre os objetivos deste trabalho está a investigação da ordem **VS** no português Mbyá Guarani. Nessa ordem, a posposição do sujeito tem sido relatada, no português do Brasil (PB), como uma estratégia limitada a verbos ergativos ou a predicados inacusativos, cujo sujeito gramatical não coincide com o tópico da sentença. Os dados da coleta realizada confirmam a universalidade da presença de um elemento posposto em verbos de existência (ser e ter impessoais, e haver e existir). Os dados também não refutam a ideia de que a coincidência entre o sujeito e o tópico do discurso produza a ordem **SV** nos verbos ergativos do português, fato exemplificado por verbos de mudança de estado como nascer. Além da descontinuidade tópica, a posposição do sujeito representa uma situação estrutural que desfavorece a concordância dos traços de pessoa e número no verbo. Por isso, outro objetivo é também estabelecer a



relação entre a ordem de constituintes na sentença e a presença dos traços de pessoa e número no verbo. Como objetivo associado, é investigado como a posposição do sujeito em verbos ergativos e predicados inacusativos interfere no fenômeno de concordância verbal. As propriedades morfossintáticas registradas na sentença do PB também se encontram relacionadas ao fenômeno de topicalização na língua. Há evidências de que o que tem sido proposto como sujeito seja na verdade um tópico da sentença no PB. Operações de topicalização, assim como as de focalização, são importantes para elucidar a relação da ordem de constituintes com a estrutura informacional da sentença.

O desafio é, então, descobrir como as características da estrutura informacional da sentença do PB estão presentes no português Mbyá. Para a investigação da ordem de constituintes e sua relação com as propriedades estruturais da sentença do português indígena, é adotada a tecnologia desenvolvida pela Gramática Gerativa, em suas diferentes versões. A Gramática Gerativa, principalmente no *design* minimalista da linguagem, trata o fenômeno da ordem de constituintes como uma questão da computação sintática desencadeada pela presença de traços interpretáveis e não interpretáveis nas gramáticas das línguas particulares. A intenção é identificar, nos dados coletados, as propriedades sintáticas produzidas pelo contato com o Mbyá Guarani e as propriedades sintáticas explicadas com base na gramática do próprio português.

É importante esclarecer que o termo português indígena não se refere a uma variedade única, particular e homogênea do português. Trata-se, antes, de uma apropriação do PB pelos povos indígenas brasileiros. A forma como ocorre tal apropriação e suas características revelam uma situação de contato linguístico. O contato linguístico representa uma situação em que línguas ou variedades diferentes de uma mesma língua estão geograficamente ou socialmente próximas. A proximidade linguística costuma ter como resultado situações de empréstimo linguístico e interferência (mescla) linguística. Particularmente, é preciso considerar a possibilidade de a sintaxe do Mbyá



Guarani interferir no fenômeno de ordem de constituintes do português indígena falado pelos consultores da amostra.

Os consultores nativos responsáveis pelos dados da amostra aqui constituída são bilíngues, isto é, são falantes do português e da variedade linguística de sua etnia, neste caso, Mbyá. Ora, o falante bilíngue ideal é aquele que domina ambas as línguas sem apresentar interferência de uma na outra. Contudo, a própria interferência linguística mostra que o falante bilíngue ideal é, na verdade, uma ficção teórica. A proficiência linguística dos indivíduos bilíngues na língua estrangeira está sujeita às interferências de sua língua materna. O bilinguismo dos consultores da amostra constituída se particulariza pelas iniciativas de alfabetização tanto em Mbyá Guarani quanto no PB, graças a projetos de educação bilíngue, e pelo contato precoce e frequente com a língua portuguesa. Outro fato importante é o de que os consultores nasceram e viveram pelo menos até o início da juventude em outras regiões do país (no Sul, Paraná e Santa Catarina; e no Nordeste, Maranhão), podendo apresentar, inclusive, características dialetais das regiões de origem. Para este trabalho, são utilizados dados de fala espontânea de três consultores nativos, uma mulher com 50 anos, e dois homens, um com 46 anos e outro na casa dos 50 anos, na época da constituição da amostra de dados. Os dados foram coletados em duas aldeias localizadas no estado do Rio de Janeiro, a aldeia de Bracuí, em Angra dos Reis; e a aldeia Itati, em Paraty Mirim.

2 O Fenômeno da Ordem de Constituintes

A ordem de constituintes é um fenômeno gramatical que diz respeito à posição em que os constituintes aparecem nas sentenças das línguas naturais. Variações inter e intralinguísticas explicam as diferentes ordens de constituintes encontradas nas gramáticas particulares. Em termos interlinguísticos, as línguas podem ser caracterizadas pelas seguintes ordens de constituintes: **SOV**, **SVO**, **VSO**, **VOS**, **OSV** e **OVS**. Uma questão, então, importante no



estudo das sentenças das línguas naturais é determinar a ordem básica de constituintes. As propriedades dessas seis ordens permitem classificar as línguas em dois tipos, línguas de ordem **OV** (complemento-verbo), e línguas de ordem **VO** (verbo-complemento). As línguas de ordem **OV** são descritas como de núcleo final, enquanto as línguas de ordem **VO** são descritas como de núcleo inicial. Em termos intralinguísticos, a ordem de constituintes das línguas particulares está sujeita a intensa variação causada por diferenças gramaticais e semântico-pragmáticas.

A explicação da variação na ordem de constituintes das línguas naturais torna importante eleger critérios para a determinação do que seria a ordem básica, não marcada (*default*), de uma língua. A determinação da ordem básica de constituintes é importante porque será a partir dela que serão obtidas as demais ordens. Muitos linguistas obtêm a ordem básica a partir de orações declarativas afirmativas, consideradas as mais neutras em termos pragmáticos. Diferentemente, orações subordinadas, interrogativas, negativas, focalizadas (clivadas e respostas a sentenças interrogativas), ou que introduzem informação nova, ou iniciam uma narrativa são consideradas como suscetíveis à variação na ordem de constituintes. Ao se identificar as causas da variação na ordem dos constituintes das sentenças das línguas particulares, e ao se eleger sentenças declarativas, afirmativas, ativas e neutras como aquelas que estariam menos sujeitas à variação na posição de seus constituintes internos, os critérios utilizados para diagnosticar a ordem básica e as variações de ordem intralinguística apontam para a importância da investigação da estrutura informacional da sentença, permitindo, até mesmo, concluir que seja essa a causa da variação na ordem dos constituintes.

Ora, se variações de ordem são devidas à estrutura informacional da sentença, cabe mostrar a relação que existe entre as características gramaticais dos constituintes com a distribuição estrutural da informação. A proposta é a de que a interação entre as funções gramaticais dos constituintes com as



suas características semântico-pragmáticas possa revelar as posições em que ocorrem determinadas interpretações. Um bom exemplo de interação entre ordem e interpretação de constituintes é o processo conhecido como *scrambling*, termo utilizado para descrever o fenômeno em que constituintes sentenciais apresentam uma relativa liberdade em sua ordem (*free word order*). Esse fenômeno é considerado como estilisticamente motivado, embora sua realização seja opcional. A ideia é a de que o movimento do constituinte seja motivado por suas características semânticas. Constituintes definidos e pronomes seriam os candidatos naturais à operação de *scrambling*. Já constituintes não específicos e indefinidos, partículas e miniorações não seriam alvos dessa operação. Não por acaso, parece haver no PB uma relação entre a ordem VS e a interpretação do único argumento obrigatório das sentenças com posposição do sujeito.

Ora, no PB, a posposição do sujeito ocorre, em sua maioria, em construções inacusativas e com verbos intransitivos ergativos, entre os últimos podem ser localizadas as construções existenciais. As sentenças com existir/haver e o uso impessoal dos verbos ser e ter compartilham propriedades. Entre as propriedades compartilhadas, está o fato de o único constituinte obrigatório revelar características de um argumento interno, tal como acontece com verbos ergativos.

Uma autora que mostra como a estrutura informacional da sentença desempenha um papel na ordem de constituintes é Diesing (1997). A autora realiza um mapeamento da estrutura sentencial (**Hipótese de Mapeamento da Estrutura Sentencial**), em que propõe uma divisão tripartida da representação quantificacional, segundo a qual a estrutura sintática da sentença é cindida nas seguintes partes: (i) **SV** – domínio das construções existenciais e indefinidas; (ii) **SFlex** – domínio responsável pela interpretação restritiva da sentença e sobre o qual as relações de quantificação são estabelecidas; (iii) **SC** – domínio dos operadores, mais especificamente, nesse caso, dos quantificadores. Os três domínios são mostrados pela seguinte representação: $[_{SC} \text{ De que lugar}_i [_{SFlex}$



os homens_j [_{Flex}, chegaram_k [_{SV} v_i² [_{SV} v_j [_v, v_k [_{DP} todos v_j]]]]]]³. Basicamente, o **SV** constitui o domínio das construções existenciais, ao passo que todo material localizado em uma posição mais alta na estrutura sintática se encontra vinculado a um operador. Assim, diferenças informacionais (informação nova / informação velha) entre os sintagmas se encontram associadas a posições estruturais da arquitetura da sentença. Dada a configuração descrita por Diesing (1997) para a estrutura da sentença, o constituinte alvo da operação de *scrambling* é automaticamente impedido de se tornar foco.

Duas categorias da estrutura informacional do discurso que interagem com a estrutura informacional da sentença são o tópico e o foco. O tópico é o tema sobre o qual o restante da sentença constitui um comentário. Nas sentenças assertivas, a estrutura tópico-comentário identifica o sujeito como o tópico da oração. A topicalização de constituintes diferentes do sujeito implica a presença desses mesmos constituintes em uma posição mais à esquerda da sentença. O foco é outra estratégia de estruturação do sentido na sentença associada a diferentes feixes de traços semânticos. A interpretação do constituinte foco varia conforme o feixe de traços semânticos em jogo. Independentemente do tipo de interpretação, o foco representa o conteúdo não pressuposto da sentença – o que coloca a sentença em uma configuração estrutural do tipo foco-pressuposição. Devido à sua importância para a ordem de constituintes para as línguas naturais, e, particularmente, para o PB, as categorias de tópico e foco são tratadas na próxima seção.

2 O vestígio deixado pelo movimento do constituinte interrogado constitui uma variável, por aparecer em uma posição A-barrada e encontrar-se vinculado a um operador. A interpretação dos operadores requer seu movimento (aberto ou encoberto) para a formação da configuração estrutural [_{sc} Op_i ... [_{SF} ... [_{SV} ... x_i]]] (operador-variável), configuração em que operadores podem lançar seu escopo na porção da sentença que tem sua interpretação afetada.

3 Por uma questão de coerência teórica, a representação ainda se encontra no modelo de Princípios e Parâmetros da Teoria da Regência e Ligação. Seguindo, então, esse modelo, os vestígios deixados pelos movimentos do constituinte adjunto, do constituinte sujeito e do núcleo verbal são indicados por v_i, v_j e v_k, nessa ordem.



3 Tópico e Foco no Português do Brasil

O tópico é uma categoria da estrutura informacional do discurso e da estrutura informacional da sentença. Na estrutura informacional do discurso, o tópico representa o tema, assunto, ou a informação velha (pressuposta) compartilhada entre os interlocutores da interação verbal. Já, na estrutura informacional da sentença, o tópico representa um constituinte oracional que é o tema, o assunto ou a informação velha (pressuposta), sobre o qual versa o restante da sentença. Nesse caso, cabe a uma operação de topicalização tornar um constituinte oracional o tópico da sentença.

A topicalização constitui uma operação sintática que torna um constituinte o tópico da sentença. O constituinte tópico se encontra vinculado a uma posição vazia na sentença em que aparece. A operação de topicalização consiste, assim, em uma antecipação do constituinte com características tópicas. Constituintes determinados, humanos e animados estão entre os melhores candidatos a tópico. A coincidência entre o sujeito e o tópico da sentença indica que houve uma gramaticalização na língua. O português é um exemplo de língua caracterizada pela coincidência entre as duas estruturas. Essa coincidência contribui para que a posposição do verbo ao sujeito seja a ordem preferida na língua. A falta de coincidência entre o sujeito e o tópico da sentença explicaria a existência de outras ordens. A posposição do sujeito ao verbo é um exemplo de ordem que parece estar condicionada à falta de coincidência entre o sujeito e o tópico da informação. Além da descontinuidade tópica, a posposição do sujeito ao verbo no PB também é condicionada pela natureza do verbo. Essa ordem se restringe cada vez mais a verbos intransitivos ergativos da língua. Nas chamadas línguas **V2**⁴, os constituintes que costumam ocorrer na primeira posição das sentenças declarativas representam o tópico *default* da sentença. Caso haja falta de coincidência entre esses constituintes e o tópico, ela é assinalada pela prosódia.

4 As línguas chamadas de **V2** são aquelas em que os verbos finitos aparecem caracteristicamente como o segundo constituinte de sentenças principais.



O tópico se encontra associado a um conjunto de propriedades gramaticais. Entre suas propriedades está o fato de o constituinte topicalizado apresentar um alto grau de conexão sintática na sentença, exibindo propriedades categoriais, referenciais e temáticas que o colocam como um constituinte interno ao comentário. Conseqüentemente, outra propriedade é o tópico se encontrar associado a uma posição estrutural preenchida por uma categoria vazia ou nula. A ocorrência de mais de um tópico na posição mais à esquerda da sentença confirma a topicalização de constituintes como uma regra iterativa, o que aponta para a existência de múltiplas posições de tópico e apenas uma posição de foco acima da sentença, como mostra a representação a seguir, em que há duas posições estruturais para tópico e apenas uma para foco: TopP [YP Top' [Top FocP [ZP Foc' [Foc TopP [XP Top' [Top TP [NP T' [T vP [NP v' [v VP]]]]]]]]]. O tópico também não está restrito à sentença principal, ocorrendo em orações subordinadas. Na oração principal, o constituinte topicalizado ocorre à esquerda do complementizador, enquanto, na oração subordinada, o tópico é uma posição à direita do complementizador, conforme a representação a seguir: TopP [ZP Top' [Top TP [NP T' [T vP [NP v' [v VP [NP V' [V CP [ZP C' [C TopP [XP Top' [Top TP [NP T' [T vP [NP v' [v VP]]]]]]]]]]]]]. Em termos sintáticos, o tópico licencia lacunas parasitas, isto é, uma categoria vazia cuja presença é licenciada por outra categoria na sentença.

As construções de tópico são normalmente distinguidas das construções de deslocamento à esquerda. O termo deslocamento à esquerda (*left dislocation*) se refere a construções em que um dos constituintes aparece deslocado de sua posição inicial na sentença para uma posição mais à esquerda. A posição em que o constituinte normalmente aparece na sentença é ocupada por um elemento pronominal pleno. O constituinte deslocado é interpretado como o tópico da sentença, isto é, o tema sobre o qual todo o resto da sentença constitui um comentário. Ao contrário do que o nome sugere, o constituinte que aparece mais à esquerda na sentença seria gerado e não movido para a posição de tópico onde aparece. Tal como nas construções de tópico,



o constituinte deslocado à esquerda apresenta um alto grau de conexão de sintática na sentença, exibindo propriedades referenciais, temáticas e causais que o colocam como um constituinte interno ao comentário.

Uma questão importante é a natureza da categoria vazia das construções de tópico. O fato de essas construções não estarem sujeitas à Condição de Ilha (ROSS, 1967, p. 117-266), que proíbe a extração de constituintes para fora de determinados domínios estruturais, permite tratar a categoria vazia que ocupa a posição estrutural com a qual o constituinte topicalizado se relaciona gramaticalmente como um pronome nulo. Todas as sentenças a seguir são boas no PB, mesmo o objeto topicalizado estando relacionado a uma categoria vazia localizada respectivamente em oração relativa, em um sujeito sentencial, em um SN complexo e em um adjunto adverbial (GALVES, 2001, p. 131-132; RADFORD, 2004, p. 459):

- (i) O engradado de cerveja, os rapazes que deixaram **pro** na mercearia ontem eram funcionários do fornecedor.
- (ii) A inscrição, é imprescindível que todos os alunos façam **pro**.
- (iii) O livro de matemática, a professora avisou ao aluno da necessidade de guardar **pro** no armário do corredor.
- (iv) As chaves, o zelador foi embora sem deixar **pro** comigo.

A gramaticalidade das sentenças apresentadas indica uma importante diferença entre os fenômenos de tópico e foco. O tópico, ao contrário do foco, como será mostrado a seguir, não é um operador na sentença. Operadores sintáticos, ao contrário do que ocorre nas sentenças acima, estão sujeitos à Condição de Ilha Sintática.

O foco é a parte da sentença (elemento ou sintagma) que representa a informação nova, ou a mais importante, ou a que contrasta explicitamente com outra informação. Trata-se de uma estratégia de estruturação do sentido que pode ser realizada através de mecanismos prosódicos, como o acento de foco, e/ou através de mecanismos sintáticos, como a ordem de palavras e o uso



de sentenças clivadas, e/ou através de mecanismos morfossintáticos, como o emprego de partículas.

O foco sintático é uma estratégia de estruturação do sentido associada a diferentes feixes de traços semânticos. A interpretação do constituinte foco varia conforme o feixe de traços semânticos em jogo. O foco que representa a informação nova se opõe ao conteúdo pressuposto. O conteúdo pressuposto constitui a parte da sentença que carrega a informação conhecida/compartilhada entre falante e ouvinte. É a informação preservada nas versões negativa e interrogativa da mesma sentença. Já a informação nova é um constituinte do predicado. O foco que contrasta explicitamente com uma informação codificada por outro elemento/constituinte possui características de operador. Devido às características sintáticas de operador, o elemento ou sintagma focalizado é interpretado na forma lógica da sentença à semelhança dos quantificadores e das palavras interrogativas.

As propriedades semântico-sintáticas exibidas pelo foco nas línguas naturais (KISS, 1998; HAEGEMAN, 1995) permitem falar em dois tipos de foco, o de informação e o de identificação ou contraste. Esses dois tipos de focos são estudados como fenômenos diferentes, na medida em que exibem propriedades semântico-estruturais próprias.

O foco de informação é uma função do constituinte que representa a informação nova, não pressuposta da sentença. Por ser uma função do constituinte, e não uma propriedade obtida por uma configuração estrutural particular, esse foco não requer mudança nas regras de estrutura frasal, além das que normalmente são aplicadas. Como não é semanticamente um operador, o foco de informação não imprime mudança na ordem de constituinte e é sempre realizado na sentença. Ora, no PB, o sujeito posposto de verbos ergativos e de construções inacusativas exprime informação nova, sendo, por isso, um foco de natureza informacional⁵. Também nas sentenças chamadas

⁵ Devido à sua natureza informacional, o sujeito posposto ocorreria com mais frequência em respostas a perguntas feitas com verbos inacusativos.



de apresentações (KURODA, 1972 *apud* MATEUS *et al.*, 2003, p. 318) a permanência do termo identificado como sujeito gramatical da sentença na posição mais à direita é evidência de sua relação com o foco de informação. Estruturalmente, apresentações são sentenças que não possuem a configuração tópico-comentário, exibindo juízos téticos, isto é, juízos que envolvem apenas um ato de reconhecimento ou rejeição material de um juízo (KURODA, 1972 *apud* MATEUS *et al.*, 2003, p. 318). A resistência do sujeito pós-verbal das apresentações ao teste de topicalidade é evidência de que ele não se qualifica como tópico. As sentenças em que se aplica o teste de topicalidade não são boas paráfrases das apresentações.

	Teste de topicalidade
Apareceram poucos alunos na aula	?Eu afirmo acerca dos poucos alunos que eles apareceram na aula
Trabalham poucos operários na obra	?Eu afirmo acerca dos poucos operários que eles trabalham na obra.
Chegaram poucos policiais ao local do roubo	?Eu afirmo acerca dos poucos policiais que eles chegaram no local do roubo

O foco de identificação é uma função estrutural das regras de estrutura frasal, responsáveis por contrastar explicitamente um elemento/sintagma com uma informação codificada por outro elemento/constituente. Devido às características de operador, o foco de identificação é interpretado na forma lógica da sentença à semelhança dos quantificadores e das palavras interrogativas. Daí, como todo operador, encontra-se ligado a uma categoria vazia identificada como uma variável sobre a qual tem escopo. Sua interpretação como operador requer seu deslocamento para a posição pré-verbal, para que, assim, possa lançar seu escopo sobre o domínio localizado à sua direita – o domínio de c-comando. No *design* minimalista da linguagem, a Teoria do Critério (HEAGEMAN, 1995), uma teoria de operadores da Gramática Gerativa, explica a configuração estrutural do foco de identificação como uma questão de checagem de traços. Ora, a presença de um sintagma



funcional interpretável **SF** na oração é restringida pelo Critério do Foco, que requer que seu especificador contenha o traço [+SFoco] (neste caso, [+Foco de Identificação]), e que todos os traços [+SFoco] estejam na posição de especificador da projeção de **Foco**. A localização do constituinte focalizado na posição estrutural de especificador de **SF** satisfaz o Critério do Foco no PB. A configuração estrutural para foco permite que o núcleo **Foco** cheque o traço [+SFoco] com o constituinte focalizado. O traço não interpretável [+SFoco] forte do núcleo funcional **Foco** desencadeia o movimento do constituinte com o qual concordam seus traços antes que a derivação seja enviada para a linearização. No que diz respeito aos seus traços, o foco de identificação pode exibir valores positivos tanto para o traço exaustivo quanto para o traço contrastivo, ou somente para um deles (KISS, 1998). O traço exaustivo é incompatível com conjunções de interpretação aditiva, como também/mesmo (*even-phrases*), com sintagmas do tipo algum/alguma (*some-phrases*), que identificam um membro de um conjunto relevante de pessoas sem excluir qualquer membro do grupo, e com os quantificadores universais, que operam sobre um conjunto relevante, realizando uma identificação sem exclusão. Já o traço contrastivo opera sobre um conjunto o fechado de entidades conhecidas pelos participantes da interação verbal. No português, o foco de identificação se realiza através de sentenças clivadas (*cleft sentence*), na medida em que os constituintes focalizados nesse tipo de construção são removidos da posição mais à direita da sentença, posição tipicamente ocupada por constituintes qualificados como foco de informação. Nas sentenças clivadas, o constituinte focalizado figura em uma posição diferente de sua posição lógica na sentença, sendo introduzido por verbo cópula e passando a ser acompanhado por uma oração relativa. Outro exemplo de construções em que se realiza o foco de identificação são as réplicas retificadoras de perguntas do tipo sim/sim (João foi ao clube? Não! À academia). Nesse caso, toda a estrutura da frase fica elíptica, aparecendo somente o elemento que contrasta explicitamente com uma informação expressa por um constituinte da pergunta sim/não.



4 A Ordem de Constituintes no Português do Brasil

Coutinho (2005, p. 67) aponta, como características sintáticas do português arcaico, a colocação mais livre das palavras e o predomínio da ordem inversa. Outros estudos de sintaxe diacrônica mostram que a ordem **VS** seria a mais antiga das línguas românicas (GIVÓN, 1977, 1979 *apud* PONTES, 1983, p. 57). Sua origem seria a ordem **OVS** característica do latim vulgar (BUENO, 1967). A ordem **SOV** nas línguas românicas seria mais nova e derivada dessa ordem **OVS**. Pontes (1983) argumenta, no entanto, que a ordem **SV** teria se fixado como a norma da língua já no português arcaico, excetuando-se a língua literária. A reanálise do tópico como sujeito da sentença seria a causa do fenômeno de mudança de ordem. A coincidência entre o sujeito gramatical e o tópico sentencial teria provocado sua mudança para o início da sentença. A topicalização de quaisquer outros constituintes que não o sujeito criaria as condições para o aparecimento da ordem **VS**.

A ordem **SV** do português é explicada na história da língua como um caso de gramaticalização do constituinte tópico como o sujeito gramatical da sentença. As características tópicas do sujeito teriam favorecido a mudança da ordem **VS** para a ordem **SV** (GIVÓN, 1979 *apud* PONTES, 1983, p. 58). A antecipação do sujeito com características tópicas para a posição pré-verbal é um fenômeno da ordem de constituintes restringido pela estrutura informacional da sentença. Ocorre aí uma associação entre as características semântico-gramaticais do constituinte e uma configuração estrutural particular da sentença. É essa associação que teria exigido a mudança na ordem de constituintes. Ora, a mudança de ordem provocada pela estrutura informacional da sentença cria as condições para a gramaticalização do tópico como sujeito a partir da frequência de coincidência entre as duas categorias. Com a gramaticalização do tópico como sujeito, a posposição do verbo ao sujeito se torna *default* na língua. Somente a falta de coincidência entre o sujeito e o tópico parece liberar o sujeito gramatical para figurar em outras posições.



A posposição do sujeito ao verbo no português é, então, um exemplo de ordem que parece estar condicionada à falta de coincidência entre o sujeito e o tópico da informação. Além da descontinuidade tópica, a posposição do sujeito ao verbo no PB também é condicionada pela natureza do verbo. A posposição do sujeito ao verbo é interpretada por diferentes autores como uma ordem marcada na língua. Câmara Jr. (1979, p. 252-253), por exemplo, a respeito do fenômeno da ordem, escreveu:

[...] a anteposição do verbo tem um valor estilístico muito nítido, que consiste na melhor focalização da ação verbal como tema da comunicação. Por isso, a língua coloquial, e mais especialmente a língua literária, preferem não raro essa chamada “inversão do sujeito”, quando não há um objeto para opor, pela colocação, ao sujeito ou quando, mesmo com o objeto direto, o mecanismo da concordância pode entrar em ação. Daí, a freqüente posposição do sujeito – a) com verbos intransitivos, b) com verbos transitivos desde que o sujeito e o objeto direto sejam de número nominal diferente; exs.: a) Chegaram os viajantes; b) Viram os meninos um lobo [...]

Eunice Pontes (1983, p. 66), ao tratar das características da ordem VS no português, conclui que:

Parece claro que a língua portuguesa hoje é predominantemente uma língua de sujeito preposto. A ordem VS se mantém em casos especiais, sobretudo em orações marcadas em relação à oração declarativa, afirmativa, neutra. Sua função no discurso está ligada à introdução de elementos novos [...]

Ao mostrar que a interpretação semântico-pragmática do sujeito interfere na posição em que esse constituinte aparece na sentença (se preposto, se posposto ao verbo), o trabalho de Lira (1986, p. 17) também corrobora a proposta de que a ordem VS seja discursivamente marcada na língua portuguesa. Assim:



O sujeito pode ocorrer antes ou depois do verbo e o contexto desta variação é limitado ao sujeito nominal que ocorre com verbo intransitivo e cópula. Os fatores lingüísticos mais significativos para a variação são: referência geral e específica, a estrutura do sujeito, o status de informação do referente do sujeito, se o sujeito é animado ou não e o caráter aspectual do verbo. Os resultados mostram que: (1) O sujeito posposto tem maior probabilidade de ocorrer quanto menos características de sujeito básico ele tiver – o sujeito posposto tende a ser indefinido, novo e inanimado; e (2) A variação VS/SV é influenciada por considerações pragmáticas.

Os autores citados são unânimes em explicar a posposição do sujeito como uma ordem marcada em termos discursivo-pragmáticos. A natureza pragmática da ordem VS é confirmada por linguistas de diferentes linhas teóricas. Essa ordem aparece em sentenças em que o sujeito fica liberado de sua função tópica. Aposposição do sujeito ao verbo suscita a ordem VS (verbo-sujeito), além das ordens VSO (verbo-sujeito-objeto) e VOS (verbo-objeto-sujeito), no português. A ordem VS é característica de verbos intransitivos ergativos (afundou o navio; chegou João; saiu Antônio; é o João meu amigo; etc.) e de construções inacusativas (foram assaltados muitos turistas na praia; foram perseguidos os moleques na areia). As ordens VSO e VOS aparecem em sentenças com verbos transitivos (quebrou o Paulo a janela; quebrou a janela o Paulo). Contudo, nessas duas últimas, a “inversão” do sujeito é uma propriedade cada vez menos empregada ou restrita no PB (CÂMARA, 1979; LIRA, 1986; BERLINCK, 1989; DUARTE, 1995). Berlinck, por exemplo, mostra a diminuição da frequência da ordem VS, investigando a diacronia do PB. A autora relaciona a alta frequência da ordem SV na língua ao reordenamento de princípios explanatórios para a fixação dessa ordem. Já Duarte relaciona a diminuição/perda dessa propriedade à mudança do parâmetro do sujeito nulo na variedade brasileira. Ora, no PB, a posposição do sujeito ocorre, em sua maioria, em construções inacusativas e com verbos intransitivos ergativos, entre os últimos podem ser localizadas as construções



existenciais. As sentenças com existir/haver e o uso impessoal dos verbos ser e ter compartilham propriedades. Entre as propriedades compartilhadas, está o fato de o único constituinte obrigatório revelar características de um argumento interno, tal como acontece com verbos ergativos.

5 A Configuracionalidade da Sentença do Mbyá Guarani

A configuracionalidade é uma propriedade gramatical que diz respeito à liberdade/rigidez com que os constituintes são ordenados nas sentenças independentemente de suas características gramaticas e/ou semântico-pragmáticas. De acordo com a liberdade ou rigidez com que os constituintes são ordenados nas sentenças descritas como declarativas, afirmativas, ativas e neutras, as línguas são classificadas como de ordem fixa (línguas configuracionais) ou livre (línguas não configuracionais). Línguas configuracionais se caracterizam pela maior rigidez na ordenação dos constituintes oracionais e baixa frequência de constituintes descontínuos, enquanto línguas não configuracionais têm como característica a maior liberdade na ordenação dos constituintes oracionais e a alta frequência de constituintes descontínuos. A identificação de línguas não configuracionais foi proposta inicialmente por Hale (1981), e desenvolvida como um parâmetro da gramática por Jelinek (1984). O parâmetro da configuracionalidade é criado para opor, então, línguas cujas sentenças organizariam os constituintes através de uma estrutura hierárquica a línguas cujas sentenças organizariam seus constituintes através de uma estrutura plana (*flat*). Em termos tipológicos, as línguas não configuracionais são classificadas como de argumento pronominal. A ideia é a de que os argumentos pronominais liberariam os constituintes oracionais para ocorrerem em diferentes posições na sentença, à semelhança dos constituintes adjuntos. A liberdade com que os constituintes oracionais podem ocorrer na sentença fez com que fossem classificados muitas vezes como verdadeiros adjuntos. A proposta de que



existiriam línguas cujos verdadeiros argumentos seriam realizados por meio de clíticos e os constituintes oracionais não pronominais seriam, na verdade, adjuntos é alvo de discussão na literatura mais recente. Pesquisas realizadas com línguas inicialmente classificadas como não configuracionais têm revelado que as propriedades utilizadas para o seu diagnóstico não se mantêm. Os sintagmas nominais não pronominais desse tipo de língua revelam propriedades argumentais. Contudo, o que é importante para este trabalho é a liberdade com que os constituintes oracionais ocorrem em sentenças com clíticos ou com formas presas correferenciais dos argumentos do predicado no verbo. Tal liberdade é uma característica do Guarani.

A liberdade na ordem dos constituintes em outra língua da família Tupi-Guarani é atestada por Vieira (1993), em seu estudo do Asurini do Trocará. Em sua investigação, a autora mostrou que os constituintes oracionais podem ocorrer em qualquer ordem na sentença, conforme os dados a seguir (VIEIRA, 1993, p. 18-19). Ao lado da liberdade na ordenação de constituintes, outra característica da sentença em Asurini é o participante agente ser correferencial no verbo (VIEIRA, 1993, p. 19):

<p style="text-align: center;">SVO</p> <p>konomia o-nopo sawara menino 3A-bater cachorro 'o menino bateu no cachorro'</p>	<p style="text-align: center;">OVS</p> <p>sawara o-nopo konomia cachoro 3A-bater menino 'cachorro, bateu menino'</p>
<p style="text-align: center;">SOV</p> <p>konomia sawara o-nopo menino cachorro 3A-bateu 'menino, cachorro bateu'</p>	<p style="text-align: center;">OSV</p> <p>sawara konomia o-nopo cachorro menino 3A-bateu 'cachorro, menino bateu'</p>



VOS	VSO
o-nopo sawara konomia	o-nopo konomia sawara
3A-bateu cachorro menino	3A-bateu menino cachorro
'bateu cachorro menino'	'bateu menino cachorro'

Martins (2003) também identifica a liberdade na colocação dos constituintes argumentais na gramática Mbyá Guarani. Ao abordar a questão da ordem de constituintes, a autora mostra que, ao mesmo tempo em que há a obrigatoriedade de codificação dos traços de pessoa e número dos argumentos oracionais no verbo, é facultativa a presença dos constituintes oracionais plenos, sejam eles pronominais ou não pronominais. Contudo, ao ocorrerem na sentença, os constituintes argumentais plenos exibem liberdade de posição. Em sentenças transitivas, como mostra a autora, apesar de as ordens preferenciais serem **AVO** e **AOV**, outras ordens também são possíveis (MARTINS, 2003, p. 154):

AVO kuee Maria o-Ø-JOgua jety ontem Maria 3-3Rel-comprar batata 'ontem Maria comprou batata'	AOV kuee Maria jety o-Ø-Jogua ontem Maria batata 3-3Rel-comprar 'ontem Maria batata comprou'
OVA kuee jety o-Ø-jogua Maria ontem batata 3-3Rel-comprar Maria 'ontem batata comprou Maria'	OAV kuee jety Maria o-Ø-jogua ontem batata Maria 3-3Rel-comprar 'ontem batata Maria comprou'
VOA kuee o-Ø-jogua jety Maria ontem 3-3Rel-comprar batata Maria 'ontem comprou batata Maria'	VAO kuee o-Ø-jogua Maria jety ontem 3-3Rel-comprar Maria batata 'ontem comprou Maria batata'

A mesma liberdade ocorre nas orações formadas por verbos intransitivos, e nas orações predicativas e existenciais (MARTINS, 2003, p. 119):



S_aV jagua-'i o-manõ kuee onça-Dim 3-morrer ontem 'o cachorro morreu ontem'	VS_a o-manõ jagua'i kuee 3-morrer onça-Dim ontem 'morreu o chachorro ontem'
S_oV kunhã-'i i-porã mulher-Dim 3Rel-bonito 'a menina é bonita'	VSo porã kunha'i 3Rel-bonito mulher-Dim 'é bonita a menina'
VS o-iko jero ky 3-haver dança 'houve dança'	SV jero ky o-iko dança 3-haver 'dança houve'

A questão que surge é se a liberdade observada na colocação dos constituintes nas sentenças de variedades do Guarani, particularmente o Mbyá, é transferida em algum grau para o português de contato. É importante lembrar que a colocação mais livre dos termos na sentença é uma opção cada vez mais restrita no PB.

6 Interferência Sintática do Mbyá Guarani no Português Indígena

Esta sessão busca demonstrar como os processos de continuidade e de descontinuidade tópica do português indígena Mbyá Guarani interagem com a estrutura informacional da sentença. Por serem duas categorias da estrutura informacional, o tópico e o foco são aqui tratados como noções complementares da gramática. A identificação de um constituinte como **tópico** – o tema, o assunto, ou a informação sobre a qual versa o restante da sentença –, como **foco de informação** – função do constituinte que representa a informação nova, não pressuposta da sentença –, e como **foco de identificação** – função das regras de estrutura frasal responsável por contrastar explicitamente um elemento/sintagma com uma informação



codificada por outro elemento/constituente – depende de suas propriedades semântico-pragmáticas. Não obstante, Givon (1981, p. 7) mostra também como o fenômeno de continuidade/descontinuidade tópica se encontra associado a determinados tipos de construções. O linguista estabelece uma tipologia de construções utilizadas como estratégia de manutenção do tópico (assunto), organizada segundo uma hierarquia decrescente. Assim: anáfora zero, pronomes presos/não acentuados ou concordância gramatical, pronomes acentuados/independentes; SN definidos deslocados para a direita, SN definido simples, SN definido deslocado para a esquerda; movimento de Y/topicalização contrastiva; construção de foco/truncadas. Quanto mais esquerda a construção se encontrar nessa relação, mais provável de expressar informação dada (conhecida) e, logo, ser estratégia de continuidade tópica. Já, são sempre estratégias de descontinuidade tópica: modificadores restritivos de SN; variação na ordem **VS** *versus* **SV** ou **OV** *versus* **VO**; orações passivas *versus* orações ativas; orações subordinadas *versus* orações principais; orações finitas *versus* orações infinitivas; construções participiais e nominalizadas; SNs indefinidos; e construções existenciais (apresentativas). As generalizações feitas pela gramática de cunho tipológico-funcional não são incompatíveis com as explicações propostas pela Gramática Gerativa sobre o fenômeno da ordem de constituintes nas línguas naturais. As generalizações de Givon (1981) mostram uma íntima relação entre a ordem dos constituintes e a posição que ocupam na sentença.

Tomando como base a ideia de que as propriedades informacionais e sua associação com determinadas construções, e, conseqüentemente, com determinadas posições estruturais na sentença, tem influência sobre a ordem de constituintes, configurando-se através de construções e posições sintáticas específicas, é possível identificar um conjunto de propriedades relacionadas ordem de palavras. O estatuto informacional do sujeito está entre as propriedades que podem interferir nesse fenômeno. O fato de o sujeito gramatical da sentença poder representar uma informação (i) **nova/indefinida**, (ii) **inferível/definida**,



(iii) **dada em sentença imediatamente anterior**, ou (iv) **dada em sentença imediatamente não anterior** lhe atribuirá uma interpretação de tópico ou de foco de informação, conforme o caso. O estatuto da oração diz se se trata de uma oração principal/independente ou subordinada. Em princípio, espera-se que as orações subordinadas, por constituírem estratégias de descontinuidade tópica, apresentem maior frequência de ordem **VS**. Em relação ao tipo de sentença, a expectativa é a de que as sentenças declarativas, afirmativas, ativas e neutras tenham como ordem característica a preposição do sujeito ao verbo (*default*), enquanto as demais sentenças, menos conservadoras, apresentem maior índice de variação na ordem. A transitividade diz respeito ao fato de o verbo poder ser: (i) **intransitivo inacusativo**; (ii) **intransitivo inergativo**; (iii) **existencial**; e (iv) **transitivo**. Hopper e Thompson (1980) mostram que a transitividade também é um fenômeno governado pelas propriedades semântico-pragmáticas dos constituintes gramaticais. A transitividade é a transferência de uma ação realizada por um agente **A** (identificado como aquele que intencionalmente inicia a ação expressada pela predicação verbal) para um paciente **O (P)** (aquele que suporta a ação expressada pelo predicado, sofrendo, por isso, uma mudança em seu estado físico). Os autores mostram, entre outras coisas, que participantes pacientes que sejam animados, humanos, definidos, etc. são mais afetados pela **ação verbal, isto é, a ação é mais efetivamente transferida para um** paciente que tenha essas propriedades referenciais do que para um que não as tenha. Não por acaso, constituintes animados, humanos, definidos, etc. também costumam estar localizados fora do predicado. Conseqüentemente, sintagmas nominais **determinados, humanos e animados** estão entre os melhores candidatos a tópico da sentença – o que favorece a ordem **SV**. Já sintagmas nominais que não apresentam esses traços estão entre os melhores candidatos a figurarem pospostos aos verbos. Por fim, a presença de outro constituinte à esquerda de **V** que não o sujeito e um sistema de clíticos rico e produtivo permitem uma ordenação mais livre dos constituintes na sentença, favorecendo, até mesmo, a posposição do



sujeito ao verbo. A razão para esse último fato é estrutural, já que a presença de outras categorias nominais junto ao verbo licencia outras ordens.

Lidando com gravações de fala espontânea de três consultores nativos do Mbyá Guarani falantes do português como língua de contato, foi possível constituir um *corpus* formado por 166 dados. Esses dados foram classificados, conforme a ordem dos constituintes previstos ou que participam da ação ou evento expressos pelo predicado, em pré-verbais ou pós-verbais. Como todos os dados obtidos na amostra são de sentenças declarativas (afirmativas ou negativas), não foi possível verificar a interferência do tipo de sentença no fenômeno da ordem de constituintes. A investigação da interferência das propriedades relacionadas à ordem dos elementos da sentença do português Mbyá levou em consideração: (i) o estatuto informacional dos termos previstos pelo predicado ou que participam da ação/evento verbal; (ii) o estatuto gramatical da oração; (iii) a transitividade verbal; (iv) o traço de número no verbo; (v) a presença de constituintes não relacionados ao predicado à esquerda do verbo; e (vi) a concordância verbal.

A classificação dos constituintes previstos pelo predicado ou que participam da ação ou evento do verbo levou em consideração o fato de representarem informação: definida e inferida na fala; definida e não inferida na fala; e indefinida. O cruzamento entre as posições pré e pós-verbais e a natureza informacional do sujeito resultou nos seguintes valores estatísticos: (a) sujeito preposto definido inferido: 94,7%; (b) sujeito posposto definido inferido: 5,3%; (c) sujeito preposto definido não inferido: 83,3%; (d) sujeito posposto definido não inferido: 16,7%; (e) sujeito preposto indefinido: 88,9%; (f) sujeito posposto indefinido: 11,1%. Esses resultados ilustram a preferência por ocupar a posição pré-verbal por um constituinte oracional, aparentemente de modo independente de suas características discursivas.

O estatuto gramatical levou em consideração o fato de se tratar de oração principal/independente ou subordinada. O cruzamento entre as posições pré e pós-verbais e o estatuto gramatical da oração resultou nos seguintes valores



estatísticos: (a) sujeito preposto oração principal/independente: 93,8%; (b) sujeito posposto oração principal/independente: 6,2%; (c) sujeito preposto oração subordinada: 87%; (d) sujeito posposto oração subordinada: 13%. Os resultados mostram uma sutil preferência por ocupar a posição pré-verbal de orações principais/independentes.

A transitividade observou a relação estabelecida entre o verbo e os termos dependentes da estrutura do predicado. Conforme essa relação, os verbos foram classificados em transitivos, caracterizados pela coincidência do sujeito lógico da sentença como o sujeito estrutural, por um lado, e do objeto lógico da sentença com o objeto estrutural, por outro lado; intransitivos inergativos, caracterizados pela coincidência entre o sujeito lógico da sentença com o sujeito estrutural; e verbos intransitivos inacusativos, caracterizados pela perda de coincidência entre o sujeito gramatical e o sujeito lógico da sentença. Graças a essas diferenças, verbos transitivos são linearizados com dois argumentos, normalmente um dentro e outro fora do predicado, enquanto verbos intransitivos são linearizados com um único argumento, geralmente fora do predicado. O cruzamento entre as posições pré e pós-verbais e a transitividade resultou nos seguintes valores estatísticos: (a) sujeito preposto e verbo transitivo: 92,9%; (b) sujeito posposto e verbo transitivo: 7,1%; (c) sujeito preposto e verbo intransitivo inergativo: 100%; (d) sujeito preposto e verbo intransitivo inacusativo: 90,5%; e (e) sujeito posposto e verbo intransitivo inacusativo: 9,5%. Apesar de a preferência em todos os casos ser o sujeito preposto, os resultados estatísticos confirmam as sentenças com verbos inacusativos, quando comparadas às sentenças com verbos inergativos, como as mais prováveis de ser encontrado o sujeito posposto.

A noção de número no verbo tem com o objetivo descobrir se essa noção gramatical interfere na posição do sujeito em relação ao verbo. Os seguintes valores estatísticos foram obtidos a partir do cruzamento das variáveis ordem e número (a) sujeito preposto e verbo singular: 92,8%; (b) sujeito posposto e verbo singular: 7,2%; (c) sujeito preposto e verbo plural:



100%. A comparação entre esses valores mostra tanto uma relação entre o verbo no singular e a posição do sujeito, quanto uma relação entre o verbo no plural e a posição do sujeito.

A possibilidade de constituintes diferentes do sujeito à esquerda do verbo interferirem na ordem também foi levada em consideração por meio do cruzamento entre essas duas variáveis. Com o cruzamento das variáveis ordem e constituintes à esquerda do verbo, foram obtidos os seguintes resultados estatísticos: (a) sujeito preposto e ausência de constituinte à esquerda do verbo: 97%; (b) sujeito posposto e ausência de constituinte à esquerda do verbo: 3%; (c) sujeito preposto e presença de constituinte à esquerda do verbo: 90%; e (d) sujeito posposto e presença de constituinte à esquerda do verbo: 10%. A comparação entre os valores percentuais obtidos indica maior frequência de sujeito posposto em sentenças com constituintes à esquerda do verbo do que em sentenças sem constituintes à esquerda do verbo.

Por fim, a concordância entre o sujeito e o verbo sinaliza que o sujeito preposto favorece a concordância, enquanto o sujeito posposto desfavorece o fenômeno de concordância verbal, conforme os resultados estatísticos: (a) sujeito preposto e presença de concordância entre o sujeito e o verbo: 94,6%; (b) sujeito posposto e presença de concordância entre o sujeito e o verbo: 5,4%; (c) sujeito preposto e ausência de concordância entre o sujeito e o verbo: 80%; e (d) sujeito posposto e ausência de concordância entre o sujeito e o verbo: 20%.

Também fizeram parte da amostra aqui constituída construções existenciais com os verbos *haver*, *existir*, por um lado, e os verbos *ter* e *ser*, por outro lado. Essas construções cumpriram, na fala dos consultores, uma função apresentativa, introduzindo tão somente novos participantes. A preferência por construções existenciais para colocar novos participantes na cena discursiva, sem que sobre eles fossem feitos quaisquer juízos ou julgamentos, talvez se deva à característica impessoal dessas construções. Dada, então, à sua natureza apresentativa, seus verbos sempre apareceram com o único



argumento posposto, resistindo a qualquer teste de topicalidade. O fato de essas construções serem estratégias de descontinuidade tópica explica também uma tendência observada de ocorrerem em orações subordinadas.

7 Considerações Finais

Este trabalho faz parte do projeto de investigação dos *aspectos da variação sintática e fonológica do português como primeira e segunda língua de falantes indígenas brasileiros*. O objetivo desse projeto é o de descobrir as características do português falado como primeira ou segunda língua por indígenas. Particularmente, neste trabalho, foram apresentadas as bases para a investigação da interferência dessas características na ordem de palavras do Mbyá Guarani no PB (variedade da língua Guarani). A possibilidade de interferência da gramática Mbyá na gramática do português surge justamente por causa das situações de contato linguístico precoce e frequente entre os seus falantes. As diferenças entre o PB e o Mbyá favorecem que falantes com diferentes graus de bilinguismo mesquem as duas gramáticas. São gramáticas com propriedades configuracionais diferentes. Enquanto o PB exibe menor liberdade na ordenação dos constituintes na sentença, com maiores restrições gramaticais e semântico-pragmáticas, o Guarani exibe maior liberdade na colocação dos termos. Outra diferença entre sintaxe das duas línguas são as condições que licenciam constituintes nulos na sentença.

A partir de gravações de fala espontânea de três consultores falantes nativos do Mbyá Guarani foi formada a amostra de dados utilizada neste trabalho. Todos os consultores são residentes em aldeias localizadas no estado do Rio de Janeiro, um em Angra dos Reis, e dois em Paraty. Os dados que formaram o *corpus* de investigação foram classificados conforme: (i) a ordem dos constituintes previstos ou que participam da ação ou evento expressos pelo predicado; (ii) o estatuto informacional dos termos previstos pelo predicado ou que participam da ação/evento verbal; (iii) o estatuto gramatical principal/



independente ou subordinado da oração; (iv) a transitividade verbal; (v) o traço de número no verbo; (vi) a presença de constituintes não relacionados ao predicado à esquerda do verbo; e (vii) a concordância verbal. Não foi possível observar a interferência do tipo de sentença no fenômeno da ordem de constituintes, uma vez que todas as sentenças obtidas na amostra são declarativas (afirmativas ou negativas).

A investigação da interferência das propriedades discursivas dos argumentos sentenciais revelou uma preferência por ocupar a posição pré-verbal, em princípio de forma independente das propriedades discursivas dos constituintes em jogo (eu nasci na ilha do Bananal; o cara pode viajá). Contudo, nas construções existenciais com haver, existir, por um lado, e ter e ser, por outro lado, os verbos sempre apareceram com seu único argumento posposto (na época, era tudo difícil para viagem; não tinha condução; que não existia maldade). A natureza apresentativa desse tipo de construção explica a posposição dos novos participantes trazidos para a cena discursiva. Portanto, a colocação mais livre dos constituintes oracionais, presente, inclusive, nas construções existenciais do Mbyá Guarani, não é observada na fala dos consultores da amostra. O estatuto gramatical principal/independente ou subordinado da oração mostrou uma pequena preferência por ocupar com um constituinte argumental a posição pré-verbal do primeiro tipo de oração. Não por acaso, também houve uma preferência pela ocorrência de construções existenciais em orações subordinadas, cuja característica é introduzir participantes novos na cena discursiva (que não existia maldade). Conseqüentemente, a transitividade confirmou os inacusativos como os verbos que mais favorecem a posposição do sujeito. Já a noção de número confirmou tanto a relação entre a posposição do sujeito e a ocorrência do verbo no singular, quanto a relação entre preposição do sujeito e a ocorrência do verbo no plural (era esse no estado Rio; meus parentes moravam aqui).

A posposição do sujeito também é influenciada pela presença de constituintes de natureza não argumental à esquerda do verbo (não tinha



condução; professora era muito difícil na época). Finalmente, o sujeito preposto mostrou favorecer o fenômeno de concordância verbal, enquanto o sujeito posposto mostrou desfavorecer esse fenômeno (demorô uns dois, três anos; os quatro são da mesma).

Os resultados obtidos apontam semelhanças e não diferenças entre o PB e a variedade do português indígena Mbyá dos consultores da amostra. A inserção precoce e o contato constante com falantes do português explicam em parte a recuperação de características das variedades populares do PB na fala dos consultores. A questão é saber em qual momento há maior interferência entre as duas gramáticas, o que não prescinde de uma coleta futura de dados mais ampla para a formação de uma amostra maior.

Referências

- BERLINCK, R. de A. **A Construção V SN no Português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno de ordem.** In: TARALLO, Fernando (Org.). **Fotografias Sociolinguísticas.** Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.1989, p.95-112.
- BUENO, S. **A Formação Histórica da Língua Portuguesa.** São Paulo, Edição Saraiva, 1967.
- CÂMARA JR., J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- COUTINHO, I. de L. **Pontos de Gramática Histórica.** 19ª imp. Rio de Janeiro: Editora ao Livro Técnico, 2005.
- DIESING, M. **Yiddish VP Order and the Typology of Object Movement in Germanic.** *Natural Language and Linguistics Theory* 15, 1997, p. 369-427.
- DUARTE, M. E. L. **A Perda do Princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro.** IEL/UNICAMP, 1995.
- GALVES, C. **Ensaio sobre as Gramáticas do Português.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.



GIVÓN, T. **Topic Continuity in Discourse: the functional domain of switch reference.** MS, July, 1981.

_____. **The Drift from VSO to SVO in Biblical Hebrew: the Pragmatics of Tense-Aspect.** In: LI, C. (Ed.). **Mechanism of Syntactic Change.** Austin, The University of Texas Press, 1977.

_____. **On Understanding Grammar.** New York, Academic Press, 1979.

HAEGEMAN, L. **The Syntax of Negation.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HALE, K. **On the Position of Warlpiri in a Typology of the Base.** [S.L.]: Indiana University Linguistics Club, 1981.

HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. A. **Transitivity in Grammar and Discourse.** *Language*, [S.L.]: v. 56, n. 2, July, p. 251-299, 1980.

JELINEK, E. **Empty Categories, Case, and Configurationality.** *Natural Language & Linguistic Theory*. [S.L.]: v. 2, n. 1, Jun., p. 39-76, 1984.

KISS, K. É. **Identification focus versus information focus.** *Language*, v. 74, n. 2, 1998, p. 245-273.

KURODA, S. Y. **The categorical and the Thetic Judgement.** *Foundations of Language*, [S.L.], v. 9, n. 2, 1972, p. 153-185.

LIRA, S. de A. **Subject Posposition in Portuguese.** *DELTA*, [S.L.]: v. 2, n. 1, 1986, p. 17-36.

MARTINS, M. F. **Descrição e Análise de Aspectos da Gramática do Guarani Mbyá.** Tese Doutorado UNICAMP, Campinas. 2003.

MATEUS, M. H. M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa.** 7^a ed. Lisboa, Caminho, 2003.

PONTES, E. **A ordem VS em Português: uma Tentativa de Explicação.** *Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura.* Belo Horizonte, ano 5, n. 9 dez., 1983, p. 49-70.

RADFORD, A. **Minimalist Syntax. Exploring the Structure of English.** 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.



RIZZI, L. **The fine structure of the left periphery.** *In:* HAEGEMAN, L. (Ed.). **Elements of Grammar. A handbook in generative syntax.** Dordrecht, Kluwer, 1997.

ROSS, J. R. **Constraints in Variable Syntax.** Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Massachusetts. 1967. 523 f.

VIEIRA, M. M. D. **O Fenômeno da não-Configuracionalidade na Língua Asurini do Tracará. Um Problema Derivado da Projeção dos Argumentos Verbais.** Tese Doutorado UNICAMP. Campinas, 1993.



O estatuto do complexo [V1 V2] em Asurini do Trocará e Guarani (Mbyá)

Marcia Damaso Vieira¹

Resumo

Neste trabalho, discute-se o estatuto de um tipo específico de complexo verbal [V1 V2] verificado nas línguas Asurini do Trocará² e Guarani (dialeto Mbyá³). Nesse tipo de construção, V1 pertence à classe aberta dos verbos lexicais, ao passo que V2 é constituído por classes mais fechadas, englobando os verbos posturais, os de movimento e os de estado. V1 e V2 podem ser tanto intransitivos quanto transitivos. Há, porém, uma restrição combinatória entre eles: V2 transitivo deve “compartilhar” o seu objeto com V1. Isto é, V2 transitivo só é autorizado em contextos em que V1 também for transitivo e os objetos de ambos tiverem o mesmo referente. Argumenta-se aqui que V2 não exibe propriedades de verbos auxiliares, leves, coordenados ou subordinados. Com base na constatação da existência de construções seriais com “compartilhamento” de objeto (BAKER & STEWART, 1999; 2002) e de construções seriais assimétricas em que V2 pertence a uma classe verbal mais restrita gramaticalmente (AIKHENVALD, 2006), sugere-se, então, que a sequência [V1 V2] nas duas línguas investigadas evidencia a manifestação de serialização verbal.

Palavras-chave: Línguas Tupi-Guarani. Predicados verbais complexos. Serialização verbal. Compartilhamento de objetos.

1 Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. E-mail: valdirgabriel@gmail.com

2 A língua Asurini do Trocará (família Tupi-Guarani) é falada na reserva indígena do Trocará, município de Tucuruí, ao sul do estado do Pará. Os dados do Asurini aqui utilizados foram extraídos das anotações de campo (1986) da autora deste artigo e das fontes citadas.

3 Os dados do dialeto Mbyá do Guarani (família Tupi-Guarani) aqui apresentados foram coletados pela autora deste artigo em diferentes momentos e locais: entre 1995 e 2000, na aldeia Boa Vista, em Ubatuba, estado de São Paulo; e entre 2008 e 2013, no curso “Magistério Guarani”, realizado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Nesta última etapa da coleta de dados, os falantes de Guarani consultados, todos alunos do curso, eram oriundos de diversas aldeias espalhadas pelo estado do Paraná.



Abstract

In this work, we discuss the status of a specific complex predicate construction [V1 V2] observed in two Tupi-Guarani languages: Asurini do Trocará⁴ and Guarani (Mbya dialect⁵). In this type of construction, V1 belongs to an open lexical class, while V2 is expressed by a grammatically restricted (or closed) class constituted by posture, motion and state verbs. V1 and V2 can be either intransitive or transitive. There is, however, a combinatorial restriction between them. When V2 is transitive it must share its object with V1. That is to say, transitive V2 is only allowed to occur in contexts where V1 is also transitive and their objects have the same referent. It is argued here that V2 does not show properties of auxiliary, light, coordinated or subordinated verbs. Based on the existence of serial verb constructions with object sharing (BAKER & STEWART, 1999; 2002) and of asymmetrical serial verb constructions in which V2 has functional status (AIKHENVALD, 2006), we suggest, then, that the [V1 V2] sequence in the two languages under investigation constitutes evidence for the manifestation of verbal serialization.

Keywords: Tupi-Guarani languages, complex verb constructions, verb serialization, object sharing.

1 Introdução

O tema abordado neste trabalho não é inédito. Desde Vieira (1998, 2001, 2003, 2012), a autora deste artigo vem tentando mostrar que em Asurini do Trocará e em Guarani (dialeto Mbyá), há, pelo menos, um tipo específico de serialização verbal. Os predicados verbais complexos⁶ constituídos por um verbo lexical (V1), seguido por um verbo de classe restrita (V2), como os verbos de movimento, de posição e de estado, evidenciam a existência de construções seriais nessas duas línguas, conforme ilustram os dados em (1)

4 A língua Asurini do Trocará (família Tupi-Guarani) é falada na reserva indígena do Trocará, município de Tucuui, ao sul do estado do Pará. Os dados do Asurini aqui utilizados foram extraídos das anotações de campo (1986) da autora deste artigo e das fontes citadas.

5 Os dados do dialeto Mbyá do Guarani (família Tupi-Guarani) aqui apresentados foram coletados pela autora deste artigo em diferentes momentos e locais: entre 1995 e 2000, na aldeia Boa Vista, em Ubatuba, estado de São Paulo; e entre 2008 e 2013, no curso “Magistério Guarani”, realizado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Nesta última etapa da coleta de dados, os falantes de Guarani consultados, todos alunos do curso, eram oriundos de diversas aldeias espalhadas pelo estado do Paraná.

6 As construções verbais complexas aqui tratadas serão referidas como [V1 V2].



e (2). Para Nicholson (1978), todavia, V2 em (1) seria um verbo auxiliar em Asurini que confere à construção uma interpretação de aspecto progressivo⁷:

Asurini

- (1) Norai **o-pyhan** topawa **o-ina**
Norai 3-tecer rede 3-sentar
“Norai está tecendo rede (sentada)”

Guarani

- (2) Xee ajaka **a-Ø-japo a-ikovy**
Eu cesta 1sg-3-fazer 1sg-estar
“Eu estou fazendo cesta ”

O início da investigação aqui reportada foi motivado pelo fato de que, ao se observar o comportamento de V2, inicialmente em Asurini e, mais tarde, em Guarani, constatou-se que esse verbo podia se transitivizar em contexto de V1 transitivo. Note-se em (1) que o verbo postural “sentar” se encontra na forma intransitiva, mas em (3) ocorre na forma transitiva⁸, compartilhando o objeto (“meu filho”) com o verbo principal:

Asurini

- (3) se-memyra **a-mokamo** raka pane **h-ero-ina**
1sg-filho 1sg-amamentar evid. frust 3-apl-sentar
“Eu fiquei amamentando o meu filho em vão, sentando-o comigo”

Se V2 fosse um verbo auxiliar, como sugerido por Nicholson para o Asurini, não poderia alterar a sua valência, já que verbos auxiliares não licenciam argumentos próprios. A transitivização de V2 também ocorre em Guarani, como em (4) em que o verbo “estar” se encontra em sua forma transitiva (= “ter”):

7 Lista de abreviações adotadas no texto: apl.=aplicativo; caus.=causativo; coref.=correferencial; des.=desiderativo; DS=different subject; evid.=evidencial; fin=finalidade; frus=frustativo; fut.=futuro; ger.=gerúndio; inc.=incoativo; int.=intransitivo; neg.=negação; pl.=plural; prop.=propósito; refl.=reflexivo; rel.=relacional; sg.=singular; SS=same subject; su=subordinada; TMA=Tempo, Modo, Aspecto; tran=transitivo.

8 Em (3) e (4), V2 se transitiviza mediante o acréscimo do prefixo aplicativo.



Guarani

(4) Xee ajaka **a-Ø-japo a-re-ikovy**

Eu cesta 1sg-3-fazer 1sg-apl-estar

“Eu estou fazendo cesta (tendo-a comigo)”

Conforme sugerido em Vieira (1998, 2001, 2003 e 2012), uma análise alternativa à de Nicholson (1978) para esse tipo de construção verbal seria tratar V2 como um verbo serial. A possibilidade de transitivização de V2 descarta outras possibilidades de análise. Mostra-se aqui, então, que V2 não é um verbo auxiliar, leve, coordenado nem subordinado. É um verbo serial.

A definição de verbos seriais é muito ampla e diferentes tipos de construções seriais são identificados na literatura. Porém, os tipos que se tomam definidores do estatuto do predicado complexo [V1 V2] como serialização verbal são: as construções seriais assimétricas (AIKHENVALD, 2006) e as construções com “compartilhamento” de objeto (*object sharing*) (BAKER & STEWART, 1999, 2002).

Bem antes da divulgação da proposta de análise aqui sugerida, Dooley (1991⁹) já havia escrito um artigo em que discutia o estatuto gramatical desse mesmo tipo de predicado complexo em Mbyá Guarani. Nele, o autor compara as construções [V1 V2]¹⁰ com as seriais de outras línguas geneticamente não-relacionadas, destacando as semelhanças e as diferenças entre elas. As semelhanças são muitas, mas as poucas diferenças levaram o autor a concluir que o complexo [V1 V2] do Mbyá não se caracteriza como serialização verbal, mas sim como um tipo específico de subordinação mais interligada

Seki (2014), através da análise das construções de gerúndio complexas, também não reconhece a existência de serialização verbal em Kamaiurá, outra língua da família Tupi-Guarani. Jensen (1998), contudo, identifica verbo seriais nas línguas da família Tupi-Guarani, conforme será mostrado na seção 5.

9 Recentemente a autora deste artigo tomou conhecimento da existência do trabalho de Dooley (1991) que fornece uma descrição minuciosa dos tipos de predicados complexos discutidos no presente trabalho.

10 Dooley (2016, p.72) usa a expressão verbo “suplementar” para se referir a V2.



O objetivo do presente trabalho é, então, retomar essa discussão sobre a ocorrência ou não de serialização verbal nas línguas Asurini do Trocará e Mbyá Guarani, tendo como base não somente a hipótese de Baker e Stewart (1999, 2002) de que o “compartilhamento de objeto” entre V1 e V2 é um traço definidor de construções seriais, mas também a proposta de Aikhenvald (2006) sobre a existência de serialização verbal assimétrica nas línguas naturais.

Este artigo está dividido da seguinte forma: a seção 2 apresenta as definições de cada categoria verbal que compõe os predicados complexos, como verbos auxiliares, leves e seriais; a seção 3 fornece informações gerais sobre certos aspectos gramaticais do Asurini e do Guarani, relevantes para a compreensão dos dados aqui discutidos; a seção 4 se destina à apresentação de evidências empíricas para a classificação do complexo [V1 V2] como serialização verbal; a seção 5 mostra as diferentes visões de Jensen (1998), de Dooley (1991) e de Seki (2014) sobre serialização verbal em línguas Tupi; e a seção 6 apresenta as conclusões acerca da proposta de análise sugerida.

2 Os Verbos Auxiliares, Leves e Seriais

Construções verbais complexas são compostas por um verbo lexicalmente pleno e por um ou mais verbos pertencentes a outras categorias verbais, como: verbos auxiliares, leves ou seriais. Essas três categorias verbais podem conferir informação aspectual à oração, o que torna difícil distingui-las entre si. De acordo com Seiss (2009), um verbo postural, por exemplo, pode ser analisado de maneiras distintas, dependendo da língua e do aporte teórico escolhido pelo investigador. Esse é o caso de “estar em pé” que, em holandês, é tratado como verbo auxiliar; em Tariana, recebe o rótulo de serial; e, em Turkmen, é definido como verbo leve.

Não existe, na literatura, um consenso em relação à definição de cada uma dessas três categorias verbais, mas algumas propriedades são reconhecidas como prototípicas e podem ser usadas inicialmente como diagnósticos de identificação.



2.1 Definindo os Verbos Auxiliares

Um verbo auxiliar, em geral, carrega sozinho informação sobre tempo, modo e aspecto (TMA). Segundo Seiss (2009), existem línguas, porém, cuja morfologia verbal está dividida entre o verbo principal e o verbo auxiliar. Sendo assim, a ocorrência de flexão verbal não é uma propriedade decisiva para a identificação de um verbo auxiliar.

Uma característica importante relacionada à natureza dos verbos auxiliares é que eles não selecionam argumentos semanticamente. Em português, os verbos “ter” e “estar” em seus usos regulares são transitivo e intransitivo, respectivamente. Contudo, quando em função auxiliar, esses verbos têm a sua (in)transitividade anulada, uma vez que são os verbos principais que determinam a estrutura argumental do predicado em que são inseridos. Como são destituídos de propriedades temáticas, os verbos auxiliares não apresentam restrições de ocorrência, podendo acompanhar qualquer classe verbal, como indicam os exemplos em (5):

(5) Gabriel **tem viajado** muito (inergativo)/**chegado** tarde (inacusativo)/**escrito** muitos poemas (transitivo)/**oferecido** ajuda aos colegas (bitransitivo).

2.2 Definindo os Verbos Leves

Assim como a maioria dos verbos auxiliares, os verbos leves também têm uso regular nas línguas em que se manifestam. Para Butt e Lahiri (2002), os verbos leves formam com os seus complementos - nomes, verbos ou adjetivos - uma predicação complexa em que ambos contribuem de alguma forma para as propriedades sintático-semânticas da construção. Ao contrário do que ocorre com os auxiliares, certos verbos leves podem ser restritos em suas possibilidades combinatórias, o que indica que ainda preservam uma parte de sua seleção semântica. Esse é o caso do verbo *take*, do inglês, que pode se combinar com nomes associados a verbos inergativos (*take a walk=to*



walk), mas não com nomes associados a verbos inacusativos (**take a drown = to drown*). Essa restrição de ocorrência é motivada por fatores de natureza temática. *Take* pede um argumento externo agentivo como sujeito, o que impossibilita a sua combinação com deverbais oriundos de verbos inacusativos, como *drown*, por exemplo, que selecionam um argumento interno no papel de tema.

O complemento nominal de um verbo leve pode também ser o núcleo temático do predicado complexo. Como ilustrado nos dados em (6), é o complemento deverbal de “dar” que determina a estrutura argumental da construção:

(6a) O menino **deu uma nadada** (= “nadar” seleciona um argumento externo agente).

(6b) O menino **deu uma desaparecida** (= “desaparecer” seleciona um argumento interno tema).

(6c) O menino **deu uma varrida no chão** (= “varrer” seleciona um argumento externo agente e um argumento interno tema).

Postula-se ainda na literatura (SEISS, 2009) que os verbos leves podem funcionar como verbalizadores dos nomes que selecionam como complementos e, assim, são os únicos elementos que exibem flexão verbal. Verbos leves que selecionam VPs como complementos, como o causativo “fazer”, também figuram sozinhos com a morfologia verbal do predicado complexo.

2.3 Definindo os Verbos Seriais

Em termos descritivos, a serialização verbal envolve uma sequência de dois ou mais verbos com um único sujeito, um único marcador de tempo, modo, aspecto (TAM) e de negação, sem que haja elementos indicadores de coordenação ou de subordinação entre eles. Essa sequência verbal está dentro de uma única oração e expressa um único evento, possivelmente complexo, como ilustra o dado do Yoruba em (7):



Yoruba

- (7) Ó mu iwé wá
Ele levou livro veio
“Ele trouxe o livro” (BAKER, 1989, p. 513)

Investigadores de diferentes correntes teóricas destacam certas propriedades que consideram relevantes para a identificação de construções seriais (CVS)¹¹ nas línguas do mundo. Além das propriedades gerais definidas no parágrafo anterior, algumas outras são sugeridas por Kroeger (2004) e por outros autores, a saber: (i) uma CVS é constituída por dois ou mais verbos independentes dentro de uma mesma oração, sem que nenhum tenha função de verbo auxiliar; (ii) uma CVS apresenta um único contorno entonacional, o que mostra que os verbos que nela ocorrem pertencem a uma única oração; e (iii) uma CVS contém verbos com uso regular em outros contextos.

Além das diversas características associadas à serialização verbal acima mencionadas, postula-se, na literatura, a existência de diferentes tipos de CVSs, classificados, dentre outros parâmetros, segundo a natureza dos verbos envolvidos e segundo a configuração sintática da qual se derivam, como será visto a seguir.

2.3.1 CVSs Simétricas e Assimétricas

Dentro da abordagem tipológica, Aikhenvald (2006, p. 21) distingue dois tipos de CVSs de acordo com as classes verbais envolvidas:

- (i) CVSs simétricas: V1 e V2 pertencem à classe aberta dos verbos lexicais, como “cozinhar” e “comer” em (8):

Ewe

- (8) Áma áda nu du
Ama fut.cozinhar coisa comer
“Ama vai cozinhar (e) comer” (AIKHENVALD, 2006, p.28)

- (ii) CVSs assimétricas: V1 é um verbo lexical e V2 pertence a uma classe

¹¹ CVS = construções com verbos seriais.



verbal restrita em termos semânticos e gramaticais que engloba os verbos de movimento e os de posição, dentre outros. Estes podem conferir um significado de direção ou de aspecto (progressivo, habitual) para toda a construção. Em Cantonês, exemplo (9), assim como Yoruba no exemplo (7), o verbo de movimento “vir”, associado ao verbo “levar”, expressa uma especificação de direção, traduzida como “trazer” (“levar vindo”):

Cantonês

(9) lei⁵ io² di¹ saam¹ lai⁴

Você leva PL roupa vir

‘Traga algumas roupas’ (AIKHENVALD, 2006, p. 21)

Além dessa distinção entre os tipos de verbos que podem figurar como V2, há uma outra propriedade associada às construções com verbos seriais. Trata-se da possibilidade de ocorrência de dois núcleos da mesma natureza em uma mesma Projeção Máxima. Esta propriedade é sugerida por Baker e Stewart (1999, 2002) para dar conta das construções seriais transitivas observadas em certas línguas africanas.

2.3.2 CVSs com “Compartilhamento” de Objeto

À luz da teoria gerativa e com base nos dados de línguas africanas orientais, como Edo, Ewe e Yoruba, Baker e Stewart (1999, 2002) identificam três tipos de CVSs que se distinguem entre si de acordo com a configuração sintática da qual se originam. Nessas construções seriais, V1 é sempre transitivo e V2 pode ser transitivo ou inacusativo, dependendo do tipo do núcleo que pode ser duplicado.

Os autores adotam a ideia de Kratzer (1996 *apud* BAKER & STEWART, 2002) de que o argumento externo é licenciado pelo núcleo funcional Voz (*Voice*). Além de Voz, outro núcleo funcional, vezinho (*v*), é reconhecido como responsável pela transitividade do predicado verbal e pelo licenciamento



de caso acusativo do objeto. A representação oracional adotada por Baker e Stewart é (10):

(10) [CP[TP[VoiceP[AsP/ModP[vP[VP]]]]]]].

Cada tipo de CVS identificado pelos investigadores se deriva de uma configuração em que um dos seguintes sintagmas pode apresentar dois núcleos: *VoiceP*, *vP* ou *VP*¹².

O tipo de CVS de interesse aqui é denominado *Consequential Serial Verb Construction* (CSVC) e se caracteriza por apresentar dois *vs* contendo cada qual um verbo transitivo independente. É essa configuração que pode explicar a restrição de “compartilhamento” de objeto. A CSVC possui um único sujeito, mas dois objetos com o mesmo referente. O objeto selecionado por V1 é lexicamente expresso, ao passo que o objeto licenciado por V2 é uma categoria vazia (*pro*), como exemplificado em (11) cuja representação se encontra em (12):

Edo

(11) Òzó gha' gbè èwè khièn

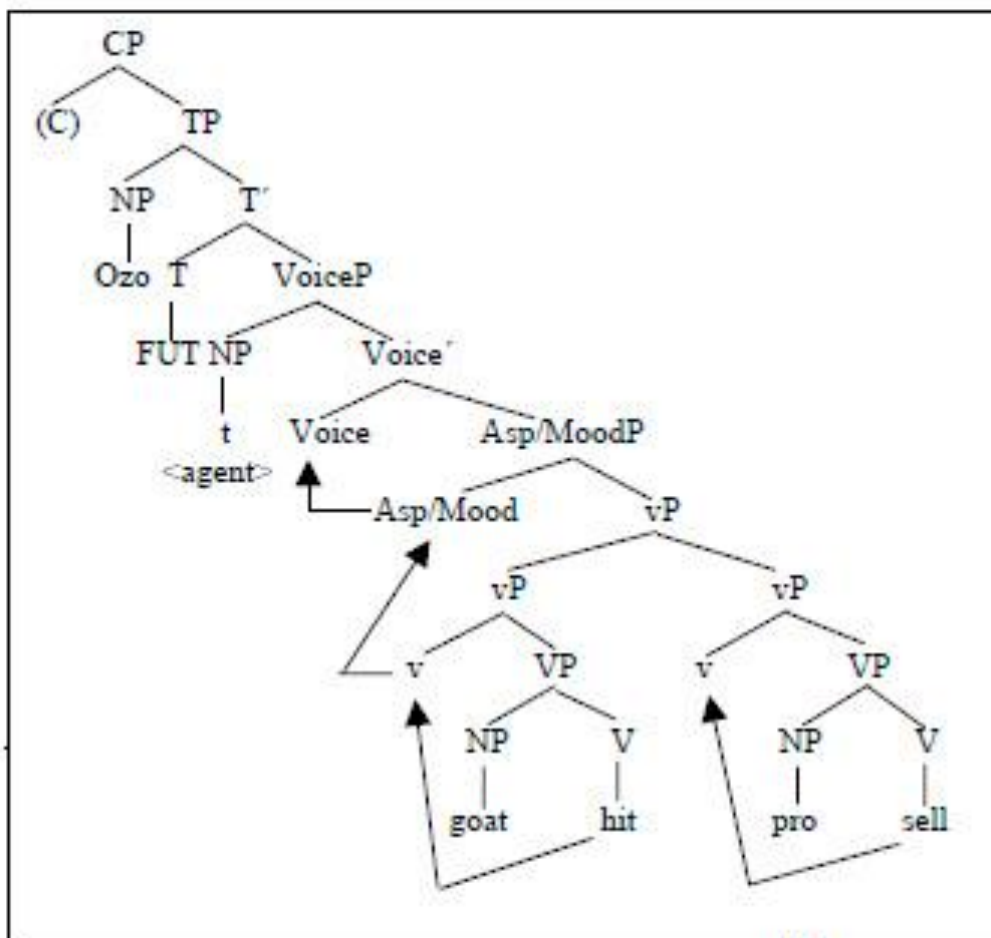
Ozo fut bater bode vender

“Ozo irá matar o bode_i(e) vender (*pro*_i)” (BAKER & STEWAR-

T,2002,p.2)

(12) Representação da oração em (11):

¹² Os tipos de CVSs postulados por Baker e Stewart (1999) são: (i) *Covert Coordination* (CC) em que *Voice P* possui dois núcleos. Nesse caso, a serialização apresenta dois sujeitos e dois objetos (“Ozo irá bater no bode e vender a sua cabeça”); (ii) *Consequential Serial Verb Construction*, em que *vP* é composto por dois núcleos. Assim, a construção manifesta apenas um sujeito, mas dois objetos (“Ozo matou o bode e vendeu”); e (iii) *Resultative Serial Verb Construction*, em que o *VP* exibe dois núcleos. Tem-se aí um objeto e um sujeito interno, compartilhados pelos dois verbos lexicais (“Ozo bateu no bode (até ele) morrer”).



Em (12), como Voz tem somente um núcleo, a construção licencia apenas um sujeito. *vP* contém dois núcleos abrigando dois verbos transitivos -V₁ e V₂- que introduzem cada qual um objeto com o mesmo referente. O objeto de V₁- “o bode”-é lexicalmente realizado, mas o objeto de V₂ é expresso por *pro*¹³. O limite estrutural de V₂ (o verbo à direita), é *vP*₂, ao passo que o limite estrutural de V₁ é toda a estrutura funcional que domina *vP*. Em tese, somente V₁ pode se mover para núcleos funcionais mais altos, inclusive para o núcleo de TP para checar os seus traços formais abstratos.

13 Na verdade, não existe compartilhamento de objeto. O que há são dois objetos selecionados independentemente por cada verbo, de acordo com a proposta de análise de Baker e Stewart (1999, 2002).



Como nas línguas africanas investigadas não há flexão verbal, Baker e Stewart (1999, 2002) postulam um parâmetro para dar conta da manifestação de CVSs em algumas línguas, mas não em outras. De acordo com os autores, CVSs ocorrem apenas em línguas sem flexão verbal, o que significa que T não tem traços verbais abstratos que precisam ser checados por um verbo lexical, via movimento sintático.

Antes da discussão sobre o estatuto das construções [V1 V2] aqui tratadas, é necessário fornecer informações sobre alguns aspectos gramaticais do Asurini e do Guarani, relevantes para a compreensão dos dados a serem apresentados na seção 4.

3 Aspectos Gramaticais do Asurini e do Guarani

O Asurini apresenta ordem oracional livre que permite todos os padrões possíveis: SVO, SOV, OSV, OVS, VSO e VOS. Já o Guarani exhibe os tipos SOV e SVO em orações sem tópico ou foco. Em termos de opções paramétricas, ambas as línguas são dos tipos [+ sujeito nulo] e [+ objeto nulo]. A morfologia verbal recupera a informação sobre os argumentos verbais não realizados fonologicamente.

3.1 Os marcadores de Pessoa nas Orações Independentes

Nas orações independentes das línguas da família Tupi-Guarani, os verbos recebem afixos de pessoa referentes ao sujeito intransitivo e ao sujeito e/ou ao objeto do verbo transitivo, extraídos de duas séries distintas: a ativa/subjetiva e a não-ativa/objetiva. Nas construções transitivas, quando as 1^{as} e 2^{as} pessoas interagem com a 3^a pessoa, a escolha do afixo pessoal a ser realizado no verbo, é determinada pela hierarquia referencial, na qual 1^a > 2^a > 3^a. O afixo que se agrega ao verbo transitivo se refere ao argumento mais alto



na hierarquia, sendo ele o sujeito ou o objeto, como ilustram os dados em (13)¹⁴ e (14):

- Asurini
(13) Sawara **se-r-exa** (1>3-objeto)
Cachorro 1sg-rel-ver
“O cachorro me viu”
- (14) **a-exa** sawara (1>3-sujeito)
1sg-ver cachorro
“Eu vi o cachorro”

Quando o objeto é de 3^a e os sujeitos são de 1^a ou 2^a pessoas, é sempre o sujeito que vem marcado no verbo do Asurini, como em (14) acima. No Guarani, todavia, nesses contextos, tanto o sujeito quanto o objeto são expressos por afixos pessoais na morfologia verbal, conforme indica (15)¹⁵:

- Guarani
(15) **a-i-nupã** jagwa
1sg-3-bater cachorro
“Eu bati (n) o cachorro”

Note-se que essas línguas seguem o padrão tipológico ativo/não-ativo em que os sujeitos dos verbos intransitivos ativos (“correr”, “andar”, etc.) são realizados pela mesma série ativa/subjetiva que expressa os sujeitos dos verbos transitivos, ao passo que os sujeitos de verbos intransitivos não-ativos (“estar feliz”, “ser bonito” etc.) e os objetos diretos são marcados pela série não-ativa/objetiva. Compare (13) com (17) e (14) com (16):

14 Os marcadores de 1^a e 2^a pessoas da série não-ativa/objetiva são tratados como clíticos, visto que são a única expressão dos argumentos dentro de uma mesma oração. Já os marcadores da série ativa/subjetiva e a 3^a pessoa da série não-ativa são analisados como concordância porque podem co-ocorrer com DPs com o mesmo índice de referência.

15 Em Guarani, a 3^a pessoa objeto pode ser Ø:

- (i) O-Ø-exa ‘Ele o viu’
3-3-ver



Asurini

(16) **a-son**

1sg-correr

“Eu corri”

(17) **Se-rorywete**

1sg-alegre

“Eu estou alegre”

3.2 A Expressão de Tempo, Modo, Aspecto e Negação

O passado e o presente não são realizados por meio de flexão verbal. Porém, ambas as línguas desenvolveram um sufixo de tempo futuro, relacionado ao verbo “querer” (*-pota/-ta*). O modo desiderativo (*-xe*), os marcadores de aspecto e a negação também são expressos por meio de afixos verbais¹⁶:

Guarani

(18) **Re-karu-ta/-xe**

2sg-comer-fut/des

“Você comerá”/ “Você quer comer”

(19) **Nd-oro-ke-i**

Neg-1pl-dormir-neg

“Nós não dormimos”

3.3 Mudança de Valência Verbal

Em ambas as línguas, a valência do verbo pode ser modificada por meio da adição dos morfemas causativo (*mo/mbo-*), aplicativo (*ro/re-*)¹⁷ e reflexivo (*se/je*). Os dois primeiros introduzem argumentos: o sujeito agente/causador e

16 Nas duas línguas, a negação verbal pode ser expressa pelo morfema descontinuo, como em (19) ou pelo sufixo *-e' ym*.

17 O termo aplicativo aqui usado é conhecido na literatura Tupi como “causativo comitativo”. Esse morfema deriva uma construção em que o objeto e o sujeito praticam a ação juntos. Vieira (2001, 2010) analisa esse afixo como um morfema aplicativo, visto que licencia um objeto sintático.



o objeto aplicativo respectivamente, transitivizando a construção. O reflexivo age como intransitivizador do predicado¹⁸. Note-se que em (20b), o morfema causativo licencia um argumento agente; enquanto em (21b) o morfema aplicativo introduz um objeto sintático. Um verbo sem sufixo de futuro pode ser traduzido no tempo presente (habitual ou contínuo) ou no tempo passado:

Guarani

- (20a) Jagua o-nha
Cachorro 3-correr
“O cachorro corre/ está correndo/correu”
- (20b) Ava’i o- Ø-**mo**-nha jagua
Menino 3-3-caus-correr cachorro
“O menino faz/está fazendo/fez o cachorro correr”
- (21a) a-ke
1sg-dormir
“Eu durmo/ estou dormindo/dormi”
- (21b) a- Ø-**ro**-ke **jagua**
1sg-3-apl-dormir cachorro
“Eu durmo/estou dormindo/dormi (com) o cachorro”

3.4 As Orações Coordenadas e Subordinadas em Asurini

Para entender as construções subordinadas e coordenadas do Asurini, é necessário descrever os usos da forma verbal chamada de “gerúndio” na literatura Tupi. Emprega-se o gerúndio quando os sujeitos das orações principais são correferenciais com os sujeitos das orações subsequentes. O

18 O reflexivo reduz a valência verbal, transformando um verbo transitivo em intransitivo:

Guarani

- (i) Tuja o-Ø-juka mboi
Velho 3-3-matar cobra
‘O velho matou a cobra’
- (ii) Tuja o-**je**-juka
Velho 3-refl-matar
‘O velho se matou’



gerúndio se traduz por vários tipos de construções do português, como as de gerúndio propriamente ditas, as orações subordinadas temporais, condicionais, de finalidade ou as orações coordenadas. O gerúndio também é usado como verbo principal nas narrativas, seguido de outros verbos na mesma forma.

Na construção com gerúndio, o verbo recebe um sufixo especial e exhibe apenas os afixos pessoais referentes ao sujeito intransitivo e ao objeto direto. A série não-ativa/objetiva expressa o objeto. A série reflexiva correferencial¹⁹ realiza o sujeito intransitivo. O sujeito transitivo se manifesta através de DPs ou por uma categoria vazia.

As orações coordenadas e as subordinadas de finalidade do português são expressas em Asurini pela forma de gerúndio²⁰:

Asurini

(22) ipira o-pyhyŋ, **h-erot-a, i-'o**
peixe 3-pegar 3-trazer-ger 3-comer-ger
“Pegou peixe, trouxe (e) comeu”

(23) a-ha [ipira **i-pyhyk-a**]
1sg-ir peixe 3-pegar-ger
“Eu fui para pegar peixe”

A forma de gerúndio é também utilizada para a expressão de orações que correspondem às subordinadas temporais e condicionais do português, como em (24). Quando não há correferencialidade entre os sujeitos, o marcador – *ramo* é empregado, como em (25):

19 Essa é uma série de afixos de pessoa usada tanto com verbos quanto com nomes para expressar correferencialidade entre o sujeito da oração principal e o sujeito da oração subordinada ou entre o sujeito e o pronome presente em argumentos ou adjuntos da mesma oração.

20 Em Asurini, quando não há co-referencialidade entre os sujeitos e a construção é de finalidade emprega-se o prefixo *t-*, seguido dos afixos pessoais cuja ocorrência segue as regras das orações independentes:

Asurini

(i) Se-hya o-apo a-ka ma' ee' aa [**t-'a-' o-ne**]
1sg-mãe 3-fazer 3-estar carne fin-1sg-comer-fin
“Minha fez carne para eu comer”



Asurini

(24) [**Oe-ha-o**], a-ra-ha-pota se-mena
1sg-ir-ger 1sg-apl-ir -fut 1sg-marido
“(Quando) eu for, vou levar meu marido”

(25) a-són [**ne-há-ramo**]
1sg-vir 2sg-ir-remo
“Eu vim (quando) você foi” (CABRAL & RODRIGUES, 2003, p. XXI)

3.5 As Orações Coordenadas e Subordinadas do Guarani

O Guarani perdeu as formas de gerúndio assim como perdeu a série de prefixos correferenciais. Nas orações coordenadas e subordinadas da língua, a expressão dos argumentos por meio dos afixos verbais se dá através das séries ativa/ subjetiva e não-ativa/ objetiva, assim como ocorre nas orações independentes.

As construções coordenadas são expressas por duas orações independentes que podem ou não ser ligadas por uma conjunção- *ha'e/ha*. Note-se em (26) que cada verbo pode exibir flexão própria e selecionar seus argumentos de maneira independente:

Guarani

(26) [Ore ro- Ø-juka-**ta** xivi] **ha'e** [ro- Ø-gueru-**ta** ipire]
Nós 1pl-3-matar-fut onça e 1pl-3-trazer-fut pele
“Nós mataremos a onça e traremos a sua pele”

As subordinadas de finalidade do Guarani são marcadas com o morfema *aguã*, havendo ou não correferencialidade entre os sujeitos. O marcador – *vy* também pode ser empregado nesses contextos, mas apenas quando há correferencialidade. As regras de escolha dos afixos pessoais nessas subordinadas são as mesmas usadas nas orações independentes:

Guarani

(27) a-ata [mbojape **a-Ø-jogua** **aguã/ vy**]
1sg-caminhar pão 1sg-3-comprar fin/SS
“Eu caminhei para comprar pão”



Nas orações subordinadas temporais e condicionais e em algumas completivas, quando há correferencialidade entre os sujeitos, o marcador – *vy* é empregado. Quando não há correferencialidade, usa-se o morfema *ramo*. As regras de escolha das séries de afixos também são as mesmas das orações principais. O par (28a) e (28b) ilustra bem a distinção entre as subordinadas correferenciais e as não correferenciais:

Guarani

(28a) [Ava o-o **vy**] mboi o-exa
Homem 3-ir SS cobra 3-ver
“Enquanto o homem ia, ele viu uma cobra”

(28b) [Ava o-o **ramo**] mboi o-exa
Homem 3-ir DS cobra 3-ver
“Enquanto o homem ia, a cobra o viu” (JENSEN, 1998, p. 39)

Após esta breve descrição de alguns aspectos gramaticais das duas línguas, passa-se à discussão dos dados referentes às construções [V1 V2] aqui investigadas.

4 O Estatuto de V2 nas Construções [V1 V2]

Viu-se, no início deste trabalho, que, em Asurini e em Guarani, existe um tipo de construção constituída por um verbo lexicalmente pleno (V1), seguido por um ou mais verbos (V2) de classes gramaticais mais restritas, como os de movimento (“ir”, “vir”), os de posição (“estar em pé/sentado/deitado”) e os de estado (“estar”, “existir”). Nessas construções, V2 pode conferir informação aspectual (progressivo, durativo, habitual, etc.) à oração, conforme ilustram os exemplos a seguir, traduzidos no aspecto progressivo:

Asurini

(29) Murusupia ipira **o-apo a-ka**
Murusupia peixe 3-fazer 3-estar. V2
“Murusupia está fazendo peixe”



Guarani

- (30) Xee avaxi **a-Ø-nhoty** **a-juvy**
 eu milho 1sg-3-plantar 1sg-vir. V2
 “Eu estou plantando milho (vindo)”

Note-se em (29) e (30) que tanto V1 quanto V2 recebem afixos de pessoa que indicam os traços gramaticais do sujeito. Em Guarani, V2 exibe uma terminação *-Cy*²¹ que se assemelha à conjunção que marca correferencialidade entre sujeitos nas orações subordinadas²². *-Cy* em V2, todavia, não tem o mesmo estatuto que o elemento subordinador *vy*. *-Cy* parece ser um resíduo do sufixo de gerúndio, forma esta já extinta na língua²³.

A característica mais intrigante desses predicados complexos reside na possibilidade de V2 poder ocorrer tanto na forma intransitiva quanto na forma transitiva. (31)-(33) apresentam as possíveis combinações de V1 e V2 em relação à transitividade:

Asurini

- (31) i-memyra **o-sa' a** **o-ina** [V1 int V2 int]
 3-filho 3-chorar 3-sentar. V2
 “O filho dela chorou (sentado)”

- (32) Se-hya **o-apo a-ka** ma'eeaa [V1tran V2 int]
 1sg-mãe 3-fazer 3-estar. V2 carne
 “Minha mãe está fazendo carne”

- (33) Murusupia ipira **o-apo h-ereka** [V1 tran V2 tran]
 Murusupia peixe 3-fazer 3-apl.-estar.V2
 “Murusupia está fazendo peixe (tendo-o com ela)”

21 Em Asurini, as formas de V2 são semelhantes às do gerúndio, com exceção da terminação *-o* que desaparece:

- (i) oe-ha-o (gerúndio)
 1sg-ir-ger
 (ii) oe-ha (V2)
 1sg-ir

22 Vide os exemplos (27) e (28a).

23 Segundo Dooley (2013, p. 69), V2 do Guarani tem terminações específicas: “[...] os verbos suplementares [=V2] terminam com o sufixo especial *-vy*. Ele tem quatro variantes (*-py*, *-my-ngy*, *-ny*) devido à nasalização da raiz ou a uma consoante final que antigamente ocorria na raiz. Esse sufixo, sendo tônico, é diferente da conjunção de indexação referencial (*switch reference*) *vy* ‘sujeito igual’, que não tem variantes.”



Quando V2 é transitivo²⁴, como em (33) acima e em (34) abaixo, V1 deve ser transitivo também para que haja “compartilhamento” de objeto. Se V1 for intransitivo e V2, transitivo, a construção se torna agramatical, conforme mostra o exemplo em (35)²⁵:

Guarani

(34) Xee a-Ø-r-aa a-Ø-re-kovy xe-r-a'y teko'a py [V1 tran V2 tran]
Eu 1sg-3-apl-ir 1sg-3-apl-estar.V2 1sg-rel-filho aldeia para
“Eu estava levando o meu filho para a aldeia (tendo-o comigo)”

(35) *Xee a-jerokey a-Ø-re-kovy xee-r-a'y reve * [Vint V2 tran]
Eu 1sg-dançar 1sg-3-ter.V2 1sg-rel-filho com
“Eu estava dançando com o meu filho_i, tendo-o_i comigo”

Note-se que a forma transitiva de V2 em Asurini, exemplo (33), exhibe apenas o prefixo de 3ª pessoa objeto, como ocorre nas formas de gerúndio regulares da língua. O Guarani, porém, apresenta dois padrões de marcação de pessoa em V2. Em alguns casos, os falantes fazem uso da marcação residual de gerúndio, afixando ao verbo apenas o morfema de 3ª pessoa objeto, assim como acontece em Asurini. Em outros casos, a morfologia de V2 transitivo segue as regras de marcação de pessoa das orações independentes, como no exemplo (34).

A questão que se levanta a partir dos dados acima apresentados é saber qual o estatuto de V2. Seria V2 um verbo auxiliar, leve, serial, coordenado ou subordinado? Veja-se abaixo cada uma dessas opções de análise.

24 V2 se torna transitivo quando ocorre com o morfema causativo ou com o morfema aplicativo.

25 Compare (34) com (i) abaixo em que V2 –“estar” ocorre em sua forma intransitiva:

Guarani

(i) Xee a-Ø-r-aa a-ikovy xe-ra'y teko'a py [V1 tran V2 intr]
Eu 1sg-3-apl-ir 1sg-estar. V2 1sg-filho aldeia para
“Eu estava levando o meu filho para a aldeia”



4.1 V2 é um verbo auxiliar?

Não. Se V2 fosse um verbo auxiliar, carregaria consigo também uma parte da flexão verbal relacionada a TAM ou à negação. Tal manifestação, porém, gera agramaticalidade, como mostra (36b):

Guarani

(36a) Ara kya o-Ø-japo-**ta** o-iko.vy
Ara cesta 3-3-fazer-fut 3-estar.V2
“Ara estará fazendo cesta”

(36b)*Ara kya o- Ø-japo(-ta) o-ikovy-**ta**
Ara cesta 3-3-fazer-(fut) 3-estar.V2-fut
“Ara estará fazendo cesta”

Uma outra evidência de que V2 não tem estatuto de verbo auxiliar vem da possibilidade de ocorrência na forma transitiva, mediante a afixação dos morfemas causativo ou aplicativo. Compare a forma intransitiva de V2 em (37a) com a forma transitiva em (37b):

Asurini

(37a) Maria ipira o-moapyñ **a-ka**
Maria peixe 3-cozinhar 3-estar.V2
‘ Maria está cozinhando peixe’

(37b) Maria ipira o-moapyñ **h-ere-ka**
Maria peixe 3-cozinhar 3-apl-estar.V2
“Maria está cozinhando peixe_i (tendo-o_i consigo)”

Como se sabe, verbos auxiliares são inertes em termos temáticos e não precisam e nem podem mudar as suas valências. Nunca licenciam argumentos sintáticos próprios.

Além disso, nem sempre a presença de V2 confere à construção uma interpretação aspectual específica. Note-se em (38) que a ocorrência de *hereka* implica em uma interpretação de aspecto progressivo. Em (39), porém, a manifestação de *hereka* não está associada a um evento progressivo. Se *hereka* fosse um mero verbo auxiliar a sua contribuição semântica seria constante:



Asurini

(38) Sakamiramé o-pin ywyrapara **h-ereka**
Sakamiramé 3-descascar arco 3-apl-estar.V2
“Sakamiramé está descascando o arco”

(39) a-pihin sokwen **h-ere-ka** oe-taŋa
1sg-pintar de novo 3-apl-estar.V2 1sg-casa
“Eu pintei a minha casa de novo” (NICHOLSON, 1976,p.39)

4.2 V2 é um Verbo Leve?

Não. Existem algumas semelhanças entre verbos leves, auxiliares e seriais: todos podem conferir informação aspectual aos predicados em que ocorrem. Contudo, os verbos leves, em geral, carregam toda a morfologia verbal por atuarem como verbalizadores da construção. Esse não é o caso de V2 nas línguas aqui observadas. A estrutura argumental de um predicado com verbo leve é determinada por seu complemento se este for nominal. Se o complemento for verbal, cada qual pode licenciar os seus próprios argumentos, mas a exigência de “compartilhamento” de objeto em contextos de verbos transitivos não se verifica nas construções com verbos leves. Além disso, o complemento do verbo leve é sempre uma forma modificada do verbo principal- uma forma nominalizada, por exemplo. No complexo [V1 V2], contudo, V1 ocorre em sua forma finita independente.

4.3 [V1 V2] Envolve Coordenação?

Existem alguns problemas em tratar V1 e V2 como verbos coordenados. Em primeiro lugar, V2 é restrito a classes verbais fechadas, constituídas por verbos de movimento, de posição e de estado. Essa restrição não se verifica com as orações coordenadas. Em Asurini, V2 se apresenta em uma forma gerundiva reduzida (*h-ere-ha*), forma essa não verificada nas estruturas coordenadas da língua (*h-ere-ha-o*), como mostra o exemplo (40):



Asurini

- (40) tapi' ira o-soka h-er-aha-o
Anta 3-matar 3-apl-ir-ger.
“Matou a anta e trouxe”

Em Guarani, nas orações coordenadas, o segundo verbo não vem marcado com o sufixo $-Cy^{26}$, como ocorre com V2. Além disso, nas orações coordenadas desta língua, quando V1 é transitivo, o seu objeto não pode ocorrer à direita de V2, como indica a agramaticalidade de (41b):

Guarani

- (41a) **pira** a- Ø- 'u **a-a**
peixe 1sg-3-comer 1sg-ir
“Eu comi peixe e fui embora”
- (41b) * a- Ø- 'u **a-a** **pira**
1sg-3-comer 1sg-ir peixe
“Eu comi peixe e fui embora”

Nas construções [V1 V2], todavia, o objeto de V1 pode se posicionar à direita de V2, conforme ilustra a gramaticalidade de (42b):

Guarani

- (42a) **pira** a- Ø- 'u **a-avy**
Peixe 1sg-3-comer 1sg-ir.V2
“Eu comi peixe, indo”
- (42b) a- Ø- 'u **a-avy** **pira**
1sg-3-comer 1sg-ir.V2 peixe
“Eu comi peixe, indo”

A mesma possibilidade de ocorrência do objeto de V1 à direita de V2 é verificada em Asurini:

Asurini

- (43) Mahira o-esan **a-ha w-asyra**
Mahira 3-ver 3-ir.V2 3-filho
“Mahira viu , indo, o seu filho”

26 Dooley (1991) também usa esse mesmo tipo de argumentação para mostrar que as construções [V1 V2] do Guarani não são orações coordenadas.



Note-se ainda que o complexo [V1 V2] também é atestado dentro de orações coordenadas do Guarani, como em (44). Esses fatos parecem indicar que V1 e V2 fazem parte da mesma oração:

Guarani
 (44) Xee [a- Ø-moĩ a-iny] ha' e [a-karu a-iny]
 Eu 1sg-3-cozinhar 1sg-sentar.V2 e 1sg-comer 1sg-sentar.V2
 “Eu estou cozinhando e estou comendo (sentado)”

Com base no acima exposto, conclui-se que o complexo [V1 V2] não envolve coordenação.

4.4 [V1 V2] Envolve Subordinação?

Não. Existem problemas também em considerar o complexo [V1 V2] do tipo aqui investigado como um caso de subordinação. Nas orações subordinadas, além de os verbos subordinados não serem lexicalmente restritos a uma determinada classe verbal ou a uma determinada valência, a expressão dos afixos pessoais pode diferir em cada uma dessas construções. Nas orações subordinadas do Guarani, por exemplo, as regras de escolha dos prefixos pessoais são as mesmas verificadas nas orações independentes. Em (45), o verbo subordinado expressa tanto o sujeito quanto o objeto por meio de afixos pessoais, como ocorre com o verbo da oração principal. Já em (46), V2 recebe apenas a marca do objeto²⁷, como nas formas de gerúndio das outras línguas da mesma família²⁸:

27 Como já mencionado acima, o Guarani parece seguir padrões distintos no que concerne a escolha dos afixos pessoais a se agregarem a V2 transitivo. Em alguns casos, V2 segue o padrão de marcação das orações independentes, como em (34). Em outros casos, V2 segue o padrão das formas de gerúndio das outras línguas, como em (46), em que só o prefixo de objeto é realizado na morfologia verbal.

28 Nas orações subordinadas do Guarani, quando há correferencialidade entre os sujeitos, é possível usar dois tipos de subordinadores: *aguã* ou *vy*. Contudo, ao se substituir *vy* por *aguã* em (46), a construção torna-se agramatical, o que mostra que não se trata de subordinação:

Guarani
 (i) *Ara o-xy o- Ø-mbo-jeroky [i-mbo-iko aguã]
 Ara 3-mãe 3-3-caus-dançar [3-caus-estar.]
 “Ara_i está fazendo a mãe_j dançar(fazendo-a_j estar com ela_j)”



Guarani

- (45) Ara **o-i-pytywõ** [tuja **o-i-nupã** imondava' e **aguã**]
Ara 3-3-ajudar velho 3-3-bater ladrão sub
“Ara ajudou o velho a bater (n)o ladrão”

- (46) Ara o-xy **o- Ø-mbo-jeroky** [**i-mbo-iko.vy**]
Ara 3-mãe 3-3-caus-dançar [3-caus-estar.V2]
“Ara_i está fazendo a mãe_j dançar(fazendo-a_j estar com ela_i)”

Esse padrão diferente de escolha de afixos pessoais verificado nas subordinadas e nos predicados complexos [V1 V2] do Guarani indica que são construções de naturezas distintas. Outra diferença entre as duas estruturas reside no fato de que uma oração subordinada pode ocorrer tanto à esquerda quanto à direita do verbo principal. V2, porém, pode aparecer somente à direita de V1, como indica a agramaticalidade de (47b):

Guarani

- (47a) **a-karu a-iny**
1sg-comer 1sg-sentar
“Estou comendo (sentado)”
- (47b) ***a-iny a-karu**
1sg-sentar.V2 1sg.-comer

4.5 [V1 V2] Envolve Serialização Verbal?

Sim! A possibilidade da existência de construções verbais assimétricas, conforme postulado por Aikhenvald (2006), e de estruturas seriais transitivas com “compartilhamento” de objeto, como sugerido por Baker e Stewart, leva a crer que o complexo [V1 V2] do Asurni e do Mbyá Guarani tem o estatuto de serialização verbal.

O complexo [V1 V2] apresenta as seguintes características de CVSs:



- (i) Ocorrência de verbos independentes²⁹ sem função de auxiliar, conforme mostrado em (4.1).V2 não exibe flexão de tempo, modo ou aspecto e nem de negação e pode selecionar argumentos (“compartilhamento de objetos”), propriedades essas que não se combinam com o comportamento de um verbo de natureza auxiliar.
- (ii) Referência a um só evento complexo em uma mesma oração, como ilustra “caíram deitados da rede” em (48) em que “deitado” modifica o modo de “cair”. Soma-se a esse fato, a manifestação do PP licenciado por V1 ocorre à direita de V2, o que indica que os dois verbos se encontram na mesma oração:

Guarani

(48) pavẽ kirĩgue [o-' a o-py] kya gui
Todas crianças 3-cair 3- deitar rede da
“Todas as crianças estão caindo (deitadas)da rede”

- (iii) Marcação única de TMA e de negação. Nas línguas aqui observadas, a flexão de negação, tempo, modo e aspecto só aparece em V1, como em (49), (50^a) e (50b). A ocorrência de flexão não-pessoal em V2 gera agramaticalidade, como ilustram os dados em (50b) e (51b)³⁰:

Asurini

(49) o-as' aa -y'ym a-ka
3-chorar-neg 3-estar.V2
“Ele não está chorando”

Guarani

(50a) ajaka a-Ø-japo-ta a-iko.vy
Cesta 1sg-3-fazer-fut 1sg-estar.V2
“Eu estarei fazendo cesta”

29 Todos os verbos que podem aparecer como V2 no Asurini e no Guarani, podem também ocorrer como verbos principais independentes.

30 A flexão verbal também não pode ocorrer apenas em v2, como ilustra a agramaticalidade da construção do Guarani abaixo:

Guarani

* ajaka a-Ø-japo nd-a-ikovy-i
Cesta 1sg-3-fazer neg-1sg-estar-neg
“Eu não estou fazendo cesta”



- (50b) * ajaka **a-Ø-japo-ta a-iko-ta-vy/ a-iko.vy-ta**
Cesta 1sg-3-fazer-fut 1sg-estar-fut-.V2 /1sg-estar.V2-fut
“Eu estarei fazendo cesta”
- (51a) ajaka **nd-a-Ø-japo-i a-iko.vy**
Cesta neg-1sg-3-fazer-neg 1sg-estar.V2
“Eu não estarei fazendo cesta”
- (51b) * ajaka **nd-a-Ø-japo-i nd-a-ikovy-i**
Cesta neg-1sg-3-fazer-neg neg-1sg-estar-neg
“Eu não estarei fazendo cesta”

Em Dooley (2013), há registros de construções do Mbyá Guarani em que a negação pode abranger V1 e V2 ao mesmo tempo. Neste caso, o prefixo da negação descontínua ocorre à esquerda de V1, ao passo que o sufixo se manifesta à direita de V2, como ilustrado em (52). Essa possibilidade de expressão da negação mostra que V1 e V2 se encontram na mesma oração e que há uma única manifestação morfológica da negação:

- Guarani
(52) **nd-o-ke o-iny-i**
Neg-3-dormir 3-sentar.V2 Neg
“Não fiquei sentado dormindo” (DOOLEY, 2013, p.71)

- (iv) Inexistência de conjunções coordenativas ou subordinativas ligando V1 e V2. O sufixo *-Cy* do Guarani que ocorre em V2 não é uma marca de subordinação³¹. Note-se em (53) que *-Cy* pode co-ocorrer com o marcador de subordinação não-correferencial (*-ramo*). Tal fato indica que essa terminação verbal em V2 não é um elemento subordinador:

- Guarani
(53) Ara o- Ø-exa [tujai **o-i-nupã o-iko.vy gu-a'y ramo**]
Ara 3-3ver velho 3-bater 3-estar.V2 3-filho DS
“Ara viu o velho batendo no filho/quando o velho estava batendo no filho”.

31 Vide nota (18).



- (v) Restrição de transitividade. V2 transitivo só é permitido em contextos de V1 transitivo. Em (54a), V1 é originalmente intransitivo e não pode co-ocorrer com V2 transitivo. Em (54b), V1 aparece na forma transitiva e por isso, pode ocorrer com V2 transitivo, “compartilhando” objetos com o mesmo referente- “mulheres”:

Guarani

(54a) *Ava-kue **o-jero**ky **i-mbo-kuapy**
Homem-pl 3-dançar 3-caus-estar juntos.V2
“Os homens estão (todos) dançando”

(54b) Ava-kue kunha-gue **o-Ø-mbo-jero**ky **i-mbo-kuapy**
Homem-pl mulher-pl 3-3-caus-dançar 3-caus-estar juntos.V2
“Os homens estão fazendo as mulheres_i dançar (fazendo-as_i todas_i ficarem juntas com eles)”.

- (vi) Ocorrência de V1 e V2 na mesma oração. Existem várias evidências de que V1 e V2 se encontram na mesma oração em Asurini e Guarani, tais como: uma única manifestação de TMA e de negação, possibilidade de ocorrência do objeto à direita de V2, manifestação de V1 e de V2 em cada oração coordenada, como em (44), e um único contorno entonacional, como se verá em (vii).

Dooley (2013) oferece uma outra evidência de que V1 e V2 estão na mesma oração em Guarani. Trata-se de casos de incorporação verbal. O verbo “saber” seleciona um complemento oracional que pode ser a ele incorporado se seus sujeitos tiverem o mesmo referente, como em (55):

Guarani

(55) ajaka **a-Ø-japo-kwaa**
cesta 1sg-3-fazer-saber
“Eu sei fazer cesta”

De acordo com o autor (2013,p.71), é possível incorporar ao verbo “saber” o complexo [V1 V2], como ilustra (56). Essa possibilidade de incorporação indica que V1 e V2 se encontram na mesma oração:



Guarani

(56) n- o- pu'ã ho-'amy-kwaa-ve-i

neg-3-levantar 3-ficar de pé.V2 –saber- mais- neg

“Não sabia mais se levantar e ficar de pé” (DOOLEY, 2016, p.71)

(vii) Manifestação de um único contorno entonacional. Segundo Dooley(1991), V1 recebe acento primário (“) e V2, acento secundário (’), o que prova mais uma vez que ambos se encontram na mesma oração:

Guarani

(57) a-vy” a a-iko-’vy

1sg-feliz 1sg-estar-V2

“Eu vivia feliz” (DOOLEY,1991, p.39)

Foram apresentados até aqui um maior número de argumentos de natureza morfológica e sintática que parecem corroborar a hipótese de que o complexo [V1 V2] em Asurini e Guarani envolve serialização verbal. Resta comentar ainda sobre a semântica dessas construções. Existem nuances de significado que só um falante nativo é capaz de perceber e produzir. Contudo, apresenta-se abaixo algumas impressões sobre os possíveis significados aspectuais que essas construções podem apresentar.

4.6 A Contribuição Semântica de V2

Não é uma tarefa nada fácil captar a contribuição semântica de V2. Apresenta-se aqui apenas algumas observações gerais sobre cada classe verbal:

(i) Os verbos de movimento “ir” e “vir” e suas formas transitivas “levar” e “trazer”³²: esses verbos têm natureza dêitica e parecem indicar a

³² Os verbos “levar” e “trazer” são derivados de “ir” e “vir” respectivamente, através da afixação do morfema aplicativo.



direção do evento em relação a determinado ponto de referência, como em (58) em que o alvo do movimento é a aldeia do falante:

Guarani

- (58). Xee avaxi a-Ø-nhotĩ **a-jupy**
Eu milho 1sg-3-plantar 1sg-vir. V2
“Eu plantei milho, vindo”

Constatou-se que estes verbos podem co-ocorrer com outros que indicam direção oposta, talvez para definir mais precisamente os pontos dos alvos e das fontes do deslocamento da ação, como ilustram os exemplos do Asurini em (59) e (60):

Asurini

- (59) rakokwehe **ore -r-er-aha-o o-ta** mirika
Evid. 1pl-rel-apl-ir-ger. 3-vir.V2 mulher
“Um mulher nos trouxe / Nos levou vindo=trouxe” (NICHOLSON, 1975,p.5)

- (60) wyŋe sawa **o-er-on-ta a-há** ose' iwe
Pessoal talvez 3-apl-vir-fut.V2 3-ir amanhã
“Talvez, o pessoal o trará amanhã/ trará indo” (ROBIN, 1976, p.30)

Esses exemplos se assemelham às construções seriais assimétricas do cantonês, como ilustrada em (9), repetida abaixo como (61):

Cantonês

- (61) lei⁵ io² di¹ saam¹ lai⁴
Você leva pl. roupa vir
“Traga algumas roupas (levar -vir=trazer)” (AIKHENVALD, 2006, p. 21)

- (ii) Os verbos posturais “estar sentado/ deitado/em pé” e as suas respectivas contrapartes transitivas indicam a posição do sujeito e do objeto. Esses verbos parecem conferir ainda uma semântica de ação progressiva:

Asurini

- (62) ywa **o-kai o-‘ oma**
Árvore 3-queimar 3-em pé.V2
“A árvore está queimando em pé”



Guarani

- (63) ajaka **a-Ø-japo a-Ø-re-iny**
Cesta 1sg-3-fazer 1sg-3-apl-sentar.V2
“Estou fazendo cesta (sentada com ela)”

Existem dados que indicam que o uso de tais verbos nem sempre se refere à posição do sujeito e do objeto, mas apenas confere a ideia de ação contínua. Em (64), “sentado” não parece fazer parte do significado da oração. O mesmo ocorre em (65):

Guarani

- (64) há' e **o-o o-iny** o-porai aguã
Ele 3-ir 3-sentar.V2 3-cantar-fin
“Ele está indo para cantar”

- (65) **o-vera o-iny**
3-relampejar 3-sentar.V2
“Está relampejando”

(iii) Os verbos de estado, como “estar”, parecem conferir uma interpretação de aspecto durativo:

Guarani

- (66) mo'ã **a-' u a-ikovy**
Remédio 1sg-tomar 1sg-estar. V2
“Estou tomando remédio/tomo remédio (por um tempo?)”

Existem outros verbos que ocupam a posição de V2 que parecem ter uma interpretação mais enigmática. Este é o caso do verbo *kuapy* que, segundo Dooley (2013, p.70) tem a tradução de “todos juntos”, se referindo aos argumentos internos do complexo verbal:

Guarani

- (67) **a-r-aa-pa h-ero-kuapy**
1sg-apl-ir-todo 3-apl-?.V2
“Levei-os todos juntos” (DOOLEY, 2013, p.70)

Nos dados coletados em pesquisa de campo, verificou-se também a ocorrência de *kuapy* tanto na forma intransitiva quanto na forma transitiva.



A tradução obtida junto aos falantes nativos consultados, inclui ação em progresso:

Guarani

(68) *guyra o-veve o-kuapy*

Pássaro 3-voar 3-?.V2

“Os pássaros estão voando”

(69) *oky guyra o-mbo-veve [i-mbo-kuapy]*

Chuva pássaro 3-caus-voar 3-caus-estar

“A chuva está fazendo os pássaros voarem (azendo-os estar todos juntos)”

As observações aqui apresentadas sobre a semântica aspectual de V2 são ainda bem rudimentares. O importante aqui foi mostrar que, assim como os verbos seriais de outras línguas, V2 contribui de alguma forma para a interpretação aspectual das sentenças em que se insere. Sendo assim, assume-se que V2 é um verbo serial nesses contextos.

Com base nas evidências de natureza morfológica e sintática dos dados até agora observados, conclui-se que o tipo de predicado complexo [V1 V2] aqui investigado possui inúmeras propriedades relacionadas à serialização verbal.

Na próxima seção, apresenta-se as propostas de outros investigadores sobre a ocorrência de serialização verbal em línguas da família Tupi-Guarani, como as de Jensen (1998), de Seki (2014) e de Dooley (1991, 2013).

5 Outros Olhares sobre o Complexo Verbal [V1 V2] em Línguas da Família Tupi-Guarani

Viu-se que o complexo [V1 V2] em Asurini é considerado por Nicholson (1978) como contendo um verbo principal seguido por um verbo auxiliar. Para a autora,

[...] os verbos que ocupam a posição de V2 em Asurini têm o estatuto de auxiliar: em Asurini existe uma pequena classe



de verbos que serve na qualidade de auxiliar, ocorrendo diretamente depois do verbo principal numa oração (esses verbos assumem a forma dependente), e geralmente dá o movimento direcional do verbo principal ou a sua posição geral. O verbo *aka* (“estar”), na forma auxiliar, dá o tempo contínuo ao verbo principal. (NICHOLSON, 1978, p. 41).

Essa proposta de análise para o Asurini é aceita por outros investigadores das línguas da família Tupi-Guarani, como Jensen (1998), por exemplo. Contudo, a autora reconhece também a ocorrência de serialização verbal nessas línguas.

5.1 A Visão de Jensen

De acordo com Jensen (1998, p.17), as línguas da família Tupi-Guarani apresentam verbos seriais. Para a autora, tanto (70) quanto (71) contêm verbos seriais que se encontram na forma de gerúndio:

Asurini
(70) ere-há **e-seegat-a**
 2sg-ir 2sg-cantar-ger
 “Você foi cantando” (JENSEN, 1998, p. 24)

Guarani
(71) a-jevy **a-ju-vy**
 1sg-retornar 1sg-vir. (JENSEN, 1998, p. 40)
 “Retornei, vindo”

O exemplo (71) reflete, de fato, o tipo de construção serial aqui investigado, mas não (70) em que V1 é um verbo de movimento e V2 é um verbo lexical na forma de gerúndio. Pode ser que (70) seja algum outro tipo de serialização verbal em Asurini. Em Mbyá Guarani, construções com verbos de movimento na posição de V1, seguidos por um verbo lexical, têm o estatuto de oração subordinada de finalidade, como indica o exemplo (72) abaixo, em que o elemento subordinador pode ser tanto *-vy* quanto *-aguã*:



Guarani

(72) Xee a-a [huixava' e a- Ø-exa-vy/ aguã]
Eu 1sg-ir chefe 1sg-3-ver –SS/fin
“Eu fui para ver o chefe”

Se a ordem dos verbos em (72) for invertida, como em (73), a leitura de finalidade não mais se verifica. Seguindo a nossa proposta de análise, (73) seria uma construção serial:

Guarani

(73) Xee a- Ø-exa huixava' e [a-a.vy]
Eu 1sg-3-ver chefe 1sg-ir
“Eu vi o chefe, indo”

A definição de construções seriais de Jensen (1998) é muito ampla porque engloba qualquer tipo de formas de gerúndio nas línguas da família Tupi-Guarani.

5.2 A Visão de Seki

Seki (2014) também analisa as construções verbais complexas [V1 V2] do Kamayurá em que V2 assume a forma de gerúndio. Com base no parâmetro de combinações verbais estabelecido por Durie (1997) para serialização verbal, a investigadora apresenta as suas considerações.

As possibilidades combinatórias de V1 e V2 englobam verbos da classe aberta –os lexicais- e verbos da classe semântica e gramaticalmente restrita. O tipo de combinação verbal de interesse aqui é o que contém V1 da classe aberta e V2 da classe restrita, como em (74):

Kamaiurá

(74) Ma' amaa **pe-etsak peje-ko-m**
O que 2pl-olhar 2pl-estar-ger
“O que vocês estão olhando?”

Para Seki, V2, nesse tipo de construção tem o estatuto de verbo auxiliar, podendo indicar vários tipos de aspectos: durativo, progressivo e



até inceptivo. A sua proposta de análise para o complexo [V1 V2] do tipo exemplificado em (74) é a mesma assumida por Nicholson e Jensen para o Asurini do Trocará: V2 tem estatuto de verbo auxiliar. O problema com esta análise é que nenhuma das investigadoras leva em consideração a possibilidade de transitivização de V2.

As outras construções verbais complexas do Kamaiurá, envolvendo as formas de gerúndio, são analisadas por Seki como a expressão de diferentes tipos de orações subordinadas. Vê-se, então, que a investigadora descarta a possibilidade de ocorrência de verbos seriais em Kamaiurá.

5.3 A Visão de Dooley

Dooley (1991) realizou um trabalho minucioso sobre as construções com verbos duplos no dialeto Mbyá que são exatamente aquelas aqui investigadas. Neste trabalho, o autor mostra as características desses predicados complexos que se assemelham àquelas encontradas com verbos seriais. Contudo, a conclusão de Dooley é de que não há serialização verbal em Guarani, mas sim um tipo específico de subordinação nuclear em que os verbos estão mais intimamente encaixados um no outro.

Segundo o investigador (1991, p. 33), “The Mbyá [V1 V2] constructions turn out to behave like SVCs in its semantics and in some syntactic aspects. However, in four respects it is grammatically tighter than stock CVS”³³.

As razões que levaram o autor a descartar a hipótese sobre a existência de verbos seriais em Mbyá estão especificadas em (i)–(iv)

- (i) V2 tem um sufixo de correferencialidade (-Cy) que indica a sua dependência sintática de subordinação. No exemplo (53), porém, mostrou-se que o sufixo -Cy em V2, não é indicador de subordinação,

33 “As construções [V1 V2] do Mbyá se comportam como CVs em seus aspectos semânticos e sintáticos. Contudo, em quatro propriedades, elas são gramaticalmente mais intimamente ligadas do que as CVs padrões.”



já que pode co-ocorrer com *-ramo*, um marcador de subordinação não-correferencial. Sendo assim, essa contra-evidência apresentada por Dooley para o estatuto de [V1 V2] do Guarani como serialização verbal não se sustenta.

- (ii) A construção [V1 V2] não permite a ocorrência de argumentos entre V1 e V2 devido à sua relação de subordinação íntima. Essa observação não procede porque há vários dados nas duas línguas aqui observadas em que o objeto, bem como os adjuntos, ambos licenciados por V1, podem ser inseridos entre V1 e V2 ou à direita deste:

Asurini

(75) **h-er-aha o-memyra h-er-oina** [V1 O V2]
3-apl-ir.ger 3-filha 3-apl-sentar.V2
“Levou a filha” (sentando-a com ela)

Guarani

(76) ore **ro- Ø- ‘u kure ro-kuapy** teko’ a py [V1 O V2]
Nós 1pl-3-comer porco 1pl-estar aldeia em
“Nós estamos comendo porco na aldeia”

- (i) A exigência de que V1 e V2 compartilhem os mesmos sujeitos e os mesmos objetos mostra um grau ainda maior de subordinação. No decorrer deste trabalho, viu-se, todavia, que a propriedade de “compartilhamento” de objeto é considerada por Baker e Stewart (1999, 2002) como um traço definidor de construções seriais transitivas.
- (ii) V2, quando transitivo, tem flexão invariável de 3ª pessoa de objeto, mesmo quando o objeto em V1 é de 1ª pessoa, como ilustra (7):

Guarani

(77) Ava **xe-mo-ŋaru i-mo-iny**
Homem 1sg-caus-comer 3-caus-sentar
“O homem me alimentou, fazendo(-me) sentar”(DOOLEY, 1991, p.52)

Seguindo a análise de Baker e Stewart para as CSVCS, sugere-se aqui uma possível explicação para a não manifestação de flexão do objeto de 1ª pessoa em V2 no dado (77): o objeto de 1ª pessoa (*-xe*) agregado a V1 é um



clítico³⁴ argumental realizado fonologicamente. Em construções seriais do tipo CSV, o objeto de V1 é expresso, mas o objeto de V2 deve ser *pro*. Isto é, deve ser fonologicamente nulo. Com base nesta linha de raciocínio, pode-se sugerir que *-xe* (o clítico de objeto) não deveria se manifestar em V2. Mas como explicar a ocorrência de um afixo objetivo de 3ª pessoa em V2? Como os verbos nas línguas da família Tupi-Guarani não podem ser nus, sem flexão de pessoa, uma forma de concordância *default* de 3ª pessoa de objeto acaba sendo empregada em V2 transitivo, como ilustra o dado em (77). Esta marca de 3ª pessoa faz referência ao objeto de V2 que não pode ser expresso na forma de clítico, já que deve ser nulo, segundo a análise de Baker e Stewart.

A argumentação de Dooley acima apresentada não é convincente a ponto de se refutar a hipótese de que o complexo [V1 V2] do Guarani envolve serialização verbal.

6 Conclusão

Neste trabalho, tentou-se oferecer evidências para mostrar que o tipo de complexo verbal [V1 V2] do Asurini e do Guarani aqui investigado apresenta propriedades de construções seriais dos tipos assimétrico e com “compartilhamento” de objeto. Há ainda um “porém” em relação à proposta de análise defendida no presente estudo. De acordo com Dooley (1991) e Baker e Stewart (1999), serialização verbal é verificada somente em línguas sem flexão verbal. Dixon (2006, p. 338) afirma, todavia, que: “SVCs are not restricted to languages of a particular typological profile. They are particularly common in languages of an analytic character, but are also encountered where there is a highly synthetic, or even polysynthetic structure”³⁵.

34 Os pronomes de 1ª e 2ª pessoas da série não-ativa nunca co-ocorrem com pronomes livres. A hipótese para esses elementos é que sejam os próprios argumentos verbais na forma de clíticos.

35 “Construções verbais seriais (CVSs) não são restritas a línguas de um perfil tipológico. Elas são comuns em línguas de natureza analítica, mas também são encontradas onde há um alto grau de síntese ou até mesmo de polissíntese”



Com base na afirmação de Dixon e nos dados observados nas duas línguas, pode-se concluir que o complexo [V1 V2] representa um tipo específico de serialização verbal, pelo menos, em Asurini e Guarani.

Referências

- AIKHENVALD, A.; DIXON, R.M.W. **Serial Verb Constructions: A Cross-Linguistic Typology**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- BAKER, M. **Object Sharing and Projection in Serial Verb Constructions**. In: *LI*, v. 20, n. 4, 1989.
- BAKER, M.; STEWART, O.T. **On double headedness and the anatomy of the clause**. Nova Jersey: Rutgers University, 1999. Disponível em <<http://ling.rutgers.edu/people/faculty/baker/SVCarch-ss.pdf>>
- _____. **A Serial Verb Construction without Constructions**. Nova Jersey: Rutgers University, 2002. Disponível em <<http://ling.rutgers.edu/people/faculty/baker/SVCarch-ss.pdf>> Disponível em <<http://ling.rutgers.edu/people/faculty/baker/CSVC2.pdf>>
- BUTT, M.; LAHIRI, A. **Historical Stability vs Historical Change**. [s.L.]: [s.n.], 2002.
- CABRAL, A.S.; RODRIGUES, A. D. **Dicionário Asuriní do Tocantins-Português**. Belém: UFPA/IFNOPAP, UnB/IL/LALI, 2003.
- DOOLEY, R. A. **A Double-verb construction in Mbyá-Guarani**. In: SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS UNIVERSITY OF DAKOTA. **Working papers**. Grand Forks: SIL-UND, 1991.5 v.
- _____. **Léxico Guarani, Dialeto Mbyá**. Brasília, DF: SIL, 2013. Disponível em: <www-01.sil.org/americas/BRASIL/publens/dictgram/GNDicInt.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- DURIE, M. **Grammatical structure and verb serialization**. In: Asina, A.; Bresnan, J and Sells, P. (eds) **Complex Predicates**. Stanford. CSLI, 1996.



JENSEN, C. **The use of coreferential and reflexive markers in Tupi-Guarani languages.** *The Journal of Amazonian Languages*, [s.l.], v.1, n. 2, 1998. Disponível em: <etnolinguistica.wdfiles.com/local.../Journal_of_Amazonian_Languages_volln2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

KRATZER, A. **Severing the external argument from its verb.** *Phrase Structure and the Lexicon*, 33, 1996.

KROEGER, P. R. **Analyzing Syntax.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NICHOLSON, V. **Initiating and non-initiating verbs in Assurini.** Brasília, DF: SIL, 1975.

_____. **Textos Asurini: 25 histórias , 7 mitos.** Brasília, DF: SIL, 1976.

_____. **Aspectos da língua Assurini.** Brasília, DF: SIL, 1978.

SEISS, M. **On the difference between auxiliaries, serial verbs and light verbs.** 2009. Disponível: <<http://web.stanford.edu/group/cslipublications/cslipublications/LFG/14/papers/lfg09seiss.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

SEKI, L. **Construções com gerúndio em Kamayurá.** *DELTA*, 30 especial, 2014.

SOLLY, R. **40 textos coletados do Assurini.** Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1963.

VIEIRA, M.M. D. **As construções com verbos auxiliares em Mbyá Guarani: um caso de serialização verbal?** In: CONGRESSO NACIONAL DA ANPOLL, 13, Campinas, 1998. **Comunicação.** Campinas: Unicamp, 1998.

_____. **As construções com concordância múltipla em Guarani.** In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GRUPO DE TRABALHO DE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL, 1., Belém, 2001. **Comunicação.** Belém, UFPA, 2001.

_____. **As construções com verbos seriais em Guarani.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 3., Rio de Janeiro. **Comunicação.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. **A interpretação das construções verbais complexas em algumas línguas Tupi-Guarani.** In: WORKSHOP SOBRE TEMPO, ASPECTO E MODO EM LÍNGUAS INDÍGENAS SULAMERICANAS, Brasília, DF, 2012. **Comunicação.** Brasília, DF: UNB, 2012.



Marcadores de pessoa e caso na língua Uru Eu Wau Wau

Marci Fileti Martins¹

Antônia de Fátima Galdino da Silva Vezaro²

Resumo

Este artigo estuda a marcação de pessoa e caso na língua Uru Eu Wau Wau (UWW), falada pelo povo de mesmo nome, que vive na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, na região central de RO. A análise mostra que os marcadores de pessoa, do UWW, estão se diferenciando do sistema da maioria das línguas Tupi Guarani: os prefixos verbais, ortodoxamente, classificados como prefixos verbais ativos (codificadores de pessoa e de caso (nominativo) através da concordância com sintagma nominal na função do argumento externo de verbos transitivos e intransitivos ativos), estariam, no UWW, passando por um processo de neutralização. Tal neutralização reestruturou o sistema de pessoa e caso, na língua, provocando uma cisão: os prefixos verbais estão restritos à codificação do caso nominativo, enquanto, os pronomes (clíticos e livres) têm como função exclusiva a codificação de pessoa. O caso absolutivo, por sua vez, é marcado pelos prefixos relacionais.

Palavras-chave: 1. Língua Uru Eu Wau Wau; 2. Família Tupi-Guarani; 3. Marcadores de pessoa; 5. Marcadores de caso; 6. Prefixos Relacionais.

Abstract

This article studies the marking (ou aqui podes usar também: the inflectional forms) of person and case in the language Uru Eu Wau Wau, which is spoken by the people known by the same name, who live in the Uru Eu Wau Wau Indigenous Land in the central region of RO. The analysis shows that the inflectional markers of person in the UWW language are differing from the system of most Tupi Guarani languages: verbal prefixes orthodoxly classified as active verbal prefixes (person and case markers (nominative) in agreement with the nominal syntagma working as external argument of transitive verbs and active intransitive verbs),

1 Museu Nacional/UFRJ. Email: marcifm@gmail.com

2 Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO. Email: afigsvezzaro@gmail.com



would be, in the UWW language, facing a neutralizing process. This process restructured the system of person and case in the language causing a scission: verbal prefixes are restricted to the codification of the nominative case whereas pronouns (clitic and free) are used exclusively to codify the person. On the other hand, the absolutive case is designated by relational prefixes.

Keywords: Uru Eu Wau Wau language. Tupi-Guarani family. Person markers. Case markers. Relational prefixes.

1 Introdução

Este trabalho pretende contribuir para documentação da língua UWW³, classificada por Rodrigues (1987) como pertencente ao grupo Tupi-Kawahib⁴, da família Tupi-Guarani (TG), do tronco linguístico Tupi. É falada pelo povo de mesmo nome sendo sua população estimada em, aproximadamente, 120 indígenas (SIASI/SESAI, 2013)⁵. Vivem na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, situada na área central do Estado de Rondônia conhecida como Vale do Jamari. Nesta terra indígena, que dividem com os grupos Amondawa, os Uru Eu Wau Wau encontram-se distribuídos em 6 aldeias.

A discussão proposta pretende fornecer subsídios para a descrição e análise da morfossintaxe do UWW⁶, em que se destaca a caracterização da classe dos marcadores de pessoa que, de forma singular, parece estar se

3 As abreviaturas usadas nesse trabalho são as seguintes: A=Sujeito de verbo transitivo; ABS=Absolutivo; ACUS=Acusativo; EXC=Exclusivo; INC=Inclusivo; NEG=Negação; NOM=Nominativo; O=Objeto; PART.F=Partícula feminina; PART.M=Partícula masculina; PL=Plural; POSP=Posposição; REL=Relacional; Sa=Sujeito de verbo intransitivo ativo; So=Sujeito de verbo intransitivo estativo; SG=Singular; SG.F=Singular feminino; SG.M=Singular masculino; TG=Tupi-Guarani; UWW=Uru Eu Wau Wau.

4 Fazem parte desse grupo também o Telharim, o Parintintin, o Amondawa, o Karipuna, o Diahoi e o Juma (RODRIGUES (2002) e SAMPAIO (1998, 2001)).

5 Site Socioambiental (<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/uru-eu-wau-wau/1125>), visitado em março de 2016).

6 Os dados aqui analisados fazem parte do *corpus* produzido a partir de entrevistas com 05 professores Uru Eu Wau Wau bilíngues (português/UWW), de 05 comunidades da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, no período de junho de 2014 a junho de 2015, conforme Vezzaro (2015). No registro dos dados, optou-se por utilizar a ortografia proposta por Vezzaro (2015).



diferenciando do sistema da maioria das línguas TG. Como será demonstrado, os prefixos verbais classificados na literatura sobre as línguas TG como “prefixos verbais ativos”, codificadores de pessoa e caso (nominativo) através da concordância com sintagma nominal na função dos argumentos A/Sa, estariam passando por um processo de neutralização no UWW. Os dados mostram que a 1ª pessoa (SG/PL) e a 3ª pessoa (SG/PL) estão perdendo sua função diferencial, já que podem ser codificadas pelos mesmos prefixos: ou pelo prefixo **a-** ou pelo prefixo **o-**.

Sabendo que, na maioria das línguas TG, a marcação de caso está intrinsecamente ligada à codificação de pessoa, essa situação mostra-se como um complicador tanto para a própria determinação da classe dos marcadores pessoais e suas funções, quanto para a marcação de caso (morfológico) no UWW⁷.

2 Marcadores de Pessoa

A categoria de marcadores de pessoa do UWW compreende os pronomes (livres e clíticos), e nela, preliminarmente, serão acomodados também os prefixos verbais. Assim, pode-se estabelecer para o UWW, três séries de marcadores de pessoa, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Marcadores de Pessoa

Pessoa	Classe I (Prefixos Verbais)	Classe II (Pronomes Clíticos)	Classe III (Pronomes livres)
1ª Sg	a- o-	dji dje	djihe
2ª Sg	e- ere-	ere nde	ndehe

7 Outra inovação no sistema de marcação pessoal do UWW relaciona-se ao desenvolvimento de pronomes (clíticos e livres) de 3ª pessoa, já que, os estudos sobre o tema consideram que o Proto-TG não apresentava 3ª pessoa (VIOLA, 2015).



3ª Sg/M	a- o-	ka	kaha
3ª Sg/F	a- o-	hea nhã	heahã heanhã
1ª PI (inclusiva)	a- o-	jãnde	jãnde
1ª PI (exclusiva)	a- o-	are ore	ore
2ª PI	pe-	pe	pehe
3ª PI	a- o-	gã	gãhã

2.1 Prefixos Verbais

Como já apontado, na maioria dos estudos sobre línguas TG, os prefixos verbais do UWW, elencados como pertencentes à Classe I, são classificados como prefixos verbais ativos codificadores das pessoas do discurso e estão numa relação de concordância com o sintagma nominal na função dos argumentos A e Sa. Ocorre, como pode ser verificado no Quadro 1, que a 1ª pessoa (SG/PL) e a 3ª pessoa (SG/PL) exibem um comportamento ambíguo, pois podem ser codificadas tanto pelo prefixo **a-** quanto pelo prefixo **o-**, refletindo o que foi observado nas estruturas predicativas independentes, do UWW, analisadas⁸:

- a) na sua maioria, os verbos distribuem-se codificando
 - i) 1ª e 3ª SG/PL através do prefixo **a-**.
 - b) outros conjuntos de verbos analisados codificam
 - ii) a 1ª SG e a 3ª SG/PL com **a-** e a 1ª PL com **o-**;

⁸ Não foi encontrado nenhum condicionamento fonológico capaz de explicar a variação na distribuição dos prefixos verbais, o que sugere ser essa variação aleatória, entretanto, um exame rigoroso dessa questão mostra-se necessário para que se possa fazer afirmações mais definitivas.



- iii) a 1ª SG com **a-** e 3ª SG/PL, juntamente, com a 1ª PL com **o-**,
- iv) a 1ª SG/PL e 3ª SG/PL com **o-**;
- v) a 1ª SG/PL, 3ª SG.F e 3ª PL com **a-**, e a 3ª SG.M com **o-**.

Apresenta-se alguns exemplos da distribuição do paradigma dos prefixos verbais em orações independentes

i) Prefixo a- (1SG/PL e 3SG/PL):	ii) Prefixo a- (1SG e 3SG/PL); prefixo o- (1PL)	iii) Prefixo a- (1SG); prefixo o- (3SG/PL e 1PL)
Verbo comer	Verbo cortar	Verbo amarrar
a) a-'u= dje mbururea ?-comer=1Sg feijão 'Eu comi feijão'	a) a-kyhim=dje pira ?-cortar= 1Sg peixe 'Eu cortei o peixe'	a) a- kwa= dje y'yawa ?-amarrar=1Sg flecha 'Eu amarrei a flecha'
b) e-'u= nde mbururea 2Sg-comer=2Sg banana 'Você comeu feijão'	b) ere- kyhim= nde pira 2Sg-cortar=2Sg peixe 'Você cortou o peixe'	b) ere- kwa= nde y'yawa 2Sg-amarrar=2Sg flecha 'Você amarrou a flecha'
c) a-'u= ka mbururea ?-comer=3Sg/M feijão 'Ele comeu feijão'	c) a-kyhim=ka pira ?-cortar=3Sg/M peixe 'Ele cortou o peixe'	c) o-kwa= ka y'yawa ?- amarrar=3Sg/M flecha 'Ele amarrou a flecha'
d) a-'u= hea mbururea ?-comer=3Sg/F feijão 'Ela comeu feijão'	d) a-kyhim=hea pira ?-cortar=3Sg/F peixe 'Ela cortou o peixe'	d) o-kwa= hea y'yawa ?- amarrar=3Sg/F flecha 'Ela amarrou a flecha'
e) a-'u= ore mbururea ?-comer=1PI feijão 'Nós comemos feijão'	e) o- kyhim= ore pira ?-cortar= 1PI/Exc peixe 'Nós cortamos o peixe'	e) o-kwa= ore y'yawa ?-amarrar=1PI flecha 'Nós amarramos a flecha'
f) pe-'u= pe mbururea 2PI-comer=2PI feijão 'Vocês comeram feijão'	f) pe- kyhim=pe pira 2PI-cortar= 2PI peixe 'Vocês cortaram o peixe'	f) pe-kwa= pe y'yawa 2PI-amarrar=2PI flecha 'Vocês amarraram a flecha'
g) a-'u= gã mbururea ?-comer=3PI feijão 'Eles/elas comeram feijão'	g) a-kyhim=gã pira ?-cortar= 3PI peixe 'Eles/elas cortaram o peixe'	g) o-kwa= gã y'yawa ?- amarrar=3PI flecha 'Eles/elas amarraram a flecha'



iv) Prefixo o- (1SG/PI e 3SG/PL)	v) Prefixo a- (1SG/PL, 3SG.F e 3PL); prefixo o- (3Sg/M)
Verbo acordar	Verbo morrer
a) o- moeng= dje ?- acordar=1Sg 'Eu acordei'	a) a-mõno= dje ?-morrer=1Sg 'Eu morri'
b) e- moeng= nde 2Sg-acordar=2Sg 'Você acordou'	b) e- mõno= nde 2Sg-morrer=2Sg 'Você morreu'
c) o-moeng= ka ?-acordar=3Sg/M 'Ele acordou'	c) o-mõno= ka ?-morrer=3Sg/M 'Ele morreu'
c) o-moeng= hea ?-acordar=3Sg/F 'Ela acordou'	d) a-mõno= nhã ?-morrer=3Sg/F 'Ela morreu'
d) o- moeng= ore ?- acordar=1PI 'Nós acordamos'	d) a-mõno= ore ?-morrer=1PI 'Nós morremos'
e) pe- moeng= pe 2PI- acordar=2PI 'Vocês acordaram'	e) pe- mõno= pe 2PI-morrer=2PI 'Vocês morreram'
f) o-moeng= gã ?-acordar=3PI 'Eles/elas acordaram'	f) a- mõno= gã ?-morrer= 3PI 'Eles/elas morreram'

A distribuição dos prefixos verbais do UWW, portanto, mostra-se singular se comparada tanto a do Parintintin (BETTS, 1981) e a do Amondawa (SAMAPAIIO s/d)⁹, quanto a de outras línguas TG, como o Kamaiurá, que apresentam prefixos diferenciados para a codificação das 1ª e 3ª SG/P

9 Sampaio (1998) propõe ser o Parintintin, Tenharin, UWW e Amondawa variedades de uma única língua, com uma proximidade maior entre o Parintintin e Tenharin por um lado, e o UWW e Amondawa por outro. Já em seu trabalho de 2001, a mesma autora trata o Parintintin, Tenharin, UWW e Amondawa como línguas diferentes, mas identifica a mesma relação de proximidade entre elas: Parintintin estaria mais próximo do Tenharin e o UWW do Amondawa. Neste trabalho não publicado (sem data p. 01) que está sendo citado, Sampaio afirma que tomou "como base a variedade linguística do subgrupo Amondawa".



- 01) a) n-**a**-mano-i (**Parintintin**)
ml- **eu**-morrer-ml
'Não estou morrendo'
- b) t-**o**-ho-yne
m3-**ele**-ir-m3
'Ele não vai'
- 02) a) **a**-kwãm **ji** jakarea (**Amondawa**)
1s-amarrar eu jacaré
'Eu amarrei o jacaré.'
- b) **o**-kwa **ga** jakarea
3s-amarrar ele jacaré
'Ele amarrou o jacaré'
- 03) a) **a**-ha we-katu-ram (**Kamaiurá**)¹⁰
1sg-ir 1s-bom-G
'eu vou para ser bom'
- b) jawar-a akwama'e-a n=**o**-juka-ite
onça -N home-N Neg=**3sg**-matar-Neg
'ele não matou a onça macho'

A questão que se apresenta, então, é: como o UWW codificadas 1^a e 3^a SG/PL em estruturas com verbos ativos (transitivo/intransitivo)? Os dados indicam que a função de marcador pessoal, que em outras línguas TG é atribuída aos prefixos verbais, está, no UWW, sendo desempenhada pelos marcadores de pessoa das Classes II ou III (pronomes clíticos ou livres), que ao co-ocorrem com os prefixos verbais, codificam as 1^{as} e 3^{as} pessoas. Segue-se a distribuição dos pronomes (clíticos e livres).

2.2 Pronomes Clíticos

Os clíticos pronominais (Classe II) são elementos átonos e dependentes sintaticamente, mas que não podem ser considerados afixos. Ocorrem no UWW, como na maioria das línguas TG, codificando a pessoa e i) o argumentos

10 Os dados do Kamaiurá são de Seki (2000).



So¹¹, ii) o argumento O, e iii) o possuidor em estruturas genitivas:

i) Codificando So, distribuem-se pospostos ao verbo

- 04) a) i-katu=**nde**¹²
?-ser bonito=2SG
'Você é bonito'
- b) i-pakapa=**nhã**
?-estar cansado=3SG.F
'Ela está cansada'

ii) Codificando O, distribuem-se antepostos ao verbo:

- 05) a. iputawa'ea **dji**= \emptyset -kyhim
cavalo 1SG=REL-cercar
'O cavalo me cercou'
- b. Antônia hea¹³ **dji**=r-apy
Antônia PART.F 1SG=REL-queimar
'Antônia me queimou'

juntamente com a posposição:

- 06) a. a-nupã=je **ka** r-ehe
?-bater=SG 3SG REL-POSP
'Eu bati nele'

11 Verbos descritivos são verbos intransitivos não volicionais que exprimem qualidades ou propriedades. Itens lexicais do como *-katu* "bonito", *-ehoi* "grande", que em línguas como o Português seriam classificados adjetivos, no UWW tem características predicativas: aceitam marcadores morfológicos que somente ocorrem com verbos, a negação de predicado *nd-* *-i*, por exemplo, e jamais ocorrem com prefixos marcadores de pessoa da Classe I.

12 O elemento *i-* que ocorre nessas estruturas descritivas será analisado, posteriormente, nas seções 3 e 5.

13 O elemento *hea*, homófono ao clítico pronominal de 3ª pessoa, ocorre posposto aos nomes próprios e nomes de animais codificando o gênero feminino, enquanto elemento *ga* codifica gênero masculino.



- b. a-mbo=je ita **nde**=r-ehe¹⁴
?-jogar=1SG pedra 2SG=REL-POSP
'Eu joguei pedra em você'

iii) Codificando o possuidor em estruturas genitivas, ocorrem antepostos ao nome:

- 07) a. **dji**=ø-apina
1SG=REL-cabeça
'Minha cabeça'
- b. **ka**=r-epepoa
3SG.M=REL-asa/pena
'Asa dele' ou 'Pena dele'
- c. **jānde**=r-eakwara
1PL=REL-olho
'Nosso olho'

Contudo, diferentemente, de outras línguas TG, os clíticos do UWW ocorrem também em estruturas transitivas codificando a pessoa e os argumentos iv) A e v) Sa:

iv) Codificando A, distribuem-se pospostos ao verbo:

- 08) a. a-nupã=**dje** jawagwara
?-bater=1SG cachorro
'Eu bati no cachorro'
- b. a-nupã=**gã** iputawa'ea
?-bater=3PL cavalo
'Eles bateram no cavalo'

v) Codificando Sa, distribuem-se pospostos ao verbo

14 A construção (6b) apresenta-se como mais uma particularidade do sistema de marcação de pessoa UWW, já que na maioria das línguas da família TG, quando da codificação de A (1SG) e O (2SG), um prefixo *portmanteau* é usado indicando a marcação simultânea da 1ª pessoa e 2ª pessoa. Essa questão, evidentemente importante para o entendimento da marcação de pessoa na língua, será desenvolvida em futuros trabalhos, após a coleta e análise de dados mais robustos referentes ao tema.



- 09) a. o-moeng=dje
?- acordar=1SG
'Eu acordei'
- b. o-moeng=ore
?-acordar=1PL.INC
'Nós acordamos'

2.3 Pronomes Livres

Os pronomes livres são elementos tônicos e independentes sintaticamente que ocorrem codificando o

i) Argumento A

- 10) a. a-nupã **jihe** jagwara
?-bater 1SG cachorro
'Eu bati no cachorro'
- b. **jānde** a-nupã ipytawa'ea
1PL.INC ?-bater cavalo
'Nós batemos no cavalo'

ii) Argumento Sa

- 11) a. **djihe** o-nhã
1SG ?-correr
'Eu corri'
- b. **kaha** o-nhã
3SG.M ?-correr
'Ele correu'

iii) Argumento So

- 12) a. **jānde** i-pakapa
1PL ?-estar cansado
'Nós estamos cansados'



- b. **djihe** ehoi
1SG ser grande
'Eu sou grande'

2.4 A Neutralização do Paradigma dos Prefixos Verbais

A neutralização das 1^{as} e 3^{as} pessoas do paradigma dos prefixos verbais, portanto, parece ter acionado uma reorganização do sistema de marcação pessoal na língua, em que os pronomes (clíticos/livres) ao coocorrerem como os prefixos verbais, passam a suprir a função de codificação de pessoa junto aos verbos transitivos e intransitivos ativos no UWW. Essa neutralização mostra-se como um processo de variação estável ao se considerar a aparente manutenção, em todos os verbos analisados, da função de codificação de 2^a pessoa (SG/PL) pelos prefixos **e-** e **pe-** :

- 13) a. **e-**'u=nde mbururea
2SG-comer=2SG feijão
'Você comeu feijão'
- b. **pe-**'u=pe pakowa
2PL-comer 2PL banana
'Vocês comeram banana'

Acrescente-se a isso, a manutenção, junto a certos verbos, da diferenciação entre a 1SG (**a-**) e a 3SG.M (**o-**), além da 2^a pessoa (SG/PL):

- 14) a. **a-**mõno=dje
?-morrer=1SG
'Eu morri'
- b. **o-**mõno=ka
?-morrer=3SG.M
'Ele morreu'
- c. **pe-**mõno=pe
2PL-morrer=2PL
'Vocês morreram'



Contudo, mesmo não atingindo a 2ª pessoa (SG/PL) e, com alguns verbos, nem as 1ª e 3ª pessoas (SG), o processo de neutralização parece afetar o paradigma dos prefixos verbais como um todo, pois torna-se agramatical qualquer estrutura com verbos transitivos e intransitivos ativos que não ocorra com i) o prefixo e o pronome (clítico) ou com ii) o prefixo e uma expressão livre (nome/pronome livre). Mesmo nas estruturas em que parece ocorrer a preservação da função pronominal dos prefixos, um pronome (clítico) ou uma expressão livre, concomitantemente, ao prefixo é exigido. Pode-se presumir, portanto, que nenhum dos prefixos verbais do UWW esteja codificando as pessoas do discurso:

- 15) a. **ndehe e-'u** pakowa
2SG 2SG-comer banana
'Você comeu banana'
- b. *e-'u pakowa
c. *ndehe 'u pakowa
- 16) a. **e-'u=nde** pakowa
2SG-comer=2SG banana
'Você comeu banana'
- b. *e-'u pakowa
c. *'u=nde pakowa
- 17) a. **a-pon =dje**
1SG-pular=1SG
'Eu pulei'
- b. *a-pon
c. *pon=dje
- 18) a. **o-pon=ka**
3SG-pular=3SG.M
'Ele pulou'
- b. *o-pon
c. *pon=ka



De tal modo, no que diz respeito aos processos de variação e mudança, o cenário descrito permite propor, preliminarmente, que o UWW esteja diante de um processo de mudança em andamento, em que a neutralização da codificação de pessoa no paradigma dos prefixos verbais seja a variante bem-sucedida. Entretanto, uma análise mais refinada é necessária antes de considerações mais categóricas.

3 O Prefixo Inativo de 3ª Pessoa: Pronome ou Relacional?

O prefixo, ortodoxamente, denominado marcador inativo de terceira pessoa (Sistema Ativo/Inativo) não apresenta, nos estudos das línguas TG, uma classificação consensual. Estudos diacrônicos do Proto-TG divergem no que diz respeito a sua caracterização. De fato, enquanto Jensen (1990) propõe que o Proto TG tinha marcador de 3ª pessoa, *i- e *c-, e que este era um pronome, Rodrigues (s.d)¹⁵ afirma que os prefixos *ø e *i- são formas de um único prefixo *i-, que o autor classifica como relacional e não como pronome. Assim, de acordo com Rodrigues (op. cit.), os chamados prefixos relacionais do Proto-TG apresentavam as formas: *t- ou *ts- e mais uma forma (?) não determinada para raízes iniciadas por vogal, *i- e *ø- para as raízes iniciadas por consoantes, as quais marcavam a não contiguidade sintática entre a raiz e seus complementos. Já as formas relacionais *r- e *ø- se distribuíam junto a raízes adjacentes a seus complementos.

3.1 Os Prefixos Relacionais

Os prefixos relacionais foram propostos por Rodrigues (1952, 1953, 1981[2010]) como prefixos integrantes de um paradigma flexional

cuja função é a de marcar em temas relativos a contiguidade

¹⁵ Manuscrito sem data.



sintática (+/-contíguo) dos seus respectivos determinantes, as relações de dependência que mantêm entre si (cf. Cabral 2001), além de sublinhar se o determinante é genérico ou não. (CABRAL *et al* 2013 p. 402)

Ou seja, os componentes desse sistema marcam a (não)contiguidade do termo determinado/núcleo (nome/possuído, verbo, posposição) ao seu determinante/complemento (pronome/nome/possuidor, sujeito/objeto, nome/pronome).

O UWW apresenta elementos que podem ser classificados com prefixos codificadores da (não)contiguidade entre o núcleo e complemento. Nas estruturas genitivas, por exemplo, o prefixo r- (r-, ø-) ocorre junto ao termo determinado/núcleo (possuído), o qual tem o seu determinante/complemento imediatamente adjacente. A sua distribuição é, aparentemente, determinada fonologicamente: r- vai se unir a itens lexicais iniciados por vogais, enquanto ø- se junta àqueles iniciados por consoante:

- 19) a. **dji=ø-kupea**
1SG=REL-costas
'Minhas costas'
- b. **kwandua=r-epepoa**
gavião=REL-asa/pena
'Asa do gavião'

Por outro lado, o prefixo i- (i-, ø-) ocorre junto ao elemento possuído (determinado/núcleo) em uma estrutura em que o determinante/complemento (possuidor de 3ª pessoa) não está imediatamente presente no mesmo sintagma. Na maioria dos casos, i- ocorre com itens lexicais iniciados por consoante, enquanto ø- distribui-se junto àqueles iniciados por vogal:

- 20) a. **i-kwã**
REL-língua
'Língua dele/bicho'



- b. \emptyset -awaia re
REL-rabo POSP
'o rabo dele/bicho'

Enquanto os prefixos r- (r-, \emptyset -) e i- (i-, \emptyset -) codificam a (não) adjacência/possuidor, o prefixo t- (t-, \emptyset -) codifica um possuidor genérico, ou a “posse absoluta”. Esse prefixo é tratado por Seiler (1983) como um “desrelacionador”, usado nas línguas para transformar termos inerentemente relacionais em não relacionais. O prefixo t- ocorre com nomes da classe r- e o prefixo \emptyset com nomes da classe \emptyset :

- 21) a. i-katu t-apy'ja
?-ser bonito REL-casa
'A casa é bonita'
- b. nde=r-apy'ja ehoi
2SG=REL-casa ser grande
'Tua casa é grande'
- c. ehoi \emptyset -kwã
ser grande REL-língua
'A língua é grande'
- d. Mongweta ga \emptyset -kwã
Mongweta PART.M REL-língua
'Língua de Mongweta'

Apresenta-se no Quadro 2, os prefixos relacionais do UWW pertinentes à codificação do possuidor, os quais dividem os temas nominais em duas classes:

Quadro 2: Prefixos Relacionais

	Possuidor contíguo	Possuidor não contíguo	Genérico
Classe 1	r-	\emptyset -	t-
Classe 2	\emptyset -	i-	\emptyset -



3.2 O Pronome de 3ª Pessoa

Seki (2000) ao explorar o tema, notadamente, em sua análise do Kamaiurá, propõe, alternativamente à análise de Rodrigues, que o prefixo relacional ao marcar o item lexical (possuído) como tendo um elemento dependente/determinante (possuidor) também o especifica. Além disso, para a autora, o prefixo relacional *i-* (*i-*, *t-*, *h-*) codifica também a terceira pessoa, ausente no paradigma dos pronomes clíticos e independentes do Kamaiurá. Assim, o relacional *i-*, para Seki (2000), teria uma dupla função: além de marcar o item como tendo um termo dependente especificando-o, também codifica a terceira pessoa. Rodrigues em suas obras, como já mencionado, não considera o relacional *i-* e suas diferentes formas, um prefixo “de terceira pessoa”, o que, segundo Meira e Drude (2013 p. 2), “implica, curiosamente, que as línguas Tupí-Guaraní possuiriam marcadores gramaticais de primeira e segunda pessoas, mas não de terceira pessoa.”

Por outro lado, com propostas convergentes a de Jensen (1990) estão Gildea (2002) e Payne (1994). Esta última, mesmo sugerindo uma análise mais exaustiva para que se possa dizer se todos os supostos alomorfes dos prefixos relacionais nas modernas línguas TG são desenvolvimentos históricos de prefixos relacionais mais antigos, vai afirmar que a forma *i-* não deve ser vista como um alomorfe histórico desses prefixos. Já Gildea (2002) classifica o prefixo **i-* como um pronome de terceira pessoa, sendo um elemento mais antigo, um resquício mesmo de um sistema pronominal maior, perdido e irrecuperável do Proto TG.

Controvérsia estabelecida no que diz respeito a natureza do prefixo **i-*, volta-se a atenção para a codificação da terceira pessoa por pronomes clíticos ou livres nas línguas TG. Viola (2015), que também considera que originalmente as línguas da família TG não possuíam 3ª pessoa, afirma que o pronome demonstrativo “*a‘e*” era usado no Proto TG para se referir a 3ª pessoa



ausente, portanto, também do paradigma dos pronomes livres¹⁶. Segundo Viola (*op. cit.*), em algumas línguas TG da atualidade, o demonstrativo “a‘e” (“ha‘e”), ou se tornou um pronome de 3ª pessoa, ou continua sendo um pronome demonstrativo que pode ser usado para codificar a 3ª pessoa. E há ainda, de acordo com o mesmo autor, outro conjunto de línguas que desenvolveu pronomes de 3ª pessoa não derivados de demonstrativos.

O UWW é, provavelmente, uma dessas línguas que desenvolveu pronominais (clíticos e livres) de 3ª pessoa não derivados de demonstrativos. Assim, além dos pronomes (clíticos e livres) de primeira e segunda pessoa, o UWW conta com pronomes para a 3ª pessoa (SG/PL), sendo que a 3ª pessoa do singular se diferencia em gênero (Quadro 1):

22) a. **ka**=∅-yhea
3SG.M=REL-mãe
'Mãe dele'

b. **hea**=∅-yhea
3SG.F=REL-mãe
'Mãe dela'

23) a. **kaha** i-pakapa
3SG.M ?-cansado
'Ele está cansado'

b. **heahã** i-poku
3SG.F ?-comprido
'Ela é comprida'

Mesmo apresentando pronomes de 3ª pessoa, o UWW faz uso do prefixo i- (i-,∅-) para se referir ao possuidor de 3ª pessoa. Contudo, diferentemente, de outras línguas TG, nas quais i-, ou uma de suas formas, refere-se a um possuidor de 3ª pessoa independentemente do traço + ou - humano, o UWW parece codificar através do prefixo i- somente os possuidores não humanos.

16 E, conseqüentemente, também do paradigma dos pronomes clíticos, já que estudos sobre o assunto (indicam que os clíticos, nas línguas TG, são elementos inovadores provenientes de pronomes pessoais correspondentes.



Enquanto o alomorfe \emptyset ocorre com radicais da classe r-, o alomorfe -i ocorre com aqueles da classe \emptyset :

- 24) a. i-kwã
REL-língua
'Língua dele/bicho'
- b. a-puru=ka \emptyset - awaia re
?-pisar=3SG.M bicho Rel-rabo POSP
'Ele pisou no rabo dele/bicho'

O prefixo i- do UWW pode ter sido usado de forma generalizada para indicar um possuidor de 3ª pessoa em um estado da língua em que ainda não havia pronome (livre/clítico de 3ª pessoa. Atualmente, estaria suprimindo esta função somente em casos em que o possuidor não é humano. Nas situações em que o possuidor é humano, os pronomes clíticos de 3ª pessoa ocorrem juntamente com o relacional r- (r-, \emptyset -).

Uma implicação disso é a diminuição, no UWW, de estruturas genitivas com possuidor não adjacente: com desenvolvimento de pronomes de 3ª pessoa, o prefixo i- ficou restrito ao conjunto de itens lexicais não humanos. Entretanto, uma investigação que envolva um maior número de dados necessita ser feita para que se possa afirmar, categoricamente, que o prefixo -i tem essa distribuição restrita.

3.3 Verbos Descritivos: Codificação de Pessoa e de So

As línguas TG, conforme ilustram as estruturas (25a-c) do Kamaiurá¹⁷, codificam a pessoa e o argumento So de verbos descritivos através dos pronomes clíticos (1ª e 2ª SG/PL) seguidos de relacionais, ou através do prefixo (relacional/pronome) codificador de um argumento de 3ª pessoa, que pode ou não ocorrer expresso:

17 Os dados do Kamaiurá apresentados são de Seki (2000).



- 25) a. **je=ø-katu**
1sg=Rel-ser bom
“Eu sou bom”
- b. **atsã i-powyj**
pouco 3-pesado
“é um pouco pesado”
- c. **i-’ajur-a i-huku**¹⁸
3-pescoço 3-comprido
“o pescoço dele é comprido”

O UWW, no entanto, mostra-se mais uma vez diferenciado, pois a codificação de pessoa e de So se dá pelo uso ou dos pronomes clíticos ou por uma expressão livre (pronome livre ou nome), os quais têm uma distribuição mutuamente exclusiva. Além disso, quando um clítico é empregado, este ocorre, somente, posposto ao verbo. Quando da ocorrência de um pronome livre ou um nome, observa-se que a sua distribuição tende a ser menos rígida. Junte-se a isso, o fato de as raízes verbais iniciadas por consoante apresentarem um prefixo *i-* homófono ao que se propõe como prefixo relacional (*i-* (*i-*, *ø-*)) marcador de não adjacência no UWW:

- 26) a. **djihe i-puku**
1SG ?-ser comprido
‘Eu sou comprido’
- b. **i-katu=nde**
?-ser bonito=2SG
‘Você é bonito’
- c. **ehoi tapira ø-pina**
ser grande anta REL-cabeça
‘A cabeça da anta é grande’

18 As estrutura (25-c) do Kamaiurá mostra-se como um problema para análise dos relacionais como codificadores da não contiguidade entre o núcleo e complemento, já que na referida estrutura o complemento (So) se distribui adjacente ao núcleo (V). Uma proposta de análise, a de Duarte (2006 p.26), sustenta que, no Tenetehara, essa a adjacência “é apenas aparente e que os DPs sujeito e o objeto, de fato, estão numa posição derivada, fora do predicado, provavelmente em decorrência de movimentos sintáticos para satisfazer a expedientes como focalização e topicalização”.



Como pode ser observado, esse prefixo *i-* não pode ser analisado como o relacional ou pronome de 3ª pessoa, já que se distribui junto ao radical verbal independentemente da pessoa codificada pelos pronomes (clíticos/livres). Uma análise dessas estruturas será, posteriormente, apresentada na seção 5, na qual se discute a marcação de caso no UWW.

4 Línguas de Sistema Ativo/Inativo: Codificação dos Argumentos e os Marcadores de Pessoa

Estudos do sistema gramatical das línguas TG mostram que, nessas línguas, os verbos podem ser caracterizados a partir de suas propriedades semânticas de atividade/inatividade, o que permite a sua divisão em transitivos ativos e intransitivos ativos e inativos. De fato, Seki (1987, 2000), tomando como base a proposta de Klimov (1974), sustenta que os verbos transitivos e intransitivos ativos diferenciam-se dos intransitivos inativos pelo traço semântico de *controle* versus *carência de controle* dos participantes envolvidos.

Os verbos intransitivos nas línguas com essa determinação semântica codificam seu argumento de duas maneiras: i) semelhante ao agente de verbos transitivos e ii) semelhante ao paciente de verbos transitivos. Tem-se assim na literatura sobre o tema, diferentes formas para denominar as línguas com esse padrão: línguas de Tipologia Ativa (KLIMOV 1974), ou Sistema Ativo/Inativo (SEKI 1987, 2000) e Cisão Intransitiva (*Split-S*) de Dixon (1979)¹⁹ se consideradas as relações de codificação argumental e marcação de caso intra-clausais, já que essas línguas marcam *Sa* da mesma forma que *A*, e *So* da mesma forma que *O*.

¹⁹ O sistema Ativo (Klimov 1979) é, segundo Seki (1990), na maioria das vezes, tratado na literatura linguística como uma variação do sistema Ergativo. Contudo, o sistema ativo é tipologicamente um sistema separado, definido por um conjunto de características estruturais envolvendo os diferentes níveis da língua, ou seja, em um sistema ativo “os componentes estruturais são orientados não para a expressão de relações subjetivas e objetivas, mas sim para a transmissão de relações existentes entre os participantes *ativos* e *inativos* da proposição” (SEKI 1990 p. 367).



Fundamentais nessa organização gramatical são os marcadores de pessoa, que também podem ser divididos em i) ativos (prefixos verbais que ocorrem somente com verbos transitivos e intransitivos ativos codificando A e Sa, respectivamente) e ii) estativos (clíticos que se distribuem junto a verbos intransitivos inativos e transitivos ativos codificando So e O, respectivamente). Os pronomes clíticos e os prefixos verbais, além de codificarem as pessoas do discurso e a relação de correferência/concordância com os SN em função argumental A, Sa e So, também têm como função a marcação de caso.

No UWW, a codificação dos argumentos, através de marcadores de pessoa, pode, assim, ser descrita:

1) Estruturas transitivas e intransitivas ativas:

Codificação de O

- (i) O (1^a e 2^a SG/PL) é codificado pelos pronomes clíticos (Estativos/ Classe II) seguido do relacional r- (r-, \emptyset), conservando o padrão das línguas TG; contudo, enquanto em outras línguas TG o argumento A é codificado somente por uma expressão livre (nome/pronome), no UWW A pode ser codificado também pelo clítico, que ocupa exclusivamente a posição pós-verbal:

- 27) a. Antônia hea **dji=r-apy**
Antônia PART.F 1SG=REL-queimar
'Antônia me queimou'
- b. **kaha dji=** \emptyset -nupã
3SG.M 1Sg=REL-bater
'Ele me bateu'
- c. **dji=** \emptyset -nupã=**nde**
1SG=REL-bater=2SG
'Você me bateu'
- d. **dji=** \emptyset -nupã=**ka**
1SG=REL-bater=3SG
'Ele me bateu'



Essas estruturas codificam também a quebra da hierarquia inerente de topicalidade (1>2>3) (GIVON 1990/2001), em que o participante de 3ª pessoa passa a ser mais tópico que os de 1ª e 2ª pessoas. Assim, no UWW, como na maioria das línguas TG, quando o sujeito é de 3ª pessoa e o objeto é de 1ª ou 2ª pessoa, ou quando o sujeito é de 2ª pessoa e o objeto de é de 1ª pessoa, somente o objeto é codificado no verbo, através dos pronomes clíticos. Quando, por outro lado, a hierarquia de topicalidade é mantida:

(i) O (3SG/PL) é codificado pelos pronomes clíticos seguido de uma posposição:

- 27) d. a-nupã=je **ka**=r-ehe
?-bater=1SG 3SG.M=REL-POSP
'Eu bati nele'

Codificação de A e Sa

i) A e Sa são codificados, concomitantemente, pelos pronomes (clíticos/ Classe II) ou por uma expressão livre (nome/pronome livre) e pelos prefixos verbais (Classe I/Ativos). Enquanto, a expressão livre (pronome livre/Classe III ou nome) se distribui tanto em posição anterior quanto posterior ao verbo, o pronome clítico ocupa exclusivamente a posição pós-verbal. Essa distribuição se diferencia do padrão de marcação argumental das línguas TG, que codificam A e Sa somente através de prefixos verbais:

- 28) a. **e**-u **ndehe** pakowa
2SG-comer 2SG banana
'Você comeu banana'
- b. **e**-u=**nde** mbururea
2SG-comer=2SG feijão
'Você comeu feijão'
- c. **djihe** nd-a-'u-i mbururea 1SG
Neg-?-comer-Neg feijão 'Eu
não comi feijão'



- 29) a. o-ka **Uka ga** mburea
?-quebrar Uka PART.M garrafa
'Uka quebrou a garrafa'
- b. **nde=ø**-**'awa** o-ko kãminhã pupe
2SG=REL-cabelo ?-estar chicha POSP
'Teu cabelo está dentro da chicha'

Em construções com quebra da hierarquia de topicalidade, como já demonstrado em (27d), A pode ser codificado pelo clítico, que ocupa exclusivamente a posição pós-verbal.

2) Sentenças intransitivas inativas e a codificação de So:

- i. So é codificado pelos clíticos (Classe II/Inativos) ou expressão livre (pronomes livres/Classe III ou nome). Do mesmo modo que na codificação de A e Sa, a distribuição do clítico é restrita a posição pós-verbal;
- ii. Concomitantemente ao clítico ou expressão livre, um elemento *i*- ocorre prefixado a verbos iniciados por consoante

- 30) a. **i-katu=nde**
?-ser bonito=2SG
'Você é bonito'
- b. **jihe i-poku**
1SG ?-comprido
'Eu sou comprido'
- c. **ka-r-ahagã** ahy
3SG.M-Rel-dente doer
'O dente dele está doendo'

Essa distribuição se diferencia do padrão de marcação argumental das línguas TG, as quais codificam So através do i) pronomes clíticos seguidos do relacional, ou somente do ii) relacional/ pronome de 3ª pessoa pospostos ao verbo.



Os marcadores de pessoa do UWW, notadamente, os pronomes clíticos, parecem, portanto, não sistematizar o princípio de oposição léxica de verbos (KLIMOV 1974), já que vão ocorrer em estruturas transitivas e intransitivas ativas codificando A e Sa. A neutralização do paradigma dos prefixos verbais (Classe I/Ativos), em que os prefixos verbais **a-** e **o-** não estariam mais, de forma produtiva, marcando as funções de 1ª e 3ª pessoas (SG/PL), é entendida como deflagradora desse processo, o qual, evidentemente, afeta também a marcação de caso na língua.

5 Marcação de Caso

Em línguas de Sistema Ativo/Inativo, como as TG, a codificação de caso está vinculada aos marcadores pronominais. A estratégia de marcação de caso, nessas línguas, envolve a morfossintaxe verbal, em que prefixos e pronomes clíticos indicam, através da concordância de pessoa, as diferentes funções sintáticas do sintagma nominal.

Um quadro sumário proposto por Cardoso (2008, p. 168) para o Kaiowá, ilustra a marcação de pessoa e caso nas línguas TG:

Quadro 3: Séries de Marcadores de Pessoa e Caso/Kaiowá

Quadro 23. Séries de marcadores de pessoa e caso

Pessoa/ Número	Prefixos da Série I Caso Nominativo (A e Sa)	Clíticos da Série II Caso Absolutivo (O e So)
1 sg	[a-]	[ʃe-]
2 sg	[re-]	[nde- ~ nẽ-]
1 pl (incl)	[dʒa-]	[nãnde- ~ nãnẽ-]
1 pl (excl)	[ro-]	[ore-]
2 pl	[pe-]	[pẽnde- ~ pẽnẽ-]
3	[o-]	[i- ~ h-]

Fonte: Cardoso (2008, p. 168).



No padrão de alinhamento proposto por Cardoso (2008), identifica-se o Kaiowá como tendo um Sistema Ativo/Inativo ou de Cisão Intransitiva:

Considerando apenas os prefixos das séries I e II como marcadores de pessoa em verbos independentes num arranjo entre os participantes (A), (O), (Sa) e (So), analisamos que (Sa) de verbos intransitivos marcados com a série I possui co-referência no mesmo caminho que (A) e (So) de verbos intransitivos marcados com a série II, co-referem-se a (O) de verbos transitivos, podemos, então, situar as regras de co-referência cruzada operando sobre o Sistema Ativo/Inativo ou Split-S, em verbos independentes da língua Kaiowá. (CARDOSO, 2008 p. 168)

Evidentemente, não é possível sustentar o mesmo padrão de marcação de caso para o UWW, já que os clíticos (Classe II) identificam, além de So e O, também os argumentos A e Sa e, portanto, o UWW não apresenta o alinhamento morfossintático através do qual os marcadores pessoais (prefixos verbais/clíticos) codificam o caso, via concordância, marcando A semelhante a Sa e So semelhante a O.

Uma análise possível para a marcação de caso no UWW traz para a discussão, por um lado, a separação entre a codificação de pessoa e a de caso e, por outro, o elemento i- que ocorre prefixado a certos verbos descritivos no UWW. Esse elemento, homófono ao relacional de 3ª pessoa i- (i-, ø-), não pode ser analisado como um prefixo que faz referência ao argumento So de 3ª pessoa como demonstrado nas estruturas 30 a-c.

Grannier (2005, p. 139 *apud* DUARTE, 2005), ao analisar a natureza dos prefixos relacionais no Guarani Antigo, aproxima-se da proposta de Rodrigues quando afirma ser o relacional “um prefixo que apenas assinala a relação entre o núcleo e seu argumento, embora não indique nem a distinção de pessoa nem a função que desempenha, isso do ponto de vista da estrutura interna do constituinte, então se marca uma função argumental.” Partindo dessa ideia, Duarte (2005), em análise do Tenetehára, propõe que os prefixos



relacionais (\emptyset - ~ r-) e (i- ~ h-) sejam os marcadores dos casos absoluto, oblíquo e genitivo.

De fato, ampliando essa análise para dar conta dos dados do UWW, é possível supor que o elemento i- que se distribui prefixado aos verbos descritivos no UWW, é o relacional i- (i-, \emptyset -) (codificador do possuidor não humano em estruturas genitivas conforme os exemplos 07 a-c) que, junto a verbos intransitivos descritivos, vai marcar o caso absoluto para So:

- 31) a. **i-katu=nde**
ABS-ser bonito=2SG
'Você é bonito'
- b. **kaha** \emptyset - ehoi
3SG.M **ABS**-ser grande
'Ele é grande'
- c. **ka-r-ahagã** \emptyset -ahy
3SG.M-REL-dente **ABS**-doer
'O dente dele está doendo'

O relacional r- (r-, \emptyset -), por sua vez, marca o caso absoluto para O (1^a e 2^a SG/PL) em estruturas transitivas:

- 32) a. Antonia hea dji=**r**-apy
Antonia PART.F 1SG=**ABS**-queimar
'Antonia me queimou'
- b. dji= \emptyset -nupã=nde
1Sg=**ABS**-bater=2SG
'Você me bateu'

Fundamental para o entendimento do alinhamento morfossintático do UWW é, também, a proposta de separação da codificação de pessoa da de caso. Como já foi demonstrado, os prefixos verbais ativos não codificam pessoa no UWW, contudo, continuariam a preservar sua outra função, a de marcação de caso (nominativo) do mesmo modo que outras línguas TG. Uma possível evidência é a agramaticalidade de estruturas transitivas sem a ocorrência dos prefixos verbais:



- 33) a. **a-mõno=nhã**
NOM-morrer=3SG.F
'Ela morreu'
- b. *mõno **nhã**
- 34) a. **ka'ya a-'u pakowa**
macaco **NOM**-comer banana
'O macaco comeu banana'
- b. ***ka'ya** 'u pakowa

5.1 A Marcação de Caso no UWW

A marcação de caso em estruturas predicativas no UWW fica assim estabelecida:

- i. o UWW é uma língua de Sistema Ativo/Inativo (KLIMOV 1974) sendo a divisão dos intransitivos (Sa/So) condicionada pela natureza semântica do verbo;
- ii. A é marcado da mesma forma que Sa, e So é análogo a O (DIXON 1994);
- iii. os pronomes clíticos não acompanham a sistematização do princípio de oposição ativo/inativo, que rege o sistema léxico de verbos, pois ocorrem junto a verbos transitivos e intransitivos ativos assim como junto aos verbos intransitivos inativos (descritivos); por outro lado, os prefixos verbais se distribuem somente junto a verbos ativos garantindo a distinção morfológica entre o Sistema Ativo e Inativo;
- iv. o Caso Nominativo é codificado pelos prefixos verbais (Classe I), que não marcam pessoa e não estão numa relação concordância com o SN em função de A ou Sa (nome ou pronome clítico/livre) (exemplos 33-34); o Caso Acusativo não é marcado.
- v. o Caso Absolutivo é marcado pelo:
 - a) relacional {r-} (r- ~ ø-) em sentenças transitivas, em que O é



codificado pelo clítico preposto ao verbo; o Caso Ergativo não é marcado morfológicamente, o argumento na função de A ocorre como nome ou pronome (clítico ou livre) (exemplos 32a-b);

b) relacional {i-} (i- ~ ø-) em sentenças intransitivas descritivas, sendo o argumento na função de So codificado por nome ou pronome (clítico/livre) (exemplos 31a-c).

A partir dessas proposições para a marcação de caso, apresenta-se uma reformulação do paradigma dos marcadores de pessoa do UWW (Quadro 1), em que se introduz a devida separação entre as funções de codificação de pessoa e a de caso. De tal modo, os prefixos verbais e os pronomes clíticos, que em outras línguas TG tem a dupla função de codifica pessoa e caso, no UWW, codificam, cada um deles, somente uma dessas funções:

i) os pronomes (clíticos e livres) marcam pessoa:

Quadro 4: Pronomes

Pessoa	Clíticos	Livres
1ª Sg	dji dje	djihe
2ª Sg	ere nde	ndehe
3ª Sg/M	ka	kaha
3ª Sg/F	hea nhã	heahã heanhã
1ª PI (inclusiva)	jãnde	jãnde
1ª PI (exclusiva)	are ore	ore
2ª PI	pe	pehe
3ª PI	gã	gãhã



- ii) os prefixos verbais codificam o caso nominativo
- iii) os prefixos relacionais, por sua vez, marcam o caso absolutivo

Quadro 5: Marcadores de Caso

Nominativo	Absolutivo	
A	O	So
a- e- o- pe-	r- ~ ø	i- ~ ø

6 Alguns Encaminhamentos

Cabral e Rodrigues (2001) propõem uma classificação para o tronco Tupi baseada no alinhamento morfossintático dos verbos: do Ramo I fazem parte as famílias que apresentam um alinhamento absolutivo e do Ramo II as famílias que apresentam padrão de alinhamento divergente do absolutivo. As línguas da família TG manifestam um padrão bipartido nominativo-absolutivo, que é considerado inovador se comparado às línguas do Ramo I, pois, de acordo com referidos autores, o alinhamento absolutivo deve ser considerado o padrão morfossintático dos verbos no Proto-Tupí.

O UWW, assim, além de exibir cisão intransitiva típica das línguas TG, apresenta mais algumas inovações, estas relacionadas à marcação de pessoa. Uma delas está relacionada ao desenvolvimento de pronomes livres e clíticos de 3ª pessoa. A outra, tema dessa discussão, envolve os prefixos verbais ativos. Esses prefixos, que nas línguas TG têm como funções codificar i) pessoa, ii) a relação de concordância com os SN em função argumental A, Sa, e iii) o caso, estão, no UWW, se neutralizando no que diz respeito à marcação de pessoa. Consequência disso é a reorganização do sistema pronominal e de marcação



de caso na língua: i) os pronomes – clíticos – passam, por um lado, a ocupar somente a função de marcadores de pessoa e, por outro a codificar tanto os argumentos A/Sa quanto O/So, já os ii) prefixos verbais ativos convertem se, exclusivamente, em marcadores do caso nominativo. O caso absolutivo é codificado pelos iii) prefixos relacionais. A outra inovação estaria relacionada ao desenvolvimento de pronomes livres e clíticos de 3ª pessoa.

Conclusivamente, enfatiza-se o contexto da marcação de pessoa no UWW, notadamente, a neutralização do paradigma dos prefixos verbais, que, pela sua singularidade, torna-se um fenômeno bastante relevante nos estudos das línguas TG. Ao mesmo tempo, aponta-se a necessidade de aprofundar a análise, de modo a levar em consideração outros aspectos da estrutura gramatical do UWW relevantes para o tema, como por exemplo, a classe de prefixos verbais *portmanteau*, a ordem dos constituintes, as orações subordinadas, o desenvolvimento de pronomes de 3ª pessoa, sujeito nulo, assim como, ampliando o escopo para as línguas TG, destaca-se também a necessidade de discutir a própria função dos prefixos relacionais nessas línguas.

Referências

- BETTS, La Vera. *Dicionário Parintintin-Português Português-Parintintin*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 1981. Disponível em: <<http://www.sil.org/americas/brasil/publcns/dictgram/PNDict.pdf>>. Acesso em fev. de 2014.
- CABRAL, A.S.A.C. & RODRIGUES, A.D. & FRANCESCHINI, D.C. *Reconstrução interna dos prefixos relacionais da língua Mawé*. In Revista Brasileira de Linguística Antropológica. Volume 5, Número 2, Dezembro de 2013.
- CABRAL, A.S.A.C. & RODRIGUES, A. D. *Pronomes e marcas pessoais em línguas do tronco Tupi*. Paper presented at the I International Meeting of the GTLI, Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História, Universidade do Pará, Belém. 2001.



CARDOSO, Valéria Faria. *Aspectos morfossintáticos da língua Kaiowá (Guarani)*. Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP. Campinas. SP. 2008.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: University Press, E.U.A., 1994.

DOBSON, Rose. *Aspectos da Língua Kayabí*. Série Lingüística, n. 12. Summer Institute of Linguistics. Brasília, 1979.

DUARTE, Fábio Bonfim. *Codificação de argumentos e ergatividade (cindida) em Tenetehára*. In LIAMES 5 - pp. 111 -142. 2005. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/liames/article>

FREITAS, Dioneia R. da Costa. (org.). *Ximbokwaxijan Ikwaxijara Uru Eu Wau Wau (Cartilha na Língua Uru Eu Wau Wau)*. Porto Velho: JOCUM/SEDUC, 2008.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: A Funtional-Typological Introduction*. Vols. II Amsterdam: John Benjamins. 1990.

_____. *Syntax. An Introduction*. Vol I .Amsterdam: John Benjamins. 2001.

GRANNIER, Daniele Marcelle. *A natureza dos prefixos relacionais em Guarani Antigo*. In.: CABRAL, Ana Suelly A. Câmara. & RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Novos Estudos sobre Línguas Indígenas*. Brasília: Editora UnB, p.129-140, 2005.

GREGORES, E.& J. A. Suárez. *A Description of Colloquial Guarani*. Mouton &CO. The Hague-Paris. 1967.

JESEN, Cheryl. *Cross-referencing changes in some Tupi-Guarani Language*. In Doris Payne (ed), 117-158. 1990.

_____. *Comparative Tupí-Guaraní morphosyntax*. Handbook of Amazonian Languages, vol. 4, ed. por D. C. Derbyshire e G. K. Pullum, p. 487-618. Brasília: Summer Institute of Linguistics. 1998.

KLIMOV, G. A. *On the character of language of active typology*. Linguistics. 131, 1974, pp.11-25.

MARTINS, Marci Fileti. *Descrição e Análise de Aspectos da Gramática do Guarani Mbyá*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. SP. 2003.

MEIRA, Sérgio. & DRUDE, Sebastian. *Sobre a origem histórica dos “prefixos relacionais” das línguas Tupí-Guaraní*. In: Cadernos de Etnolingüística (ISSN 1946-



7095) volume 5, número 1, maio/2013. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/issue:vol5n1>> Acesso em maio de 2013.

MELLO, Antônio Augusto Souza. *Estudo histórico da família linguística Tupí-Guaraní: aspectos fonológicos e lexicais*. Tese Doutorado UFSC. Florianópolis, 2000.

MÜLLER, Annette & MÜLLER, Frithjof. (Orgs.). *Koro Ji Iputari. (Cartilha na Língua Uru Eu Wau Wau)*. Porto Velho: JOCUM, 1999.

PAYNE, Doris L. *The Tupí-Guaraní Inverse. Voice Form and Function*. John Benjamins Publishing Company. 1994.

PEASE, Helen & BETTS, La Vera. *Língua Amundava: Formulário dos Vocabulários Padrões para Estudos Preliminares das Línguas Indígenas do Brasil*. Questionário do Museu Nacional, Divisão de Antropologia, Setor Linguístico. Porto Velho. Ms, 1991.

RODRIGUES, Aryon D. *Análise morfológica de um texto Tupi*. Logos 15:56-77, Curitiba. 1952.

_____. *Morfologia do verbo Tupi*. Letras 1:121-152, Curitiba. 1953.

_____. *Relações internas na família linguística Tupi-Guarani*. Revista de Antropologia 27/28:33-53. São Paulo: USP. 1984-1985.

_____. *Argumento e predicado em Tupinambá*. Boletim da Associação Brasileira de Linguística, 19:6-18. Maceió: Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). 1996.

_____. *A piece of grammatical congruity among Tupi, carib and Jê*. Universidade Federal de Brasília. Manuscrito (sem data).

_____. *Estrutura do Tupinambá*. In Cabral et. al. (org.), Línguas e Culturas Tupí II, Brasília: LALI/UnB; Campinas, SP: Curt Nimuendajú, p. 12-42. [1981] 2010

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna e CABRAL, Ana Suelly A. C.. *Reverendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní*. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, Tomo I, org. por A. S. Cabral e A. D. Rodrigues, p. 327-337. Belém, PA: Editora Universitária UFPA. 2002



SAMPAIO, Wany. *Estudo Comparativo Sincrônico entre o Parintintin e o Uru Eu Wau Wau: contribuições para uma revisão na classificação das línguas Tupi-Kawahib*. Campinas – SP: [s.n.], 1998. 106 p. (Dissertação de Mestrado)

_____. *As línguas Tupi-Kawahib: um estudo sistemático filogenético*. Guajará-Mirim – RO/UNIR: [s.n.], 2001. 158 p. (Tese de Doutorado)

_____. *A referência remissiva número-pessoal nos prefixos verbais da língua Uru Eu Wau Wau*. Fundação Universidade Federal de Rondônia, [s.n.]. (não publicado)

_____. (Org.) *Pequeno vocabulário lexical e de sistemas de contagem dos povos indígenas de Rondônia*. Projeto AÇAÍ II – Formação de Professores Indígenas do estado de Rondônia. SEDUC/Coordenação da Educação Escolar Indígena: Porto Velho, 2014.

SEILER H. *Possession as an operational dimension of language*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1983.

SEKI, Lucy. *Para uma caracterização tipológica do Kamaiurá*. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Nº 12. Campinas-SP: Departamento de Linguística, 1987.

_____. *Kamaiurá (Tupi-Guarani) as an Active-Static Language*. *Amazonian Linguistics Studies in Lowland South American Language*. Edited by Doris L. Payne. 1990.

_____. *Gramática do Kamaiurá-Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Imprensa Oficial-UNICAMP. São Paulo, 2000.

VELÁZQUEZ-CASTILLO, Maura. *The Grammar of Inalienability: Possession and Noun Incorporation in Paraguayan Guaraní*. University of California doctor dissertation, San Diego, E.U.A, 1993.

VEZZARO, Antônia de Fátima Galdino da Silva. *Aspectos da Morfossintaxe do Uru Eu Wau Wau: Contribuição à Documentação Linguística dos Povos Indígenas do Vale do Jamari – Rondônia*. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Campus da UNIR de Guajará-Mirim. 2015.

VIOLA, Eduardo Vidal. *Pronomes Pessoais e Marcadores de Pessoas nas Línguas Ameríndias*. Dissertação - Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP. Campinas. SP. 2015.



Experiências de formação de professores indígenas no Estado de Rondônia: avanços e desafios na área de Linguagem

Edineia Aparecida Isidoro¹

Resumo:

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os avanços e desafios enfrentados na formação inicial dos professores indígenas do Estado de Rondônia, um Estado (multi) língüe e cultural. Descreveremos de forma concisa a experiência do IAMÁ- Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, que atuou no Estado na década de 1990, a do Magistério Indígena - Projeto Açai, no período de 1998 a 2004, e ainda a experiência do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, que iniciou no ano de 2009. A discussão se baseia na nossa experiência pessoal com educação escolar indígena no Estado de Rondônia, que teve início no ano de 1998 até os dias atuais e em trabalhos de pesquisa desenvolvidos por pesquisadores indígenas e não indígenas sobre os cursos de formação, entre eles Neves (2013), Venere (2011), Isidoro; Lima; Silva (2016), Tupari (2015), Jabuti (2015) entre outros. Esta reflexão mostra que a formação de professores indígenas em Rondônia, apesar das dificuldades enfrentadas, foi e está sendo fundamental para que os professores indígenas reflitam sobre suas histórias, contrastem experiências intra e intercultural, além de favorecer o fortalecimento de línguas e culturas nativas.

Palavras Chaves: Formação de Professores. Contexto multilíngüe. Língua Tupari.

Abstract

This article aims to reflect on the advances and challenges faced in the early training of indigenous teachers from the State of Rondônia, a multilingual and multicultural State. We will describe, concisely, the experience at the IAMÁ-Institute of Anthropology and Environment,

¹ Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Campus de Ji-Paraná



which acted in the State in the 1990's; at the Indigenous Magisterium, named Açai Project, from 1998 to 2004, as well as the experience at the Intercultural Basic Education, a teacher training course initiated in 2009. The discussion is based on our personal experience with indigenous schooling in the State of Rondônia, which began in 1998 to nowadays, and also in research works developed by indigenous and non-indigenous researchers on teacher training courses, such as Neves (2013), Venere (2011), Isidoro; Lima; Silva (2016), Tuparí (2015), Jabutí (2015), among others. This ongoing reflection shows that the education of indigenous teachers in Rondônia, despite the difficulties faced, has been essential for indigenous teachers to reflect on their stories, contrasting intra and intercultural experiences, and encouraging the strengthening of native languages and cultures.

Keywords: Teacher training. Multilingual context. Tuparí language.

Introdução

Este texto apresenta algumas reflexões sobre a formação inicial dos professores indígenas de Rondônia, enfocando os desafios dessa formação em um contexto marcado pela diversidade de línguas e culturas. Para desenvolver este tema vamos nos pautar nas experiências de instituições que atuaram e de outras que atuam na formação de professores indígenas no Estado de Rondônia, a partir da década de 1990, até a implantação e as atividades do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural na Universidade Federal de Rondônia. Mostramos como o curso de Licenciatura tem encontrado meios para trabalhar de forma específica com as línguas indígenas presentes no curso e, por fim, mostraremos a experiência do trabalho desenvolvido com o povo Tuparí, que vive na Terra Indígena Rio Branco, Município de Alta Floresta, Estado de Rondônia.

Dentre os trabalhos que nos ajudaram nesta reflexão destacamos os seguintes: Neves (2013), Venere (2011), Isidoro; Lima; Silva (2016); e os trabalhos de conclusão de curso de alunos indígenas que falam sobre a formação dos professores indígenas de Rondônia sob suas próprias perspectivas são eles: Tuparí (2015), Jabutí (2015), entre outros.



A Formação dos Professores Indígenas: IAMÁ e Projeto Açaí - 1998 a 2004

Nesta seção, discorreremos brevemente sobre a experiência do IAMÁ - Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, que atuou na formação de professores indígenas no Estado de Rondônia na década de 1990, e sobre a experiência de formação da primeira turma² de professores indígenas do Projeto Açaí, Magistério Indígena executado pela Secretaria de Estado de Educação de Rondônia (SEDUC), destacando a abordagem dessas duas experiências no trato das línguas e culturas indígenas.

O IAMÁ é uma organização não-governamental com tradição em pesquisa antropológica, na defesa de território e no apoio à melhoria das condições de saúde e sobrevivência econômica dos índios (MINDLIN 1994, p. 234). Foi a “primeira instituição indigenista, não-governamental e laica que veio estabelecer, na época, uma relação de diálogo com os grupos étnicos de Rondônia (ABRANTES 2007, p. 51).

O IAMÁ promoveu seis grandes cursos de formação (com duração de 15 dias cada um) e, de acordo com Venere (2011) teve grande importância para a Educação Escolar Indígena no Estado de Rondônia por ter sido o primeiro curso de formação para indígenas a propor uma formação diferenciada e valorizadora dos processos próprios da educação dos indígenas; das suas respectivas línguas e culturas, concretizando conquistas do movimento indígena no que diz respeito ao reconhecimento de suas diferenças, em conformidade com Constituição de 1988. Mindlin (1994), que coordenava a instituição na época, defende, em “O Aprendiz de Origens e Novidades”, programas diferenciados dentro de uma política pública de educação. A autora apresenta alguns elementos norteadores dessa política:

² Optamos por trabalhar apenas com a experiência da primeira turma do Magistério Indígena- Projeto Açaí (período de 1998 a 2004), pois participamos ativamente desta etapa como professora da área de linguagem e como apoiadora da coordenação geral do projeto.



E possível inventar dentro de urna política pública de educação — pelo menos em teoria — programas diferenciados, capazes de estimular e preservar o saber, as tradições, as línguas das populações a que se destinam, ao mesmo tempo que informam os alunos e lhes dão instrumentos para participarem da sociedade como um todo, com as mesmas oportunidades que os demais cidadãos. Mesmo em termos de eficácia, um programa diferenciado seria preferível a um uniforme para a sociedade — pois partiria das condições e conhecimentos dos alunos, valorizando-os e afirmando o seu auto-respeito. (1994, p. 234)

Entendemos que partir das condições e conhecimentos dos alunos, da sua valorização e afirmação de seu autorrespeito são princípios básicos à formação de qualquer cidadão; nos programas de formação para professores indígenas essa compreensão é fundamental.

O IAMÁ desenvolveu um trabalho pautado no respeito e valorização da diversidade. Uma das ações importantes realizada por ele foi as oficinas de linguística que possibilitou para muitos indígenas as primeiras noções de como suas línguas se estruturavam, partindo daí propostas de ortografias para as línguas que até aquele momento não havia sido descrita, dentre elas a língua Tuparí. O professor Raul Pat'Awre Tuparí, um dos participantes das oficinas de língua, fez uma significativa menção ao IAMÁ em seu trabalho de conclusão de curso (2015, p.66), a qual reproduzimos, em seguida:

No ano de 1995 no mês de julho comecei a participar do curso dos professores indígenas promovido por (IAMÁ) Instituto de Antropologia de Meio Ambiente em Ji-Paraná. Este foi o primeiro curso que eu participei, foi quando aprendi um pouco sobre como alfabetizar alunos, foi muito importante, pois percebi a importância da língua e da cultura foi o primeiro passo. [...] então antes desse tempo eu não tinha estudo da língua e ninguém tinha essa preocupação que poderíamos precisar de escrita da nossa língua materna.

A necessidade ou não da escrita entre os indígenas é um tema bastante



polêmico e foi amplamente discutido pela equipe de profissionais que atuavam no IAM. Dos debates, chegou-se ao consenso sobre a necessidade imprescindível de desenvolvimento da escrita nas várias línguas indígenas “[...] como parte da valorização de um contedo cultural de povos diferenciados — mesmo que esse trabalho, por sua dificuldade, fosse gradual.” (MINDLIN, 1994, p.236).

O IAMÁ também elaborou materiais experimentais em que osconteúdos eram sistematizados, organizados em forma de apostilas e entregues aos professores. Há pouco tempo, encontramos alguns materiais de língua portuguesa, matemática e geografia organizados por vários professores que atuavam no IAMÁ, na escola da aldeia Colorado, onde hoje atua o professor Isaias Tuparí. Esta instituição encerrou sua importante atuação no Estado de Rondônia no ano de 1997, principalmente, em decorrência da falta de financiamento.

Nessa época, a Secretaria de Educação do Estado, inspirada no projeto de formação desenvolvido pelo IAMÁ, iniciou discussões sobre a formação de professores indígenas, as discussões decisivas para a sua criação ocorreram de 1995 a 1997. Por meio do Núcleo de Educação Escolar Indígena - NEIRO³ foi possível assegurar a participação de entidades indígenas e indigenistas na discussão do projeto, ou proposta de formação. Mas a proposta resultante sofreu várias modificações de forma a adapta-se à legislação vigente.

Apesar do empenho das instituições indígenas e indigenistas e de pessoas que atuavam na Secretaria de Educação, o Projeto Açaí, como foi denominada a proposta de formação, só iniciou mediante forte pressão do movimento indígena, e como já dissemos, tendo à frente o NEIRO. Foi executado no período de 1998 a 2004, dividido em 11 etapas, sendo que uma delas realizou-se nas aldeias.

³ O NEIRO – Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia foi criado no ano de 1992 com o objetivo de ser um fórum de discussão sobre Educação Escolar Indígena, era composto por entidades indígenas e indigenistas e foi fundamental no acompanhamento das políticas voltadas para educação escolar indígena no estado de Rondônia naquele período.



A primeira etapa aconteceu em dois polos, nos municípios de Ji-Paraná e de Guajará-Mirim, no ano de 1998. No polo de Ji-Paraná estavam representados todos os povos que vivem entre Vilhena e Ariquemes; já no polo de Guajará-Mirim participaram os povos de Guajará-Mirim e da região de Porto Velho. No ano de 1999 não houve etapa porque, até aquele momento, não havia a garantia de recursos da Secretaria de Educação para a execução da formação. O professor Cristóvão Abrantes, em seu relato a André Jabuti (215), fala das dificuldades em garantir recursos específicos do Estado para a execução do projeto Açaí. Ele ressalta “[...] porque o recurso o principal. O recurso foi garantido votado e aprovado na assembleia, no plano quadrienal do governo, então essa foi uma grande conquista do projeto Açaí - o recurso” (JABOTI, 215, p. 7).

Assegurados os recursos, a formação foi retomada no ano de 2000e, a partir daí, não foi mais interrompida⁴. As dez etapas presenciais aconteceram em locais que acomodavam todos os cursistas. A 11ª etapa foi desenvolvida nas aldeias e teve como objetivos realizar um levantamento sociolinguístico nas comunidades e discutir com elas o Projeto Político Pedagógico das escolas indígenas de Rondônia. Todo este trabalho não chegou a ser sistematizado, lamentavelmente, mas resultou na mobilização para a pesquisa e discussão com as comunidades.

A segunda etapa do Projeto Açaí que aconteceu no ano de 2000 foi, na nossa opinião, uma das mais impactantes, por ter sido a primeira vez que todos os professores (estudantes) indígenas do Estado de Rondônia se reuniram em um mesmo local. Esse momento foi muito significativo para os professores e para todos ns que dele participava, pois para muitos, aquela diversidade de línguas e culturas não era ainda conhecida. Sobre isso o professor Anemã Cinta Larga que nos disse certa ocasião: “eu não pensava que existia tantas

4 Mesmo com a garantia dos recursos a mobilização dos professores indígenas por meio da OPIRON – Organização dos Professores Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste de Mato Grosso e do NEIRO- Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia Sul do Amazonas e Noroeste de Mato Grosso, foi fundamental para garantir a realização das etapas do Projeto Açaí..



etnias, achava que só existia os Cinta Larga, não sabia dessa diversidade”. O fato de reunir mais de 36 etnias, falando 26 línguas diferentes, em um mesmo local, foi sem dúvida marcante. Acreditamos que esse contexto de diversidade instigou a olharem a si próprios e a verificarem em que se diferenciavam e em que se aproximavam dos “outros” grupos. Esta aproximação foi importante para o autoconhecimento de cada professor, assim como no reconhecimento das suas diferenças.

Presenciamos conflitos que serviram de reflexão posterior, como por exemplo, a resistência de alguns professores a pesquisarem sobre suas respectivas histórias de contato. Certa vez, os professores indígenas de uma turma solicitaram uma reunião com a coordenação para dizer que não queriam estudar suas histórias, pois já as conheciam, estavam lá para estudar a história dos “brancos”, da Europa etc. A professora que ministrava a disciplina respondeu a eles que se não estudassem e valorizassem suas histórias, ninguém mais o faria, pois para a maioria da população brasileira eles não tinham história, senão a história oficial, iniciada a partir da conquista de suas terras pelos “não-índios”. Esse fato foi impactante para eles e marcante para todos, que acompanhavam a formação. Muitos ficaram reflexivos e silenciosos. Outros ainda debatiam, mas, naquele momento, no nosso entender, houve uma mudança positiva na forma como eles passaram a ver o curso.

Da mesma forma, houve resistência em relação aos estudos de suas línguas nativas, os professores indígenas não consideravam importante aprender suas respectivas línguas, e sim o português. A argumentação era que já sabiam suas línguas, eram falantes, sendo assim, precisavam aprender o português para saberem lidar com a sociedade não indígena. No decorrer do tempo, após muita conversa e reflexão, conseguiram compreender que o português realmente era importante, mas que assim como essa língua as línguas indígenas precisavam ser fortalecidas, em alguns casos revitalizadas, e que a escola poderia contribuir.

Todos esses debates aconteciam, ao mesmo tempo em que os estudantes



tinham acesso a informações relevantes para ampliarem seus conhecimentos sobre os povos indígenas. A primeira versão do Projeto Açaí teve grande preocupação em disponibilizar ampla informação sobre a Legislação nacional e internacional sobre os povos indígenas para que os professores conhecessem seus direitos e a contextualização de como eles foram conquistados. Também contribuiu com o fortalecimento político de suas organizações, a criação na segunda etapa da formação, no ano 2000, da Organização dos Professores Indígenas de Rondônia – OPIRON⁵. Nos anos posteriores, toda a etapa do curso era precedida por uma reunião desta instituição. Podemos afirmar que o Açaí foi um espaço que possibilitou aos professores não apenas olhar para fora de suas aldeias, como também possibilitou um olhar cuidadoso para a realidade deles próprios e para a situação em que encontravam os elementos que os identificava como etnias distintas.

Poderíamos citar aqui vários depoimentos dos professores indígenas sobre sua formação, mas vamos nos fixar no trabalho do professor André Jaboti (2015, p. 75), que investigou como a sua formação foi importante para a retomada de sua língua e cultura. Ele faz uma linha histórica ilustrativa de sua formação, que marcou decisivamente a história dos Djeoromitxi com relação à retomada de sua identidade, conforme ilustrado, em seguida:

LÍNGUA E CULTURA FORTE	ENFRAQUECIMENTO E QUASE PERDA	CONSCIÊNCIA DA IDENTIDADE	FORTALECIMENTO E RESULTADOS
Infância e casa de meus pais - até nove anos de idade.	Escola e convivência com outros Povos em 20 anos.	PROJETO AÇAÍ - retomada de consciência sobre a sua língua e cultural.	Autonomia - Aprofundamento

André destaca quatro fases: (i) **língua e cultura forte**, quando era criança e vivia a maior parte do tempo com seus pais sem interagir de forma sistemática com outros povos, falava a língua com os pais, a alimentação ainda não tinha sofrido tantas mudanças e tinha o hábito de ouvir histórias contadas por seus

⁵ A Organização dos Professores Indígenas de Rondônia Sul do Amazonas e Noroeste de Mato Grosso, foi uma instituição importante no fortalecimento das políticas educacionais no Estado. Esta instituição compunha o NEIRO, foi, e ainda é uma instituição muito importante na discussão de políticas públicas educacionais para os povos indígenas no Estado de Rondônia.



pais; (ii) **enfraquecimento e quase perda** - na escola começou a conviver de forma mais sistemática com outros povos em uma mesma Terra Indígena, onde a comunicação com eles era na língua portuguesa. Nesse momento houve uma forte pressão para que ele aprendesse a língua portuguesa então, ele e os irmãos passam a falar mais o português deixando de falar sua língua, mesmo no espaço familiar. Questionado sobre o motivo pelo qual preferia falar mais o português neste período, ele respondeu que para ele eram mais importantes a língua e a cultura dos não-indígenas porque, naquele contexto, a língua indígena era vista como algo menos importante. Neste período, ele era adolescente e achava o ‘máximo’ saber falar o português, enquanto sua língua era considerada feia, gíria; (iii) **consciência da identidade** - quando iniciou o projeto Açaí com a convivência com outros indígenas que sabiam falar as suas línguas, cantar e expressar-se de várias formas por meio de suas línguas, perceberam o seu valor. Viram que era por meio da língua que os conhecimentos se transmitiam, muitos dos quais não teriam tradução em outra língua. Esse novo olhar crítico e consciente provocou o desejo de realizar pesquisas sobre a língua. Iniciaram pesquisas sobre as suas músicas, mitos e começaram a ensinar sua língua na escola. O Professor Armando, irmão de André, vai dizer em entrevista: “antes do Açaí não sabia que minha língua e cultura eram importantes”; (iv) **Autonomia e aprofundamento**, retrata o momento atual no qual estão vivendo como estudantes do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, da Universidade Federal de Rondônia⁶, espaço onde as atitudes de fortalecimento cultural têm se consolidado.

A experiência do professor André Jaboti, assim como a de outros professores djeoromitxi, ilustra o que já dissemos sobre a importância do projeto Açaí, que contribuiu para que os professores indígenas olhassem suas línguas e culturas com a importâncias que elas merecem.

Os resultados colhidos na formação deveram-se a uma associação de fatores que fizeram do Projeto Açaí uma referência na retomada da autoestima

⁶ Na seção seguinte falaremos mais sobre o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural.



dos professores indígenas de Rondônia e de suas comunidades. Alguns destes fatores dizem respeito: a) ao acompanhamento do projeto pelas organizações indígenas e indigenistas por meio do Núcleo de Educação Indígena de Rondônia (NEIRO) que, apesar das dificuldades de imprimir diálogo com a Secretaria de Educação, conseguiu realizar um sistemático acompanhamento dessa formação; b) a garantia dos recursos junto a Secretaria de Educação para a formação na segunda etapa do curso; c) a uma equipe de pessoas que atuavam na SEDUC comprometida com a Educação Escolar Indígena, e apesar da Instituição não compreender todas as especificidades do curso, a equipe conseguiu garantir minimamente a qualidade das etapas.

Muitos problemas identificados no decorrer do Açaí não foram superados, como por exemplo: a **falta de acompanhamento entre as etapas**; o fato de a Secretaria não ter implantado uma **política de produção de materiais** para que fosse possível, pelo menos, sistematizar os muitos materiais que os professores produziram; o curso não possibilitou o **estudo das línguas de forma particularizada** então não houve muitos avanços com relação aos estudos das línguas-

De qualquer forma, apesar de todos os problemas enfrentados, o projeto Açaí é Referência de formação para os professores indígenas do Estado de Rondônia.

Os Indígenas na Universidade - Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia

No final do ano de 2004 ocorreu a última etapa do projeto Açaí, os professores indígenas esperaram até o ano de 2007 para receberem sua certificação, a morosidade se deu por questões administrativas e burocráticas. A cerimônia de entrega dos certificados da formação foi bastante significativa e carregada de emoção, foi uma etapa importante conquistada por aquele grupo de alunos.



Durante o Açaí, já na metade do curso, a ideia de uma formação superior em uma universidade pública para formar professores indígenas já estava em discussão. Várias reuniões foram realizadas durante as etapas do curso, nas quais foram sendo construída a ideia da continuidade do projeto de formação dos professores indígenas. Como desdobramento dessas discussões, formou-se uma equipe interinstitucional paritária para discutir e encaminhar propostas concretas para criação de um curso de licenciatura intercultural. Neste período, organizou-se uma consulta aos estudantes com relação às preferências de curso.

Quando terminou o projeto Açaí, esses encontros ficaram cada vez mais difíceis de acontecerem e a garantia da participação dos indígenas nas discussões também. Mesmo assim, o grupo interinstitucional que se reunia no município de Porto Velho realizou vários encontros. Houve alguns encaminhamentos, inclusive o da sistematização da pesquisa feita no projeto Açaí. Realizou-se também um Fórum promovido pelo Núcleo de Educação Indígena, no município de Porto Velho.

Apesar de todos os esforços, nem sempre era possível garantir a participação dos indígenas da região Central do Estado nas reuniões da comissão interinstitucional, o que enfraqueceu muito as discussões, que seguiam sem desdobramentos. Neste mesmo período no município de Ji-Paraná, havia uma forte articulação do movimento indígena. O Núcleo de Educação Escolar Indígena local⁷, mobilizava todas as entidades indígenas e indigenistas que desenvolviam trabalhos com os povos indígenas Arara e Gavião⁸, além disso, os professores indígenas se reuniam sistematicamente todos os meses no município de Ji-Paraná e uma das pautas das reuniões era o Ensino Superior.

7 Este Núcleo desempenhava o mesmo papel do NEIRO, entretanto tinham uma abordagem local, seu objetivo era de ser um fórum de discussões sobre os assuntos relacionados aos Povos Indígenas do município. Extrapolava a educação escolar, pois o seu entendimento era de que a educação era transversal a todas as áreas, meio ambiente, território, saúde.

8 Povos atendidos pela coordenação de Educação Escolar Indígena de Ji-Paraná.



Soma-se a isso o fato de que a Coordenação de Educação Escolar Indígena de Ji-Paraná e a Universidade Federal de Rondônia, por meio do Departamento de Ciências Humanas e Sociais- DCHS, estabeleceram uma parceria para ações de formação continuada. As atividades desenvolvidas com os professores indígenas proporcionaram uma maior aproximação desses professores com a Universidade, representada pela professora Josélia Gomes Neves. Diante da presença constante da UNIR os professores intensificaram as cobranças. Esse contato foi se fortalecendo, as discussões do NEI-local foram se ampliando com a participação de outros povos que eram convidados, Tuparí, Cinta Larga, Suruí, Oro Waram Xijein, entre outros. Impulsionados por esse momento político e a necessidade de continuidade de formação os professores Arara e Gavião solicitaram da Universidade por meio do DCHS uma reunião para conversar sobre o Ensino Superior:

Na reunião do Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS) do Campus de Ji-Paraná, de 30 de março de 2007 foi discutida a solicitação oficial dos docentes indígenas da região central do Estado a respeito da educação superior tendo em vista que em Porto Velho a discussão não estava avançando. (NEVES, 2013, p.125)

O teor do documento era o seguinte: (NEVES 2013, p.125):

Nós professores indígenas, Gavião e Arara, da representação de Ji-Paraná nos reunimos no dia 29 de março de 2007 para discutirmos sobre o ensino superior indígena aqui na nossa região vimos que a discussão que estava sendo realizada pela comissão instaurada anteriormente e que vinha se reunindo em Porto Velho não estava avançando, resolvemos nos mobilizar aqui no nosso município. Neste primeiro encontro tivemos a presença da professora Josélia da UNIR, da maioria dos professores Arara e Gavião, da equipe da SEDUC, da Coordenação da Padereéhj entre outras pessoas. A professora Josélia nos colocou a disponibilidade da UNIR em apoiar esta iniciativa. Sendo assim, temos a honra de convidá-lo para a segunda reunião que acontecerá no dia 27 de abril na representação de ensino



de Ji-Paraná a partir das 8h30min. Caso haja modificação na data avisaremos a representação de ensino de cada cidade ou seja, Cacoal, Espigão do Oeste e Alta Floresta. [...]. Esperamos contar com a presença de todos e assim fortalecer o movimento indígena em prol da educação. Atenciosamente, A Comissão. Josias Gavião, José P. Gavião, Ernandes Arara, Marli Peme Arara, Iran Gavião e Sebastião Gavião.

Essa reunião resultou em uma solicitação formal de abertura de curso pelo Departamento de Ciências Humanas e Sociais por meio do REUNI. Inicialmente pensou-se no curso de formação para professores indígenas nos moldes de um projeto finito de formação, com apoio financeiro do PROLIND- Programa de Apoio a Licenciaturas Indígenas, mas as discussões em Ji-Paraná foram fundamentais para trilhar um caminho diferente, e pensar em um curso com um endereço certo na Universidade Federal de Rondônia:

No âmbito do Programa REUNI, a UNIR através do Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Campus de Ji-Paraná, criou o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas, a formação de seus docentes em nível superior, contribuindo assim para a redução das profundas desigualdades ao possibilitar aos jovens e adultos de diferentes condições socioeconômicas e integrantes de diferentes grupos étnicos o acesso ao ensino superior em Rondônia. Esta decisão em âmbito local foi tomada na reunião de 30 de março de 2007. (NEVES 2013, p.126)

Somente em 2009, depois de um período de cinco anos de muita luta política, iniciou o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, que foi aprovado pelo decreto 198/CONSEA, de 18 de novembro de 2008, com o seguinte objetivo:

Formar e habilitar professores indígenas em Licenciatura Intercultural para lecionar nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, com vistas a atender a demanda das comunidades indígenas, nas áreas de concentração: Educação Escolar Intercultural no Ensino Fundamental e Gestão Escolar,



Ciências da Linguagem Intercultural, Ciências da Natureza e da Matemática Intercultural, Ciências da Sociedade Intercultural. (UNIR, 2008, p.20)

Os cursos aprovados nas respectivas áreas de concentração, no âmbito do REUNI, tinham como norma oferecer 50 vagas por entrada, sendo assim, o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural ofereceu as 50 vagas nos anos de 2009, 2010, 2011, sendo que nos anos de 2012, 2013 e 2014 não houve entradas; apenas no ano de 2015 foram oferecidas mais 60 vagas. O Conselho Departamental decidiu pela não entrada de novas turmas, porque, infelizmente, não havia professores suficientes para atuarem nas áreas específicas do curso e nem estrutura de salas de aula para atender às novas turmas.

Apesar de pautada em argumentos convincentes, o fato de não ter acontecido o processo de seleção para entrada de alunos durante três anos seguidos, não foi positiva para o curso, muito menos para as comunidades indígenas, além da demanda reprimida nas aldeias, não permitir a entrada de novos alunos no curso impossibilitou um contato maior entre as turmas antigas e a iniciante. A esse respeito, consideramos que a troca de experiência entre os estudantes fortalece e qualifica as discussões, tanto no que diz respeito à questão política, quanto no que diz respeito às questões pedagógicas relacionadas ao curso.

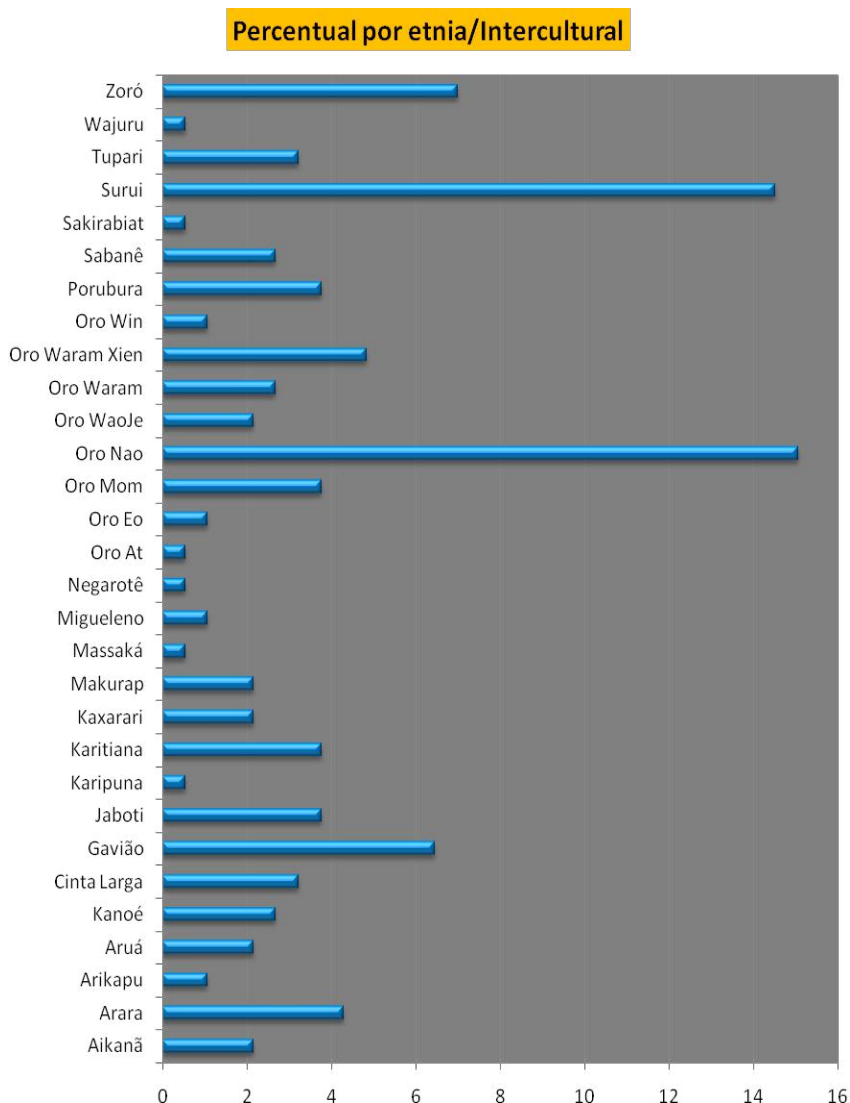
O curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural se estrutura da seguinte forma: uma base comum de três anos e um base específica de dois anos, em que os estudantes escolhem uma área de conhecimento - Ciências da Linguagem Intercultural, Ciências da Sociedade Intercultural, Ciências da Natureza e Matemática Intercultural, Educação Escolar Intercultural no Ensino Fundamental e Gestão Escolar. Nos três anos de base comum, o currículo abrange todas as áreas visando uma formação básica e interdisciplinar nas áreas de Linguagem, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências da Sociedade. Hoje, ao avaliarmos o projeto, vemos a necessidade de fazer várias alterações, uma delas na duração da base comum.



O prazo previsto para integralização do curso para a primeira turma era o segundo semestre do ano de 2014, mas a maioria dos alunos integralizaram a carga horária do curso no ano de 2015, principalmente devido ao atraso na entrega dos trabalhos de conclusão do curso.

A riqueza relativa à diversidade cultural do curso consiste, também, em um grande desafio para todos os professores do Intercultural. Foram 30 etnias que passaram pelo curso, na seguinte proporção apresentada no gráfico a seguir:

Gráfico 1⁹



⁹ Gráfico do percentual de etnias do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural correspondente as matrículas de 2009, 2010, 2011 e 2015, elaborada pela própria autora do texto.



A primeira e a segunda turmas que ingressaram no curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural participaram, na sua maioria, do Magistério Indígena - Projeto Açaí-, logo, para eles, a Licenciatura foi um reencontro, e, no início, muitas conversas entre os estudantes e com os professores do curso tinha um pouco de saudosismo e novas expectativas. Já as duas últimas turmas, especialmente a turma 2015-2, têm perfis bem diferentes. A maioria não é professor, logo, não traz a experiência pedagógica das duas primeiras turmas, exigindo uma atenção especial dos professores do Intercultural com relação aos objetivos do curso que é formar professores.

A Área de Linguagem - Desafios Enfrentados

O grande desafio do curso não apenas na área de Linguagem, mas em todas as áreas de formação é o respeito às diferenças, assim como apresentado no PPC do curso:

Este projeto é baseado nos princípios da pluralidade cultural e no respeito à diferença. Propõe respeitar as semelhanças, as diferenças e as relações entre os diversos povos, que se dão, na maioria das vezes, por meio de trocas, de casamentos, da defesa de direitos e de empréstimos linguísticos e culturais, implica em estabelecer um diálogo entre saberes. Implica também em reconhecer a organização social, a língua, os processos de educação, a mitologia, a classificação do mundo e da natureza, aspectos ainda pouco estudados. (UNIR, 2008.p.30)

Parece uma contradição dizer que o grande desafio e dificuldade do curso é trabalhar com essa diversidade, valorizá-la e colocá-la em evidência. Apesar dos esforços, atender a todas as demandas apresentadas pelos professores e comunidades indígenas relacionadas a formação dos professores é muito difícil, mas temos conseguido realizar ações efetivas com alguns grupos. Após oito anos de trabalho já podemos avaliar que mudanças estruturais no curso deverão ser realizadas para que possamos imprimir maior qualidade na formação, assim como atender demandas atuais da educação escolar indígena.



Com relação a área de Linguagem podemos enumerar os seguintes desafios e de como procuramos superá-los

Tabela 1

Desafios	Proposições
As línguas em contato.	Estabelecimento políticas linguísticas de valorização das línguas e culturas indígenas no curso.
Estudo e documentação das línguas indígenas de Rondônia	Criar mais espaço na carga horária do curso para estudos específicos das línguas indígenas pelos próprios estudantes Criar banco de dados para documentação das línguas e culturas indígenas, tendo como pesquisadores os próprios estudantes indígenas;
A área de linguagem engloba as línguas indígenas, portuguesa e artes.	Formação interdisciplinar com qualidade para que os professores possam atuar nas diversas áreas da linguagem, línguas indígenas, língua portuguesa e artes. Contratação de professores para atuar na área de artes e áreas específicas.
A escrita das línguas indígenas é um processo recente e em consolidação.	Desenvolvimento de competências com relação às línguas étnicas dos estudantes para que eles tenham condições de desenvolver com segurança a escrita de suas línguas;
Várias etnias se encontram com suas línguas extremamente ameaçadas.	Apoio ou desenvolvimento de projetos de fortalecimento das línguas e culturas nas comunidades
O quase vazio com relação a materiais específicos na escola.	Estabelecer políticas no curso para produção de materiais para o ensino de língua portuguesa como primeira e segunda língua; produção de materiais para o ensino de línguas indígenas como primeira e segunda línguas;



Quadro de professores reduzidos para uma demanda extensa.	Estabelecimento de parcerias com outras universidades.
No quadro de professores do curso não há indígenas falantes de suas línguas.	Contratação de professores indígenas em médio e curto prazo para contribuir com o trabalho das línguas indígenas, até que estes possam ingressar como professores efetivos no departamento.
Continuidade de formação dos egressos.	Criar cursos de pós-graduação nas áreas de linguagem.

Existem muitos outros desafios, mas estes ilustram a dimensão e a abrangência do trabalho. No que se refere ao ensino da língua portuguesa, temos apostado na leitura, escrita e discussão de textos de vários gêneros, o que tem obtido resultados positivos. Com relação ao trabalho com as línguas indígenas, o número de professores que atuavam no curso neste período não era suficiente para atender as disciplinas básicas, assim temos contado com apoio de professores de outras universidades desta forma foi possível abordar minimamente questões mais específicas sobre as línguas durante as aulas da área específica de Linguagem, mesmo em grupos heterogêneos, que reúnem, no mínimo, cinco etnias diferentes.

Até o final do ano de 2015, só havia dois professores efetivos na área de Linguagem atuando no desenvolvimento de todas as atividades. No ano de 2016 ingressaram mais dois professores com experiência com línguas indígenas, o que alimenta as esperanças de que assim possamos atender com mais qualidade às necessidades dos alunos. De qualquer forma, sempre será um desafio formar professores indígenas em um contexto de diversidade tão rica. Uma das formas encontradas para contribuir para os estudos mais aprofundados das línguas no âmbito do curso, partiu das necessidades e reivindicação apresentadas pelos próprios professores. Descrevo, em seguida, uma experiência com os professores Tuparí.

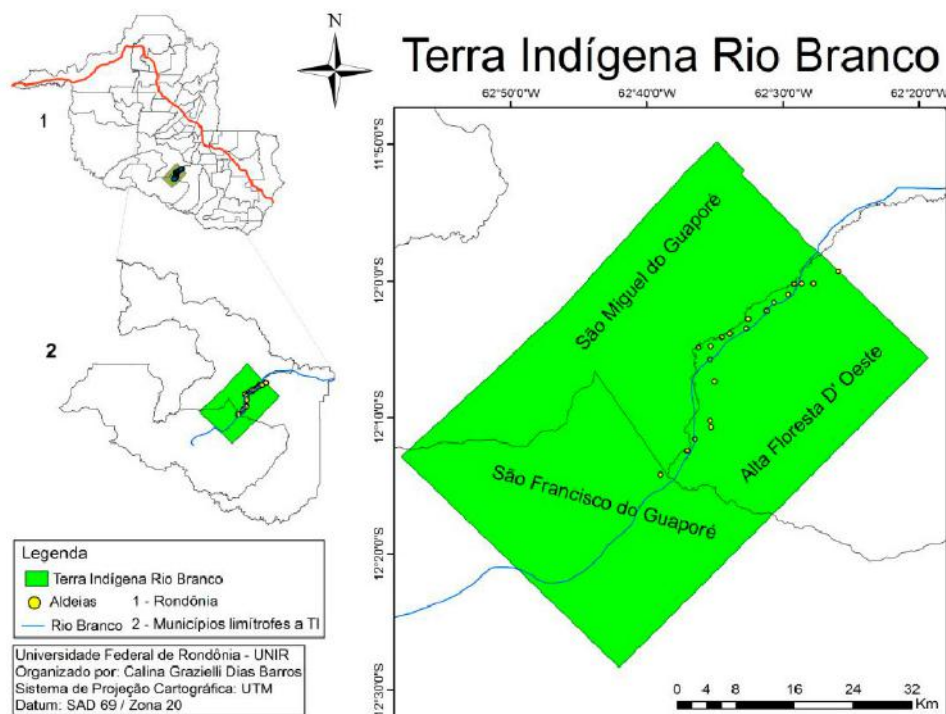


Formação dos Tuparí *in loco* - Projetos de Extensão na Área de Linguagem

Dentre as várias demandas de aprofundamento de estudos sobre as línguas indígenas que os professores, estudantes do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, apresentaram para a coordenação do curso, uma delas foi a dos professores Tuparí. Para atender a essa demanda foi necessário desenvolver um trabalho além da carga horária do curso, em forma de extensão, o qual passo a apresentar.

Sobre os Tuparí

O povo Tuparí vive na Terra Indígena Rio Branco e Terra Indígena Rio Guaporé, a primeira abrange três municípios, Alta Floresta, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé, e a segunda pertence ao município de Guajará-Mirim.



Mapa organizado pela bolsista (ref. no mapa) do “PROEXT: Línguas indígenas Ameaçadas: por um protagonismo indígena”.



Nas duas TI (s) os Tuparí convivem com outros povos de línguas e culturas distintas - Djeromitxi, Makurap, Aruá, Ajurú (Wajuru), Arikapu, Kampé, Sakirabiat, Djahoi. A língua Tuparí pertence ao tronco linguístico Tupí, família Tuparí, à qual pertencem também as línguas Makurap, Kampé, Ajuru e Sakirabiat. Vale ressaltar que

esses diversos povos moram no mesmo espaço devido às frentes de colonização, o contato com a sociedade não indígena, a tomada dos territórios, a exploração da força de trabalho, a aquisição de doenças antes não conhecidas, esses fatos ocasionaram a redução drástica dos povos indígenas e foram obrigados a ficarem confinados em Terras Indígenas demarcadas, muitas delas fora de suas terras tradicionais, onde passaram a conviver sistematicamente com vários povos de línguas diferentes, saberes e costumes distintos.(ISIDORO; SILVA, LIMA, 2016, p.4)

Dos povos que convivem na TI Rio Branco há alguns que já não falam no cotidiano suas línguas nativas, como é o caso dos Kampé, dos Arikapú, dos Aruá e dos Makurap, cujas respectivas línguas originárias estão em processo acelerado de perda, não estando mais sendo ensinadas sistematicamente às crianças, no espaço familiar. Existe um esforço dos Aruá, no sentido de ensinar a língua na escola, assim como dos Kanoé. Os Kampé desejam registrar sua língua lembrada por um único falante, que lá vive. Com relação ao povo Makurap, apesar da língua estar bem enfraquecida, há um empenho em trabalhá-la na escola, pois existem várias pessoas adultas que ainda a falam e que estão ensinando a algumas crianças. A língua Tuparí é a que possui mais falantes na TI Rio Branco. As crianças aprendem Tuparí desde pequenas, na maioria das aldeias.

Apesar de o Tuparí ser uma língua bastante utilizada oralmente, a sua escrita é ainda bem incipiente. Os professores iniciaram a escrita de sua língua concretamente no período do IAMÁ, sendo que o professor Isaias Tuparí já acumulava experiência com a escrita, mesmo antes desta instituição atuar em



Rondônia. Na década de 80 o referido professor teve contato com os estudos de fonética por meio de pesquisadores de sua língua, mas foi no período de atuação do IAMÁ que iniciou estudos que permitiu iniciar a definição da escrita Tuparí, conforme ele próprio relata:

Aí surgiu o IAMÁ na década de 90, a proposta do IAMÁ era a formação dos professores indígenas de Rondônia. Aí a gente precisava de uma definição da escrita da língua Tuparí, tanto como Tuparí e outras etnia, nós ainda não tinha escrita, os outros tinham como: o Gavião e o Suruí já tinham. A escrita da língua Suruí era através da missão. Nós não tínhamos. Quando conheci a Lucy Seki linguista através do IAMÁ, eu aceitei a ajuda dela no estudo e ela também queria fazer o trabalho dela no estudo da língua Tuparí. Daí ela veio em Rondônia, em Cacoal, primeiro curso que nós tivemos 1992, em Cacoal, juntamente com as outras etnias. Ela começou a fazer estudo da língua Tuparí definição da ortografia. Eu juntamente com ela fazendo estudo porque ela não ia definir sozinha, tem que ter uma pessoa falante da língua pra poder definir, aí começamos a fazer, mas isso levou tempo, dois anos, três anos, eu aprendendo junto com ela foneticamente. Aí depois a gente chegou à conclusão que nós queria definir a ortografia. Na época eu estudava sozinho, não tinha outro pra discutir com ele tirando dúvida, eu era sozinho juntamente com a linguista. (TUPARÍ, 2015, p.69)

Depois eles retomaram o estudo com o importante apoio da professora Lucy Seki da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, por meio de projeto financiado pelo MEC coordenado por Rosângela Reis

Depois em 1997 a professora Lucy Seki, por meio de um projeto do MEC que a Rosângela Reis ajudou a elaborar conseguimos um recurso para elaborar um material, a nossa demanda era estudar a nossa língua, pois não tinha a escrita definida. A professora Lucy veio e elaboramos a primeira cartilha de alfabetização, que ainda não foi publicada. (TUPARI, 2015, p.66)

Apesar de todo empenho dos professores Tuparí, havia muita dificuldade com a escrita da língua e, conseqüentemente, com o seu ensino na escola.



Essas dificuldades levaram os professores Tuparí, alunos do Intercultural, no ano de 2010, a procurarem ajuda junto à Universidade. Como resposta a esta solicitação fizemos um projeto de extensão com o objetivo de estudar a língua Tuparí com os professores. Foi o primeiro projeto de extensão do Departamento de Educação Intercultural aprovado na Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E os alunos professores Raul e Isaias foram os primeiros bolsistas de extensão indígenas do curso de Licenciatura Intercultural e, provavelmente, da UNIR.

Desde então, houve encontros de estudos com os professores da T.I Rio Branco onde se procura aprofundar o conhecimento dos professores sobre sua língua e, também produzir materiais para serem utilizados na escola. A partir do ano de 2014 os Tuparí vêm participando de um programa de formação continuada ‘Saberes Indígenas na Escola’ que tem contribuído, também, para o estudo e documentação da língua e para melhorar o seu ensino nas escolas Tuparí.

As Oficinas

Primeira Oficina da Língua Tuparí – 2010.



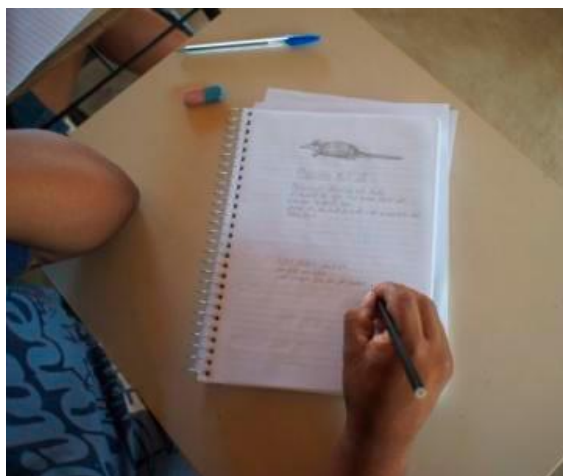


Fotos: acervo do projeto de extensão: **Leitura e escrita em Tuparí**

A primeira oficina foi realizada na aldeia Colorado, por meio do projeto de extensão da Universidade Federal de Rondônia – no âmbito do Edital PIBEX- Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária no ano de 2010 (PIBEX-2010) - intitulado **Leitura e escrita em Tuparí- Formação de Professores Indígenas da Área Indígena Rio Branco.**

A oficina contou com a participação de professores Tupari, Kampé, Makurap e Arikapú. A metodologia utilizada possibilitou a produção e correção de textos em Tuparí. A experiência foi muito positiva e todos perceberam a importância de continuar estudando a língua e de entenderam que era necessário a assessoria de um linguista para ajudar a compreender alguns fenômenos da língua:

Na oficina os professores começaram a aprender e conhecer a escrita da língua, observando a diferença da escrita na língua indígena e comparando da escrita de língua portuguesa, os professores começaram a elaborar pequena produção de material didático na língua Tuparí como início de produção material didático. (TUPARI, 2015, p.75)



Fotos: acervo do projeto de extensão: **Leitura e escrita em Tuparí**

Segunda e Terceira Oficinas

Para dar continuidade aos estudos iniciados no âmbito da Extensão, elaboramos um projeto, aprovado no ano de 2010 e executado em 2011, no âmbito do PROEXT-MEC-SESu. Realizamos, então uma oficina na aldeia Colorado na TI Rio Branco, de 25 a 28 de setembro de 2011, a qual contou com a participação da professora e linguista Ana Suely Arruda Câmara Cabral, da Universidade de Brasília - UNB. A professora auxiliou no estudo de aspectos gramaticais da língua Tuparí. A oficina trouxe avanços para os estudos da língua Tuparí, conforme ressaltado pelo professor Raul: “Esta oficina foi que me ajudou muito, não só para mim mas para todos os professores Tuparí, hoje todos estão escrevendo na sua língua materna, já dão aula, alfabetizando as crianças da sua comunidade na escola, pois essa oficina foi muito esclarecedora. (TUPARI, 2015, p.79)

Fotos: acervo do projeto de extensão:
Leitura e escrita em Tuparí





Motivado pelo estudo de sua língua desenvolvido pelas oficinas, no ano de 2012 o professor Raul Pat'Awre Tuparí inscreveu a experiência no Prêmio Cultura Indígena, o qual foi contemplado. Isso animou ainda mais os professores para o trabalho.

A terceira oficina aconteceu em Brasília, com objetivo revisar o estudo da gramática Tuparí realizado durante a última oficina.

Sobre esta oficina o professor Raul diz o seguinte

Com o mesmo projeto participei também da oficina em Brasília para fazer revisão de estudo da gramática. Estudamos vários aspectos da gramática Tuparí, mas tem muita coisa para estudar ainda. O estudo foi realizado juntamente com a professora linguista Ana Suely e o grande linguista professor Aryon Rodrigues de Brasília, onde ficamos uma semana fazendo estudo da gramática da língua Tuparí no LALI, este encontro foi muito bom pois tiramos as dúvidas que nós tínhamos em alguns sons da fonética da nossa língua materna esses encontro ajudou muito na minha formação de como ensinar a escrita da própria língua materna, então através disso hoje até estamos trabalhando com os outros professores da minha comunidades para que eles tenham mais facilidade de aprender e depois ensinar as crianças a escrita da língua materna na escola e este está dando certo. Hoje todos os professores Tuparí estão alfabetizando seus alunos na língua Tuparí de forma correta. (TUPARI, 2015, p.77)

Quarta Oficina

A quarta oficina realizou-se no município de Ji-Paraná, na Universidade Federal de Rondônia - UNIR, no ano de 2013. Mais uma vez contamos com a assessoria da professora Ana Suely da Universidade de Brasília – UNB. A oficina deu continuidade aos estudos da língua Tuparí focalizando a escrita e correção de textos. Segundo o Prof. Raul, as dificuldades discutidas ainda eram as mesmas porque os professores Tuparí ainda não estavam totalmente seguros



na escrita e isso evidenciava que deveriam se aprofundar no conhecimento de sua língua. (TUPARI, 2015).

Depois do encerramento do projeto no ano de 2013, os Tuparí continuaram a se reunir e estudar sua língua e discutir questões pedagógicas e metodológicas por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola, coordenado pela Universidade Federal de Rondônia.

Percebemos que as oficinas trouxeram um aporte importante para os professores Tuparí com relação ao trabalho com a língua. Vimos que esta formação é fundamental para o ensino das línguas. Podemos confirmar isso nas palavras do professor Raul:

Então, nós, povo Tuparí, começamos a trabalhar a escrita da língua com menos dificuldade e hoje todos os professores Tuparí estão trabalhando com mais segurança na escrita da sua língua materna. Assim que desenvolvemos o trabalho de estudo da língua, lembrando que antes tínhamos dificuldade até pra falar algumas palavras oralmente. Os mais velhos da aldeia sempre corrigiam a fala dos mais jovens, agora estamos ensinando tanto a fala oral e a escrita na língua Tuparí na escola ou na comunidade. Então hoje tenho só que agradecer os meus companheiros de trabalho de pesquisa e os professores e professoras que nos ajudaram no desenvolvimento do trabalho de revitalização da escrita da língua, principalmente na área de linguista. (TUPARI, 2015, p.80)

Os resultados estão visíveis na qualidade dos relatos de experiência e na produção de textos na língua Tuparí. As perspectivas são as de que o trabalho tenha continuidade, de acordo com as demandas dos professores e com a nossa possibilidade de apoio.

Acreditamos que trabalhos desta natureza devem ser fomentados pela formação continuada dos professores, com oficinas para estudos de cada língua. A experiência do estudo da língua Tuparí é inspiradora e pode servir, também, de exemplo para repensar o currículo e as estratégias metodológicas para o Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural. As oficinas



destacam-se como uma forma de trabalhar especificamente com as línguas indígenas no decorrer da formação na Licenciatura Intercultural.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo refletir sobre a formação dos professores indígenas de Rondônia, com ênfase nos desafios enfrentados em face a um contexto de rica diversidade de línguas e culturas.

Para desenvolver este tema nos pautamos nas experiências das Instituições que atuaram e atuam na formação de professores indígenas no Estado de Rondônia, em experiências que datam do ano de 1990 até a implantação do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural na Universidade Federal de Rondônia, no ano de 2009.

Destacamos os trabalhos desenvolvidos pelo IAMÁ- Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, que contribuiu de forma qualificada para a formação dos professores indígenas em Rondônia. Esta experiência está marcada nas falas dos professores que participaram dessas formações. Foi neste momento que muitos indígenas iniciaram uma reflexão sobre sua língua, iniciando também a sua definição pela escrita. A atuação dessa instituição contribuiu para trazer a discussão sobre o valor das línguas e culturas indígenas entre os indígenas que presenciaram uma história de intensa desvalorização.

Em seguida traçamos um breve panorama histórico sobre o Magistério Indígena de Rondônia - Projeto Açaí. Este curso de formação marcou profundamente a vida pessoal e profissional dos indígenas e não-indígenas que participaram da sua execução. Foi fundamental para iniciar uma política linguística nas comunidades e nas escolas indígenas, pelo fato de abordar em seus objetivos principais a valorização das línguas e culturas indígenas. Contribuiu de forma efetiva para criar e estruturar a Organização dos Professores Indígenas no estado de Rondônia. Como diz o professor Armando Jabuti “Antes do Açaí não sabia que minha língua e cultura eram importantes”.



Essa frase resume um pouco o que o Açaí representa na história da educação no estado de Rondônia.

Logo após, relatamos e refletimos sobre a formação superior na Universidade Federal de Rondônia destacando os desafios enfrentados na área de Linguagem em um contexto de diversidade. Uma das maiores dificuldades que enfrentamos é a impossibilidade de oferecer uma formação mais específica com relação aos estudos das línguas indígenas devido à diversidade linguística, característica do curso. Estas reflexões servem como avaliação do curso e mostram a necessidade de encontrar caminhos para atender as necessidades impostas pela realidade sociolinguística do Estado e refletida nas turmas do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural.

Um dos caminhos encontrados para superar estas dificuldades foram os projetos de extensão com objetivo de estudar as línguas com os professores indígenas. De forma específica apresentamos a experiência com o povo Tuparí que por iniciativa própria solicitou ajuda à Universidade, que prontamente aceitou fazer parte deste trabalho no âmbito da extensão. A experiência com os Tuparí tem obtido resultados muito positivos e serve de exemplo para pensar meios de implementar ações no sentido de o curso contribuir mais com os estudos, documentação e fortalecimento das línguas e culturas dos povos indígenas de Rondônia.

Apesar dos esforços, os desafios de contribuir mais para o fortalecimento, documentação das línguas e a melhoria do ensino nas escolas indígenas, continuam. Apostamos na formação. Hoje, são nove alunos egressos do Intercultural em cursos de pós-graduação, sendo que seis deles na área de Educação e Linguística. Essa nova realidade é animadora, com mestres e doutores indígenas na área de Linguística e Educação poderemos construir formas mais eficazes de contribuir na superação de nossos desafios

Acreditamos ter conseguido alcançar os objetivos propostos neste artigo e esperamos ter contribuído para o debate em torno da formação de professores indígenas, de forma especial para a área de Linguagem.



Referências

ABRANTES, C. T. **Da maloca à escola: uma análise da prática educativa e da formação de professores indígenas do povo Cinta Larga de Rondônia**. Porto Velho. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado). Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2007.

ISIDORO, Edineia Aparecida, SILVA Armelinda Borges da, & LIMA Deloise Ângela Amorim de. **PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO E DIFERENCIADO PARA ESCOLAS INDÍGENAS DO POVO TUPARI: Experiência e Desafios**. Trabalho apresentado no IX SED- Seminário de Educação, no município de Ji-Paraná, Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, 2016.

JABUTI, André. **O Fortalecimento da Língua e Cultura Djeromitxi a Partir da Formação dos Professores**. 2015, 80 fl. Monografia de conclusão de curso, Educação Básica Intercultural, Universidade Federal de Rondônia- campus de Ji-Paraná, 2015.

MINDLIN, Betty. **O Aprendiz de Origens e Novidades**. Estud. av.vol.8, n..20. São Paulo Jan./Apr.1994.

NEVES, Joselia Gomes. **O Curso de Licenciatura Intercultural na UNIR: Historiografando Interculturalidade**, In. NEVES, Josélia Gomes; PACIFICO, Juracy MACHADO; Müller, Maria Cândida; TAMBORIL Maria Ivonete Barbosa; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. (Org.) **ESCOLARIZAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE: percursos interculturais**, Edufro, Porto Velho, RO, 2013.

TUPARI, Raul Pat Awre. **“OTE MA’Ë - Reflexões Sobre a Escrita da Língua Tupari”**. Monografia de conclusão de curso, Educação Básica Intercultural, Universidade Federal de Rondônia- *Campus* de Ji-Paraná, 2015.

UNIR - Universidade Federal de Rondônia. **Projeto Pedagógico de Curso**. Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural. Unir. 2008.

VENERE, Mario Roberto. **PROJETO AÇAÍ: Uma Contribuição à Formação dos Professores Indígenas no Estado de Rondônia**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara-SP. 2011.



Língua Guarani: políticas linguísticas e pluricentrismo

Rosângela Morello¹

Resumo:

Presente em vários países sul-americanos, a língua guarani tem tido seu estatuto promovido em várias instâncias políticas e administrativas, ao mesmo tempo em que mantém seu valor incontestado de enlace histórico e sociocultural do povo que originalmente a fala, os guarani. Considerando esse quadro, propomos, neste texto, estabelecer um panorama das principais ações político-linguísticas empunhadas por estados nacionais para institucionalização e promoção da língua guarani, indagando sobre o lugar dessa língua na construção de uma nova gestão das políticas públicas que leve em conta seu caráter transnacional e pluricêntrico.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Pluricentrismo. Língua guarani.

Abstract:

In several South American countries, the status of the guarani language has been promoted at various political and administrative spheres, and at the same time the language has kept its undoubted value of historical and socio-cultural linkage for the people who originally speak it. Considering this framework, in this text we propose to present an overview of the main political-linguistic actions taken by national states to institutionalize and promote the guarani, investigating the role of this language in the construction of a new style of public policy management, one that takes into account its transnational and pluricentric character.

Keywords: Language Policies. Pluricentrism. Language guarani.

1 Introdução

Uma consistente produção investigativa (MELIÁ, 1997, 2004 e 2006; MELIÁ y CÁCERES, 2010; CORVALÁN, 1992; CORVALAN y DE

¹ IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística dandarim@gmail.com



GRANDA, 1982; PALACIOS ALCAINE, 2004; PALACIOS ALCAINE *at al*, 2008; ZAJÍCOVÁ, 2009; LIUZZI, 1987; CANESE, 1983; CADOGAN, 1953, 1982; DOOLEY, 1982, 1988, 1990, 1991; MARTINS, 1996, 2003; entre outros) sobre aspectos da estrutura e da dimensão sociológica e histórica da língua guarani faz com que ela possa ser considerada uma das línguas sul-americanas não europeias mais bem sistematizadas e instrumentalizadas.

Além disso, nas últimas três décadas, decretos, leis e outras iniciativas no âmbito das políticas estatais, sobretudo no Paraguai, na Bolívia e no Brasil², têm promovido o estatuto e ampliado os seus usos nos mais variados âmbitos. Tomando por base esse cenário propomos, neste texto, uma reflexão sobre o lugar que a língua guarani vem ocupando no quadro mais alargado das políticas regionais, analisando, de modo específico, ações empunhadas pelos três Estados mencionados.

Partindo da hipótese de que a língua guarani se configura como uma língua pluricêntrica (Clyne, 1992; Muhr, 2012), nossas considerações abordam, de modo transversal, as principais ações propostas, buscando destacar as possibilidades e os desafios para que avancemos em uma política de gestão também pluricêntrica. A participação na pesquisa para o Inventário da Língua Guarani Mbya (MORELLO & SEIFFERT, 2011) no âmbito da Política do inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil (INDL)³ e no projeto *As línguas Tupi faladas dentro e fora da Amazônia: do Vale do Guaporé à Bacia Platina* (CNPq No. 14/2011)⁴, ambos envolvendo trabalho

2 A província de Corrientes, Argentina, oficializou a língua guarani como idioma alternativo na província por meio da lei N° 5.598, publicada em 22 de outubro de 2004. Embora se constitua como importante ação de promoção dessa língua, ela não repercute uma política do Estado Argentino motivo pelo qual não foi incluída nas análises.

3 O Inventário da Língua Guarani Mbya foi realizado como piloto para validação do INDL na categoria línguas de grande população e extensão territorial, sendo executado sob minha coordenação pelo *IPOl Instituto de investigação e Desenvolvimento em Política Linguística entre 2008 e 2011*.

4 O projeto *As Línguas Tupi faladas dentro e fora da Amazônia: do Vale do Guaporé à Bacia Platina* (CNPq No. 14/2011), coordenado pela Profa. Dra. Marci Fileti Martins, objetivou i) dar continuidade á pesquisa linguística com as línguas Tupi ainda pouco descritas e documentadas – yuke, guarayo, guarasuawe, siriono, amondáwa, uruwauwau, juma, wayoró, akuntsú, aruá, makurap, gavião



em campo, proporcionaram um primeiro levantamento sobre a língua guarani e as políticas linguísticas que a envolvem, impulsionando o presente texto.

A problemática é abordada sob a ótica da política linguística, como sucintamente descrevemos na sessão três, após um breve histórico da situação sociopolítica da língua. As sessões 4, 5 e 6 trazem os principais atos jurídicos para promoção da língua guarani empunhados pelos Estados do Paraguai, Bolívia e Brasil, respectivamente.

De modo central, a análise permite mostrar que as políticas linguísticas incrementadas por cada um desses Estados se organizam a partir de três vias de gestão das políticas públicas que são distintas e complementares:

1. A via do plurilinguismo caracterizada pela configuração dos direitos das nações e povos indígenas originários campesinos juntamente com a oficialização de suas línguas, entre os quais está a guarani, no Estado Plurinacional Boliviano;
2. A via do bilinguismo marcada pela institucionalização e promoção da língua guarani por meio da criação da *Secretaria de Política Linguística* e da *Academia de la lengua Guarani* pelo Estado Paraguaio;
3. A via do conhecimento e reconhecimento da língua como direito e como patrimônio imaterial que estrutura a Política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil, no âmbito da qual a língua guarani mbyá é titulada como Referência Cultural, e a política de cooficialização de línguas pelos municípios, uma vez que a língua guarani é cooficial no município de Tacuru, Mato Grosso do Sul, desde 2010.

(ikolen); ii) iniciar a construção de um banco de dados das línguas Tupi em questão e iii) realizar um trabalho comparativo entre as línguas mencionadas dentro e fora da Amazônia, notadamente o guarani mbya falado no litoral do Brasil e as variedades do guarani do Chaco faladas no Paraguai e na Bolívia. O mbya e o guarani do Chaco são duas variedades modernas do guarani faladas atualmente, além do guarani paraguaio, nhandeva e kaiowa. Entre as atividades, foi realizado um diagnóstico das ações de promoção dessa língua no campo da educação e da cultura, ligadas à própria configuração do Estado Boliviano como Estado Plurinacional. O trabalho em campo ocorreu de 27 de junho a 10 de julho de 2014, e esteve concentrado em Camiri e região, província de Cordillera, departamento de Santa Cruz, Bolívia.



De importância incontestável para que se construam nesses três Estados novas perspectivas para uma cidadania plural e inclusiva, estas vias de ação, ainda que estejam em processo de elaboração e execução e, como tal, suscetíveis a avanços e a estagnações, serão abordadas como opções de gestão da língua guarani que podem ser acionadas de modo complementar, potencializando seus efeitos. Consideramos, para tanto, a possibilidade de uma gestão compartilhada da língua, cujos delineamentos apresentaremos na sessão 06, como considerações finais.

2 A Língua Guarani: Breve Enquadre Histórico e Político

O guarani é uma língua internacional de forte expressão cultural, resistência política e vinculadora dos valores do povo guarani, além de ser língua da maior parte dos cidadãos paraguaios. Está fortemente presente em quatro países na América do Sul – Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil – e em menor densidade, também no Peru, Colômbia e Venezuela. Estudos recentes mostram que além de ser língua de milhares de paraguaios, incluindo os indígenas guarani, em todos os territórios onde se encontra, é mantida por grande parte do povo que a fala e seus âmbitos de uso estão em franca expansão. Não há dados demolinguísticos atualizados, mas fontes avaliam em mais de 10 milhões de guarani.

No Paraguai, estima-se que 90% da população é bilíngue em castelhano e guarani, e que aproximadamente 57% só se comunica em guarani, conforme o último censo nacional de 1992 (Dirección general de estadística, encuestas y censos, Gobierno Nacional).

Na Bolívia, no Censo de 2001, 47% da população declarou falar alguma língua indígena, enquanto 36% tinha essa língua como materna. Mais de trinta e três por cento (33,2%) da população declarou-se bilíngue, em contraste com os 11,6% de monolíngues indígenas e os 49,8% de monolíngues hispano falantes. O Instituto Nacional de Estatística (INE) não disponibiliza indicação censitária de falantes do guarani.



No Brasil, o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 37,2 mil falantes de guarani, sendo 26,5 mil de kaiowa, 5,4 mil de nhandeva e 5,3 mil de mbya (IBGE, 2010).

A partir dos anos 1990, acelera-se nesses países um conjunto de ações em prol da legitimação de línguas e culturas de minorias, incluindo a guarani, impulsionado por movimentos de lutas por direitos e promulgação de acordos e declarações, que vinham ocorrendo em várias partes do mundo, sobretudo, a partir segunda grande guerra (Morello, 2012).

Em 1992, a nova Constituição da República do Paraguai, no artigo 140 da Parte 1 – *De las declaraciones fundamentales, de los derechos, de los deberes y de las garantías* - incluiu o guarani como língua oficial do Estado, ao lado do castelhano.

Em 29 de dezembro de 2010, o Congreso de la Nación Paraguaya sancionou a *Lei* nº 4.251, *Ley de Lenguas del Paraguay*, que entre outras normativas, criou a *Secretaria de Políticas Linguísticas* e a *Academia de la Lengua Guaraní*. Desenha-se no país, a partir de então, um quadro de ações consistentes para a institucionalização dessa língua, como mostraremos.

Em 2004, na Argentina, a lei Nº 5.598 / 04, publicada em boletim oficial em 22/10/2004, estabeleceu no seu artigo 1º. o Guaraní como idioma oficial alternativo da Província de Corrientes.

Em 2006, Ministros de Cultura do MERCOSUL presentes na XXIII Reunião, celebrada no Rio de Janeiro em 21 de novembro daquele ano, solicitaram a inclusão do guarani como idioma do Bloco, culminando em sua incorporação por meio do Decreto 31/06, ratificado pelo Conselho do Mercado Comum em Brasília, em 13 de dezembro de 2006.

Em 2009, a Bolívia promulgou a *Nueva Constitución Política del Estado* a partir da qual passou a ser nomeada não mais como República e sim como *Estado Unitário Social de Derecho Plurinacional*, estabelecendo diretrizes e princípios para o pleno reconhecimento dos direitos das Nações e Povos Indígenas Originários, Camponeses e Afrobolivianos (NPIOCSyA).



Subsequentemente, em dezembro de 2010, foi promulgada a lei no. 070, *Ley de la Educación “Avelino Siñani y Elizardo Pérez”* que contemplou o ensino e aprendizagem das línguas maternas ao lado do castelhano no Sistema Educativo Plurinacional, e em 02 de agosto de 2012, foi publicada a Lei no. 269, com o título *Ley General de Derechos y Políticas Lingüísticas*, por meio da qual o Estado Plurinacional Boliviano oficializou 36 línguas das nações e povos indígenas originários.

No Brasil, em 2010, com base no fato de ter aproximadamente 30% de sua população falante da língua guarani, a Câmara de Vereadores de Tacuru, Mato Grosso do Sul, sancionou, em 24 de maio, a Lei no. 848, que dispôs sobre a cooficialização dessa língua no município.

Também em 2010, por meio do Decreto Federal no. 7.387, publicado em 09 de dezembro, o Estado brasileiro criou a Política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) conduzida pelo IPHAN, Ministério da Cultura, coroando uma luta por reconhecimento das línguas brasileiras como patrimônio cultural imaterial da nação, que se iniciara em 2004. Em 2014, como resultado de sua inserção no INDL, a língua Guarani Mbyá foi reconhecida como Referência Cultural Brasileira.

Essas diferentes medidas são a expressão de um quadro de crescente reconhecimento e fortalecimento da língua guarani em toda a região. Ao mesmo tempo, atribuem à língua guarani diferentes estatutos políticos e administrativos, definindo-a em relação a novas jurisprudências e a novos espaços e âmbitos de circulação. Nesse sentido, a língua guarani vem sendo promovida a partir de ao menos três centros – Bolívia, Paraguai e Brasil - configurando-se com uma língua pluricêntrica. Considerando a heterogeneidade que marca, portanto, o pluricentrismo, buscamos identificar a(s) linha(s) de ação adotada(s) em cada Estado, discutindo as possibilidades e potencialidades de compartilhamento ou complementaridade das ações, e a via possível para uma gestão pluricêntrica compartilhada.



3 Base Metodológica

Para a pesquisa e análise das condições sociopolíticas da língua guarani, assumimos o princípio epistemológico e metodológico da política linguística que se sintetiza, de acordo com Oliveira (2004b), na assunção de uma ótica de pesquisa. Para o autor (id.) a formulação de uma problemática e sua explicação considera “objetos constituídos em outros campos de saberes estabilizados e fora deles, em diversas épocas e diferentes recortes teóricos [lançando] sobre eles um olhar definido” (ibid. p. 175). Podemos dizer, então, que menos que adoção de uma teoria, seja ela sociolinguística ou não, uma ótica estabelece relações entre conceitos e teorias que permitam melhor compreender um campo de questões.

Nessa perspectiva, para lançar um olhar sobre o lugar da língua guarani no quadro mais alargado das políticas linguísticas em andamento no Paraguai, Bolívia e Brasil reunimos, neste texto, recortes de textos de leis que instituem e garantem os usos da língua e algumas ações que decorrem dessa legislação, indicando, analiticamente, os pilares que as estruturam em função das realidades de cada país. O olhar analítico sobre os textos e as realidades considera, no entanto, que ambos são de natureza histórica e simbólica, na medida em que adquirem seus sentidos remetendo a sentidos já constituídos em outros textos, tempos e espaços, mas que são simbolizados como se fossem únicos e inaugurais (PÊCHEUX, 1969). O mesmo princípio se aplica para a definição de *língua guarani* e *povo guarani*, que toma com uma unidade imaginária, própria de um nome definido, os densos e heterogêneos processos históricos e políticos que constituem essa língua e esse povo (PÊCHEUX, 1969; ORLANDI, 1990). Nessa tessitura, elegemos recortes que melhor permitam explicitar nossos argumentos, assumindo que podem ser lidos em outras relações de significação não previstas neste texto.

Tomando por base essas considerações, interessa-nos, então, o fato de que as políticas linguísticas de reconhecimento e promoção da língua guarani dialogam com a luta pelos direitos linguísticos de minorias, sustentada



sobretudo pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (2003), que se repercutiu mundialmente em um crescente avanço na legislação voltada à proteção e reconhecimento da diversidade linguística e cultural (MORELLO, 2012). Em relação à língua guarani, esse avanço é notável após a década de 1990. No entanto, esses avanços jurídicos assumem contornos específicos face às distintas realidades históricas dos países, desencadeando diversas e distintas ações de implementação das leis, fato que igualmente nos interessa. Nesse sentido, buscaremos mostrar que as ações se alinham a perspectivas macros das políticas nacionais, assumindo, portanto, contornos específicos em cada caso. Por fim, destacaremos a complementaridade dessas frentes e a possibilidade de buscar uma via de gestão pluricêntrica para a língua. Para além do quadro jurídico e administrativo, essa via se torna plausível pelo fato da língua guarani, em todas as suas variedades, ser uma língua viva e potente, fato que pode ser averiguado nas pesquisas para o Inventário da Língua Guarani Mbya, realizado junto a 69 aldeias guarani em seis estados das regiões sul e sudeste do Brasil - Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - e no diagnóstico sociolinguístico e político-institucional realizado junto a gestores de instituições e falantes do guarani do Departamento de Tarija, Bolívia.

4 Língua Guarani e Bilinguismo no Paraguai: Políticas de Institucionalização da Língua pela Promoção de seus Usos e Âmbitos de Circulação

Em 1992, veio a público a nova Constituição da República do Paraguai e com ela, a oficialização da língua guarani como língua do Estado, ao lado do castelhano, conforme consta no artigo 140, da Parte 1 – *De las declaraciones fundamentales, de los derechos, de los deberes y de las Garantías:*

De los idiomas

Artículo 140- el Paraguai es um país pluricultural y bilingüe



Son idiomas oficiales el castellano y el guaraní. La ley establecerá las modalidades de utilización de uno y otro. Las lenguas indígenas, así como las de otras minorías, forman parte del patrimonio cultural de la Nación.

Somente oito anos mais tarde, no entanto, o Congresso sancionará a Lei 4251/10, *Ley de Lenguas del Paraguay*, promulgada em 29 de dezembro de 2010, por meio da qual foram criados dois organismos para o desenvolvimento das políticas linguísticas da nação: a *Secretaría de Políticas Lingüísticas (SPL)* e a *Academia de la Lengua Guarani*.

Com esse marco jurídico e institucional, o Estado Paraguaio dirigirá seus esforços para a consolidação do Estado Bilingue Castellano/Guarani, deixando em segundo plano, no campo das políticas linguísticas, as demais línguas indígenas e alóctones, como as de descendentes de imigrantes europeus e brasileiros, chamados brasiguaios. Nesse quadro, a gestão da língua guarani ganha centralidade, impulsionada pela SPL em estreita articulação com a Academia.

A *Secretaría de Políticas Lingüísticas*, órgão diretamente dependente da Presidência da República e criado em 2010 pela Ley de Lenguas, define sua missão em três frentes: o planejamento, a investigação linguística e a documentação e promoção de línguas indígenas. Em articulação com o Ministério da Educação e da Justiça, cria e faz cumprir um conjunto de normativas para que os poderes do Estado, as instituições públicas e os governos departamentais e municipais utilizem em igualdade de condições, na forma oral e escrita, as duas línguas oficiais

Essa missão tem se concretizado em várias atividades em todo o país, entre as quais estão i) a realização de oficinas para analisar e implementar as políticas linguísticas; ii) a realização de oficinas e seminários para impulsionar a normatização do uso oral e escrito do guarani; iii) a criação de uma Rede de Referentes para assuntos linguísticos e, iv) o apoio para o desenvolvimento de planos e projetos que promovam o uso equilibrado das duas línguas oficiais.



Por outro lado, a atuação da SPL tem também se revertido na criação de novos lugares para a língua, com ampliação de seus usos em áreas técnicas, como é o caso da *Dirección de Políticas Lingüísticas Judiciales*, criada pela Corte Suprema de Justiça em 18 de setembro de 2012. Além de formar técnicos e auxiliares de Justiça para que tenham competência comunicativa oral e escrita em ambas as línguas oficiais através da *Unidad de Políticas Lingüísticas Judiciales e da Unidad de Relaciones Interinstitucionales*, trabalha conjuntamente com a Academia Oficial de la Lengua Guaraní e com a Real Academia Española para a normalização do usos dos idiomas oficiais.

Por fim, ganha relevância o diagnóstico socioinstitucional dos usos da língua guarani como política de planejamento e sensibilização. Em parceria com a Direção de Formação Docente, do Vice-ministério da Educação Superior (MEC), e participação de 41 referentes das instituições formadoras de docentes, a SPL deu início, em novembro de 2016, a uma pesquisa sobre o uso da língua guarani na função pública, com o objetivo principal de analisar o nível e modalidades de emprego da língua nos 67 Organismos e Entidades do Estado (OEE) dependentes do Poder Executivo, tais como Ministérios, Secretarias de Presidência da República, Entes Autônomos e Autárquicos, Vice-presidencia y Presidencia da República. Também serão consultadas 287 instituições públicas dos 17 departamentos geográficos: governações, municípios, instituições da Polícia Nacional, Centros de Saúde, coordenações educativas, Juizados de Paz e institutos de formação docente de gestão oficial. Os resultados estão sendo sistematizados.

Atuando em frentes que contemplam a relação com a sociedade, com as instituições e a própria gestão da política, a SPL oferece fórum de legitimidade para a língua guarani. E serão justamente os resultados dos trabalhos da Academia de la Lengua Guaraní que darão suporte para a SPL.

Entidade jurídica, privada, de direito **público, sem fins lucrativos e patrimônio próprio**, a *Academia de la Lengua Guaraní Ava Ñe'ê Rerekuapavé* estabelece a normativa da língua guaraní em seus aspectos ortográfico,



lexicológico, terminológico, gramatical e discursivo. Foi efetivamente instalada pela SPL por meio da Resolução no. 80, de 02 de outubro de 2012, que designou quinze (15) membros para o quadro inicial. Desde então, tem cumprido metas, sobretudo, para a normatização da língua, viabilizando a instrumentalização e preparação do guarani para o ambiente digital.

Em 2012, ano em que Academia estava sendo instalada, a Resolução no. 54, publicada em 19 de junho, estabeleceu um alfabeto oficial provisório para a escrita da língua guarani que permitiu, desde então, avanços na institucionalização da língua. Esse alfabeto vigorou até 05 de novembro de 2015⁵ quando a Academia publicou o alfabeto definitivo, e atualmente em vigor, em todo o país. Os esforços estão dirigidos, no presente momento, para a elaboração de um dicionário oficial da língua guarani, de uma gramática e um dicionário bilíngue guarani-castelhano.

Integrada ao plano de institucionalização da língua estabelecido pela Secretaria de Políticas Linguísticas, outra importante ação focalizou a consolidação de normas para a escrita da língua com o objetivo de informatizá-la e, conseqüentemente, inseri-la nas redes digitais de comunicação e informação. Em um trabalho liderado pela Facultad Politécnica da Universidad Nacional de Assunción, em parceria com o Ateneo de la Lengua y Cultura Guaraní, a Secretaría de Políticas Lingüísticas, o Instituto Superior de Lenguas de la UNA e a comunidad Mozilla Paraguay, essa frente culminou no desenvolvimento de uma interface em guarani, do Firefox para android⁶ recentemente lançado. O Firefox em guarani permite aceder e navegar pela internet, constituindo um instrumento fundamental de gestão e produção de conhecimentos nessa língua, além de democratizar seu acesso permitindo que falantes monolíngues em guarani compartilhem os recursos e os conhecimentos das redes digitais.

5 Cf. <http://www.paraguay.com/nacionales/aprueban-el-alfabeto-guarani-136042>. Acessado em 24/11/2016.

6 O aplicativo foi lançado em 29 de novembro de 2016 e está disponível em <https://www.mozilla.org/gn/firefox/android/> ou em <https://play.google.com/store/apps/details?id=org.mozilla.firefox&hl=gn>.



Considerando as ações elencadas, em seu conjunto, podemos dizer que a SPL e a Academia de la lengua guarani constituem dois importantes centros de gestão da língua pelo estado Paraguai. Em suas ações, a normatização e formalização da língua encontra expressiva funcionalidade nas políticas de criação de conhecimentos técnicos, de preparação de profissionais e de institucionalização de novos lugares para os falantes dessa língua, incluindo as redes digitais.

A preparação da língua para ampliação de seus usos e ampliação dos lugares de circulação dos seus falantes vinculada a medidas que favorecem as práticas bilíngues nos âmbitos institucionais e nos aparelhos do Estado podem, então, ser consideradas como a via que qualifica a gestão da língua guarani pelo Estado paraguaio.

A análise do conjunto de ações divulgadas permite, portanto, afirmar que o foco da gestão da língua guarani pelo Estado paraguaio tem sido a normalização da língua para usos institucionais e comunicacionais aliada à uma forte política de institucionalização visando a garantir e fomentar o bilinguismo. Podemos identificar forte investimento na gramatização da língua (AUROUX, 1992) que se expressa pela elaboração de dicionários e gramáticas que estabelecem normas ortográficas e sintáticas para uso geral, mas principalmente para situações de ensino e aprendizagem formal. Essa formalização é um pré-requisito para a entrada da língua nos sistemas digitais de informação e comunicação, em direção à quarta revolução da gramatização das línguas indicadas por Auroux (id.). Trata-se da virada linguística da economia, como diz Marazzi, na qual as línguas passam a ser parte dos sistemas de produção da nova economia em rede. As ações visando à institucionalização dos usos da língua não somente legitimam as normas acordadas, como criam novos lugares para a língua, fomentando as práticas bilíngues no âmbito da gestão das políticas públicas, com consequência na formação e preparação profissional dos cidadãos.



5 Língua Guarani e Plurilinguismo na Bolívia: Construção Política da Autonomia Guarani em um Estado Plurinacional

A política para a língua guarani pelo Estado boliviano está entranhada nos processos de constituição do plurinacionalismo como forma de existência e de gestão do Estado. Esse fato coloca as línguas em um lugar político estruturante dos modos de vida e das perspectivas de futuro dos que as falam, cabendo ao Estado garantir esses modos e essas perspectivas.

Com a *Nueva Constitución Política del Estado*, de 2009, a Bolívia se afirmou como *Estado Unitário Social de Derecho Plurinacional*, e se encontra em pleno processo de transformação rumo a uma democracia participativa, representativa, e comunitária. Podemos dizer que todo esse processo está dirigido por dois focos políticos principais. De um lado, temos uma política de consolidação da soberania do Estado boliviano no plano externo, sobretudo em áreas estratégicas como alimentação, ciência e tecnologia e gestão dos recursos naturais e financeiros, conforme se pode ler na declaração dos 13 pilares do programa de governo para uma Bolívia digna e soberana⁷, a serem consolidados até 2025, e que foi publicada pela presidência do país em 2013. De outro, temos as políticas internas voltadas para a construção da autonomia dos vários povos e nações que formam o estado boliviano, com notáveis avanços na delimitação e ampliação dos direitos cidadãos e na criação de mecanismos para acesso aos mesmos, baseados na participação popular.

Diferentemente do Estado Bilingue Paraguaio, o Estado Plurinacional é proposto como decorrente do *Estado dos Direitos Cidadãos e Linguísticos das Nações e Povos Indígenas Originários, Camponeses e Afrobolivianos* (NPIOCsya), e suas políticas serão dirigidas para o conjunto das línguas reconhecidas, todas elas de povos e nações indígenas originários. Nesse

7 Cf. <http://comunicacion.presidencia.gob.bo/docprensa/pdf/20130123-11-36-55.pdf>. Acessado em 24/11/2016.



sentido, o Estado silencia sobre outras línguas, como as alóctones, por exemplo.

Os marcos políticos e jurídicos que incidem sobre a gestão das línguas, entre as quais está o guarani, se erigem, então, a partir da Constituição do Estado Plurinacional, em 2009. Dois deles ganham relevância: i) a lei no. 070, Ley de la Educación “Avelino Siñani y Elizardo Pérez”, publicada em 2010, que instituiu o ensino e aprendizagem das línguas maternas junto ao castelhano no Sistema Educativo Plurinacional, ao mesmo tempo em que abriu espaço para sua presença nas diversas instâncias da administração pública e, ii) a lei no. 269, publicada dois anos depois, em 02 de agosto de 2012, com o título *Ley General de Derechos y Políticas Lingüísticas*. Esta última consolida as políticas para as línguas em três eixos principais:

- a) No capítulo terceiro, o artigo 7 reconhece todos os idiomas das nações e povos indígena originário campesinos como *Patrimônio Oral, Histórico e Cultural do Estado*.
- b) No artigo 8, oficializa 36 línguas das nações e povos indígenas originários, nomeadamente:

Artículo 8 (IDIOMAS OFICIALES) Son idiomas oficiales del Estado, el castelhano y todos los idiomas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, que son el Aymara, Araona, Baure, Bésiro, Canichana, Cavineño, Cayubaba, Chácobo, Chimane, Esse ejja, Guarani, Guarasúwe, Guarayu, Itonama, Leco, Machajuyau-Kallawaya, Machineri, Maropa, Mojeño-Trinitario, Mojeño-Ignaciano, Moré, Masetén, Movima, Pacawara, Puquina, Quechua, Sirionó, Tacana, Tapiete, Toromona, Uru-Chipaya, Weenhayek, Yaminawa, Yuki, Yuracaré y Zamuco.⁸

- c) E no artigo 1 define, como seu objeto, os direitos lingüísticos nos termos que seguem:

⁸ Não há consenso sobre o número de línguas na Bolívia, e algumas dessas oficializadas são consideradas, inclusive, em extinção.



Artículo 1

Reconocer, proteger, promover, difundir, desarrollar y regular los derechos lingüísticos individuales y colectivos de los habitantes del Estado Plurinacional de Bolivia;

Generar políticas públicas y obligaciones institucionales para su implementación, en el marco de la Constitución Política del Estado, convênios internacionales y disposiciones legales em vigência;

Recuperar, vitalizar, revitalizar y desarrollar los idiomas oficiales em riesgo de extincion, estableciendo acciones para su uso em todas as instâncias del Estado Plurinacional de Bolivia.

Notemos que o quadro político de reconhecimento e promoção desse conjunto de línguas será desenhado no campo dos direitos linguísticos e como tais, remetem aos princípios que organizam a própria constituição do Estado Plurinacional, a saber, os princípios da descolonização, da equidade, da igualdade, da interculturalidade, da personalidade e da territorialidade.

As políticas para as línguas, entre elas, o guarani, constituem, então, instrumentos para se atingir esses princípios. Podemos interpretar que desse fato decorre a centralidade dada às línguas nos sistemas de ensino/aprendizagem, na formação profissional e na formação do cidadão para atuar com claro posicionamento nesse quadro político.

Uma das 36 línguas originárias do país, o guarani é a língua de uma grande parte da população boliviana sendo predominante nos departamentos de Santa Cruz e parte de Tajira. Como língua da nação guarani, toma parte do sistema de ensino em todas as escolas públicas situadas nos territórios guarani e é usada em todas as organizações políticas e instâncias administrativas desse povo. Chamou nossa atenção a *Escuela Superior de Formación de Maestros Indígenas* que desenvolve programas de ensino em conformidade com as línguas dos alunos, sobretudo o guarani. De acordo com depoimentos *in locus*, o modelo educativo guarani criado por professores e especialistas em linguística e educação serviu de base para a lei de ensino das línguas em vigor em todo o estado plurinacional.



Há uma forte organização política dos guarani, cuja instância representativa máxima é a Asamblea del Pueblo Guarani (APG), com sede em Camiri. O poder representativo da APG⁹ se faz sentir em todas as deliberações sobre questões agrárias, de energia, gás, petróleo, educação, etc. que envolvam a territorialidade do povo guarani. Conforme Albó (2012), os territórios indígenas originários campesinos (TIOCs) são a base da constituição da autonomia destes povos e como tais, constituem o núcleo dinâmico da gestão política de todos os recursos e bens promovidos pelo Estado.

A análise da situação da língua guarani na Bolívia permite, então, afirmar que, antes de tudo, ela é língua de uma nação que se representa fortemente em todas as frentes de negociação política, sendo uma língua nacional de forte expressão identitária. Essa junção da via identitária com a via política constitui, de acordo com Albó (2012), uma recente combinação das duas frentes de lutas – a sindical e a étnico-identitária - que demarca um novo patamar para a gestão dessa língua e todos os saberes e valores que ela organiza.

Esse enfoque não prioriza aspectos da normalização e informatização da língua, como observamos no Paraguai. Os conhecimentos linguísticos disponibilizados em gramáticas e dicionários que já circulam oferecem a base para o ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo o Estado proporciona amplo debate para a construção de um currículo escolar de base. Durante a pesquisa em campo, verifica-se que o sistema de ensino assume a pedagogia crítica proposta por Paulo Freire como via de construção dos conhecimentos e procedimentos, o que tem oferecido um espaço de formação alinhado à própria construção dos direitos e das autonomias dos povos e de cada cidadão. Sintoma dessa perspectiva sócio-histórica da educação como ato político é o valor atribuído pelo Estado Plurinacional às decisões em assembleias, como se

9 Foi a APG quem intermediou nossa pesquisa, colocando-nos em contato com lideranças, intelectuais e com as comunidades de Rodeo, cerca de 50 km distante do centro de Camiri e Urunday, às margens da rodovia de acesso à cidade e aproximadamente 5 km distante dela.



pode exemplarmente ler na convocatória para o *I Encuentro Plurinacional de Maestras y Maestros Indígenas Originarios hablantes de las lenguas Aymara, Quechua y/o Guaraní*.

Eis a convocatória:

Convocatoria a maestras y maestros indígenas originarios
El Ministerio de Educación, Viceministerio de Educación Regular a través de las Direcciones Generales de Educación Primaria y Secundaria, convoca a maestras y maestros indígenas originarios hablantes de las lenguas aymara, quechua y/o guaraní en ejercicio, de Educación Inicial en Familia Comunitaria, Educación Primaria Comunitaria Vocacional y Educación Secundaria Comunitaria Productiva del Subsistema de Educación Regular, a participar del **I Encuentro Plurinacional de Maestras y Maestros Indígenas Originarios hablantes de las lenguas Aymara, Quechua y/o Guaraní**. (página do Ministério da Educação, acessado em 25 de novembro de 2016)

Portanto, a promoção da língua guarani via ensino ou o ensino em língua guarani- assim como em todas as demais - pelo Estado Plurinacional Boliviano, coloca a língua como produtora de conhecimentos, alavancando assim a promoção e garantia do direito linguístico como base da formação política do cidadão. Aliada a essa perspectiva, os mecanismos de participação social na definição das ações do Estado parecem constituir igualmente um foco de atenção no processo de instituição do Estado Plurinacional.

6 Língua Guarani e Reconhecimento Jurídico e Político no Brasil: as Políticas do Inventário da Diversidade Linguística e da Cooficialização de Línguas

No Brasil, o guarani é considerada uma língua indígena e seus falantes gozam das prerrogativas de autonomia de uso da língua na educação e cultura, podendo tomar parte de políticas de fomento especialmente dirigidas aos povos indígenas, em consonância com a Constituição Federal de 1988.



A partir da década de 1990, incrementaram-se ações de formação técnica indígena nas áreas da saúde e da educação em nível médio e a partir de 2005, o Ministério da Educação do Brasil instituiu O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND, lançando editais de convocação para Instituições de Educação Superior (IES) públicas federais e estaduais apresentarem propostas de projetos de Cursos de Licenciaturas específicas para formação de professores. Atualmente, entre os cursos oferecidos, há os que contemplam o povo guarani, como a Licenciatura Indígena Guarani Kaiowa, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, e a Licenciatura Indígena do Sul da Mata Atlântica, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estas iniciativas não contemplam, no entanto, as línguas indígenas como língua de instrução, perspectiva que, quando se efetiva, tem se restringido ao ensino fundamental¹⁰.

A atenção às línguas no quadro de uma política pública de apoio e fomento pelo Estado Brasileiro só se efetivou, de fato, muito mais recentemente, quando entram em cena, em especial, duas políticas: o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), criado em 2010 pelo Decreto Federal 7.387, de âmbito nacional, e a Cooficialização de Línguas criada por Decretos Municipais, aplicados às áreas de jurisdição de cada município que oficializou determinada língua.

Ambas as políticas representam novo posicionamento do Estado brasileiro diante das línguas de seus cidadãos, contrária ao extermínio e proibição históricos de centenas delas. De acordo com o artigo 1 do Decreto 7.387, o INDL tem por objetivo a “identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

10 No âmbito do PROLIND, apenas a Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) implantou uma proposta de ensino nas línguas indígenas tukano, baniwa e nheengatu, que são cooficiais no município de São Gabriel da Cachoeira, AM.



O INDL teve início em 2004 e envolveu instituições governamentais e da sociedade civil, e participação de cinco ministérios – Cultura, Ciência e Tecnologia, Justiça, Educação e Planejamento, cujos representantes formaram o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL) para defini suas diretrizes políticas e metodológicas. Com o Decreto 7.387 de 2010, concretizou-se como uma política de apoio e fomento, mas principalmente de reconhecimento das línguas brasileiras como *referência cultural brasileira*. Alocada no Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério da Cultura, o INDL contempla, para sua execução, 6 categorias de línguas: i) indígenas; ii) imigração; iii) comunidades afro-brasileiras; iv) sinais; v) crioulas e vi) língua portuguesa e suas variações dialetais (Guia INDL, 2014). No grupo das línguas indígenas, no qual se insere o guarani, prevê uma distinção das ações necessárias a duas situações: a das línguas ameaçadas e próximas à extinção e a das línguas de grande população e extensão territorial.

Entre 2007 e 2010 foram propostos projetos-piloto com o intuito de testar e validar a metodologia do inventário de línguas. Entre eles, foi realizado o Inventário da Língua Guarani Mbya nas regiões sul e sudeste do Brasil, cujo resultado conduziu ao reconhecimento dessa língua como *Referência Cultural Brasileira*, em 2014¹¹ e permitiu aferir forte presença da língua e alto grau de bilinguismo – guarani/português - nas aldeias pesquisadas.

Paralelamente à essa ação de inventário, teve início em 2002, a política de cooficialização de línguas por municípios. Neste ano, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, decretou o tukano, o baniwa e o nheengatu línguas cooficiais no município. Desde então, essa política se alastrou no país de tal modo que há atualmente 11 línguas cooficiais em 21 municípios. A língua guarani foi decretada língua cooficial no Município de Tacuru, Mato Grosso

11 O Inventário dessa Língua foi executado pelo IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística) e realizado sob minha coordenação em 69 aldeias guarani dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil, entre 2008 e 2010.



do Sul, em 2010. Essa ação se ancorou no fato de cerca de 30% dos habitantes desse município ser guarani e no entendimento de que essa população tem direito a atendimento em sua língua (MORELLO, 2015, p. 74). No entanto, a falta de um plano de ação para regulamentação da lei tem restringido sua aplicabilidade. O mesmo acontece com o INDL.

De fato, ao mesmo tempo em que representam importantes avanços no campo dos direitos linguísticos no Brasil, ambas as políticas carecem de um plano de ação regulamentado que identifique e impulsione as principais frentes de atuação do Estado, das instituições civis e da sociedade em geral para o fortalecimento das línguas. No entanto, o atual cenário de instabilidade política no Brasil impõe muitos desafios às perspectivas de gestão do plurilinguismo e requer análises conjunturais atentas ao novo panorama das relações internas e supranacionais.

Em cada um dos Estados analisados, as ações que envolvem a língua guarani apresentam potencialidades e fragilidades próprias a cada situação histórica. No entanto, elas também podem ser consideradas conjuntamente desde uma perspectiva de gestão compartilhada, que toma por base o fato do guarani se apresentar com uma língua pluricêntrica, gerida. Em nosso ponto de vista, essa perspectiva pode impulsionar a promoção dessa língua e de seus falantes em suas diferenças históricas e políticas mas de modo articulado.

Guarani Língua Pluricêntrica: Há uma Via para uma Gestão Compartilhada?

Língua oficial no Paraguai, na Bolívia, e no município de Tacuru, Mato Grosso do Sul, Brasil, e língua reconhecida como *referência cultural brasileira*, o guarani se caracteriza como língua pluricêntrica¹² gozando de prerrogativas

12 At least one of the seven criteria must be met to constitute a pluricentric language. Full pluricentricity is achieved if all criteria are fulfilled. The following list is based on Clyne (1992: 1) and Muhr (2012: 30):

1. Occurrence: A certain language occurs in at least 2 nations that function as 'interacting centres' (Clyne, 1992: 1).



importantes como a de ser referência identitária para seus falantes, tomar parte em políticas educacionais, culturais e científicas, se apresentar com variedades reconhecidas e estar em franco processo de normatização e informatização.

Esse cenário resulta de uma somatória das políticas linguísticas desenvolvidas pelos Estados onde a língua guarani é falada. Podemos constatar que Paraguai, Bolívia e Brasil realizam políticas distintas em relação às línguas, vinculando-as às perspectivas macro de gestão do Estado Nacional. Nesse sentido, o bilinguismo no Paraguai, o plurilinguismo na Bolívia e reconhecimento das línguas brasileiras no Brasil são parte dessa gestão macro porque resultam das condições históricas de conformação de cada Estado ao mesmo tempo em que se configuram como respostas a demandas sociais próprias a cada situação. Além disso, indicam a visão de futuro pretendido para as línguas no limite das políticas nacionais. Há, portanto, diferenças históricas e políticas que marcam os processos de constituição dos estados nacionais e que, conseqüentemente, marcam os processos de constituição e luta dos guarani em relação a estes Estados. A compreensão desse processo histórico e político heterogêneo e estruturante da língua guarani e do povo que a fala implica não homogeneizar o sentido de língua e povo guarani, e assumir

-
2. Linguistic distance (Abstand): The variety must have enough linguistic (and/or pragmatic) characteristics that distinguish it from others and by that can serve as a symbol for expressing identity and social uniqueness.
 3. Status: The language must have an official status in at least 2 nations either as (a) state-language or (e.g. German in Austria and Germany); (b) co-state language (e.g. German, French and Italian in Switzerland) or at least as (c) regional language (e.g. German in Italy: South Tyrol, Catalan in France: Department Pyrénées-Orientales etc.). The language therefore must have official recognition that exceeds the status of a minority language as it otherwise cannot function as a norm setting centre.
 4. Acceptance of pluricentricity: The language community must accept the status of its language as a pluricentric variety and consider it as part of its social / national identity.
 5. Relevance for identity and awareness about its function for identity available: The national norm has to be relevant to social identity and must be (to some degree) aware to the language community and lead 'to at least some of its own (codified) norms.'
 6. Codification in progress or done and on that basis there is deliberate use of the national norm by model speakers and state institutions.
 7. Taught in schools and made aware to the language community - promoted and disseminated.
- Cf. <http://www.pluricentriclanguages.org/pluricentricity/what-is-a-pluricentric-language>, acessado em 16/09/2017.



que a unidade desse sentido é imaginária, como anteriormente dito. O uso que fazemos da expressão *língua guarani e povo que a fala* guarda, portanto, essa compreensão de uma heterogeneidade e diversidade que lhe são constitutivas e de uma unidade imaginária necessária.

Para a discussão proposta neste texto, importa destacar que, no conjunto, as políticas empunhadas por cada um destes países avançam em algumas frentes fundamentais para o futuro dessa língua, envolvendo diferentes atores. Entre elas, destacam-se:

- a preparação da língua para usos nas redes digitais de comunicação e informação, assumindo destaque a versão do Firefox em guarani;
- os modelos de ensino bi e plurilíngue como perspectiva de formação em todos os níveis;
- os censos, diagnósticos e demais mapeamentos dos âmbitos de usos e circulação da língua para produção de informações de base para o planejamento de políticas linguísticas e como estratégia de sensibilização sobre o multilinguismo;
- a institucionalização da língua por meio de ações de reconhecimento, de formação técnica para atuação qualificada do Estado e suas aparelhagens e de legitimação da língua para o exercício de funções públicas.

No âmbito das políticas nacionais, cada uma dessas frentes adquire maior ou menor impulso dependendo da via de gestão das políticas públicas adotadas por cada Estado. A título exemplar, as políticas para ensino plurilíngue sobressaem-se na Bolívia ao passo que a preparação da língua para os sistemas digitais de comunicação e informação afirma-se no Paraguai. Além disso, essas frentes associam-se a determinados setores ou centros, em cada um dos países analisados, os quais concentram experiência e qualificação de recursos humanos e técnicos para uma atuação especializada e diferenciada.

Observado para além das fronteiras nacionais, esse cenário coloca a língua guarani em um patamar de gestão que pode contar com essas expertises,



que pode impulsioná-las por meio da definição de políticas conjuntas, que pode, portanto, apoiar-se nos avanços alavancados por cada Estado e planejar novos passos com base no que conjuntamente possibilitam.

Compartilhar os conhecimentos e estruturas acumulados para realizar novas ações dentro de um planejamento linguístico com foco na língua guarani configura-se como uma perspectiva de gestão pluricêntrica que agiliza as iniciativas e desonera os Estados nacionais, potencializando os resultados.

Avançar na perspectiva da gestão pluricêntrica constitui, de fato, uma possibilidade e um importante passo para a superação de práticas políticas restritivas aos direitos de minorias. As ações analisadas, em seu conjunto, evidenciam o protagonismo do povo guarani nas lutas internas de cada país, mas também alimentam um horizonte com novas e inovadoras atribuições dos Estados a serem pensadas de modo articulado.

Referências

ALBÓ, X. **El Chaco Guarani – Camino a la autonomia originária: Charagua, Gutiérrez e Proyección Regional**. La Paz. Centro de Investigación y Promoción del Campesinato. Ministério de Autonomias. 2012.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradutor: Eni Puccinelli Orlandi. ISBN: 978-85-268-1084-6. 1ª. Edição. Ano: 1992. Páginas: 144.

BERGER, I. R. **Gestão do Multi/Plurilinguismo em Escolas Brasileiras na Fronteira Brasil-Paraguai: um olhar a partir do Observatório da Educação na Fronteira**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística/UFSC. 2015.

BUSSE, Diethelm. **Educación escolar com identidade cultural de los guaraníes em Bolívia**. Trad. Do alemão por Angel E. García, editado por APCOB, Santa Cruz, Bolívia, 2008.

CADOGAN, León. **Diccionario Mbya-Guarani - Castellano**. Edição preparada por Friedl Grünberg-Direção Bartolomeu Melià. Biblioteca Paraguaya de Antropologia. Volume XVII. Paraguai. 1982



_____. **Ayvu Rapyta**. Textos Míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá. Revista de Antropologia. Volume 1. 1953.

CANESE, Natalia Krivoshein. **Gramatica de la Lengua Guarani**. Coleccion Ñemity, Assunción, Paraguay. 1983

CLYNE, Michael G. **Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations. Col: Contributions to the sociology of language**. Berlin & New York: Mouton de Gruyter. 1992.

DOOLEY, Robert A. **Vocabulário Básico do Guarani Contemporâneo (Dialeto Mbüá do Brasil)**. Summer Institute of Linguistics, Brasília, DF, Brasil. 1982

_____. **Arquivo de Textos Indígenas – Compilação do dialeto Mbyá**. Brasília, DF, (SIL). 1988.

_____. **Three phonological proceses in Mbyá Gurani: diphthongization, reduplication and gemination**. Summer Institute of Linguistics, Brasília, DF, Brasil. 1990.

_____. **A double-verb construction in Mbyá Guarani**. Work Papers of the Summer Institute of Linguistics, University of North Dakota 35: 31-66. 1991.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010.

Decreto 7.387, de 09 de dezembro de 2010. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil03/_Ato2007.../Decreto/D7387.htm. Acesso em 15/05/2012.

Lei nº. 145, de 11 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a cooficialização Nheengatu, Tukano e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira.

LIUZZI, Silvio M. **Temps et Aspect en Guarani**. These de Doctorat de Troisième Cycle. Universite de Paris-Sorbonne- Paris IV. 1987.

MARTINS, M. F. **Descrição e Análise de Aspectos da Gramática do Guarani Mbyá**. Tese de doutorado, IEL/Unicamp. 2003.

_____. **Incorporação Nominal em Guarani Mbyá**. Dissertação de Mestrado, PPGL/UFSC. 1996.

MORELLO, R. (org.). **Leis e Línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades**. Florianópolis, SC: IPOL e Nova Letra, 2015.



MORELLO, R. **Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**. In Gragoatá, N. 32. 2012, Rio de Janeiro.

_____. **A política de cooficialização de línguas no Brasil**. In Platô: Revista Internacional do Instituto da Língua Portuguesa, no. 1, 2011.

_____. **Educação linguística: compartilhar a gestão, promover as línguas, qualificar as políticas - desafios e novos protagonismos**. Ideação (Unioeste. Impresso), v.13, p.11 - 20, 2011.

MORELLO, Rosângela; OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras**. Patrimônio - Revista eletrônica do IPHAN, Campinas, SP, n. 6, jan./fev. 2007. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=211> . Acesso em 16/06/2010.

MORELLO, Rosângela; SEIFFERT, Ana Paula (Orgs). **Inventário da Língua Guarani Mbya**. Florianópolis, SC: IPOL; Editora Garapuvu, 2011.

Muhr, Rudolf. **Non-dominant Varieties of pluricentric Languages Getting the Picture**. In memory of Michael Clyne. In collaboration with Catrin Norrby, Leo Kretzenbacher, Carla Amorós Negre. Frankfurt a.M./Wien u.a. Peter Lang Verlag. 2012.

OLIVEIRA, G. M. **O lugar das línguas: a América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia**. Synergies Brésil, n. esp. 1, p. 21-30, 2010.

_____. **Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística**. Synergies Brésil, v. 1, p. 19-26, 2009.

OLIVEIRA, G. M. (Org.) **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Florianópolis/SC; Campinas/SP: IPOL, Mercado das Letras e ALB, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à Vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**, São Paulo. Cortez Editora, 1990.

ORTIZ, Elio, CAUREY, Elias. **Diccionario de la lengua guarani hablada em Bolívia (guraraní-español)**. Plural Editores, La Paz, Bolívia, 2011.

RIESTER, Jürgen; ZOLEZZI, Graciela. **Identidad cultural y lengua – la experiência guaraní em Bolívia**. Edicionnes ABYA-YALA, Quito, Ecuador, 1989. (APCOB – Ayuda para el Campesino-Indígena del Oriente Boliviano).



VELIZ, José Domingo. **Diccionario Ñeemoesakaa**. Ministério de Educación, Cultura y Deportes/UNICEF, La Paz, Bolivia, 1999.

_____. **Ñeepɾataka Gramática Guaraní**. Editorial Imprenta El País. Santa Cruz de La Sierra, Bolívi, 2011.